



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

EVERTTON THIAGO RODRIGUES DE LIRA SANTANA

ESTAR ALINHADO É SEMPRE BOM?

Alinhamento partidário e resultados de políticas sociais no Brasil

RECIFE

2024

EVERTTON THIAGO RODRIGUES DE LIRA SANTANA

ESTAR ALINHADO É SEMPRE BOM?

Alinhamento partidário e resultados de políticas sociais no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciência Política. Área de concentração: Democracia e Instituições.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Batista da Silva.

RECIFE

2024

Catálogo na Fonte
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

S232e Santana, Everttton Thiago Rodrigues de Lira.
Estar alinhado é sempre bom? : alinhamento partidário e resultados de políticas sociais no Brasil / Everttton Thiago Rodrigues de Lira Santana. – 2024.
182 f. : il. ; tab. ; 30 cm.

Orientadora : Mariana Batista da Silva.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Recife, 2024.

Inclui referências e apêndices.

1. Ciência política. 2. Alinhamento partidário. 3. Resultados de políticas sociais. 4. Saúde. 5. Educação. 6. Regressão descontínua. 7. Propensity score matching. I. Silva, Mariana Batista da (Orientadora). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2024-132)

EVERTTON THIAGO RODRIGUES DE LIRA SANTANA

ESTAR ALINHADO É SEMPRE BOM?

Alinhamento partidário e resultados de políticas sociais no Brasil

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciência Política. Área de concentração: Democracia e Instituições.

Aprovada em 14 de março de 2024

Banca examinadora:

Profa. Dra. Mariana Batista da Silva (orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Dalson Britto Figueiredo Filho (examinador interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Felix Garcia Lopez Júnior (examinador externo)
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Prof. Dr. Fernando Meireles (examinador externo)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Frederico Bertholini Santos Rodrigues (examinador externo)
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Com esta tese, termina não apenas o curso de doutorado, mas um longo período de formação na Ciência Política, que engloba bacharelado, mestrado e doutorado. Ao fim desta jornada, acumulo uma lista de agradecimentos gigante e impossível de colocar de forma completa aqui, mas que com certeza tem uma grande estima por mim.

Em primeiro lugar, agradeço a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) pela bolsa de doutorado concedida, permitindo a dedicação exclusiva ao curso. Agradeço também a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de doutorado sanduíche que me permitiu estudar no Latin American Centre da Universidade de Oxford.

Agradeço à minha orientadora, professora Mariana Batista. Durante seis anos de orientação, Mariana fez muito mais do que ensinar. Além de seu irrefutável conhecimento técnico, o qual sempre compartilhou com muita dedicação e entusiasmo, ela mostrou o que frequentemente não se encontra no meio acadêmico: humanidade. Em todas as conversas, sempre foi atenciosa e gentil ao questionar, debater e mostrar caminhos possíveis. Como poucas pessoas, Mariana tem o natural cuidado de enxergar potencialidades e qualidades no outro, quando nem eu mesmo conseguia ver isso em mim. Na ausência de uma palavra que expresse melhor meu sentimento de gratidão, deixo aqui meu muito obrigado.

Na UFPE, tive a oportunidade de contar com professores preocupados com o desenvolvimento adequado de um trabalho científico. Agradeço especialmente à Gabriela Tarouco, que sempre acompanhou e contribuiu com o trabalho que realizei desde a graduação, além de se mostrar sempre disponível e entusiasmada para ensinar ou apenas conversar. Agradeço também à Dalson Figueiredo, um grande incentivador dos alunos e com quem aprendi muito sobre ciência. Agradeço a todas as professoras e professores, e toda a equipe do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPE. Também agradeço a André Marengo, Eduardo José Grin e Natália Sátyro pelos comentários recebidos durante a banca de qualificação. Agradeço aos membros da banca de defesa da tese, os professores Dalson Figueiredo, Félix Lopez, Fernando Meireles e Frederico Bertholini, que fizeram uma leitura atenciosa e proporcionaram um debate produtivo.

Aos membros do grupo de pesquisa Instituições, Políticas e Governo, obrigado por todos os momentos, coxinhas, doces e risadas compartilhadas em meio a tantas ansiedades, dúvidas e inseguranças sobre o andamento das pesquisas e da vida profissional. Agradecimento

especial à Amanda Domingos, que sempre contribuiu diretamente com essa pesquisa, e a Bhreno Vieira, Haína Coelho, Virgínia Rocha, Samuel Melo, Marcus Torres, Anderson Henrique e Mariana Brito por todas as trocas acadêmicas e pessoais.

Em Oxford, fui privilegiado com a chance de debater minha pesquisa e aprender com grandes professores. Agradeço à David Doyle, que me supervisionou durante o período sanduíche e com quem pude aperfeiçoar este trabalho. Agradeço a Tim Power, que não apenas contribuiu com meu conhecimento e a confecção desta pesquisa, mas também tornou a experiência na universidade muito mais completa e enriquecedora. Agradeço à Ezequiel González Ocantos, Ria Ivandic e Andreza Aruska pelas conversas, oportunidades e conhecimento repassado.

Agradeço imensamente à minha família, em especial meus pais, Sandra e Gilvan e minha avó, Cremilda. Desde o dia em que saí da minha cidade natal para estudar e seguir a vida em Recife, eles deram suporte emocional e financeiro, apoiando todas as decisões que tomei, quando muitas vezes eu mesmo não estava botando fé nas minhas próprias escolhas. Por todo o amor e cuidado, muito obrigado.

Agradeço aos meus amigos Luiza Vilela e Otávio Catelano. Luiza tem sido, há anos, um grande suporte em todas as esferas da minha vida, contribuindo sem medir esforços com minha carreira e meu bem-estar. Quando estávamos em Oxford, conhecemos Otávio, que rapidamente se tornou uma parte essencial da minha vida (e sei que posso dizer que também da vida dela). Com os dois, pude compartilhar felicidades e diversas angústias da confecção dessa tese, além de receber carinho e acolhimento em momentos difíceis, tanto acadêmicos quanto pessoais. Obrigado por tudo. Amo vocês.

Por fim, quero agradecer a Renan Tavares, Thaysa Santine, João Pedro Mello, Eduarda Farias, Itallo Santana, Nicolas Teixeira, Dayanne Camilo, Renata Cavalcanti, Cecília Morena, Eliza Salvador, Andri Gutierrez, Maria Duda, Marcela Albuquerque e Claudio Montenegro. Todas e todos vocês contribuíram imensamente de diversas e importantes formas. O meu carinho por cada um é eterno. Muito obrigado por tanto cuidado e tanta troca. Amo muito vocês.

Muitos nomes não foram mencionados aqui, o que é uma injustiça dada a certeza que tenho de que o trabalho de confecção de uma tese demanda não só apoio técnico, mas também emocional. A todos e todas que contribuíram em cada um desses aspectos, mesmo não estando aqui de forma expressa, meu forte agradecimento. Muito obrigado.

Factors such as high infant mortality, early death and illness, lack of access to safe water, unhappiness and poverty are not caused by a lack of technical equipment, effective medicines or other types of knowledge that comes out of the natural or engineering science. Instead, it is caused by the fact that a majority of world's population have to live in societies that are dominated by dysfunctional government institutions. How to address these problems calls for more, not less, research in political science (HOLMBERG; ROTHSTEIN, 2012, p. 3)

RESUMO

Municípios partidariamente alinhados ao governo federal têm melhores resultados de políticas sociais? Em sistemas democráticos, políticas públicas estão no centro da relação entre a classe política e o eleitorado. De um lado, eleitores demandam mais serviços públicos e bem-estar. Do outro, políticos provêm programas sociais como uma forma de sinalizar competência e aumentar suas chances de reeleição. Essa relação está estruturada dentro de um contexto de competição interpartidária, no qual partidos políticos competem entre si e formam alianças para tentar assegurar sua posição no governo. Dessa forma, assumindo que estes atores utilizam políticas de forma estratégica, argumento que os partidos políticos atuam como um cartel, controlando tanto a produção quanto a distribuição de políticas públicas para beneficiar aliados políticos e reduzir a competição eleitoral. Assim, o principal objetivo desta tese é testar a relação entre alinhamento partidário e resultados de políticas sociais. Utilizando dados de políticas de saúde e educação nos municípios brasileiros entre os anos de 2008 e 2018, analiso o efeito do alinhamento ao presidente e à coalizão sobre três dimensões de resultado: (1) financiamento, (2) oferta e (3) impacto. Para estimar o efeito causal do tratamento, utilizo técnicas quase-experimentais: regressão descontínua para eleições acirradas para testar o primeiro grupo de hipóteses e *Propensity Score Matching* associado à regressão *OLS* com termo interativo para o segundo grupo de hipóteses. Os resultados sugerem que o alinhamento partidário tem efeito em mais resultados na área da saúde do que na educação. Ao mesmo tempo, o alinhamento ao presidente parece produzir melhores resultados em ambas as áreas, enquanto estar alinhado à coalizão produz efeitos mistos. Mesmo neste cenário, as estimativas em geral indicam uma certa resistência das políticas à interferência partidária. Sugiro três explicações para os resultados observados: (1) a institucionalização das relações intergovernamentais, (2) as mudanças de prioridades dos políticos locais e (3) os baixos retornos eleitorais de políticas de saúde e educação.

Palavras-chave: alinhamento partidário; resultados de políticas sociais; saúde; educação; regressão descontínua; *propensity score matching*.

ABSTRACT

Do municipalities aligned to the federal government have better social policy results? In democratic systems, public policies are at the center of the relationship between the political class and the electorate. On the one hand, voters demand more public services and well-being. On the other, politicians provide social programs as a way of signaling competence and increasing their chances of re-election. This relationship is structured within a context of interparty competition, in which political parties compete with each other and form alliances to try to secure their position in government. Thus, assuming that these actors use policies strategically, I argue that political parties act as a cartel, controlling both the production and distribution of public policies to benefit political allies and reduce electoral competition. The main objective of this thesis is to test the relationship between partisan alignment and social policy results. Using data on health and education policies in Brazilian municipalities from 2008 to 2018, I analyze the effect of the partisan alignment to the president and to the coalition on three result dimensions: (1) financing, (2) delivery and (3) impact. To estimate the causal effect of the treatment, I use quasi-experimental techniques: regression-discontinuity design for close elections to test the first group of hypothesis and Propensity Score Matching associated with OLS regression with an interactive term to the second group of hypothesis. The results suggest the partisan alignment exerts effect in more results in healthcare than education. At the same time, the alignment to the president seems to produce better results in both areas, while being aligned to the coalition produces mixed effects. Even in this scenario, the estimates in general indicate some policy resistance to partisan interference. I suggest three explanations for observed results: (1) the institutionalization of intergovernmental relations, (2) the changes in local politicians' priorities and (3) the low electoral returns of health and education policies.

Keywords: partisan alignment; social policies results; healthcare; education; regression-discontinuity design; propensity score matching.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Inauguração do Super Centro Carioca de Saúde em fevereiro de 2023.....	15
Figura 2 – Políticos e profissionais na inauguração do Super Centro	16
Figura 3 - Relação causal.....	20
Figura 4 - Expectativa de temporalidade dos efeitos.....	39
Figura 5 - Exemplo de apresentação da regressão descontínua.....	45
Figura 6 - Exemplo de apresentação do modelo de dose-resposta	51
Figura 7 - Valores médios do investimento municipal em saúde e educação.....	57
Figura 8 - Valores médios das transferências discricionárias em saúde e educação	59
Figura 9 - Alinhamento prefeito-presidente para o investimento em saúde	60
Figura 10 - Alinhamento prefeito-coalizão para o investimento em saúde	60
Figura 11 - Alinhamento prefeito-presidente para o investimento em educação	61
Figura 12 - Alinhamento prefeito-coalizão para o investimento em educação	62
Figura 13 - Alinhamento prefeito-presidente para transferências em saúde	63
Figura 14 - Alinhamento prefeito-coalizão para transferências em saúde.....	63
Figura 15 - Alinhamento prefeito-presidente para transferências em educação.....	64
Figura 16 - Alinhamento prefeito-coalizão para transferências em educação.....	64
Figura 17 - Efeito heterogêneo do alinhamento para o investimento em saúde.....	65
Figura 18 - Efeito heterogêneo do alinhamento para o investimento em educação	66
Figura 19 - Efeito heterogêneo do alinhamento para transferências em saúde	67
Figura 20 - Efeito heterogêneo do alinhamento para transferências em educação	67
Figura 21 - Evolução da cobertura da atenção básica	70
Figura 22 - Mapas com distribuição geográfica da cobertura da atenção básica	71
Figura 23 - Evolução da variável alunos por professor	72
Figura 24 - Mapas com distribuição geográfica da variável alunos por professor.....	73
Figura 25 - Alinhamento prefeito-presidente para variável cobertura da atenção básica.....	74
Figura 26 - Alinhamento prefeito-coalizão para variável cobertura da atenção básica.....	74
Figura 27 - Alinhamento prefeito-presidente para variável alunos por professor	75
Figura 28 - Alinhamento prefeito-coalizão para variável alunos por professor	76
Figura 29 - Efeito heterogêneo do alinhamento para cobertura da atenção básica	77
Figura 30 - Efeito heterogêneo do alinhamento para alunos por professor.....	77
Figura 31 - Evolução da taxa de mortalidade infantil	79
Figura 32 - Mapas com distribuição geográfica da variável taxa de mortalidade infantil	80

Figura 33 - Evolução da taxa de rendimento escolar.....	81
Figura 34 - Mapas com distribuição geográfica da variável taxa de rendimento escolar	82
Figura 35 - Alinhamento prefeito-presidente para variável taxa de mortalidade infantil.....	83
Figura 36 - Alinhamento prefeito-coalizão para variável taxa de mortalidade infantil.....	83
Figura 37 - Alinhamento prefeito-presidente para variável taxa de rendimento escolar.....	84
Figura 38 - Alinhamento prefeito-coalizão para variável taxa de rendimento escolar.....	84
Figura 39 - Efeito heterogêneo do alinhamento para taxa de mortalidade infantil	85
Figura 40 - Efeito heterogêneo do alinhamento para taxa de rendimento escolar	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Síntese da primeira estratégia empírica	48
Tabela 2 - Síntese da segunda estratégia empírica	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ESF	Estratégia Saúde da Família
FINBRA	Finanças do Brasil
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPTU	Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NOBs	Normas Operacionais Básicas
PAB	Piso de Atenção Básica
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PR	Partido da República
PSD	Partido Social Democrático
PSF	Programa Saúde da Família
<i>PSM</i>	<i>Propensity Score Matching</i>
PT	Partido dos Trabalhadores
RDD	Desenho de Regressão Descontínua
SICONFI	Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SIOPE	Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação
SIOPS	Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Contexto institucional brasileiro	17
1.2	Mecanismo causal proposto.....	18
1.3	Por que analisar alinhamento partidário e políticas sociais?	20
1.4	Explicações alternativas.....	22
1.5	O que a tese é (e o que não é).....	23
1.6	Organização do texto.....	24
2	QUADRO TEÓRICO, ARGUMENTO E HIPÓTESES	25
2.1	Teorias tradicionais: <i>partisan theory</i> e <i>power resources theory</i>	25
2.2	Competição partidária e políticas públicas.....	28
2.3	Mercado político e cartelização.....	31
2.4	Alinhamento partidário	34
2.5	Argumento e hipóteses	38
3	DESENHO DE PESQUISA.....	41
3.1	Operacionalizando “resultados de políticas sociais”.....	41
3.1.1	Financiamento	42
3.1.2	Oferta.....	42
3.1.3	Impacto.....	43
3.2	O alinhamento partidário tem algum efeito?.....	43
3.3	O alinhamento partidário tem efeito heterogêneo ao longo do tempo?	50
4	FINANCIAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS.....	55
4.1	Investimento municipal.....	56
4.2	Transferências discricionárias.....	57
4.3	Resultados	59
5	OFERTA DE POLÍTICAS SOCIAIS.....	68
5.1	Cobertura da atenção básica	69
5.2	Alunos por professor	71
5.3	Resultados	73
6	IMPACTO DE POLÍTICAS SOCIAIS	78
6.1	Taxa de mortalidade infantil	78
6.2	Taxa de rendimento escolar	80
6.3	Resultados	82
7	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	87

7.1	Institucionalização das relações intergovernamentais.....	89
7.2	Mudanças de prioridades dos políticos locais.....	92
7.3	Baixos retornos eleitorais de políticas de saúde e educação	93
8	CONCLUSÃO	95
	REFERÊNCIAS	98
	APÊNDICE A - MATERIAL SUPLEMENTAR DO CAPÍTULO 4	113
	APÊNDICE B - MATERIAL SUPLEMENTAR DO CAPÍTULO 5	147
	APÊNDICE C - MATERIAL SUPLEMENTAR DO CAPÍTULO 6.....	165

1 INTRODUÇÃO

No dia 6 de janeiro de 2023, foi inaugurado, na cidade do Rio de Janeiro, o Super Centro Carioca de Saúde, um complexo que oferece atendimento em diversas especialidades, além de diagnóstico e tratamento por imagem. Participaram da ocasião o prefeito Eduardo Paes (PSD); o governador do estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL); o presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva (PT); a ministra da Saúde, Nísia Trindade; entre outras autoridades¹. A figura 1 apresenta um registro oficial do evento:

Figura 1 – Inauguração do Super Centro Carioca de Saúde em fevereiro de 2023



Fonte: site oficial do prefeito Eduardo Paes².

O prefeito Eduardo Paes é filiado ao PSD, partido que integra a coalizão do presidente Lula. Cláudio Castro, no entanto, é filiado ao PL, partido pelo qual o ex-presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) concorreu à reeleição. Um dia antes da inauguração, Castro concedeu uma entrevista em que disse apoiar e continuar apoiando o ex-presidente³. Em outra foto do mesmo evento (figura 2), Paes aparece ao lado de Lula, mas sem a presença de Castro, que não tem seu nome na placa de inauguração do Centro, nem é mencionado na matéria oficial do site do prefeito (nota de rodapé 2).

¹ Ver em: <https://shorturl.at/bruR5>. Último acesso em 4 de janeiro de 2024.

² Ver em: <https://shorturl.at/ctBK5>. Último acesso em 4 de janeiro de 2024.

³ Ver em: <https://shorturl.at/wFKV9>. Último acesso em 4 de janeiro de 2024.

Figura 2 – Políticos e profissionais na inauguração do Super Centro



Fonte: site oficial do prefeito Eduardo Paes⁴.

Os simbolismos que compõem estas ações durante o evento ilustram o tema deste trabalho de duas maneiras. Em primeiro lugar, políticas públicas são importantes para os políticos. Participar da inauguração de obras, por exemplo, é uma forma de mostrar aos eleitores quais as prioridades e trabalhos em execução pelo governo. Mais especificamente, políticas sociais são um importante arsenal eleitoral disponível à classe política, dadas a proximidade e frequente utilização dos serviços pela população. Em segundo lugar, evitar aparecer ao lado do governador da oposição, bem como não divulgar registros e não mencionar seu nome em uma matéria oficial são estratégias usadas para não compartilhar o crédito da provisão de serviços com um político que, neste exemplo, não é aliado nem do prefeito, nem do presidente.

A teoria prevê que, em sistemas democráticos, partidos políticos estão inseridos em um ambiente de competição partidária, inevitavelmente interagindo com outros atores (BARTOLINI, 1999). Esta competição molda seus comportamentos dentro deste sistema (STROM, 1989), fazendo com que eles se posicionem de forma estratégica dentro do espaço político (PICOT, 2009).

Além das eleições no nível nacional, os partidos competem em pleitos locais (DESCHOUWER, 2003). Nesses contextos, uma estratégia política frequentemente utilizada é favorecer aliados locais em detrimento de políticos de oposição. Esse movimento é vantajoso para as elites nacionais e locais. No primeiro caso, os correligionários no plano subnacional

⁴ Ver em: <https://shorturl.at/ctBK5>. Último acesso em 4 de janeiro de 2024

podem usar proximidade com os eleitores para mobilizar votos (VAN HOUTEN, 2009). No segundo, mais apoio do governo central pode significar mais recursos disponíveis (BROLLO; NANNICINI, 2012).

Neste cenário, assumindo que políticos veem políticas públicas como um recurso de sobrevivência política, os motivando a utilizá-las de forma estratégica, faço a seguinte pergunta: **municípios partidariamente alinhados ao governo federal têm melhores resultados de políticas sociais?** Partindo do princípio de que a política assume uma lógica de mercado, argumento que os partidos atuam como um cartel, controlando tanto a produção quanto a distribuição de políticas públicas para beneficiar aliados políticos e reduzir a competição eleitoral.

Para responder a esta pergunta, escolhi como caso o Brasil, considerado um dos federalismos mais fortes do mundo (STEPAN, 1999). Utilizando técnicas quase-experimentais (regressão descontínua e *Propensity Score Matching*), testo o efeito do alinhamento partidário para resultados nas áreas de saúde e educação no período 2008-2018. Os resultados sugerem que o alinhamento partidário tem efeito em mais indicadores na área da saúde do que na educação. Ao mesmo tempo, o alinhamento ao presidente parece produzir melhores resultados em ambas as áreas, enquanto estar alinhado à coalizão produz efeitos mistos. Mesmo neste cenário, os resultados em geral indicam uma certa resistência das políticas à interferência partidária, principalmente na educação.

Nas próximas seções da introdução apresento o contexto institucional em que a análise está inserida, além do mecanismo causal proposto, a justificativa da pesquisa, explicações alternativas, a proposta da tese e sua organização.

1.1 Contexto institucional brasileiro

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu competências comuns para União, estados e municípios em diversas áreas de políticas sociais, incluindo saúde e educação (ALMEIDA, 2005). A responsabilidade local sobre estas áreas aconteceu de forma concomitante às baixas definições sobre de que forma os gastos municipais deveriam acontecer (EATON; DICKOVICK, 2004). O resultado foi a combinação entre crescimento dos gastos e pouca disciplina nos municípios, o que acentuou a crise fiscal brasileira e permitiu às elites do governo central a adoção de medidas de regulação federal como uma urgência para o país (ARRETCHE, 2009).

As reformas nas relações federativas, que aconteceram essencialmente a partir da década de 1990, deram continuidade ao processo de descentralização setorial, mas atrelado ao fortalecimento do controle exercido pelo governo federal (MELO, 2005). Nesse contexto, diversos instrumentos legais passaram a regular não só as competências tributárias, mas também referentes aos gastos e implementação de políticas públicas pelos governos subnacionais (ARRETCHE, 2009). Essas reformas não encontraram muitos obstáculos, uma vez que as novas regras apresentavam uma estrutura de incentivos que as tornaram atraentes para as elites locais (ARRETCHE, 2002a).

Esse processo de fortalecimento resultou no aumento de mecanismos de coordenação federal, constitucionalização de transferências intergovernamentais e normatização de diretrizes para estados e municípios (ABRUCIO, 2005; ARRETCHE, 2004). Assim, o governo central concentrou o *policy decision-making*, ou autoridade para legislar e tomar decisões sobre políticas, ao mesmo tempo que o *policy-making*, a responsabilidade para sua execução, ficou a cargo dos governos subnacionais (ARRETCHE, 2010).

Na prática, municípios e estados assumiram diferentes papéis na implementação de políticas sociais. No caso da educação, os governos municipais ficaram responsáveis, prioritariamente, pela oferta dos ensinos infantil e fundamental. Aos estados foi atribuído essencialmente o ensino médio. Na saúde, a atenção básica ficou sob responsabilidade de prefeitos, enquanto serviços de média e alta complexidade, pelo nível estadual (ARRETCHE; MARQUES, 2002; MELO, 2005; SOUZA, 2001).

1.2 Mecanismo causal proposto

Diferentes desenhos institucionais criam incentivos e oportunidades distintas para os partidos políticos. Em um sistema federalista, os partidos tendem a mimetizar a estrutura multinível do país, fazendo com que as organizações partidárias promovam ligações e integração entre diferentes níveis de governo (DETTERBECK, 2011; RIBEIRO; FABRE, 2019; SAGLIE, 2019; THORLAKSON, 2009).

Tais conexões entre os níveis nacional e subnacionais ocorrem por duas razões. Em primeiro lugar, a competição interpartidária em diferentes níveis de governo estimula a articulação interna dos partidos como uma forma de sobrevivência política (THORLAKSON, 2009). Assumindo que os níveis do mesmo partido compartilham os mesmos objetivos e

interesses (permanecer no governo), a cooperação passa a ser uma ação não somente desejada, como também necessária (THORLAKSON, 2011; VAN HOUTEN, 2009).

A segunda motivação é o grau de divisão de *policy-making* nas federações. Em contextos institucionais de concentração de poderes no governo central para legislar sobre políticas públicas, e delegação de administração e implementação a governos subnacionais, um alto nível de coordenação intergovernamental é exigido. Por sua vez, as estruturas partidárias oferecem canais de coordenação intrapartidária, mantendo algum nível de integração e coerência de políticas dentro do partido (THORLAKSON, 2009).

Dessa maneira, os partidos aumentam a capacidade de conectar processos dentro e através de níveis de governo, portanto reduzindo complexidades e conectando diferentes arenas de decisão (BOLLEYER, 2011; DETTERBECK, 2011). Partindo deste pressuposto, assumo que as estruturas partidárias ajudam a conectar o *policy-making* em sistemas federalistas (DETTTERBECK, 2011; FABRE; SWENDEN, 2013; SAGLIE, 2019).

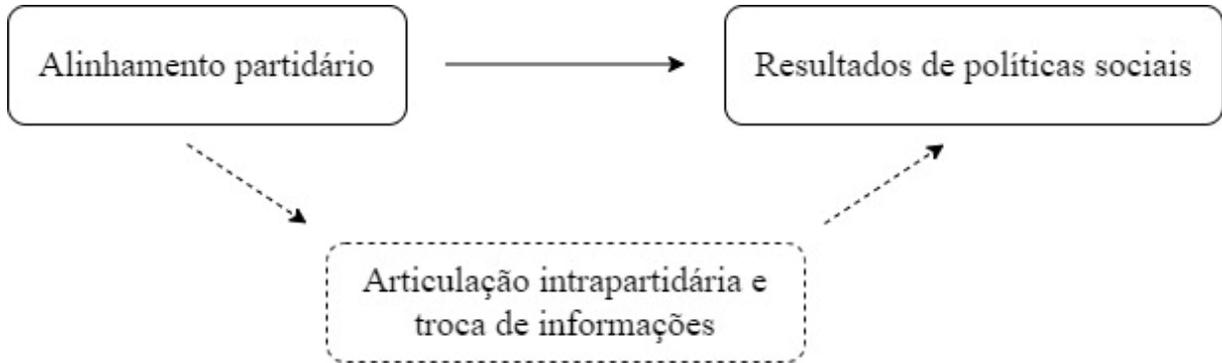
Neste contexto, uma vez que há alinhamento partidário entre governo central e local, os partidos irão conceder vantagens informacionais a seus correligionários. As articulações intrapartidárias são evidências de que há comunicação interna entre níveis de governo alinhados (AVELINO; BIDERMAN; BARONE, 2012). O alinhamento, portanto, promove coordenação e reduz conflitos (AJA; COLINO, 2014; FABRE; SWENDEN, 2013; HARGUINDÉGUY; RIVERA; SÁNCHEZ, 2020; SAGLIE, 2019; ŞTEFURIUC, 2009).

De forma mais específica, o mecanismo que conecta o alinhamento partidário a melhores resultados em políticas sociais é o maior acesso e compartilhamento de informações entre níveis de governo. Evidências anteriores apontam que políticos locais têm mais acesso a informações importantes sobre investimento quando possui um aliado no governo central, mais especificamente um ministério (MEIRELES, 2019a). Sendo assim, uma vez que há alinhamento partidário, as burocracias têm acesso facilitado a informações importantes, já que os partidos promovem um ambiente organizacional compartilhado, criando mais socialização e conexão entre *office-holders* (BOLLEYER, 2011).

Os tipos de informações a serem compartilhadas podem ser diversos, como por exemplo: prestar apoio técnico para o preenchimento de planos de trabalho que visam solicitar convênios, participar de cursos de formação de gestores para implementação de políticas públicas, ou mesmo receber informações sobre como efetivar procedimentos burocráticos para

contratações de empresas, serviços ou profissionais. A figura 3 mostra a representação da cadeia causal:

Figura 3 - Relação causal



Fonte: elaboração do autor.

Informação é um recurso de grande importância para as políticas públicas, estando diretamente ligada a melhores resultados (HOWLETT, 2000; LANE, 2000; VAN METER; VAN HORN, 1975). A disponibilidade de uma estrutura informacional reduz imprecisões, aumenta a racionalidade e a efetividade das políticas públicas, portanto é essencial para o funcionamento adequado de programas governamentais (HOWLETT, 2000; LANE, 2000).

Assim como recursos financeiros, informação é uma fonte de poder (HILL, 2005). Dessa maneira, a forma como governos partidários controlam o fluxo de informação não é fruto de uma ação politicamente neutra, mas sim de comportamentos estratégicos com a intenção de maximizar suas preferências e potencialmente enfraquecer oponentes políticos (CHARBIT, 2011; HOWLETT; RAMESH; PERL, 2020). Com isso, as vantagens informacionais promovidas através do alinhamento partidário se tornam importantes para explicar as variações nos resultados das políticas públicas.

1.3 Por que analisar alinhamento partidário e políticas sociais?

Em sistemas políticos federalistas, além das eleições nacionais, os partidos competem em pleitos locais, criando múltiplos pontos de organização e competição política (THORLAKSON, 2009). Essa característica faz com que os partidos no nível nacional vejam com importância os resultados eleitorais de eleições subnacionais (DESCHOUWER, 2003). Nesse contexto, é criada uma estratégia vantajosa para ambos os lados. Ao contribuir com as eleições locais, os partidos no âmbito nacional se beneficiam das vantagens que as elites locais têm: mais informação e *expertise* para mobilizar eleitores e contribuir com a campanha

nacional, conseqüentemente afetando o desempenho eleitoral de ambos (VAN HOUTEN, 2009).

A partir disso, uma extensa literatura aponta a relação entre alinhamento partidário e maximização do bem-estar local (GOLDEN; MIN, 2013). Ao invés de tomar este favoritismo partidário enquanto uma ação benevolente por parte dos partidos no governo, tal comportamento estaria mais associado a uma estratégia oportunista, que visa extrair renda de cargos públicos, conquistar eleitores, construir alianças políticas e maximizar as chances de reeleição (ARULAMPALAM et al., 2009; BROLLO; NANNICINI, 2012).

Evidências recentes apontam a existência de grande variação entre governos locais no que diz respeito a gastos em políticas sociais, cobertura de serviços de saúde e assistência social, taxas de mortalidade infantil, quantidade de crimes etc., sendo parte destes resultados associados à favoritismo partidário entre elites nacionais e locais (ALBERTI; DÍAZ-RIOSECO; VISCONTI, 2023; ARRETICHE, 2010; CALLEN; GULZAR; REZAEI, 2020; GARAY; SIMISON, 2022; LIRA, 2023; NIEDZWIECKI, 2015, 2018).

Ou seja, a partir deste conjunto de evidências prévias, é possível que o nível de bem-estar da população esteja sendo mediado por considerações estratégicas dos partidos políticos. Isso ocorre dentro de um contexto em que as instituições burocráticas e administrativas do Estado não estão completamente isoladas da política partidária (HJERN; HULL, 1982). Se assim o fosse, não faria sentido ter eleições, pois o conjunto de políticas públicas ofertadas pelos diferentes partidos seria essencialmente o mesmo.

Dessa maneira, acredito ser importante analisar como um fenômeno político pode interferir na entrega de políticas públicas e no bem-estar da população. Do ponto de vista da pesquisa em si, procuro fazer duas contribuições essenciais ao propor uma abordagem mais integrada, tanto do ponto de vista do objeto, quanto da lente analítica. Sobre a primeira, coloco no centro da análise evidências empíricas sobre os resultados de políticas sociais. Ao utilizar dados sobre financiamento, indicadores de oferta e informações sobre impacto social, posso obter inferências mais robustas sobre o processo de produção de políticas públicas e o impacto gerado na sociedade.

Em relação à lente analítica, busco contribuir com o debate de intersecção entre Ciência Política e Políticas Públicas. Frequentemente, as discussões sobre instituições políticas não levam em consideração o conteúdo substantivo das decisões tomadas, seja no âmbito do Legislativo ou Executivo. Do outro lado, é comum observar que o desenvolvimento de parte

considerável da literatura em Políticas Públicas vem acontecendo de modo relativamente alheio a teorias, conceitos e variáveis políticas. Se um dos principais pressupostos democráticos é que políticos são eleitos para produzir políticas públicas, precisamos de pesquisas que investiguem essa relação a partir de evidências sobre se, como e por que determinadas políticas são produzidas.

Por fim, é importante ressaltar que quando me refiro a produção e resultados de políticas sociais, estou falando sobre investimento de dinheiro público, contratação de equipes de saúde, admissão de professores da educação básica, e informações que traduzem bem-estar da população, como mortalidade infantil, por exemplo. Ou seja, diversas dimensões de serviços utilizados diariamente pela população, com consequências diretas na sua qualidade de vida.

1.4 Explicações alternativas

Além da competição partidária, existem outras correntes teóricas que objetivam explicar resultados de políticas públicas e provisão de bem-estar para a população. A primeira delas é a “lógica do industrialismo”. Para essa abordagem, políticas sociais emergem no processo de industrialização para responder aos choques econômicos. A industrialização está associada a profundas transformações na sociedade, com migrações para os espaços urbanos e consequentes mudanças nas relações interpessoais. Sendo assim, as políticas surgem como uma forma de mitigar os efeitos de transformações socioeconômicas (HICKS, 1999; PAMPEL; WILLIAMSON, 1988; SEGURA-UBIERGO, 2007).

Em complementariedade à primeira, a corrente da globalização dá ênfase à relação entre abertura econômica e o *welfare state*. Aqui, as políticas sociais são expandidas para compensar perdas advindas da competição de mercado internacional. O argumento é que a globalização está associada à expansão das políticas sociais. A exposição à competição iria aumentar inseguranças econômicas, que faria os trabalhadores demandarem mais compensações e, por fim, receber mais políticas governamentais (IVERSEN; CUSACK, 2000; SEGURA-UBIERGO, 2007).

Do ponto de vista institucional, o próprio desenvolvimento da democracia está associado à expansão do bem-estar. O amadurecimento de instituições democráticas permite que canais de participação e demanda social sejam mais efetivos em canalizar as necessidades da população. Deliberação entre indivíduos, burocratas governamentais, políticos e organizações sociais representam mais cidadania e expansão de *accountability*, permitindo mais

propostas de políticas públicas e monitoramento de sua provisão (TOUCHTON; SUGIYAMA; WAMPLER, 2017).

Outro fator institucional ligado ao desenvolvimento de políticas sociais é o desenho do sistema eleitoral de um país. Cada um está associado a um sistema partidário distinto que molda as estruturas de coalizão de classes e, conseqüentemente, o desenho das políticas de redistribuição. Em sistemas de representação proporcional, não há barreiras institucionais para a representação de classes diferentes de partidos. Em sistemas majoritários, há apenas dois partidos em equilíbrio. Para esta literatura, o argumento é que a redistribuição será maior em sistemas de representação proporcional com coalizões de centro-esquerda (IVERSEN; SOSKICE, 2006).

Ainda sob a ótica institucional, é esperado que políticas de bem-estar se desenvolvam mais em países onde haja maior centralização do Estado. Isso permite que o governo central tenha maior capacidade de desenhar e executar os programas sociais independente de pressões de grupos da sociedade ou de governos subnacionais que se oponham às políticas propostas (COX, 1998; OBINGER; LEIBFRIED; CASTLES G., 2005).

O legado de políticas anteriores também é um fator considerado importante pela literatura. Políticas passadas empoderam instituições e atores a entender e colocar em prática o funcionamento de políticas atuais, ou seja, facilitam sua implementação. A estabilidade das políticas também está associada à mais apoio na opinião pública, o que as tornaria mais difíceis de serem modificadas (NIEDZWIECKI, 2018; PRIBBLE, 2013). Naturalmente, outras explicações existem, porém as que foram mencionadas nesta seção e as mobilizadas no capítulo 2 são as mais frequentemente utilizadas no campo da Ciência Política.

1.5 O que a tese é (e o que não é)

É importante deixar claro que esta tese está ligada à forma de produção científica que busca acessar os “efeitos das causas” e não “as causas dos efeitos” (GOERTZ; MAHONEY, 2012). Como a própria pergunta de pesquisa sugere, estou procurando entender qual o efeito de uma causa específica X (o alinhamento partidário) sobre um fenômeno Y (resultados de políticas sociais). Buscar “as causas dos efeitos” me levaria a outra pergunta e, conseqüentemente, outras teorias e técnicas de pesquisa. Seria outra tese.

Adotar a primeira estratégia em detrimento da segunda não significa eu considere menos importante o estudo de múltiplas causas para um fenômeno. Enquanto um pesquisador das

ciências sociais, entendo que fenômenos sociais e políticos são invariavelmente multicausais. Também não implica que eu acredite que o alinhamento partidário seja a variável explicativa mais importante para entender resultados em políticas públicas. Essa escolha significa apenas que eu estou utilizando uma abordagem teoricamente embasada, mas ainda pouco explorada na Ciência Política brasileira.

Sendo assim, esta tese não tem a pretensão de afirmar (e nem afirma) que exista uma única causa para o fenômeno explorado, muito menos que essa causa seja o alinhamento partidário. O único objetivo é dar luz e tratamento empírico adequado a uma explicação plausível do ponto de vista teórico, contextualizando os achados e adicionando nuances à literatura sobre o tema.

1.6 Organização do texto

Além desta introdução, a tese está organizada da seguinte maneira: no capítulo 2, apresento o quadro teórico, com o desenvolvimento da literatura e os debates mais relevantes, chegando até a apresentação do meu argumento e as hipóteses. No terceiro capítulo, mostro o desenho de pesquisa, detalhando as escolhas das variáveis independentes, dependentes, covariáveis e os modelos utilizados para testar as hipóteses. O capítulo 4 tem o debate e apresentação de resultados descritivos e causais sobre a primeira dimensão de resultados: o financiamento das políticas de saúde e educação. No quinto capítulo, apresento da mesma maneira a dimensão de oferta das políticas sociais. O sexto, o impacto das políticas públicas. Após a exposição, discuto os resultados da tese de maneira agregada no capítulo 7, fazendo o debate com outros trabalhos empíricos e conectando com a literatura de forma mais geral. Por fim, apresento as considerações finais, com limitações deste trabalho e possíveis agendas de pesquisa no capítulo 8.

2 QUADRO TEÓRICO, ARGUMENTO E HIPÓTESES

Existe uma longa tradição na Ciência Política internacional de analisar como os partidos políticos influenciam resultados de políticas públicas, e políticas sociais em particular (IMBEAU; PÉTRY; LAMARI, 2001; POTRAFKE, 2017). Ao longo de quase 50 anos de debates, os argumentos foram se tornando mais sofisticados, trazendo de forma mais acurada as transformações observadas na sociedade, em contextos institucionais e nos próprios partidos políticos (HÄUSERMANN; PICOT; GEERING, 2013).

Neste capítulo, irei construir a base teórica que vai guiar os argumentos e análises empíricas desta tese. Para isto, o dividirei em cinco seções. Na primeira, irei apresentar a literatura mais tradicional sobre a relação entre partidos políticos e políticas públicas. Não pretendo fazer uma revisão extensiva desse debate, uma vez que ele não irá guiar meus argumentos e hipóteses. Meu objetivo é apenas localizar de onde os debates atuais partiram e de que forma eles se aproximam ou se distanciam da discussão tradicional.

Na segunda seção, apresentarei a primeira parte da literatura que estou mobilizando, a competição partidária e como ela molda incentivos e ações dos partidos. Em seguida, irei qualificar o debate sobre competição, mostrando como os partidos agem dentro do mercado político de forma a privilegiar seus próprios interesses. Na penúltima seção, discutirei uma maneira que a literatura observa esses eventos de forma empírica: o alinhamento partidário. Por fim, irei apresentar meu argumento e as hipóteses.

2.1 Teorias tradicionais: *partisan theory* e *power resources theory*

A abordagem teórica tradicional sobre os efeitos dos partidos sobre políticas públicas, conhecida como *partisan theory*, surgiu como uma explicação rival às teorias do marxismo estrutural, funcionalismo e pluralismo (HÄUSERMANN; PICOT; GEERING, 2013). Para essa corrente, partidos políticos se comportam ideologicamente, adotando e implementando políticas públicas que são consistentes com suas orientações ideológicas e de seus distritos (HIBBS, 1977, 1992).

Os primeiros trabalhos publicados analisavam, principalmente, políticas macroeconômicas. A hipótese central nesses estudos é que partidos de esquerda têm preferências alinhadas a políticas de promoção de pleno emprego e distribuição de renda. Por sua vez, partidos de direita são mais preocupados com estabilidade de preços e equilíbrio na balança de pagamentos (HIBBS, 1977).

Sendo assim, os resultados observados nas políticas públicas seriam uma função das mudanças de composição partidária e ideológica dos governos (ALT, 1985; CAMERON, 1978). O argumento é que o perfil dos seus eleitorados molda as políticas adotadas pelos partidos. A parcela da população economicamente mais pobre (e ligadas a partidos de esquerda) sente mais fortemente flutuações nos níveis de desemprego, enquanto as mais ricas (alinhadas à direita), no mercado financeiro. Dessa forma, as prioridades de cada partido seriam consideravelmente distintas, refletindo nas escolhas políticas destes (HIBBS, 1992).

Dado que o eleitorado de cada partido é uma peça-chave nesse processo, consequentemente são importantes as eleições. As decisões dos partidos sobre políticas passam por cálculos eleitorais, levando em consideração a posição de outros competidores e os retornos/custos eleitorais envolvidos com a implementação das políticas. Portanto, para essa literatura, a política é um mercado no qual políticos e governos entregam políticos em troca de apoio político (SCHMIDT, 1996). Assim, as mudanças observadas são, também, resultado de incentivos estratégicos aos quais os partidos respondem (ALT, 1985).

Paralela à essa corrente, uma teoria relacionada foi desenvolvida, a *power resources theory*. Ela compartilha o mesmo pressuposto, que partidos moldam resultados em políticas públicas, porém colocando ênfase na mobilização de classes socioeconômicas como a base da política partidária. Nesse sentido, os partidos seriam expressões organizadas de interesses e ação coletivas, com o objetivo de proteger as demandas de grupos localizados em posições diferentes na estrutura social (KORPI, 1989).

A teoria argumenta que a maior parte de trabalhadores assalariados têm grande interesse para utilizar intervenções políticas com objetivo de modificar as forças e critérios de distribuição de renda do mercado, levando à expansão de direitos sociais e cidadania social. Esse processo configuraria, portanto, uma luta de classes democrática, em que a classe trabalhadora levaria as demandas por redistribuição para dentro da arena política, onde sua força numérica pode fazer grande diferença (KORPI, 1983, 1989). Dessa forma, a *power resources theory* faz uma ligação entre mobilização de classe, filiação partidária e governo partidário de forma explícita. Aqui, a ação coletiva é observada no papel que os sindicatos exercem tanto para expressão de preferências políticas, como também para formar as bases dos partidos (HÄUSERMANN; PICOT; GEERING, 2013).

Apesar dos estudos empíricos iniciais apontarem para o efeito da ideologia partidária sobre as políticas públicas (ALT, 1985; HIBBS, 1977; HICKS; SWANK, 1992), o acúmulo de

evidências ao longo das décadas mostra que os resultados são contraditórios, até para uma mesma área de política pública (IMBEAU; PÉTRY; LAMARI, 2001; POTRAFKE, 2017). Do ponto de vista teórico, a corrente tradicional da literatura também foi objeto de críticas. A chamada “escola da convergência” argumentou que as sociedades industrializadas têm se tornado cada vez mais parecidas, enfrentando problemas e implementando soluções semelhantes. Assim, essa escola apontou para um declínio da ideologia partidária, importante apenas nos anos iniciais dos processos de industrialização para explicar regras e legislações adotadas (THOMAS, 1980).

Ao mesmo tempo, críticos enfatizaram o excessivo foco em resultados macroeconômicos como forma de observar empiricamente resultados em políticas públicas. Nessa área específica, os atores econômicos respondem a incentivos, mas não há uma regulação completa do mercado (nas democracias analisadas). Ou seja, dentro de certos limites, a ideologia do governo importa, mas especialmente em escolhas ligadas à legislação, taxação e gastos (SCHMIDT, 1996). De maneira geral, os debates que sucederam a *partisan theory* e a *power resources theory* apontaram a fragilidade do pressuposto de que há uma relação linear e direta entre a ideologia do partido no poder e os resultados de políticas públicas (HÄUSERMANN; PICOT; GEERING, 2013). As contribuições mais recentes têm chamado atenção para três grandes pontos.

Em primeiro lugar, os eleitorados mudaram e já não correspondem mais àqueles observados na era industrial (KITSCHOLT, 1994). Por exemplo: nas últimas décadas, partidos de esquerda têm mobilizado e atraído pessoas jovens e com alta escolaridade, perfis que não eram observados nos partidos quando as teorias foram desenvolvidas (HÄUSERMANN; PICOT; GEERING, 2013). Ou seja, não há como esperar que os partidos tenham as mesmas preferências, uma vez que seus eleitorados não são mais os mesmos. Em segundo lugar, os partidos não necessariamente mantêm ligações programáticas com seus eleitorados, mas também podem se utilizar de políticas públicas para manter relações clientelistas (SHEFTER, 1977).

O terceiro ponto é, para esta tese, o mais importante. Os partidos não estão num vácuo político e institucional, mas sim inseridos em um sistema político competitivo. A competição partidária molda os incentivos aos quais os partidos respondem no processo de influenciar políticas públicas (PICOT, 2009). Sendo assim, as decisões tomadas em relação às políticas são fruto de considerações estratégicas dos partidos (PICOT, 2012). Na próxima seção irei detalhar

por quê considero esse aspecto como o mais importante e de que forma ele influencia a ação partidária.

2.2 Competição partidária e políticas públicas

Em sistemas democráticos, eleições são uma condição necessária para o acesso de partidos políticos ao governo (DOWNS, 1999). As próprias definição e existência dos partidos políticos estão associadas à competição em eleições. Caso não fosse, eles não seriam partidos, mas grupos de interesse, movimentos, ou alguma instituição de natureza semelhante (HARMEL; JANDA, 1994). Isso não significa que grupos de interesse e movimentos sociais não possam integrar partidos, mas apenas que a organização partidária, por definição, foi criada objetivando acessar o Estado (DOWNS, 1999).

Colocada a necessidade de disputar eleições, os partidos entram em um ambiente de competição, caracterizada por um sistema de interações entre os atores (BARTOLINI, 1999; PICOT, 2012). Isso pressupõe a existência de um objetivo em comum, neste caso acessar o Estado, que é percebido pelos competidores com um valor unânime (BARTOLINI, 1999). É importante destacar que competição é diferente de competitividade. A competição é uma estrutura, a forma como o jogo acontece. Ela pode existir sem necessariamente implicar que há competitividade, ou seja, é um conceito mais amplo que fala sobre a interação dos partidos no sistema (SARTORI, 2005).

Este componente central de democracias liberais pressupõe a existência de conflitos de interesse entre os atores (STROM, 1989). As chances de um partido *outsider* (aqui considerado como os partidos fora do governo) se tornar um *insider* (aqueles que ocupam o governo), mediante vencer as eleições, é a principal delas. A possibilidade de ganhar o controle sobre o aparato de *decision-making* influencia o comportamento do *outsider*. Por sua vez, a ameaça de perder o controle sobre governo influencia o comportamento do *insider* (DAWSON; ROBINSON, 1963; FLECK, 2001).

A competição, portanto, molda o comportamento dos atores dentro deste sistema (STROM, 1989). Os partidos se posicionam estrategicamente no espaço político, concentrando seus esforços em grupos do eleitorado que se esperam maiores retornos em termos de votos (PICOT, 2009). Assim, os movimentos e escolhas dos partidos dependem da sua posição relativa no sistema (PICOT, 2012).

Apesar de assumir que o objetivo central dos partidos é ocupar cargos políticos, do ponto de vista teórico existem três possibilidades de comportamento deles: *vote-seeking*, *office-seeking* e *policy-seeking*. Partidos *vote-seeking* objetivam maximizar votos em eleições. É derivado do modelo *downsiano* de competição partidária espacial e assume que os partidos se movem de modo a maximizar a quantidade de votos recebidos em um pleito. No modelo *office-seeking*, os partidos objetivam aumentar seu controle sobre cargos políticos motivados pelos benefícios advindos disso, como extração de renda, poder e prestígio. Por sua vez, partidos *policy-seeking* são motivados pelo desejo de influenciar políticas públicas (STRØM, 1990; STRØM; MÜLLER, 1999).

Na prática, partidos que têm apenas um dos três objetivos dificilmente existem (STRØM, 1990). Além disso, esses modelos não são mutuamente excludentes ou completamente independentes uns dos outros (WOLINETZ, 2002). Algumas estratégias, na verdade, seriam inviáveis do ponto de vista prático. Por exemplo: votos não têm valor intrínseco para os partidos, eles são apenas uma maneira de alcançar cargos em sistemas democráticos (STRØM, 1990). De maneira semelhante, partidos puramente *policy-seeking* poderiam ser recompensados ainda que não ocupassem cargos, o que seria incompatível com o objetivo central dos partidos (BUDGE; LAVER, 1986). Ao mesmo tempo, não há comportamento ativamente *policy-seeking* possível sem que o partido esteja ocupando um cargo (KEMAN, 2006).

Dessa forma, considero que partidos políticos são organizações com objetivos múltiplos, permitindo que diversas estratégias e modelos sejam compatíveis com as suas ambições (BUDGE; LAVER, 1986; SCHMIDT, 1996; STRØM, 1990; STRØM; MÜLLER, 1999; WOLINETZ, 2002). Partindo do pressuposto que o objetivo central dos partidos é vencer eleições para ocupar cargos, em outras palavras acessar o poder político (BARTOLINI, 1999; DAWSON; ROBINSON, 1963; DOWNS, 1999), assumo que o principal interesse deles é maximizar votos para alcançar cargos públicos por meio da entrega de políticas públicas aos eleitores. Nesse sentido, políticas públicas são valoradas de forma instrumental, como um meio para maximizar votos e atingir o objetivo final: acessar cargos políticos. Assim, partidos formulam e implementam políticas a fim de ganhar eleições e acessar o Estado (DOWNS, 1999).

A estrutura da competição gera incentivos para cada partido, no sentido de direcionar para quais eleitores eles podem e devem focar em razão de aumentar ou, no mínimo, manter seus níveis de votação nos distritos (PICOT, 2012). Portanto, os incentivos estratégicos dos

atores refletem suas escolhas de políticas públicas. Qualquer que sejam suas estratégias e preferências, elas são recortadas por um ambiente de competição interpartidária dentro do qual todos os jogadores estão submetidos (GREEN-PEDERSEN, 2002; PICOT, 2012).

Esse processo de influência é possível porque os partidos ocupam o alto escalão da burocracia (KLINGEMANN; HOFFERBERT; BUDGE, 1994). Governos partidários organizam o *policy-making* e influenciam o tipo e direção das escolhas em termos de políticas públicas (KEMAN, 2006; STRØM; MÜLLER, 1999). Dessa forma, o sistema político influencia o processo de tomada de decisão que, em última instância, afeta os objetivos e meios pelos quais políticas são implementadas (DAWSON; ROBINSON, 1963).

A possibilidade institucional de influenciar políticas públicas coincide com a importância que elas têm para a vida democrática (KLINGEMANN; HOFFERBERT; BUDGE, 1994; STOKES, 1999). Representantes eleitos entregam políticas que, por sua vez, funcionam como um meio de avaliação da performance deles por parte do eleitorado (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 1999a, 1999b). Portanto os eleitores votam a partir de suas avaliações sobre os resultados das políticas, premiando os políticos e partidos que fizeram bons governos e punindo as más gestões (FEARON, 1999; MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 1999b). Em resumo, a probabilidade de reeleição está ligada aos benefícios da implementação de políticas (WITTMAN, 1983).

Um dos conjuntos mais importantes de políticas públicas, tanto para o eleitorado quanto para a classe política, são as políticas sociais (FLORA; HEIDENHEIMER, 1981; PIERSON, 1995, 1996). Elemento central de *welfare states*, políticas sociais objetivam assegurar um bem-estar mínimo com programas voltados para redução de pobreza, desemprego, doença, maternidade, velhice etc., bem como promover acúmulo adequado de capital humano através do investimento em saúde e educação (FLORA; HEIDENHEIMER, 1981; GREEN-PEDERSEN, 2004; SEGURA-UBIERGO, 2007).

A importância dessas políticas reside não apenas no impacto direto que têm em diversas áreas da vida cotidiana. Além disso, elas influenciam mercados de trabalho, moldam as percepções na opinião pública sobre o papel do Estado e influenciam projeções de crescimento de longo prazo através do investimento em capital humano (SEGURA-UBIERGO, 2007). Assim, com o passar do tempo, se tornaram valiosas fontes de legitimação política (FLORA; HEIDENHEIMER, 1981; PIERSON, 1995).

Existem evidências empíricas que apontam que eleitores premiam políticos incumbentes com a elevação de seu bem-estar através da implementação de políticas e melhoria de resultados socioeconômicos (BECHTEL; HAINMUELLER, 2011; DE LA O, 2013; HUNTER; POWER, 2007; ZUCCO JR., 2013, 2015). Os benefícios eleitorais que os políticos colhem não se restringem apenas aos beneficiários das políticas, mas também eleitores não-beneficiários que utilizam a implementação de programas como um atalho informacional para acessar performance e prioridades dos incumbentes (BOAS; HIDALGO; TORAL, 2021; BUENO; ZUCCO; NUNES, 2023).

De maneira geral, as teorias tradicionais (*partisan theory* e *power resources theory*) ainda são consideravelmente influentes no debate teórico e empiricamente testadas (IMBEAU; PÉTRY; LAMARI, 2001; POTRAFKE, 2017). No entanto, o próprio fato dessas teorias reconhecerem que partidos políticos podem tomar decisões divergentes de sua ideologia quando inseridos em um ambiente de competição partidária (HÄUSERMANN; PICOT; GEERING, 2013; SKOCPOL, 1992) é um indicativo de como este é um fator de alta preponderância para entender mudanças em políticas públicas (HÄUSERMANN; PICOT; GEERING, 2013).

2.3 Mercado político e cartelização

A partir desse cenário de uso estratégico de políticas públicas com base na competição entre os partidos, assumo que a política se assemelha a uma lógica de mercado (DOWNS, 1999). Sendo assim, a estrutura é formada por partidos políticos e governo no lado da oferta, eleitores como o lado da demanda, e políticas públicas no intermédio desta relação. Dessa maneira, a entrega de políticas pelos governos é feita em troca de apoio por parte do eleitorado, formando a base de um mercado político democrático (SCHMIDT, 1996).

Ainda que os partidos e a competição entre eles em eleições livres e justas tenham grande importância para a vida democrática (STOKES, 1999), o mercado político na maioria das democracias modernas não tem sido caracterizado por competição perfeita, e sim por um oligopólio de grandes partidos (KATZ; MAIR, 2018). Além disso, a partir da década de 1990, muitos países passaram a observar um crescente conluio entre os grandes partidos, formando acordos *de facto* e indicando a existência de carteis partidários (KATZ; MAIR, 2018).

Em mercados econômicos, um cartel é um conluio entre atores para fixar padrões de produção ou precificação de produtos, ou ambos. Os participantes do cartel objetivam limitar a competição dentro do mercado e, conseqüentemente, aumentar seus lucros. Assim, a

maximização dos lucros é obtida por todos os membros do conluio (LEVENSTEIN; SUSLOW, 2006). No caso do mercado político, a lógica é semelhante. Com o objetivo de reduzir a competição partidária, a entrada de novos competidores que ameacem o *status quo* e a posição de privilégio dos partidos no sistema, eles formam um conluio. Dessa forma, cooperam para manipular a produção de políticas públicas e concentrar os lucros, que são a maximização de votos para ocupar cargos políticos (BLYTH; KATZ, 2005; KATZ; MAIR, 1995, 2009).

Para entender como e por que esse processo acontece, é preciso esclarecer algumas características sobre os partidos e sua atuação. Em primeiro lugar, os partidos políticos passaram por um processo de evolução e transformação de suas estruturas e suas relações com o Estado e a sociedade. Os partidos de massa faziam parte da sociedade civil, nascendo de setores do eleitorado com o objetivo de acessar o Estado e influenciar políticas públicas a partir dos interesses de longo prazo de seus distritos eleitorais. Posteriormente, os partidos *catch-all* passaram a ser caracterizados por uma intersecção entre a sociedade civil e o Estado. Da mesma forma que os partidos de massa, estes buscavam acessar o Estado para influenciar políticas que satisfizessem demandas de curto prazo do eleitorado (KATZ; MAIR, 1995).

Os partidos cartel, culminando no último estágio desse processo de transformação, são caracterizados por um movimento dos partidos em direção ao Estado (KATZ; MAIR, 2009). Neste caso, eles têm interesses autorreferenciados, ou seja, a política é uma profissão e o objetivo desses partidos é manter sua posição no sistema. Os partidos, portanto, são agentes estatais, com interesses próprios e potencialmente divergentes em relação a seus eleitores (KATZ; MAIR, 1995, 2009). Dessa forma, eles estão fortemente associados à atividade estatal, com ocupantes de cargos públicos dominando os órgãos partidários e os processos de decisão (DETTERBECK, 2005).

Dado que o objetivo central destes partidos é proteger sua posição no sistema, a forma de fazer isso em um mercado político democrático é reduzindo a competição partidária. Isso não significa que eles deixam de competir, mas a competição passa ser limitada e em um ambiente em que os atores têm conhecimento sobre interesses mútuos, almejando a sobrevivência organizacional e política (KATZ; MAIR, 1995, 2009).

Enquanto na teoria econômica os cartéis reduzem a competição através da fixação de produção e preços dos bens, no mercado político os partidos que formam um cartel atingem esse objetivo através da manipulação de políticas públicas. Ou seja, os partidos escolhem a quantidade de políticas que produzem e como distribuí-las. Dessa forma, eles truncam a oferta

de políticas, mantêm o *status quo* e criam maior certeza em relação ao movimento de outros partidos, promovendo estabilidade no sistema e barreiras de proteção contra a entrada de seus rivais (BLYTH; KATZ, 2005; DETTERBECK, 2005).

Ainda que a ideia de um cartel implique uma ação concertada, essa estratégia não necessariamente passa por vias, de alguma maneira, ilícitas (KATZ; MAIR, 2018). Na verdade, os partidos têm certas motivações fiscais para agir dessa forma. Por exemplo: assumindo que os eleitores preferem mais bens públicos do que menos, existe um limite fiscal para a provisão destes sem criar a percepção de irresponsabilidade tanto na opinião pública quanto nos agentes econômicos (BLYTH; KATZ, 2005). Assim, a distribuição desigual e o controle da produção seriam meios necessários para não ultrapassar limites fiscais.

A formação de um cartel, por sua vez, possui três características. Primeiro, os participantes têm algum grau de concordância sobre temas. Segundo, há a concessão de nomeações políticas e recursos estatais aos participantes, permitindo que eles possam ter influência de fato no processo de produção de políticas. Por fim, ainda que busquem assegurar sua posição de privilégio frente a outros competidores, o cartel não é completamente fechado. A cooptação de novos partidos dispostos a jogar com as regras estabelecidas pode fortalecer a viabilidade do cartel (DETTREBECK, 2005; KATZ; MAIR, 2018).

Usualmente, o cartel é formado por aqueles partidos que compõem o governo, mas não implica necessariamente que sejam apenas estes (KATZ; MAIR, 2018). A ideia de ser formado pelos partidos no governo, no entanto, é uma das que melhor refletem os objetivos e estratégias de um cartel. Se a principal fonte de recursos para atingir seus objetivos são advindas do Estado, e se há a necessidade de formação via acordo entre partidos (KATZ; MAIR, 2018), então a participação no governo alcança satisfatoriamente estes critérios.

A efetividade deste conluio pode ser maior ao longo do tempo, à medida que os participantes adquirem mais informações sobre seus competidores e desenham melhores mecanismos de monitoramento, premiação e punição (FEINSTEIN; BLOCK; NOLD, 1985; LEVENSTEIN; SUSLOW, 2006). Além disso, os serviços da cartel vão sendo aperfeiçoados ao desenvolverem melhores estratégias de fixação de custos e de preços (DICK, 1996).

Neste cenário, a competição entre partidos se distancia de um ambiente de competição perfeita por duas razões (STIGLER, 1972). Primeiro, repetidos sucessos eleitorais dos partidos no governo (ou, inversamente, repetidos fracassos nas eleições dos rivais) não é característico de uma competição perfeita. Segundo, quando a influência de um agente sobre a produção é

zero, a competição é perfeita (STIGLER, 1972). No caso dos partidos, a participação no cartel permite influência muito mais forte do que outros que não estão participando.

Em resumo, o propósito de um cartel de maximizar os lucros (votos para obter cargos) a partir da manipulação da produção de bens (políticas públicas) gera um ambiente de competição em que há claras vantagens para os que integram o conluio (KATZ; MAIR, 2018). Assim, são criados incentivos para a cooperação entre os partidos, que são capazes de influenciar não apenas os seus próprios resultados, mas de todo o sistema partidário (BLYTH; KATZ, 2005).

2.4 Alinhamento partidário

Uma forma utilizada pela literatura para analisar empiricamente as ações estratégicas dos partidos com o objetivo de controlar a competição partidária e aumentar suas chances eleitorais é o alinhamento partidário entre níveis de governo. A maior parte dos estudos na área foca em transferências de recursos financeiros do governo central para governos locais. O argumento é que os partidos alocam estrategicamente recursos para aliados no plano subnacional, objetivando maximizar votos e, conseqüentemente, a probabilidade de reeleição (ARULAMPALAM et al., 2009; BRACCO et al., 2015; BROLLO; NANNICINI, 2012; BUGARIN; MARCINIUK, 2017).

Esse argumento tem o pressuposto base de que favorecer correligionários no plano local irá aumentar as chances eleitorais do incumbente no governo central. Do ponto de vista teórico, os partidos no nível local têm mais proximidade, informações e *expertise* em como mobilizar eleitores e contribuir com a campanha eleitoral do partido nacionalmente (VAN HOUTEN, 2009). Ao mesmo tempo, em ambientes institucionais em que o partidarismo não é um forte atalho informacional, o investimento na política local gera vantagens em termos de políticas públicas para as eleições futuras (VENTURA, 2021).

A mobilização do eleitorado feita pelo partido local gera custos aos políticos, que compensam a utilização de capital humano, organizacional e financeiro ao acessar benefícios controlados por seus aliados no governo central (VENTURA, 2021). Portanto, a ligação entre os níveis central e local contribuem para prover meios de sobrevivência eleitoral e política (THORLAKSON, 2009). Vencer uma eleição para o Executivo local aumenta os votos do partido incumbente na eleição nacional posterior em 2%, gerando um efeito *coattail* reverso (VENTURA, 2021).

A partir deste cenário de benefícios mútuos, e tomando como exemplo as evidências sobre transferências de recursos, os resultados eleitorais do partido no nível local são importantes para o governo central, gerando incentivos para enviar recursos a distritos com incumbentes partidariamente alinhados. Quando os governos locais são controlados pela oposição, o efeito esperado é o contrário: enfraquecimento do incumbente, conseqüentemente reduzindo seu sucesso eleitoral (BRACCO et al., 2015). Assim, existem externalidades positivas para os partidos a partir da alocação estratégica de recursos. Ou seja, a performance em um nível de governo transborda para outros níveis (FOURNAIES; MUTLU-EREN, 2015).

Este favoritismo partidário objetiva, ao mesmo tempo, (i) aumentar o bem-estar dos eleitores com o intuito de melhorar a avaliação dos políticos, o que irá gerar um aumento de votos nos incumbentes; (ii) obter e manter cargos políticos a partir da reeleição dos aliados, o que permite ao partido extrair benefícios advindos desses cargos; e (iii) construir alianças políticas (BRACCO et al., 2015; BROLLO; NANNICINI, 2012; GOLDEN; MIN, 2013; HENRIQUE; BATISTA, 2020; KRAMON; POSNER, 2013; SOLÉ-OLLÉ; SORRIBAS-NAVARRO, 2008).

Com uma maior provisão de serviços públicos em distritos alinhados, os políticos buscam passar um sinal de competência e qualidade do incumbente. Assim, há uma melhora na avaliação dos políticos locais, redução da habilidade de políticos opositores de clamar crédito por mais serviços e, conseqüentemente, uma maximização dos votos do partido no níveis local e nacional (BRACCO et al., 2015; BROLLO; NANNICINI, 2012; BUENO, 2017).

Mais votos aumentam as chances de reeleição dos incumbentes alinhados. Uma vez que votos não têm valor intrínseco aos partidos, seus objetivos são alcançar cargos através da maximização destes. Com a obtenção dos cargos, os políticos eleitos podem usufruir de prestígio e extração de renda, como a coletar recursos para financiar campanhas e desenvolver relações com grupos de interesse (BROLLO; NANNICINI, 2012).

Por fim, construir alianças com políticos locais significa dar oportunidade aos partidos de capturarem prêmios em arenas que não são apenas a nacional (THORLAKSON, 2009). Além disso, manter essas alianças promove coordenação partidária entre os níveis de governo (BROLLO; NANNICINI, 2012). Em sistemas federalistas e com divisão de responsabilidades sobre políticas públicas, a coordenação entre níveis de governo é fortemente necessária (THORLAKSON, 2009). Em função da sua distribuição nos diferentes níveis, as organizações partidárias permitem a obtenção de coordenação intergovernamental ao promover um ambiente

organizacional com objetivos compartilhados e forte socialização entre *office-holders* (BOLLEYER, 2011; THORLAKSON, 2009, 2011; VAN HOUTEN, 2009). Com isso, o alinhamento reduz conflitos intergovernamentais e integra o sistema político (AJA; COLINO, 2014; HARGUINDÉGUY; RIVERA; SÁNCHEZ, 2020; SAGLIE, 2019; ŞTEFURIUC, 2009).

A maior parte da literatura sobre o tema analisa o efeito do alinhamento partidário sobre as transferências de recursos financeiros, apontando que governos locais alinhados ao governo central recebem mais recursos discricionários (ARULAMPALAM et al., 2009; BRACCO et al., 2015; BROLLO; NANNICINI, 2012; BUENO, 2017; BUGARIN; MARCINIUK, 2017; FOURNAIES; MUTLU-EREN, 2015; GOLDEN; MIN, 2013; HENRIQUE; BATISTA, 2020; MEIRELES, 2019a; SOARES; DE MELO, 2016; SOLÉ-OLLÉ; SORRIBAS-NAVARRO, 2008; TIMMONS; BROID, 2013). O efeito, no entanto, é maior para o partido do presidente quando comparado aos outros partidos da coalizão. Isso sugere que apesar de a coalizão conseguir extrair benefícios distributivos ao integrar o governo, o partido do presidente controla a maior parte dos recursos e tende a beneficiar mais a si próprio (BROLLO; NANNICINI, 2012; MEIRELES, 2019b).

Mesmo que o favoritismo partidário seja uma ação estratégica, em um primeiro momento pode parecer pouco racional direcionar mais recursos a uma parcela específica da população em detrimento de outros distritos. Para compreender melhor como esse processo acontece, evidências apontam que quando o município é comandado por um partido da oposição, a prefeitura recebe menos transferências discricionárias, porém Organizações Não Governamentais recebem mais dinheiro nestas localidades. Ou seja, para sinalizar à população que serviços estão sendo financiados pelo governo central, os partidos alocam mais recursos para essas organizações quando o prefeito é da oposição. Dessa forma, não só municípios alinhados aumentam o nível de bem-estar, mas também os não alinhados. Essa estratégia permite ao governo central atingir os três objetivos mencionados, sem que o crédito pela provisão de serviços seja apropriado pela oposição (BUENO, 2017).

A transferência de recursos discricionários, no entanto, não é um fenômeno automático ou que dependa exclusivamente dos gestores políticos no governo federal. No Brasil, para receber verbas voluntárias, é preciso que os interessados (prefeituras, governos estaduais, organizações não governamentais etc.) submetam a solicitação de recursos ao governo central. Uma vez que esse processo demanda dos solicitantes capacidades e “saber como fazer”, evidências recentes apontam que o alinhamento promove articulação intrapartidária e concessão de vantagens informacionais a aliados políticos (MEIRELES, 2019a, 2019b). Dessa

maneira, as estruturas partidárias são um canal de troca de informações necessárias à solicitação e obtenção de mais recursos financeiros. Contudo, o efeito é observado apenas para o partido do presidente, o que indica que mecanismos de interação intrapartidária são mobilizados essencialmente por este (MEIRELES, 2019b).

Apesar do foco em transferências de recursos, alguns trabalhos mais recentes exploram outros resultados, como oferta (CALLEN; GULZAR; REZAEI, 2020; LIRA, 2023; NIEDZWIECKI, 2015, 2018) e impacto (ALBERTI; DÍAZ-RIOSECO; VISCONTI, 2023; GARAY; SIMISON, 2022) de políticas públicas, com foco em políticas sociais. Os resultados para estes trabalhos, no entanto, são mais diversos e não observam um padrão específico. Por exemplo: estar alinhado ao presidente aumenta a oferta de serviços de saúde básica nos municípios brasileiros (LIRA, 2023). Em outros países, o alinhamento partidário aumenta a oferta, mas não necessariamente a qualidade dos serviços de saúde (CALLEN; GULZAR; REZAEI, 2020), chegando até a piorar indicadores como a taxa de mortalidade infantil (GARAY; SIMISON, 2022).

Além do efeito distributivo, as políticas sociais exercem um papel redistributivo. Políticas de saúde e educação, por exemplo, exercem um importante efeito sobre oportunidades na vida da população. Investir em educação primária gera acúmulo de capital humano e tem mais efeito sobre a desigualdade de renda no futuro do que investimentos em educação superior. Por sua vez, saúde primária de qualidade alivia aspectos enraizados de desigualdade ao reduzir tanto a incidência de doenças quanto armadilhas de pobreza. Ou seja, o efeito redistributivo é observado ao longo do tempo (BANERJEE; DUFLO, 2011; BERGH, 2005; BRADY; BOSTIC, 2015; PRASAD, 2008). Para além de agirem de forma separada, as duas políticas frequentemente interagem entre si. Crianças mais saudáveis, por exemplo, terão melhores resultados escolares. Uma vez que educação é um processo de aprendizagem cumulativo, os resultados em anos subsequentes estão ligados a intervenções anteriores (BANERJEE; DUFLO, 2011).

Em resumo, independentemente do tipo de resultado analisado, é comum à literatura sobre alinhamento partidário argumentar que melhores indicadores, seja de transferências, provisão ou impacto, produzam vantagens eleitorais aos incumbentes por meio de melhores avaliação dos eleitores e *credit claiming* por parte dos políticos (BRACCO et al., 2015; BROLLO; NANNICINI, 2012; BUENO, 2017; NIEDZWIECKI, 2018). Por esta razão, partidos alocam recursos de forma estratégica, evitando que opositores recebam crédito por

serviços ofertados e reduzindo suas chances eleitorais (BROLLO; NANNICINI, 2012; BUENO, 2017).

2.5 Argumento e hipóteses

A centralidade das políticas públicas, tanto para a classe política quanto para os eleitores, faz com que elas sejam um importante recurso de sobrevivência disponível aos partidos. Sendo assim, quando os partidos ocupam o governo, existem incentivos políticos e eleitorais para o uso estratégico de políticas públicas. Isso garante ao incumbente vantagens nas eleições seguintes, facilitando sua reeleição.

Aqui, estou partindo do pressuposto que a política assume uma lógica de mercado, com partidos e governos no lado da oferta, eleitores, da demanda, e políticas públicas no centro desta relação. Dessa maneira, para maximizar os lucros neste mercado, ou seja, maximizar votos, há uma competição estratégica entre os partidos. Os recursos estatais serão utilizados objetivando manter o *status quo*, ou a posição do partido no controle do governo.

Com isso, argumento que os partidos no governo atuam como um cartel, controlando tanto a produção quanto a distribuição de políticas públicas para beneficiar aliados políticos e reduzir a competição eleitoral. O cartel é formado pela coalizão de governo. Ao integrar o Poder Executivo, os partidos passam a ter controle sobre o *policy-making* e vão beneficiar aqueles que fazem parte da coalizão, punindo os partidos de oposição com menos acesso a recursos vitais para a entrega de políticas públicas.

Apesar de todas as políticas públicas serem recursos estratégicos, assumo que políticas sociais têm um peso mais relevante por serem programas entregues diretamente a população e utilizados diariamente por ela. Ao mesmo tempo, espero que haja diferença nos efeitos entre ser alinhado ao presidente ou à coalizão. Para explorar melhor possíveis efeitos distributivos e redistributivos e possíveis estratégias de favoritismo partidário, investigo três dimensões de resultado em políticas sociais: financiamento, oferta e impacto. Sendo assim, o primeiro conjunto de hipóteses é:

- 1. Municípios partidariamente alinhados ao presidente têm maior financiamento de políticas;**
- 2. Municípios partidariamente alinhados ao presidente têm maior oferta de políticas;**
- 3. Municípios partidariamente alinhados ao presidente têm maior impacto de políticas;**
- 4. Municípios partidariamente alinhados à coalizão têm maior financiamento de políticas;**

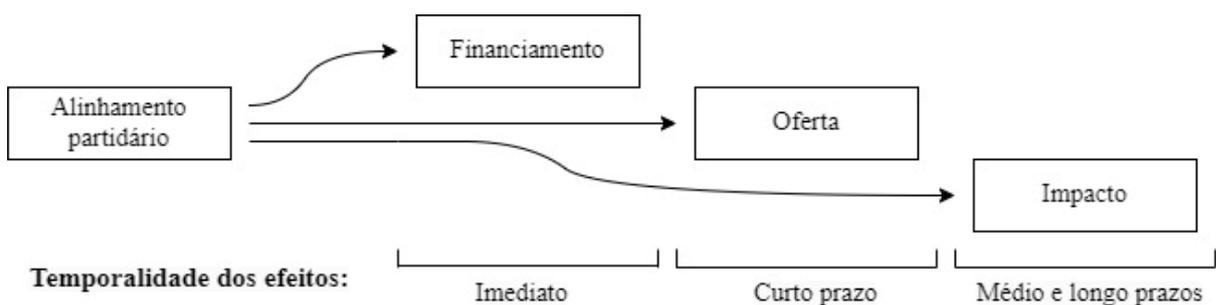
5. Municípios partidariamente alinhados à coalizão têm maior oferta de políticas;

6. Municípios partidariamente alinhados à coalizão têm maior impacto de políticas.

Também espero observar efeitos heterogêneos do alinhamento em razão do tempo que os municípios passam alinhados ou na oposição. São duas as razões desta expectativa: em primeiro lugar, a atuação do cartel será mais efetiva com o passar dos anos. O acúmulo de conhecimento e desenvolvimento de estratégias podem aumentar consistentemente tanto a provisão da políticas quanto os benefícios esperados pelos membros da coalizão. Dessa maneira, as ações dos atores podem ser melhor observadas à medida que estes acumulam tempo no Executivo. Neste caso, à medida que os municípios passam mais tempo alinhados.

A segunda razão é que diferentes efeitos podem levar tempos distintos para ocorrer. Citando alguns exemplos: enviar recursos discricionários é uma ação mais imediata no tempo. Aumentar a oferta de serviços de saúde demanda algum nível de *expertise* dos gestores locais em criar condições de contratação e trabalho para funcionários, o que pode ser observado no curto prazo. Reduzir a taxa de mortalidade infantil, por sua vez, exigiria a reestruturação de diversos serviços, o acesso a eles, além da interação com outros fatores ambientais difíceis de observar, demandando mais tempo para observar mudanças. Portanto, fenômenos podem ser observados de diferentes formas ao longo do tempo, gerando efeitos heterogêneos do alinhamento partidário. Logo, A figura 4 ilustra a expectativa sobre a temporalidade dos efeitos:

Figura 4 - Expectativa de temporalidade dos efeitos



Fonte: elaboração do autor.

Dessa maneira, o segundo conjunto de hipóteses é:

1. O alinhamento ao presidente tem um efeito imediato sobre o financiamento das políticas;
2. O alinhamento ao presidente tem um efeito no curto prazo sobre a oferta das políticas;
3. O alinhamento ao presidente tem um efeito no médio e longo prazos sobre o impacto

das políticas;

4. O alinhamento à coalizão tem um efeito imediato sobre o financiamento das políticas;

5. O alinhamento à coalizão tem um efeito no curto prazo sobre a oferta das políticas;

6. O alinhamento à coalizão tem um efeito no médio e longo prazos sobre o impacto das políticas.

3 DESENHO DE PESQUISA

Para testar as hipóteses e estimar o efeito causal do alinhamento partidário, dividirei o desenho de pesquisa em duas estratégias empíricas. Na primeira, o objetivo é identificar se o alinhamento tem algum efeito sobre os resultados das políticas sociais. Na segunda, irei analisar se o alinhamento tem efeitos heterogêneos ao longo do tempo. Antes de detalhar os procedimentos e técnicas, apresentarei na próxima seção a mensuração das variáveis dependentes.

3.1 Operacionalizando “resultados de políticas sociais”

Entre os diferentes tipos de políticas públicas, as políticas sociais objetivam aumentar o bem-estar da população através de programas em áreas como saúde, educação, assistência social e habitação (BARR, 1998; GREEN-PEDERSEN, 2004; SEGURA-UBIERGO, 2007). Mesmo com definição e escopo relativamente amplos, as análises empíricas envolvendo essas políticas se restringem, em grande parte, a medidas relacionadas ao seu investimento financeiro, mensurado pela porcentagem do PIB investido nessas políticas e usualmente chamado de gasto social (HUBER; MUSTILLO; STEPHENS, 2008; JENSEN, 2011; OLASKOAGA; ALAEZ-ALLER; DIAZ-DE-BASURTO-URAGA, 2013; PRIBBLE, 2013).

Apesar de muito utilizado e consensualmente importante, gasto social por si só não é uma medida que permite analisar como as políticas estão sendo entregues, qual a qualidade destes serviços e se, de fato, estão causando transformações na vida dos usuários (NIEDZWIECKI, 2018; PRIBBLE, 2013). Portanto, para analisar essas políticas de forma mais completa, é necessário utilizar diferentes indicadores que possam abranger suas diversas dimensões.

Sendo assim, escolhi utilizar tanto dimensões tradicionalmente utilizadas na literatura quanto outros indicadores que captam de forma relativamente satisfatória os problemas citados anteriormente (HUBER; STEPHENS, 2001; KRAMON; POSNER, 2013; NIEDZWIECKI, 2018; PRIBBLE, 2013). Essa estratégia tem três vantagens: em primeiro lugar, ela reduz os problemas empíricos e teóricos associados à escolha da variável dependente, permitindo ao pesquisador ter uma noção mais clara dos resultados e se eles estão sendo produzidos apenas em função das suas escolhas (GREEN-PEDERSEN, 2004; KRAMON; POSNER, 2013). Segundo, diferentes medidas permitem compreender melhor um possível leque de estratégias de favoritismo partidário, o que eleva a qualidade da discussão dos resultados (KRAMON;

POSNER, 2013). Por fim, do ponto de vista empírico, ter medidas que refletem diferentes dimensões de um mesmo objeto contribui como uma espécie de teste de robustez, fornecendo maior segurança dos resultados obtidos (HUBER; STEPHENS, 2001).

Com base nisso, optei por utilizar o conceito “resultados de políticas sociais”, que diz respeito a três dimensões de políticas de saúde e educação: financiamento, oferta e impacto. Além de continuar utilizando uma medida clássica na literatura (o financiamento) e permitir a inserção desta tese no debate teórico mais consolidado (HUBER; MUSTILLO; STEPHENS, 2008; JENSEN, 2011), incluo indicadores que têm sido explorados mais recentemente, oferecendo mais evidências sobre o tema (GARAY; SIMISON, 2022; NIEDZWIECKI, 2018).

3.1.1 Financiamento

Nesta dimensão, duas variáveis serão utilizadas para cada política: (1) investimento municipal e (2) transferências discricionárias. A variável **investimento em saúde** é operacionalizada como o total de recursos *per capita* investidos anualmente por cada município especificamente na área da saúde. Os dados foram obtidos através do portal SIOPS (Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Saúde). **Investimento em educação** é mensurado como o total de recursos investidos anualmente por cada município. Os valores são ponderados pela quantidade de alunos matriculados no ensino fundamental I e II (do primeiro ao nono ano). Os dados são do SIOPE (Sistema de Informações Sobre Orçamentos Públicos em Educação).

A variável **transferências discricionárias em saúde** é calculada como o total de recursos discricionários *per capita* recebidos, via convênio, por ano do Ministério da Saúde por cada município. **Transferências discricionárias em educação** é calculada como o total de recursos discricionários *per capita* recebidos por ano do Ministério da Educação por cada município, também via convênio. Para ambas as variáveis, utilizei as ordens bancárias obtidas através do Portal da Transparência do Governo Federal. Para todos os dados o recorte temporal é 2008-2018 e foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), utilizando como base dezembro de 2018.

3.1.2 Oferta

Na área da saúde, utilizo a variável **cobertura da atenção básica**. Ela corresponde ao percentual médio anual da população do município que está coberta por equipes da Estratégia Saúde da Família e por equipes de atenção básica à saúde equivalentes. Os dados foram coletados no portal de Informação e Gestão da Atenção Básica do Ministério da Saúde. Para a

educação, a variável utilizada é **alunos por professor**. Ela é calculada como uma razão entre o total de alunos matriculados e o total professores da rede municipal de ensino. Os dados foram obtidos através do Censo Escolar e INEP Data, ambos do portal do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). O recorte temporal também é 2008-2018.

3.1.3 Impacto

Para a última dimensão na área da saúde, utilizo a variável **taxa de mortalidade infantil**. Ela é mensurada a partir do número de óbitos infantis (até 1 ano de idade) dividido pelo total de nascimentos no município, multiplicando esta divisão por 1000. Os dados foram coletados a partir do pacote *microdatasus* no *software RStudio*. Para a educação, a variável de impacto é a **taxa de rendimento escolar**. Ela representa o percentual de alunos que foram aprovados ao fim do ano letivo e foi coletada no portal do INEP. O recorte temporal é 2008-2018.

3.2 O alinhamento partidário tem algum efeito?

Estimar o efeito causal do alinhamento partidário é uma tarefa que precisa ser feita com cautela devido ao problema de endogeneidade da variável, fazendo com que tanto os resultados observados quanto o próprio alinhamento possam ser potencialmente gerados por outros fatores (BROLLO; NANNICINI, 2012; MEIRELES, 2019b). Sendo assim, neste primeiro estágio, adotei a técnica mais recomendada pela literatura para contornar tal questão: um desenho de regressão descontínua para eleições acirradas (BROLLO; NANNICINI, 2012; BUENO, 2017; MEIRELES, 2019b).

Eleições acirradas são um tipo de experimento natural, gerando uma distribuição do tratamento (variável independente) como se fosse aleatória e permitindo inferências mais robustas (DUNNING, 2012). Aqui a estimativa é obtida a partir da comparação entre municípios que, na eleição local anterior, elegeram um candidato alinhado ao governo federal (grupo de tratamento) com outros que não elegeram um candidato alinhado (grupo de controle) por uma pequena margem de vitória.

Seguindo procedimentos adotados por trabalhos anteriores (BROLLO; NANNICINI, 2012; MEIRELES, 2019b), fazem parte das amostras apenas municípios que, na eleição local anterior, apresentaram dois ou no máximo três candidatos à prefeitura. Esta restrição ocorre porque para que a distribuição do tratamento seja considerada como se fosse aleatória, o candidato alinhado precisa ter chances reais de vencer a eleição (BROLLO; NANNICINI,

2012). Eleições com três candidatos, nas quais o candidato alinhado ficou em terceiro lugar foram descartadas. Eleições em que houve empate também foram excluídas, já que o candidato mais velho é eleito. Nos municípios onde houve segundo turno, apenas este foi utilizado.

O alinhamento ao governo federal foi dividido em duas variáveis, portanto gerando amostras distintas: (1) alinhamento prefeito-presidente e (2) alinhamento prefeito-coalizão. Para o primeiro, identifiquei como “alinhado” todo município onde o prefeito é do mesmo partido do presidente, excluí todos os municípios comandados por partidos que compõem a coalizão, e todo o restante foi codificado como “oposição”. Para o segundo, codifiquei como “alinhado” os municípios onde o prefeito é de um partido que pertence à coalizão, excluí os diretamente alinhados ao presidente, e o restante da amostra foi classificado como “oposição”.

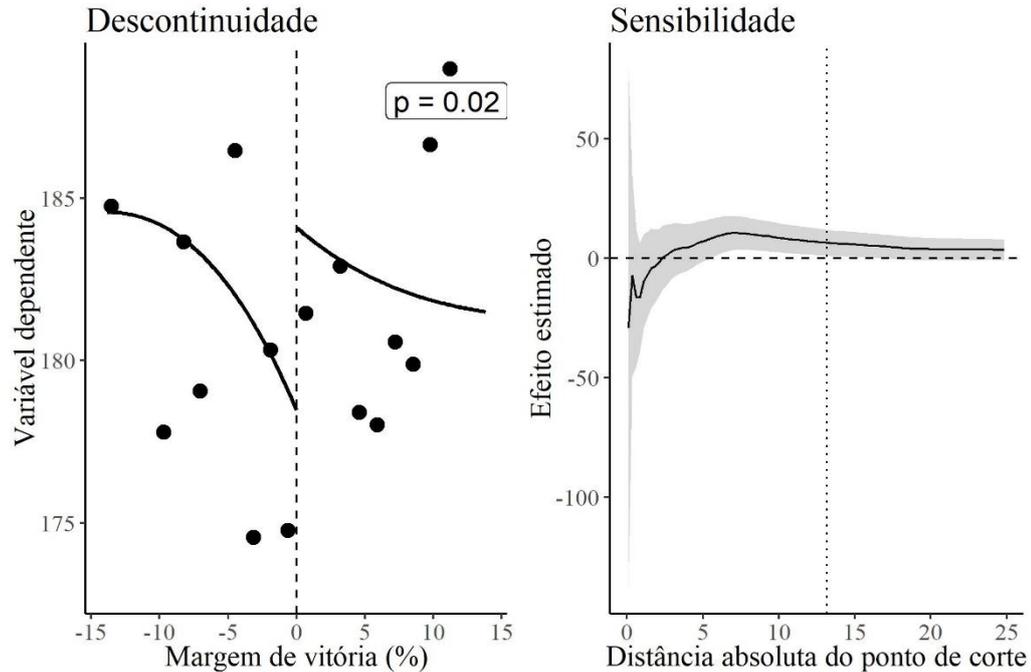
A variável utilizada no modelo de regressão descontínua (RDD), no entanto, não é binária, mas sim a margem de votos entre o candidato que venceu a eleição e o segundo colocado. Para isso, calculei o percentual de votos obtido pelo candidato alinhado e subtraí pelo percentual do candidato de oposição. Se a margem é positiva, significa que o candidato alinhado venceu a eleição, portanto o município é alinhado ao governo federal. Se é negativa, o candidato alinhado perdeu o pleito, portanto a cidade tem um prefeito de oposição ao governo federal. Os dados foram coletados a partir do pacote *electionsBR*, que retorna bases de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no software *RStudio*.

Para obter os resultados de um RDD, a estimação do efeito do tratamento é local, ou seja, apenas um subgrupo da amostra é utilizado para fins de cálculo (GERTLER et al., 2018). Este subgrupo integra a janela (*bandwidth*), e é representado pela distância absoluta do ponto de corte. Se a janela é igual a 1, significa que, para este conjunto de dados, a estimativa é obtida a partir de municípios cuja margem de votos varia de -1% a 1%.

Um dos problemas associados a isso é a escolha arbitrária do *bandwidth* (DE LA CUESTA; IMAI, 2016). Para contornar esta questão, adotei o procedimento automatizado de escolha da janela proposto por Calonico, Cattaneo e Titiniuk (2014), um dos mais recomendados e utilizados pela literatura (BUENO, 2017; DE LA CUESTA; IMAI, 2016; MEIRELES, 2019b). Esta técnica combina regressão linear local com seleção automática de observações cujas margens possam ser consideradas aleatórias. Ao mesmo tempo, a regressão dá peso maior às estimativas mais próximas ao ponto de corte, e menor à medida que a margem de votos aumenta (CALONICO; CATTANEO; TITIUNIK, 2014).

Se as estimativas são influenciadas pela escolha da janela, isso significa que diferentes *bandwidths* podem gerar resultados diferentes. Para dar mais transparência ao comportamento da regressão nesse sentido, sigo a recomendação de Bueno e Tuñón (2015) e apresento uma curva de sensibilidade à janela, que é apresentada ao lado de cada gráfico de descontinuidade. Os resultados, portanto, são visualizados como mostra o exemplo da figura 5.

Figura 5 - Exemplo de apresentação da regressão descontínua



Fonte: elaboração do autor.

No gráfico à esquerda, o eixo X representa a margem de vitória (ou margem de votos), com o ponto de corte no valor 0 sendo representado pela linha tracejada. À direita do ponto de corte, estão os municípios alinhados. À esquerda, de oposição. O eixo Y representa a distribuição da variável dependente. O p valor está descrito na caixa de texto no canto superior direito. No gráfico à direita está o nível de sensibilidade à janela. A linha sólida apresenta a estimativa do RDD (eixo Y) de uma margem absoluta de vitória de 0,1 até 20 (eixo X). A área em cinza é o intervalo de confiança. Se o intervalo não passa a linha horizontal tracejada, a estimativa é estatisticamente significativa ($p < 0,05$). A linha vertical pontilhada representa a janela selecionada pela técnica automatizada.

O recorte temporal já mencionado anteriormente, 2008-2018, foi delimitado em função da disponibilidade de dados para todas as variáveis. Para o período anterior a 2008, não existem dados para todas as variáveis dependentes. Para o período posterior a 2018, a mensuração da

variável de alinhamento partidário não poderia ser a mesma, já que o então presidente Jair Bolsonaro (2019-2022) escolheu não formar uma coalizão e se desfilhou do PSL (Partido Social Liberal) já no primeiro ano de governo, ficando sem partido até o fim de seu mandato.

A regressão descontínua demanda apenas o cumprimento do pressuposto da randomização ao redor do ponto de corte. Neste caso, isso significa que os candidatos não possam determinar suas próprias votações e, portanto, os resultados sejam dados ao acaso (EGGERS et al., 2015). Além disso, para que as estimativas sejam consideradas válidas e robustas, é preciso fazer uma série de testes tanto dos próprios modelos, quanto de covariáveis. Todos os procedimentos de validação e robustez mais recomendados pela literatura (CATTANEO; IDROBO; TITIUNIK, 2019; CATTANEO; TITIUNIK, 2022) estão detalhados e disponíveis nos Apêndices.

As covariáveis mobilizadas no desenho dizem respeito a dimensões fiscais, administrativas, sociais e demográficas. Para a dimensão **capacidade fiscal**, utilizo quatro variáveis: (1) **transferências constitucionais**, operacionalizada como o total de transferências obrigatórias *per capita* anual para os municípios (por exemplo o Fundo de Participação dos Municípios, *royalties* etc.). Os dados são do portal do Tesouro Nacional. (2) **Transferências para o SUS** (Sistema Único de Saúde), calculada como o total de transferências *per capita* anual do Fundo Nacional de Saúde para cada município. Os dados foram coletados no portal do Fundo Nacional de Saúde. (3) **Transferências para o FUNDEB** (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), operacionalizado como o total de transferências *per capita* anual para cada município. Os dados são do Tesouro Nacional. (4) **Arrecadação de IPTU** (Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) é calculada a partir do total de arrecadação anual *per capita* em cada município. Os dados foram coletados nos portais Finanças do Brasil (FINBRA) e Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (SICONFI). Todas as variáveis foram deflacionadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), utilizando como base dezembro de 2018.

Para a dimensão **capacidade administrativa**, mobilizo duas variáveis: (1) **quantitativo da burocracia**, mensurado pelo total de servidores públicos municipais da administração direta. Os dados são da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC/IBGE); e (2) **qualidade da burocracia**, operacionalizada como o percentual de servidores estatutários em relação ao total de servidores da administração direta municipal. Os dados também foram coletados do MUNIC/IBGE.

A categoria **social** inclui dois indicadores: (1) **famílias inscritas no Cadastro Único**, operacionalizado como a média anual de famílias inscritas no Cadastro em cada município; e (2) **transferências para o Programa Bolsa Família**, calculado como a média de recursos financeiros anuais que cada município recebe referente ao Programa. Ambas as variáveis foram coletadas no Portal de Dados Abertos do Governo Federal. O segundo indicador foi deflacionado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), utilizando como base dezembro de 2018.

Por fim, a dimensão **demográfica** diz respeito à variável **população**, mensurada a partir do número total de residentes do município em um dado ano. Os dados são Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). A tabela 1 apresenta uma síntese desta estratégia empírica, utilizada para testar o primeiro conjunto de hipóteses.

Tabela 1 - Síntese da primeira estratégia empírica

Variáveis independentes			
Dimensão teórica	Variável	Mensuração	Fonte
Favoritismo partidário	Alinhamento partidário prefeito-presidente	Margem de vitória entre candidato alinhado ao presidente e candidato de oposição	TSE
Favoritismo partidário	Alinhamento partidário prefeito-coalizão	Margem de vitória entre candidato alinhado à coalizão e candidato de oposição	TSE
Variáveis dependentes			
Dimensão teórica (Área)	Variável	Mensuração	Fonte
Financiamento (Saúde)	Investimento em saúde	Total de recursos investidos <i>per capita</i> em cada município	SIOPS
Financiamento (Educação)	Investimento em educação	Total de recursos investidos por aluno em cada município	SIOPE
Financiamento (Saúde)	Transferências discricionárias em saúde	Total de recursos discricionários <i>per capita</i> do Ministério da Saúde em cada município	Portal da Transparência
Financiamento (Educação)	Transferências discricionárias em educação	Total de recursos discricionários <i>per capita</i> do Ministério da Educação em cada município	Portal da Transparência
Oferta (Saúde)	Cobertura da atenção básica	Percentual de população coberta por equipes de saúde	Informação e Gestão da Atenção Básica (Ministério da Saúde)
Oferta (Educação)	Alunos por professor	Razão de alunos matriculados pelo total de professores da rede municipal de ensino	Censo Escolar (INEP) e INEP Data
Impacto (Saúde)	Taxa de mortalidade infantil	Razão de óbitos infantis por mil nascidos vivos por local de ocorrência	microdatasus
Impacto (Educação)	Taxa de rendimento escolar	Percentual de alunos aprovados ao fim do ano letivo	INEP
Covariáveis			
Dimensão teórica	Variável	Mensuração	Fonte
Capacidade fiscal	Transferências constitucionais	Montante de transferências constitucionais <i>per capita</i> recebido pelo município	Tesouro Nacional
Capacidade fiscal	Transferências para o SUS	Valor das transferências fundo a fundo para o SUS <i>per capita</i> recebido pelo município	Fundo Nacional de Saúde

Tabela 1 (continuação) - Síntese da primeira estratégia empírica

Covariáveis			
Dimensão teórica	Variável	Mensuração	Fonte
Capacidade fiscal	Transferências para o FUNDEB	Valor das transferências para o FUNDEB por aluno recebido pelo município	SIOPE
Capacidade fiscal	Arrecadação de IPTU	Valor <i>per capita</i> de IPTU arrecadado pelo município	FINBRA e SICONFI
Capacidade administrativa	Quantitativo da burocracia	Total de servidores municipais da administração direta	MUNIC (IBGE)
Capacidade administrativa	Qualidade da burocracia	Proporção de servidores estatutários em relação ao total da administração direta municipal	MUNIC (IBGE)
Social	Famílias inscritas no Cadastro Único	Média anual de famílias inscritas no Cadastro Único	Portal de Dados Abertos
Social	Valor repassado do Programa Bolsa Família	Valor médio anual por família do Programa Bolsa Família	Portal de Dados Abertos
Demografia	População	Estimativa do número residentes no município	SIDRA (IBGE)
Técnicas			
Estatística descritiva e regressão descontínua para eleições acirradas			
Unidade de análise			
Município/ano			
Recorte temporal			
2008-2018			
Softwares utilizados			
<i>Microsoft Office Excel e RStudio</i>			
Observações			
Todas as variáveis mensuradas a partir de recursos financeiros são deflacionadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), utilizando como base dezembro de 2018			

Fonte: elaboração do autor.

3.3 O alinhamento partidário tem efeito heterogêneo ao longo do tempo?

No segundo conjunto de hipóteses, o interesse não é apenas no efeito do alinhamento partidário, mas como os resultados se comportam em função de um município estar alinhado por anos consecutivos. Em ciências médicas, essa estratégia é conhecida como “dose-resposta”, ou seja, qual o resultado observado da variável dependente a cada dose adicional do tratamento. Executar isso através de randomização é inviável, porém é possível aumentar o poder de inferência causal a partir da combinação de duas técnicas: *Propensity Score Matching (PSM)* e regressão linear (FOSTER, 2003).

O *PSM* é uma técnica específica de pareamento que encontra um par de unidade não tratada para cada unidade tratada a partir de uma probabilidade (ou escore de propensão) calculada com base em valores de covariáveis pré-determinadas (GERTLER et al., 2018). Trazendo o exemplo desta pesquisa, a técnica irá parear um município alinhado com outro não alinhado com base nas covariáveis selecionadas. O *PSM* tem a vantagem contornar um problema comum em técnicas de pareamento chamado de maldição da dimensionalidade, em que à medida que aumentam a quantidade de covariáveis, mais difícil se torna para que as unidades sejam pareadas (CALIENDO; KOPEINIG, 2008).

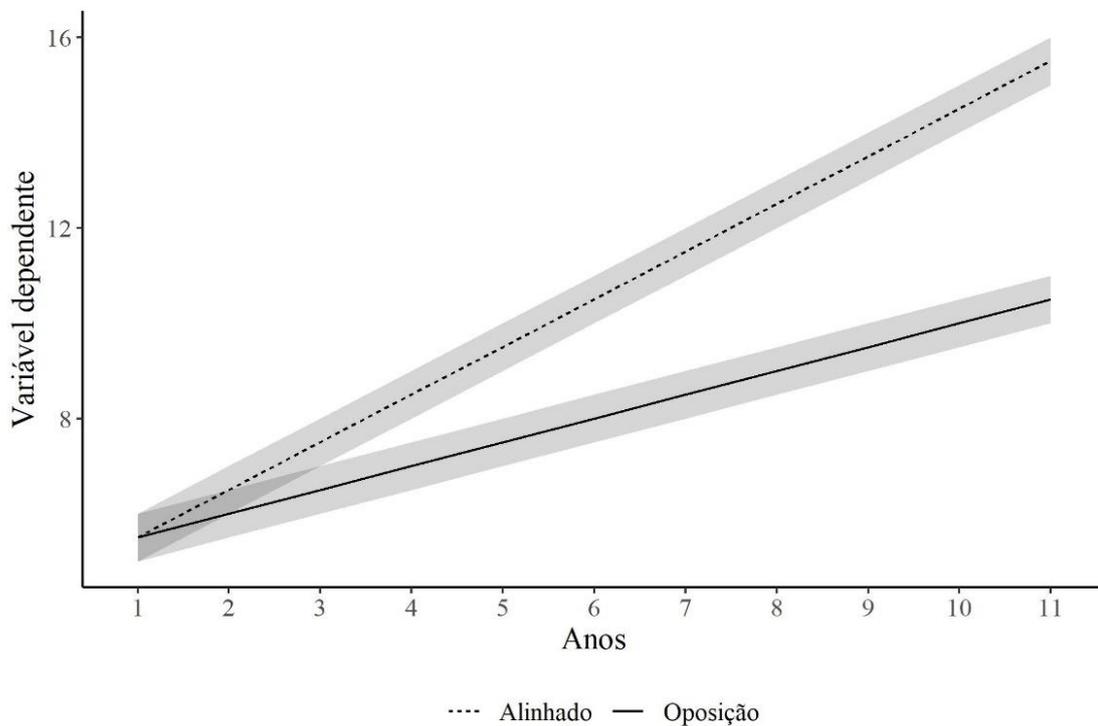
O algoritmo utilizado para realizar o pareamento é o método de vizinho mais próximo. Isso significa que a unidade no grupo de controle é pareada com a unidade tratada mais próxima com base no seu escore de propensão (CALIENDO; KOPEINIG, 2008). Para assegurar que as unidades pareadas sejam semelhantes, o *PSM* permite a utilização de um *caliper*, que é o nível de tolerância máximo de distância entre a unidade tratada e a unidade de controle (CALIENDO; KOPEINIG, 2008). Um *caliper* = 1, por exemplo, significa uma tolerância máxima de 1 desvio padrão de distância.

Apesar de não haver um consenso sobre o *caliper* a ser utilizado (AUSTIN, 2011; LUNT, 2014), a recomendação é a utilização de tolerâncias relativamente baixas para produzir pares mais balanceados (LUNT, 2014). Nos trabalhos analisados, diferentes tolerâncias foram usadas para diferentes amostras, gerando escolhas entre 0,02 e 0,25 (AUSTIN, 2011; LUNT, 2014). Portanto, selecionei *calipers* que apresentaram um bom balanceamento das covariáveis sem perder observações não pareadas. Dessa forma, a distância máxima para as amostras foi de 0,25 para o alinhamento prefeito-presidente e 0,05 para prefeito-coalizão.

Para observar o efeito ao longo do tempo, procedi da seguinte forma: primeiro, criei variáveis binárias de alinhamento partidário. Na amostra prefeito-presidente, a variável assume valor 1 quando o prefeito é alinhado, e 0 quando de oposição. Os partidos que integram a coalizão foram excluídos. Já na amostra prefeito-coalizão, assume valor 1 quando o município é de um partido que integra a coalizão, e 0 quando de oposição. Municípios que são do mesmo partido do presidente foram excluídos desta amostra.

Em seguida, criei uma variável de passagem de tempo que representa o acúmulo no *status* de alinhamento partidário (variável chamada “Anos”). A partir dela, é possível comparar o efeito distribuído no tempo de estar alinhado ou na oposição através de um termo interativo em regressão *OLS*. Tomando como exemplo a figura 6, no ponto 1 do eixo X são comparados municípios que passaram ao menos 1 ano alinhados com outros que passaram ao menos 1 ano na oposição. No outro extremo, no ponto 11, são comparados municípios que passaram onze anos consecutivos alinhados a outros que passaram onze anos consecutivos na oposição.

Figura 6 - Exemplo de apresentação do modelo de dose-resposta



Fonte: elaboração do autor.

A variável dependente, no eixo Y, corresponde ao resultado de cada dose adicional do tratamento e é mensurada apenas com os dados do último ano de cada dose. Por exemplo: o ano 1 equivale ao primeiro ano do recorte temporal, 2008, portanto os dados da variável dependente

no ano 1 são de 2008. Por sua vez, o ano 11 equivale a 2018. Neste caso, os dados da variável dependente no ano 11 são apenas de 2018. Assim é possível entender o efeito acumulado nos resultados de um determinado ano. As tabelas dos modelos de regressão estão nos Apêndices.

A linha tracejada corresponde aos valores preditos da interação entre alinhamento partidário e a quantidade de anos consecutivos que o município está alinhado. A linha sólida, a estimativa para o acúmulo de anos que os municípios estiveram na oposição. No exemplo da figura 6, é possível notar que os intervalos de confiança se tocam até o terceiro ano. Ou seja, não há diferença significativa de forma imediata e no curto prazo entre municípios alinhados ou de oposição ($p > 0,05$). A partir do quarto ano, no entanto, o efeito passa ser significativo ($p < 0,05$) e com uma inclinação de reta maior para o grupo de tratamento, indicando um efeito estatisticamente significativo do alinhamento partidário a partir de períodos mais longos de tempo.

As unidades foram pareadas utilizando o escore de propensão, porém a variável “Anos” foi incluída utilizando um pareamento exato. Ou seja, para garantir que as observações tratadas estavam sendo pareadas apenas com unidades na mesma dose, incluí no código um pareamento exato para a variável “Anos”. Por exemplo: municípios alinhados no ano de 2015 foram pareados apenas com outros municípios não alinhados no ano de 2015, e não com outros anos.

A lista de covariáveis, portanto, é a mesma presente na estratégia empírica da seção 3.1.2, apenas com duas mudanças: a adição das variáveis **anos** e **margem de vitória**. Esta última é calculada a partir da diferença percentual de votos entre o primeiro e o segundo colocado na eleição local anterior. Os dados foram obtidos a partir do pacote *electionsBR* no software *RStudio*. A razão para essa diferença é que esta variável já é utilizada como a *running variable* da regressão descontínua. Os procedimentos de balanceamento das covariáveis estão descritos nos apêndices. A tabela 2 apresenta uma síntese desta estratégia empírica.

Tabela 2 - Síntese da segunda estratégia empírica

Variáveis independentes			
Dimensão teórica	Variável	Mensuração	Fonte
Efeito heterogêneo do favoritismo partidário	Alinhamento partidário prefeito-presidente * Anos	Termo interativo entre a variável <i>dummy</i> de alinhamento e o acúmulo de anos do <i>status</i> de alinhamento	TSE
Efeito heterogêneo do favoritismo partidário	Alinhamento partidário prefeito-coalizão * Anos	Termo interativo entre a variável <i>dummy</i> de alinhamento e o acúmulo de anos do <i>status</i> de alinhamento	TSE
Variáveis dependentes			
Dimensão teórica (Área)	Variável	Mensuração	Fonte
Financiamento (Saúde)	Investimento em saúde	Total de recursos investidos <i>per capita</i> em cada município	SIOPS
Financiamento (Educação)	Investimento em educação	Total de recursos investidos por aluno em cada município	SIOPE
Financiamento (Saúde)	Transferências discricionárias em saúde	Total de recursos discricionários <i>per capita</i> do Ministério da Saúde em cada município	Portal da Transparência
Financiamento (Educação)	Transferências discricionárias em educação	Total de recursos discricionários <i>per capita</i> do Ministério da Educação em cada município	Portal da Transparência
Oferta (Saúde)	Cobertura da atenção básica	Percentual de população coberta por equipes de saúde	Informação e Gestão da Atenção Básica (Ministério da Saúde)
Oferta (Educação)	Alunos por professor	Razão de alunos matriculados pelo total de professores da rede municipal de ensino	Censo Escolar (INEP) e INEP Data
Impacto (Saúde)	Taxa de mortalidade infantil	Razão de óbitos infantis por mil nascidos vivos por local de ocorrência	microdatasus
Impacto (Educação)	Taxa de rendimento escolar	Percentual de alunos aprovados ao fim do ano letivo	INEP
Covariáveis utilizadas no pareamento			
Dimensão teórica	Variável	Mensuração	Fonte
Efeito cumulativo	Anos	Quantidade cumulativa de anos que o município permanece com o mesmo <i>status</i> alinhamento	Cálculo baseado nos dados primários do electionsBR
Capacidade fiscal	Transferências constitucionais	Montante de transferências constitucionais <i>per capita</i> recebido pelo município	Tesouro Nacional

Tabela 2 (continuação) - Síntese da segunda estratégia empírica

Covariáveis utilizadas no pareamento			
Dimensão teórica	Variável	Mensuração	Fonte
Capacidade fiscal	Transferências para o SUS	Valor das transferências fundo a fundo para o SUS <i>per capita</i> recebido pelo município	Fundo Nacional de Saúde
Capacidade fiscal	Transferências para o FUNDEB	Valor das transferências para o FUNDEB por aluno recebido pelo município	SIOPE
Capacidade fiscal	Arrecadação de IPTU	Valor <i>per capita</i> de IPTU arrecadado pelo município	FINBRA e SICONFI
Capacidade administrativa	Quantitativo da burocracia	Total de servidores municipais da administração direta	MUNIC (IBGE)
Capacidade administrativa	Qualidade da burocracia	Proporção de servidores estatutários em relação ao total da administração direta municipal	MUNIC (IBGE)
Social	Famílias inscritas no Cadastro Único	Média anual de famílias inscritas no Cadastro Único	Portal de Dados Abertos
Social	Valor repassado do Programa Bolsa Família	Valor médio anual por família do Programa Bolsa Família	Portal de Dados Abertos
Política	Margem de vitória	Margem de vitória entre candidato alinhado ao presidente e candidato de oposição	electionsBR
Demografia	População	Estimativa do número residentes no município	SIDRA (IBGE)

TécnicasEstatística descritiva, *Propensity Score Matching* e regressão *OLS***Unidade de análise**

Município/ano

Recorte temporal

2008-2018

Softwares utilizados*Microsoft Office Excel* e *RStudio***Observações**

Todas as variáveis mensuradas a partir de recursos financeiros são deflacionadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), utilizando como base dezembro de 2018

Fonte: elaboração do autor.

4 FINANCIAMENTO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Em *welfare states*, o investimento de recursos financeiros em políticas sociais é parte essencial das ações dos governos para aumentar o bem-estar e qualidade de vida dos cidadãos, e para acumular capital humano nessas sociedades. O desenvolvimento do Estado de bem-estar social, portanto, está ligado ao financiamento de políticas como saúde, educação e seguridade (HUBER; MUSTILLO; STEPHENS, 2008).

Dados sobre gastos capturam, em certa medida, o comprometimento de uma sociedade com a provisão de serviços públicos e suporte financeiro a parcelas mais vulneráveis da população (HUBER; STEPHENS, 2001). Além disso, na esfera pública, o investimento em políticas públicas é uma maneira de observar as prioridades dos políticos. Se políticas sociais são vistas como importantes pela classe política, é esperado que mais recursos sejam alocados para elas, mostrando prioridade e atenção por parte dos políticos. Sem ações nesse sentido, os discursos podem ser percebidos como meramente simbólicos (JENSEN, 2011).

Dessa maneira, o “esforço de um estado de bem-estar” ou *welfare effort*, termo amplamente utilizado na literatura, é também função de decisões das elites políticas (JENSEN, 2011). Além disso, ele é considerado o primeiro instrumento disponível para moldar as ações governamentais na área social. Portanto essas decisões podem causar efeitos em cadeia, afetando inclusive a qualidade das políticas sociais (HUBER; STEPHENS, 2012).

As políticas aqui analisadas, saúde e educação, são de grande importância para o bem-estar da população, com forte efeito redistributivo (HUBER; STEPHENS, 2012). Tomando a área de educação como exemplo, investimentos em educação básica e outros níveis educacionais são uma forma de melhorar a eficiência dos setores econômicos e industriais ao inserir trabalhadores mais qualificados e produtivos no mercado de trabalho (AVELINO; BROWN; HUNTER, 2005).

O financiamento é a dimensão mais analisada na literatura empírica sobre o tema (HUBER; MUSTILLO; STEPHENS, 2008; JENSEN, 2011). A maior parte destes estudos utiliza os gastos nas políticas, usualmente chamado de “gasto social” ou nível de “generosidade do Estado de bem-estar”, como indicador de financiamento. Do ponto de vista da mensuração, gastos agregados ou desagregados como porcentagem do PIB, gasto *per capita* e gasto social como porcentagem dos investimentos públicos são os indicadores mais recorrentes (AVELINO; BROWN; HUNTER, 2005; HUBER; MUSTILLO; STEPHENS, 2008; JENSEN, 2011).

4.1 Investimento municipal

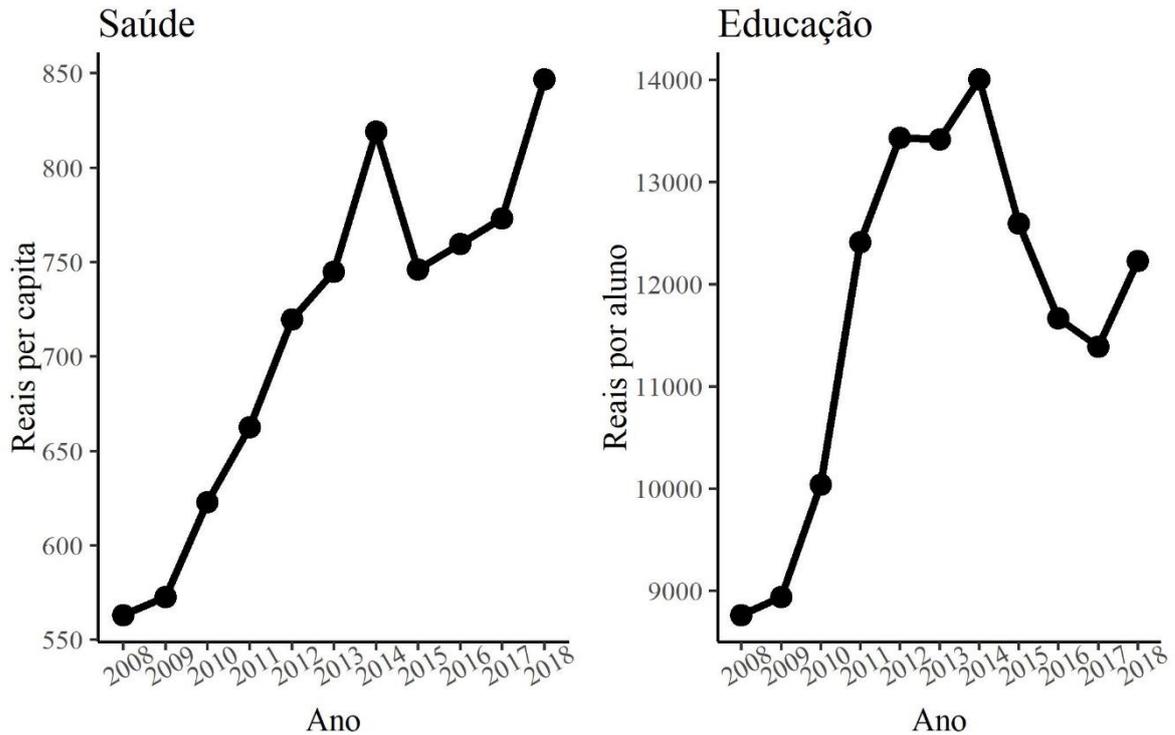
Com a descentralização da execução de políticas públicas acompanhada da crescente legislação e regulação da União na década de 1990, instrumentos legais foram adotados para delimitar o exercício de competências tributárias e os gastos dos municípios em políticas setoriais (ARRETCHE, 2009, 2010; MELO, 2005). As políticas de saúde e educação foram as mais afetadas pela regulação federal (ARRETCHE, 2010).

Na área da educação, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que os municípios devem gastar ao menos 25% de suas receitas orçamentárias, advindas da arrecadação de impostos e recebimento de transferências, com o financiamento da área (ARRETCHE, 2010; MELO, 2005; VIEIRA et al., 2020). Historicamente, a educação é uma política social que conta com limites mínimos de financiamento para os municípios desde a década de 1930. A Constituição Federal de 1934 estabelecia a aplicação base de 20% das receitas municipais na área. Dispositivo semelhante permaneceu na Constituição de 1946, porém foi extinto no regime militar e posteriormente recuperado na Constituição de 1988 (MELO, 2005).

No caso da saúde, o estabelecimento de um piso aconteceu de forma tardia, se comparado a educação, ocorrendo apenas a partir da Emenda Constitucional nº 29, no ano de 2000 (ARRETCHE, 2010; VIEIRA et al., 2020). Este dispositivo definiu que os municípios devem aplicar ao menos 15% de suas receitas em ações e serviços públicos de saúde (VIEIRA et al., 2020). Caso houvesse gastos inferiores a este patamar no ano da promulgação, o município deveria reduzir a diferença a uma razão de um quinto ao ano (MELO, 2005).

Apesar dos pisos constitucionalmente estabelecidos, dados sobre as finanças dos municípios brasileiros analisados em outros trabalhos apontam para uma considerável variação percentual na aplicação dos recursos. Os números indicam que grande parte das cidades investem menos que o piso, porém mais da metade delas gastam mais do que o estabelecido, em termos proporcionais (ARRETCHE, 2010; MARENCO; CATE, 2021). Do ponto de vista agregado, os municípios gastam mais do que a aplicação mínima nas duas áreas, porém os recursos adicionais são mais expressivos na área da saúde (VIEIRA et al., 2020). A figura 7 apresenta o investimento municipal nas áreas de saúde e educação.

Figura 7 - Valores médios do investimento municipal em saúde e educação



Fonte: elaboração do autor.

No gráfico à esquerda, está o investimento municipal médio na área da saúde. Entre 2008 e 2014, houve um crescimento acentuado, saindo de pouco mais de 550 reais *per capita* para aproximadamente 820 *per capita*. Esse valor caiu no ano de 2015 e voltou a crescer até o fim da série temporal. No caso da educação (gráfico à direita), houve uma variação maior, associada a reduções de investimento consecutivas nos anos de 2015 a 2017. O investimento mais alto ocorreu em 2014, com média de 14 mil reais por aluno, caindo para quase 12.500 em 2018.

4.2 Transferências discricionárias

Ao mesmo tempo que a descentralização da provisão de serviços aumentou a responsabilidade dos governos locais de entregar políticas públicas, a União concentrou em si a maior parte da arrecadação de impostos (ARRETCHÉ, 2004). Essa característica do federalismo brasileiro levou a um complexo sistema de transferências intergovernamentais, que vão desde transferências obrigatórias aos governos subnacionais até transferências voluntárias (ARRETCHÉ, 2010).

Esse conjunto de transferências financia a provisão de serviços sociais básicos, como saúde, educação e assistência social (ALMEIDA, 2005; ARRETCHE, 2005; BAIÃO; CUNHA; SOUZA, 2017). Ele não apenas contribui com o equilíbrio financeiro de governos subnacionais, como também possibilita ações intergovernamentais conjuntas (AMORIM NETO; SIMONASSI, 2013). Ou seja, em casos como o brasileiro, em que o governo nacional legisla sobre e os governos subnacionais entregam os serviços, as transferências contribuem como uma forma de permitir que essa divisão de responsabilidade seja viável (OBINGER; LEIBFRIED; CASTLES G., 2005).

A partir da Constituição de 1988, as transferências verticais podem ser divididas em dois grandes grupos: constitucionais e discricionárias. No primeiro grupo, a União repassa aos governos subnacionais parte de alguns tributos. O segundo grupo compreende os recursos transferidos a partir da celebração de convênios, contratos de repasse, termos de parceria, entre outros (AMORIM NETO; SIMONASSI, 2013; TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2016).

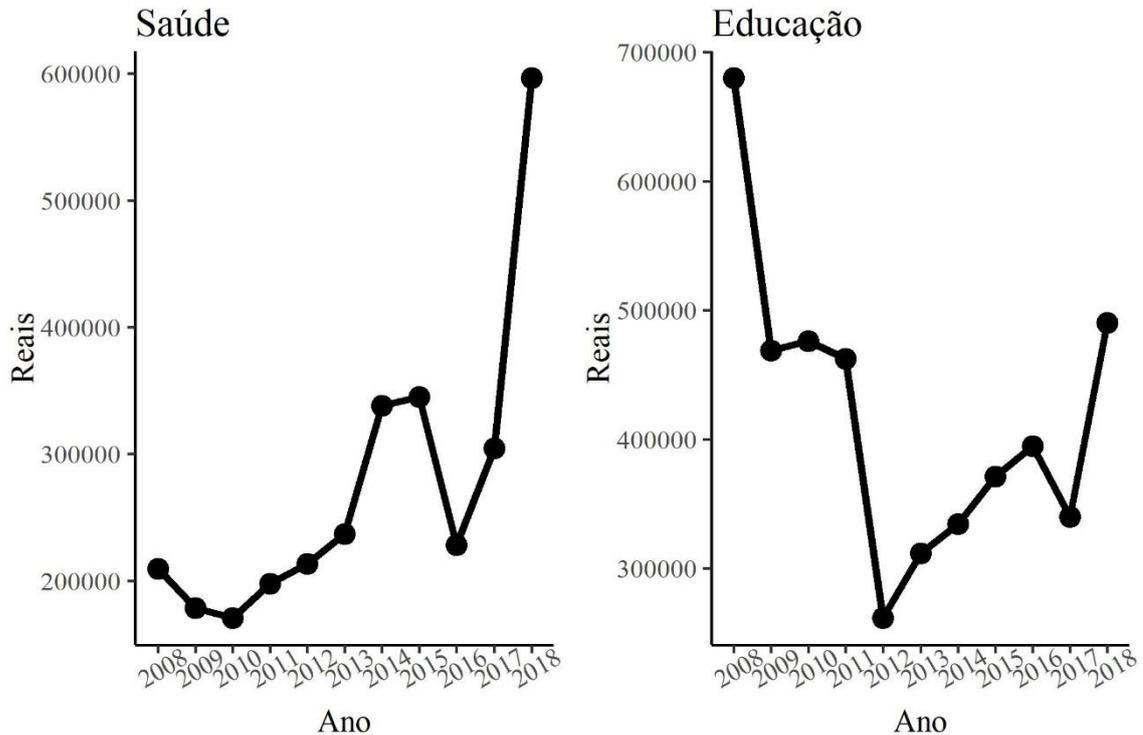
Das transferências mencionadas, foco apenas nas discricionárias via convênio. O convênio é um instrumento formal que disciplina a transferência de recursos da União diretamente para um órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou entidades sem fins lucrativos. Diferente de outros tipos de transferência discricionária, o pagamento é feito de forma direta através de ordens bancárias, sem o intermédio de agentes financeiros atuando como mandatário da União (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2016).

A finalidade dos convênios é a execução de programas do governo que envolvam a realização de um projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento. Na área da saúde, alguns exemplos de programas que recebem recursos discricionários são o Programa Nacional de Alimentação Escolar, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar e Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais. Na saúde, Farmácia Popular, Programa Saúde da Família, assistência hospitalar e ambulatorial especializada, entre outras (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2016).

Os convênios são acordos entre um órgão do governo federal (concedente) e um governo subnacional ou entidade sem fins lucrativos (conveniente). O concedente assume o compromisso de repassar os recursos e o conveniente, de executá-los. Geralmente há uma contrapartida financeira ou logística por parte do conveniente (MEIRELES, 2019b). As transferências discricionárias, portanto, representam recursos adicionais para os municípios

ampliarem sua capacidade de implementar políticas públicas (NETO; SIMONASSI, 2013; SOARES; DE MELO, 2016). A figura 8 apresenta a evolução das transferências nas áreas de saúde e educação.

Figura 8 - Valores médios das transferências discricionárias em saúde e educação



Fonte: elaboração do autor.

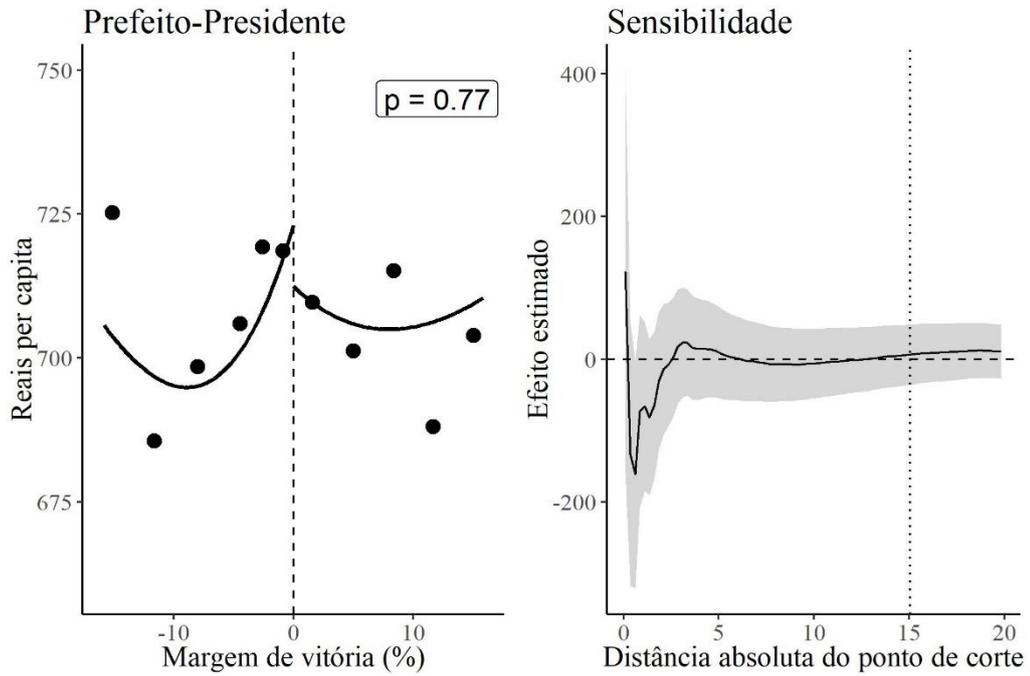
No gráfico à esquerda estão os valores médios das transferências recebidas pelos municípios do Ministério da Saúde. Apesar da tendência de crescimento entre 2010 e 2015, há uma redução dos valores em 2016, chegando ao valor máximo da série temporal em 2018. No gráfico à direita estão os dados na área da educação. Diferentemente da saúde, o ano com maior valor médio foi em 2008. A partir de 2009 houve uma tendência de queda até 2012, voltando a aumentar gradativamente entre 2012 e 2016, chegando em 2018 com um valor médio próximo de R\$ 500.000.

4.3 Resultados

As figuras 9 a 16 apresentam os resultados dos desenhos de regressão descontínua. Na área da saúde, o alinhamento partidário ao presidente (figura 9) resulta em R\$ 6,20 *per capita* de diferença. O alinhamento à coalizão (figura 10), contrariando as expectativas, reduz o investimento em R\$ 4,05 *per capita*. Os resultados, no entanto, não são estatisticamente

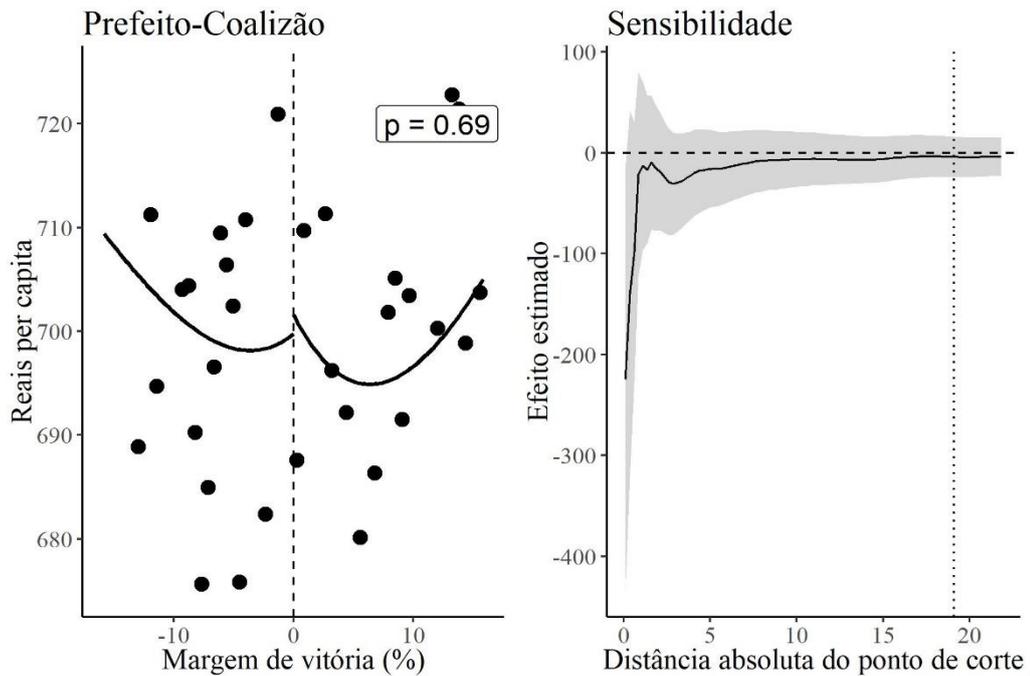
significantes para ambos, portanto não é possível afirmar que municípios alinhados têm mais investimento em saúde que outros de oposição.

Figura 9 - Alinhamento prefeito-presidente para o investimento em saúde



Fonte: elaboração do autor.

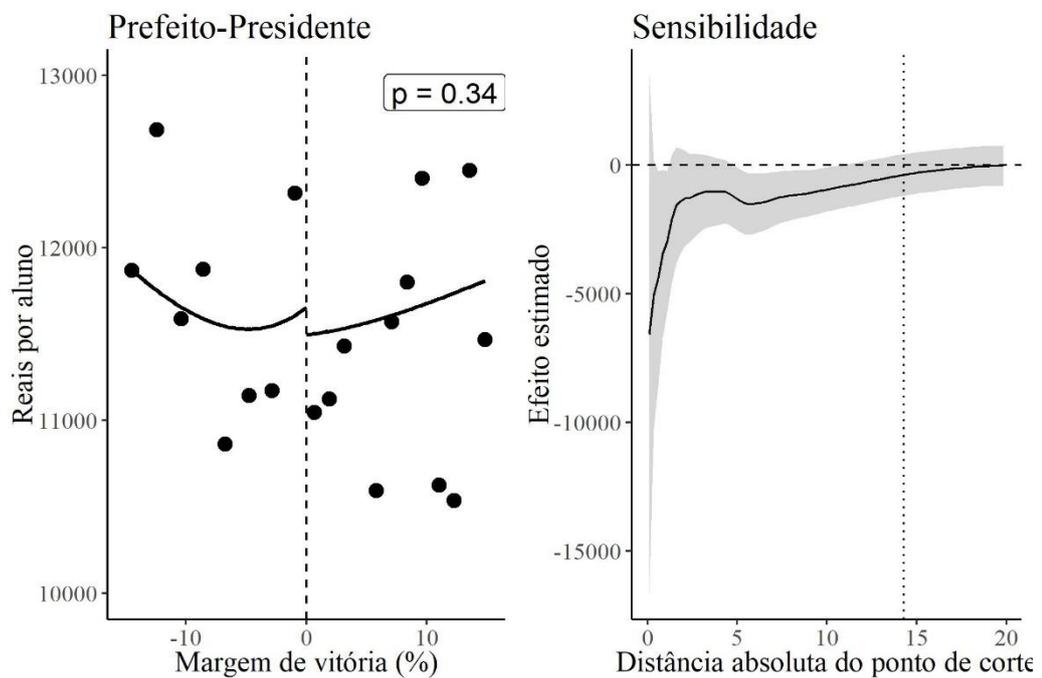
Figura 10 - Alinhamento prefeito-coalição para o investimento em saúde



Fonte: elaboração do autor.

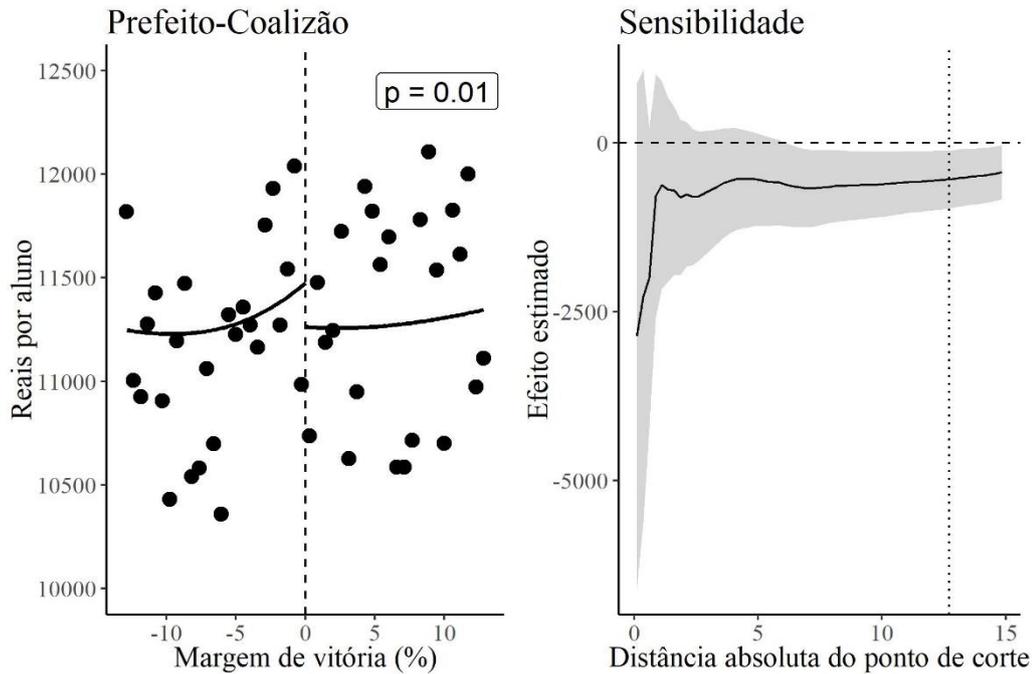
Na área da educação, municípios do mesmo partido do presidente têm resultado negativo de R\$ 391,44 por aluno (figura 11), o que representa um investimento menor e contrário à primeira hipótese. Este efeito, porém, não têm significância estatística. O alinhamento prefeito-coalizão também gera um efeito negativo de R\$ 539,25 (figura 12), porém significativo. Neste caso, portanto, municípios partidariamente alinhados à coalizão investem menos na educação. Os resultados são contraintuitivos. Um estudo anterior aponta que o alinhamento prefeito-presidente reduz os gastos tanto na saúde quanto na educação, porém com efeito significativo apenas na primeira área (MARENCO; CATE, 2021).

Figura 11 - Alinhamento prefeito-presidente para o investimento em educação



Fonte: elaboração do autor.

Figura 12 - Alinhamento prefeito-coalição para o investimento em educação

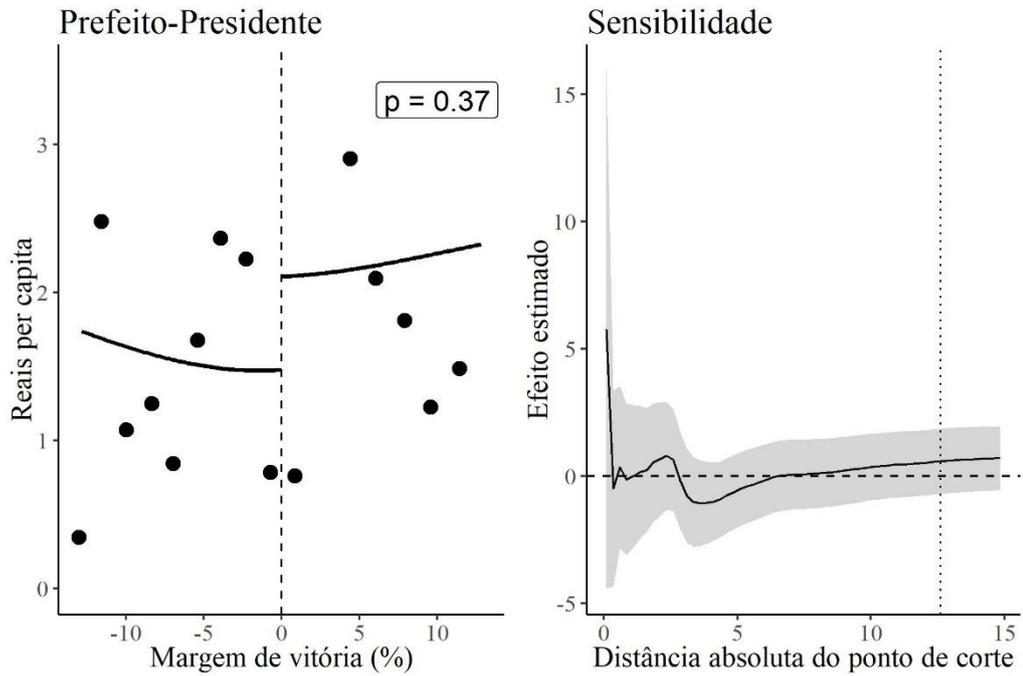


Fonte: elaboração do autor.

Em relação às transferências discricionárias em saúde, estar alinhado ao presidente tem um efeito positivo de R\$ 0,58 no montante de transferências para o município, porém sem significância estatística (figura 13). Estar alinhado à coalizão, por sua vez, gera um efeito de R\$ 0,47, mas também sem significância (figura 14). As transferências discricionárias do Ministério da Educação têm resultados positivos para ambos os alinhamentos. Municípios do mesmo partido do presidente apresentam resultado positivo de R\$ 0,87 (figura 15), enquanto os alinhados à coalizão, R\$ 1,98 (figura 16). Todos os resultados não têm significância estatística.

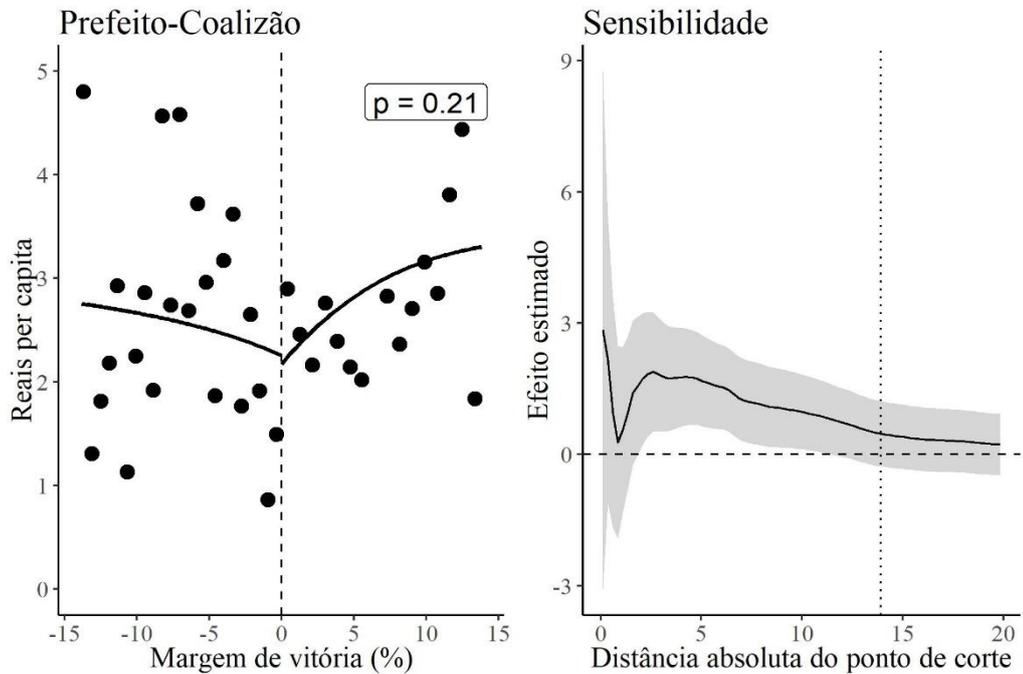
Transferências discricionárias são o objeto mais comum nos trabalhos que analisam o efeito do alinhamento partidário. Apesar de ser um resultado contraintuitivo, tanto em função da teoria que mobilizei quanto dos achados empíricos anteriores, esses resultados devem ser observados com cautela. Salvo melhor juízo, nenhum trabalho que utilize regressão descontínua desagrega os testes por ministério de forma individualizada. A exceção é Meireles (2019a), porém o autor utiliza modelos de diferença em diferenças e triplas diferenças, além de um recorte temporal diferente e consideravelmente maior. Portanto, não é possível fazer uma comparação direta, demandando mais cuidado ao comparar os achados.

Figura 13 - Alinhamento prefeito-presidente para transferências em saúde



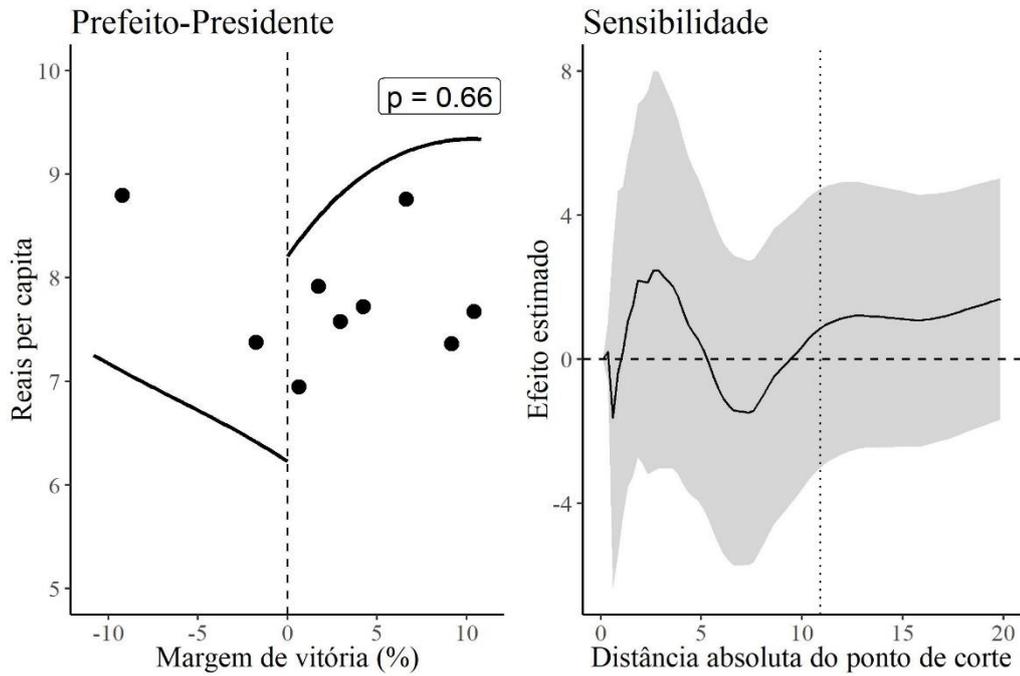
Fonte: elaboração do autor.

Figura 14 - Alinhamento prefeito-coalizão para transferências em saúde



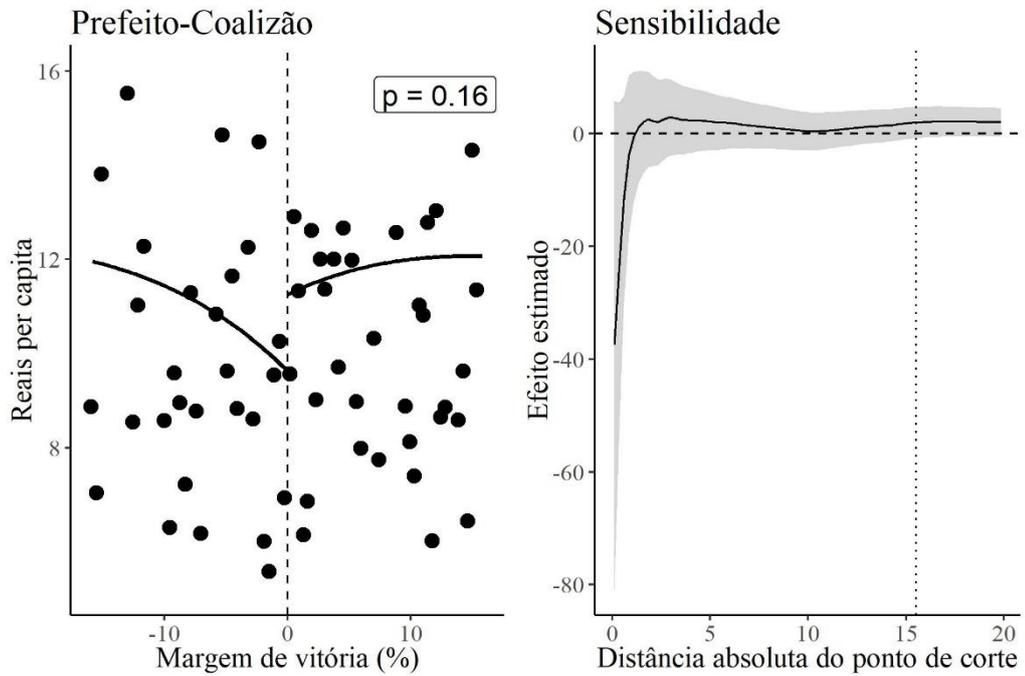
Fonte: elaboração do autor.

Figura 15 - Alinhamento prefeito-presidente para transferências em educação



Fonte: elaboração do autor.

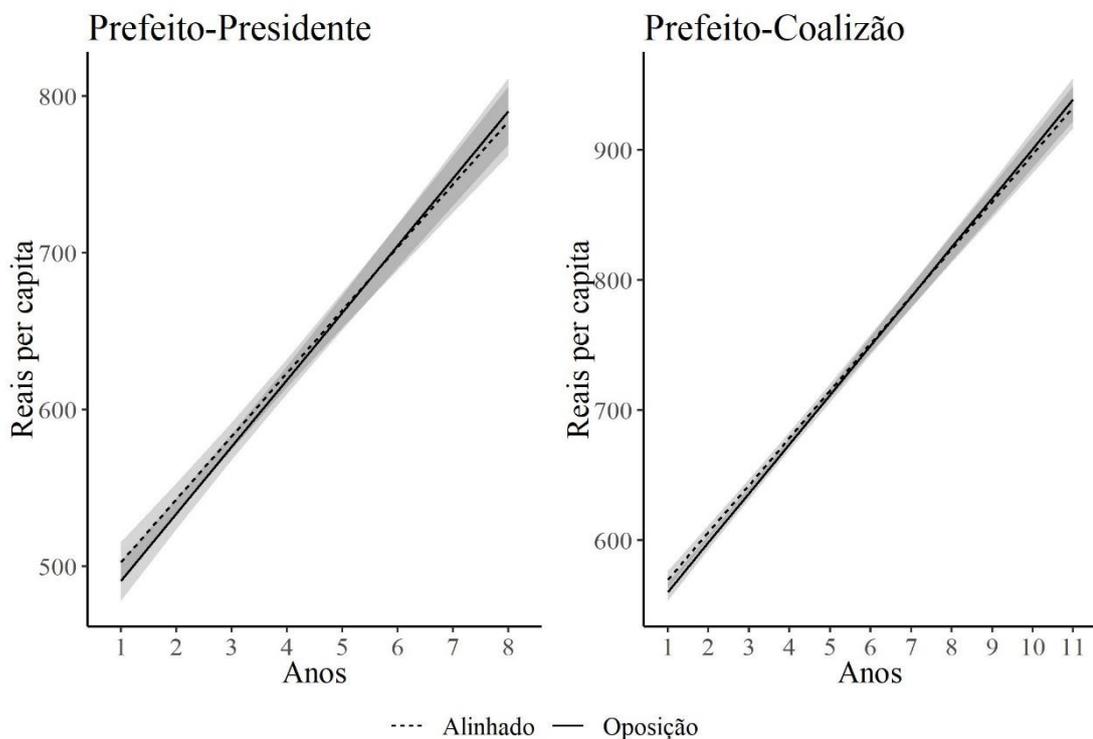
Figura 16 - Alinhamento prefeito-coalizão para transferências em educação



Fonte: elaboração do autor.

Os resultados que mostram se há efeito heterogêneo do alinhamento partidário estão dispostos nas figuras 17 a 20. Na figura 17, o gráfico à esquerda mostra o efeito ao longo do tempo do alinhamento prefeito-presidente para a variável de investimento em saúde. À direita, para o alinhamento prefeito-coalizão. As linhas ascendentes indicam que há uma tendência de crescimento do investimento na saúde, porém tanto as retas quanto os intervalos de confiança de municípios alinhados e oposição estão praticamente sobrepostos. Assim, não há diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos em nenhum ponto da distribuição.

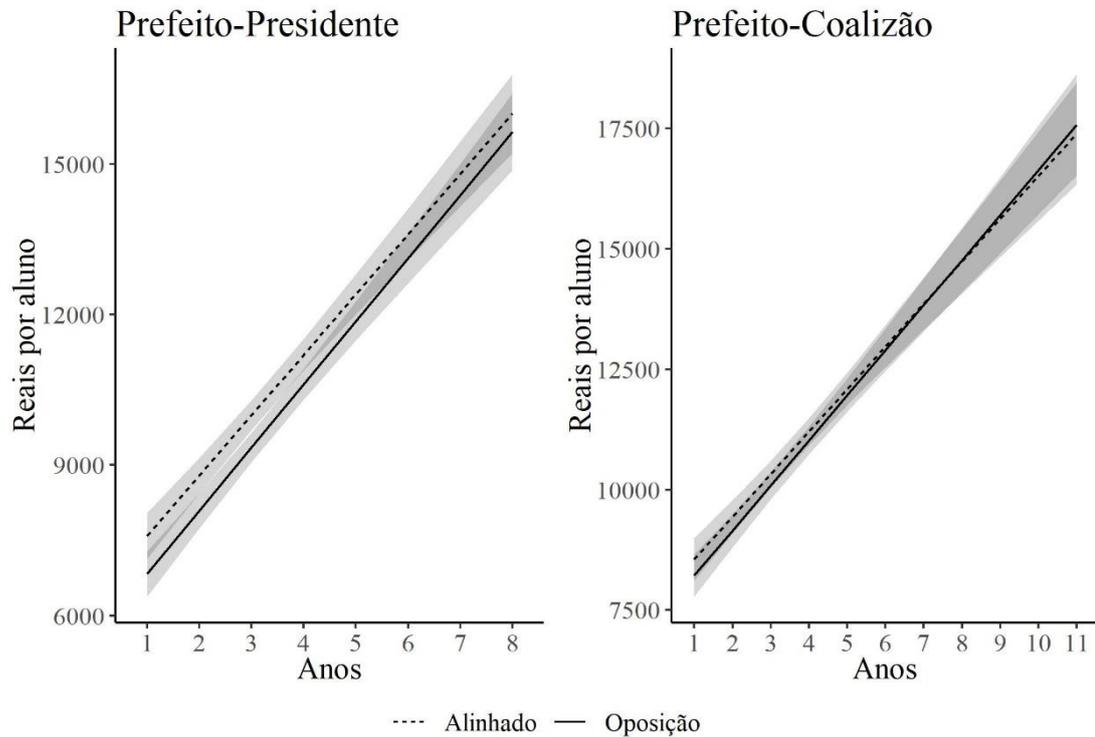
Figura 17 - Efeito heterogêneo do alinhamento para o investimento em saúde



Fonte: elaboração do autor.

Como é possível observar, para o alinhamento prefeito-presidente o tempo máximo que um município pode permanecer alinhado é 8 anos, dados o início da série temporal e a troca de partido na presidência em 2016. Por sua vez, para o alinhamento à coalizão é possível estar alinhado durante toda a série temporal, portanto um máximo de 11 anos. Apesar da presidência ter mudado de comando em 2016, saindo o PT e assumindo o PMDB, alguns partidos permaneceram como membros da coalizão durante todo o período, a exemplo do PR e PP.

Figura 18 - Efeito heterogêneo do alinhamento para o investimento em educação

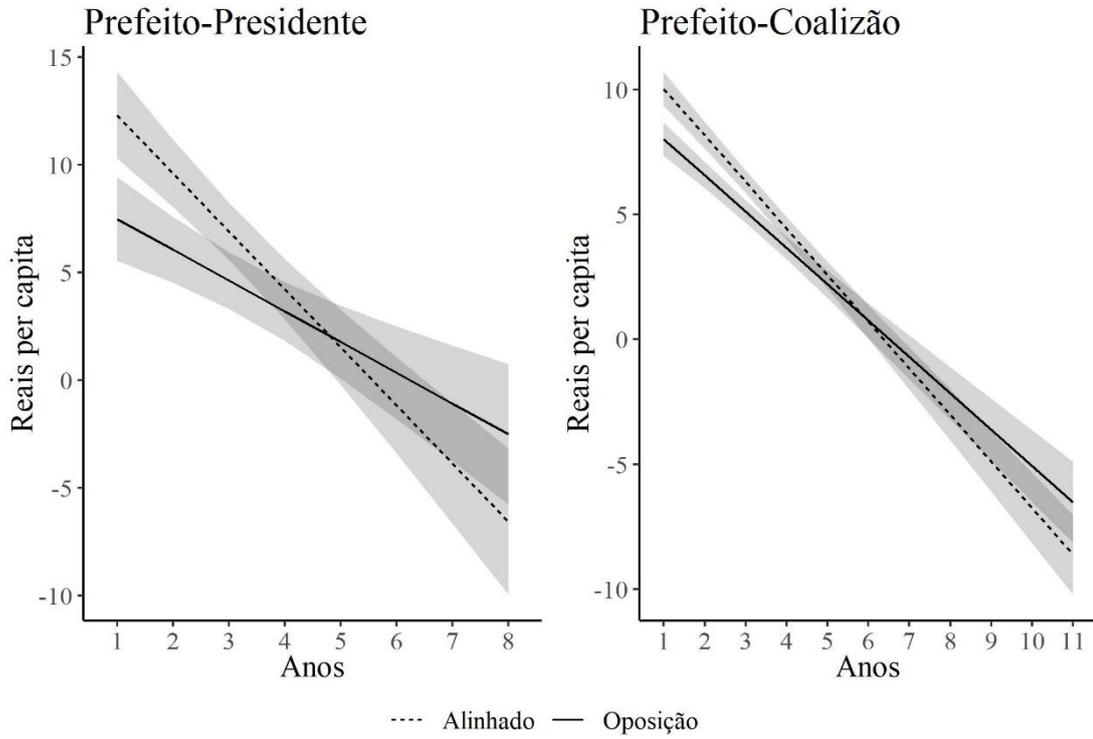


Fonte: elaboração do autor.

Na figura 18, que mostra o efeito dos alinhamentos para o investimento em educação, os resultados são semelhantes aos anteriores. Há uma tendência de crescimento para municípios alinhados e de oposição, com intervalos de confiança que se sobrepõem. No alinhamento prefeito-presidente, no entanto, há um efeito estatisticamente significante no apenas no ano 3, que volta a desaparecer do quarto ano em diante.

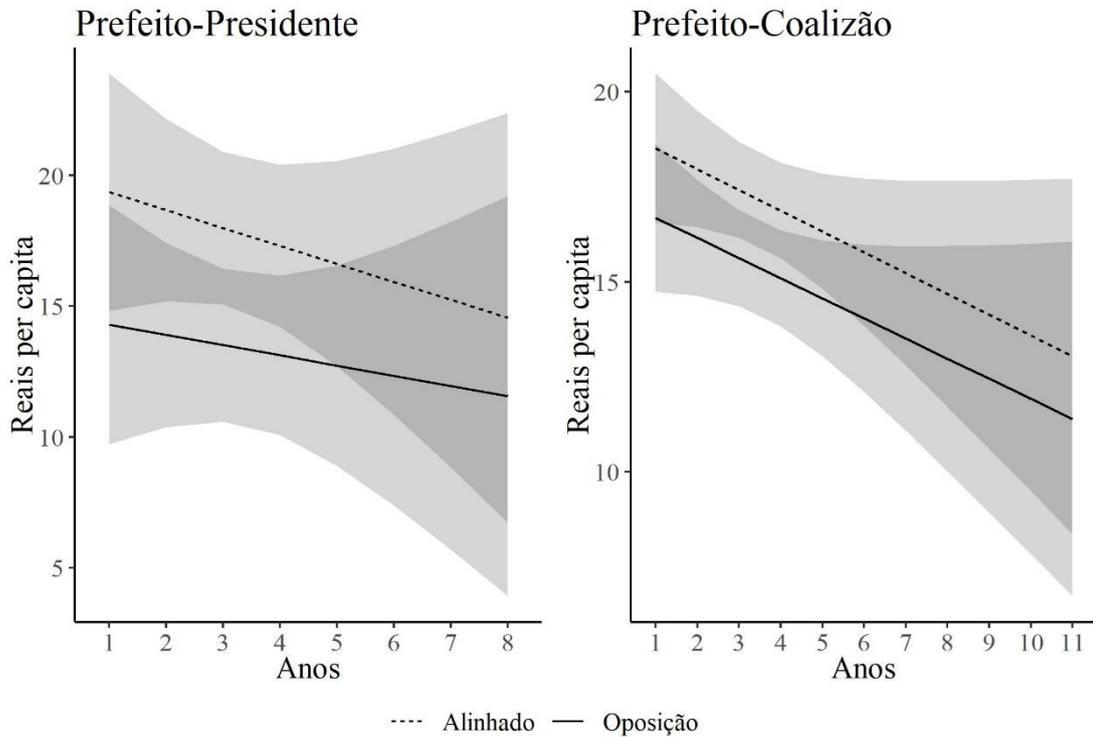
Para as transferências discricionárias, a tendência ao longo do tempo é de redução dos valores recebidos. No caso da saúde (figura 19), municípios alinhados ao presidente recebem mais recursos nos dois primeiros anos, indicando um efeito imediato do alinhamento sobre a distribuição de recursos discricionários. Esse efeito, no entanto, se torna sem significância estatística a partir do terceiro ano. Quando analisado o alinhamento à coalizão, também há um efeito imediato e no curto prazo, com significância até o terceiro ano. A partir do quarto, municípios alinhados e de oposição têm efeitos semelhantes. Na área da educação (figura 20), a tendência ao longo da série temporal também é decrescente, mas sem significância estatística durante todo o período. Ou seja, os dados indicam menor ingerência partidária sobre as transferências na área quando comparada à saúde.

Figura 19 - Efeito heterogêneo do alinhamento para transferências em saúde



Fonte: elaboração do autor.

Figura 20 - Efeito heterogêneo do alinhamento para transferências em educação



Fonte: elaboração do autor.

5 OFERTA DE POLÍTICAS SOCIAIS⁵

As ações dos governos para aumentar a qualidade de vida dos cidadãos passam não apenas pelo financiamento das políticas, mas essencialmente pela sua entrega. Focar unicamente nos gastos que os Estados têm com políticas sociais não permite ao pesquisador analisar e compreender de forma adequada se os programas estão sendo entregues de fato, quem está recebendo, e qual a qualidade dos serviços prestados (SEGURA-UBIERGO, 2007). É dever do Estado garantir o acesso da população a serviços públicos, portanto a sua oferta é uma característica essencial de um *welfare state* (HUBER; STEPHENS, 2001; PRIBBLE, 2013).

A oferta diz respeito ao que está sendo efetivamente entregue a população (NIEDZWIECKI, 2018). Sendo assim, ela é o ponto de encontro entre a atividade estatal e o público-alvo. Por essa razão, a provisão tem importantes consequências para o desenvolvimento das políticas, o cumprimento dos seus objetivos e, também, sua avaliação. Além disso, ela afeta diretamente tanto a experiência dos usuários quanto as consequências da política na vida da população (ROSSI; LIPSEY; FREEMAN, 2004).

Sob a ótica político-partidária, a provisão é uma importante fonte de legitimação política. É a partir de ações dessa natureza que os políticos criam e cultivam ligações diretas com seus eleitorados, permitindo às autoridades governamentais reclamarem crédito pela implementação dos serviços e, conseqüentemente, utilizá-los como um instrumento de apoio eleitoral (PIERSON, 1995).

Além dos benefícios e serviços providos em dinheiro, chamados de *benefits in cash*, outros serviços entregues são de forma não monetária, os *benefits in kind*, como saúde, educação e assistência social (ROTHGANG, 2021). Em diversos países, incluindo o Brasil, reformas descentralizadoras definiram que os governos locais passariam a ser os responsáveis pela oferta de um conjunto de políticas sociais, ainda que a legislação e parte considerável do financiamento destas políticas tenham continuado sob a jurisdição do governo central (FALLETI, 2010).

Apesar de não haver um consenso na literatura empírica sobre a melhor forma de mensurar provisão de serviços públicos, algumas das estratégias mais recomendadas e/ou utilizadas têm sido o nível de cobertura das políticas e o comportamento da entrega, ou seja, se

⁵ Parte deste capítulo foi publicada anteriormente na Revista de Administração Pública (2023), v. 57, n. 1, com o título [“Alinhamento partidário e oferta de políticas públicas no Brasil”](#).

os serviços estão sendo entregues de forma maior ou menor (GIRAUDY; PRIBBLE, 2019; NIEDZWIECKI, 2018; PRIBBLE, 2013; WINTER, 2003).

5.1 Cobertura da atenção básica

Ao longo da década de 1990, o governo federal foi gradativamente transferindo aos municípios a responsabilidade pela gestão e oferta da atenção básica à saúde. Esse processo ficou conhecido como a municipalização dos serviços de saúde, que implicou em uma reestruturação da política a nível nacional, fazendo com que houvesse a transferência de atividades que até então eram realizadas pelo governo federal para os municípios (ARRETCHE, 2002b).

Diversos mecanismos institucionais forneceram incentivos para que os municípios assumissem a oferta de programas de atenção básica definidos como prioritários para o Ministério da Saúde. Assim, com o passar dos anos, houve uma ampliação da cobertura da atenção básica nos municípios. Os procedimentos são executados no nível local, mas a partir de diretrizes nacionais publicadas através de portarias ministeriais (VAZQUEZ, 2014).

A Estratégia Saúde da Família (ESF), antes conhecida como Programa Saúde da Família (PSF), foi o principal mecanismo utilizado para induzir a expansão da cobertura da atenção básica no Brasil (GOMES; GUTIÉRREZ; SORANZ, 2020). Além disso, a ESF tem sido a principal política de atenção à saúde primária no país desde 1994. Seu objetivo é fortalecer o cuidado preventivo através da provisão de imunizações, controle nutricional, medicamentos básicos, cuidados pré-natal, *check-ups*, atendimentos odontológicos, entre outros serviços (NIEDZWIECKI, 2018).

A ESF é implementada através da Unidade Saúde da Família e inclui uma equipe de profissionais com, no mínimo, um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e quatro agentes comunitários de saúde (NIEDZWIECKI, 2018). A medida aqui utilizada, cobertura da atenção básica, é calculada da seguinte forma⁶:

$$\frac{n^{\circ} eSF + (n^{\circ} AB \text{ param.} + n^{\circ} eSF \text{ equivalentes}) * 3000}{\text{Estimativa populacional}} * 100$$

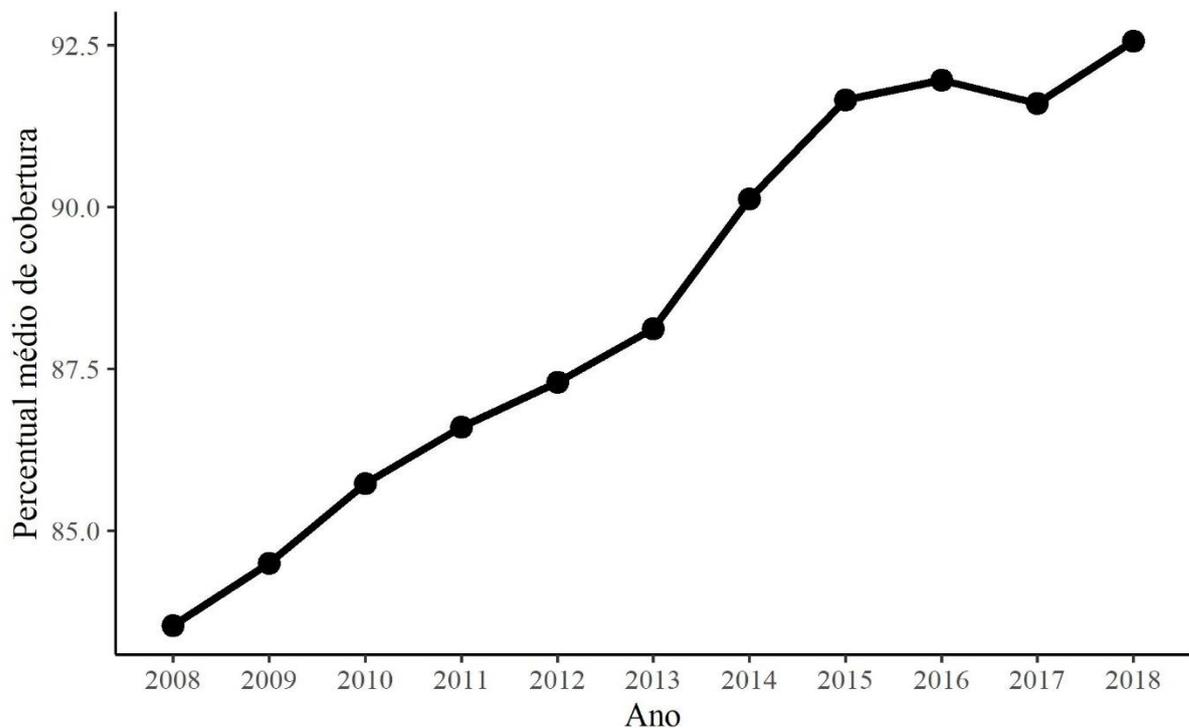
Onde, $n^{\circ} eSF$ equivale ao número de equipes Saúde da Família; $n^{\circ} AB \text{ param.}$, o número de equipes de Atenção Básica parametrizadas; e $n^{\circ} eSF \text{ equivalentes}$, a carga horária

⁶ Para mais detalhes, acessar nota metodológica do Ministério da Saúde: <https://shorturl.at/kmstP>. Último acesso em 14 de dezembro de 2023.

que equivale a cada equipe. Uma vez que os dados são disponibilizados de forma mensal pelo Ministério da Saúde, a variável utilizada aqui é o percentual médio de cobertura em um dado ano.

A figura 21 mostra a linha de evolução do percentual médio de cobertura entre 2008 e 2018. Como é possível observar, há uma consistente tendência de aumento da cobertura no período. Com exceção de 2016 para 2017, em que houve uma queda no percentual, a cobertura saiu de mais ou menos 84% em 2008 para quase 93% em 2018. Os números mostram, portanto, que é uma política com tendência relativamente sólida de expansão.

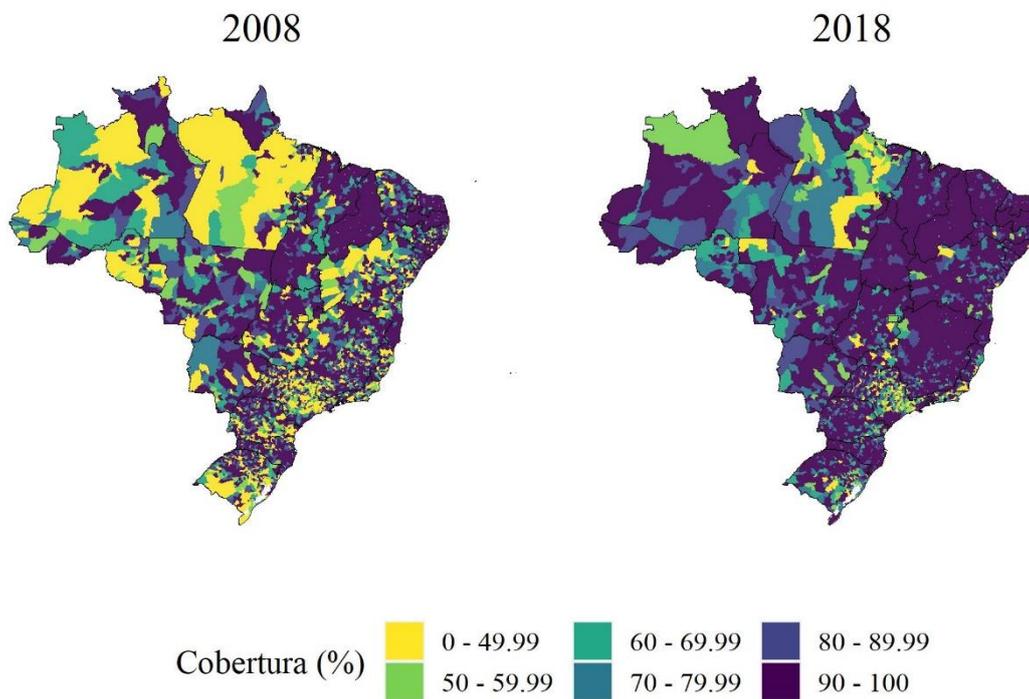
Figura 21 - Evolução da cobertura da atenção básica



Fonte: elaboração do autor.

Se observarmos os mapas (figura 22) com a distribuição geográfica da cobertura no início e no fim da série temporal, 2008 e 2018, fica claro como havia uma grande desigualdade entre os municípios no início do recorte. Em 2018, o mapa se torna muito mais uniforme, com cobertura que tende, ou mesmo chega, a 100%. Contudo, em alguns estados a cobertura ainda era relativamente baixa, a citar o Pará, São Paulo e parte do Rio Grande do Sul.

Figura 22 - Mapas com distribuição geográfica da cobertura da atenção básica



Fonte: elaboração do autor.

5.2 Alunos por professor

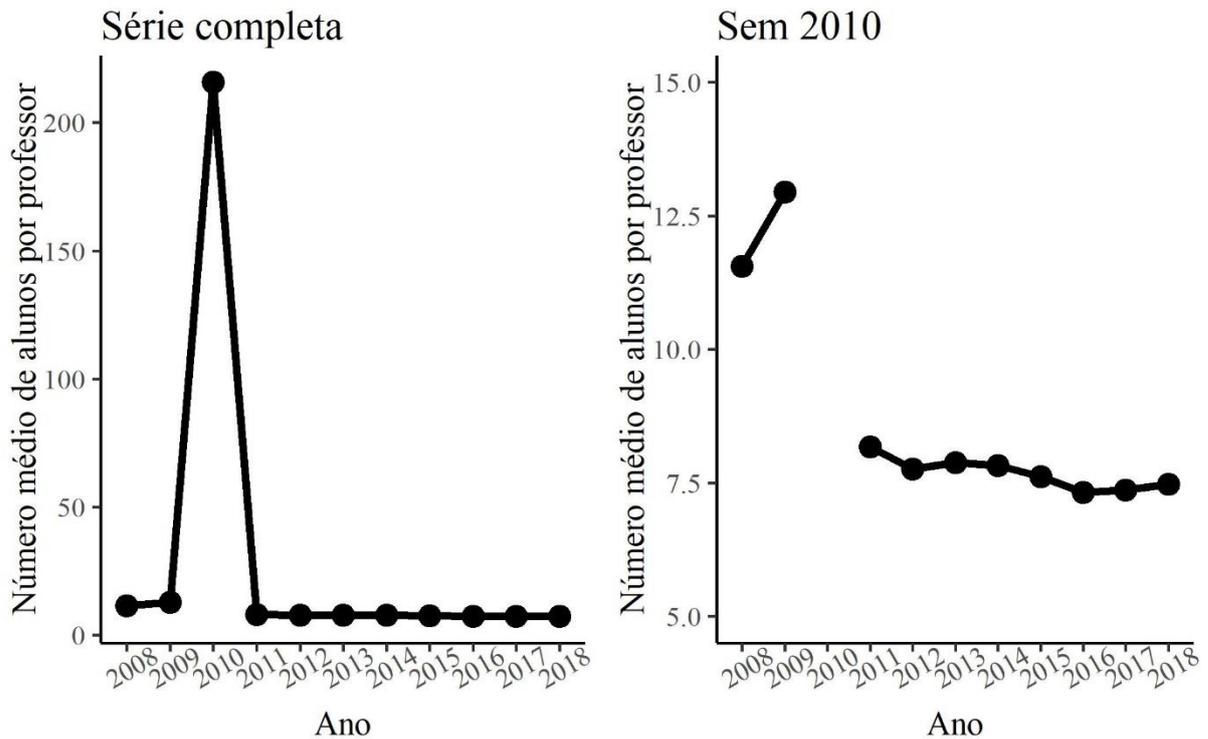
A municipalização de serviços públicos ocorreu não apenas na área da saúde, mas também na educação básica. A partir da Constituição de 1988, a oferta de matrículas no nível fundamental de ensino passou a ter caráter universal e ser oferecida preferencialmente pelos governos municipais (ARRETCHE, 2002b). A União introduziu instrumentos para incentivar a adesão dos municípios, como a vinculação de receitas ao número de matrículas e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) (VAZQUEZ, 2014).

Essas ações resultaram em mudanças expressivas na oferta do ensino fundamental. Os municípios expandiram consideravelmente sua cobertura nesta etapa, fazendo com que os estados transferissem estudantes, professores e até escolas para a rede municipal (SEGATTO, 2017). O resultado em termos práticos foi uma redução no número de matrículas estaduais, ao passo que as matrículas do ensino fundamental na rede de municipal cresceram mais de 44% no período 1997-2006 (VAZQUEZ, 2014).

A variável “alunos por professor” não é exatamente uma medida de cobertura nos moldes utilizados na área da saúde, mas busca representar a mesma ideia: a disponibilidade de profissionais para o público-alvo. Professores são uma parte essencial do sistema educacional, sendo a ponta do serviço. O número de alunos por professor, por sua vez, é uma medida importante para entender a oferta da política, estando fortemente associada à qualidade da educação. Menos alunos por professor significaria aulas de maior qualidade e melhor aprendizado (KOC; CELIK, 2015).

A figura 23 mostra a evolução do número médio de alunos por professor. É possível notar uma grande discrepância no ano de 2010, representada no gráfico à esquerda. Uma provável razão para isso é um problema de disponibilidade de dados do Censo Escolar. Até o momento que estes dados foram coletados, não havia informações sobre matrículas no Censo para o ano de 2010, o que fez a coleta para este ano ser feita através do portal INEP Data. Portanto, há um indicativo de diferença no levantamento e disponibilização de dados pelo INEP. Para melhorar a visualização da evolução da série, o gráfico à direita apresenta os mesmos dados sem o ano de 2010. Há uma tendência de redução, ainda que pequena, do número de alunos por professor, o que pode representar uma maior oferta de profissionais na área.

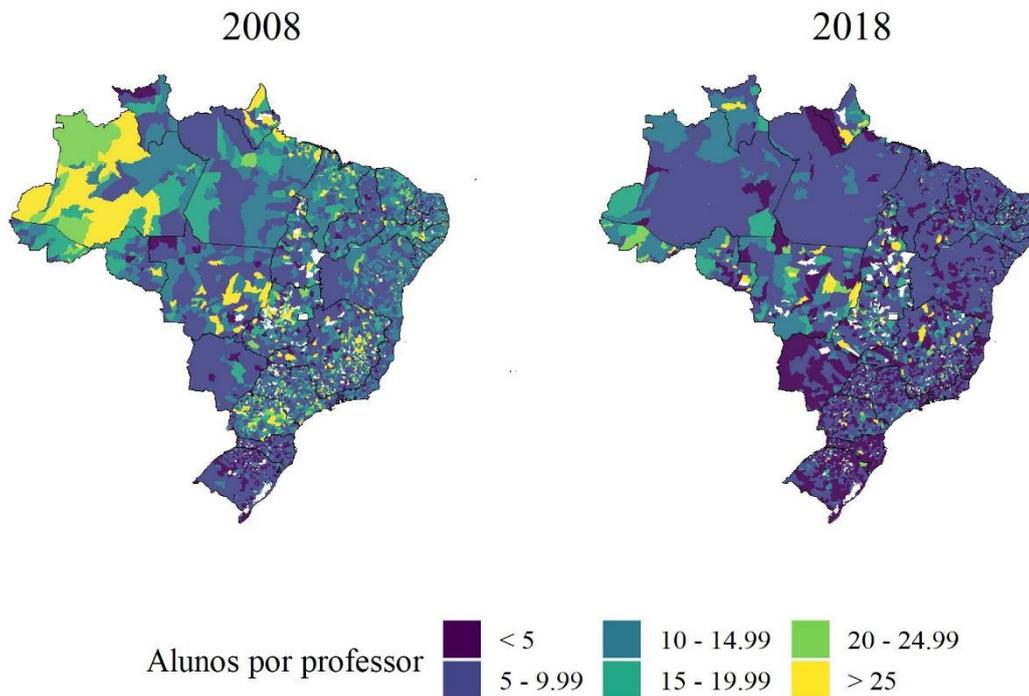
Figura 23 - Evolução da variável alunos por professor



Fonte: elaboração do autor.

Na figura 24, os mapas mostram que, de maneira geral, os municípios melhoraram a oferta do ensino fundamental, mas em alguns estados ainda há resultados discrepantes. Exemplos disso são os estados do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e Goiás. No último ano da série, no entanto, é perceptível como a maior parte dos municípios apresentou resultados melhores.

Figura 24 - Mapas com distribuição geográfica da variável alunos por professor

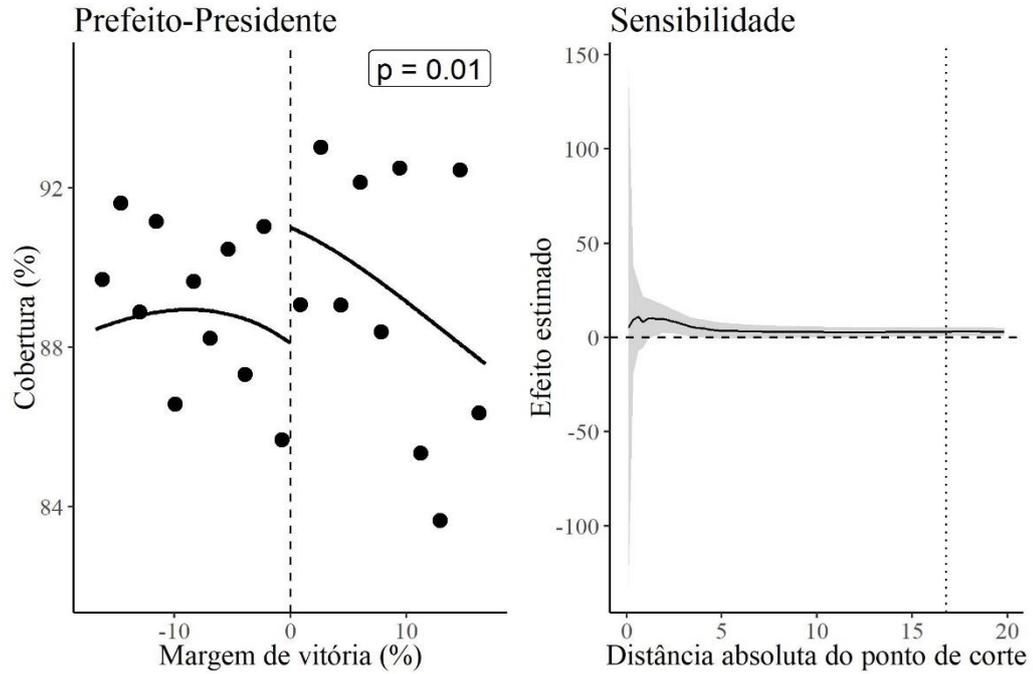


Fonte: elaboração do autor.

5.3 Resultados

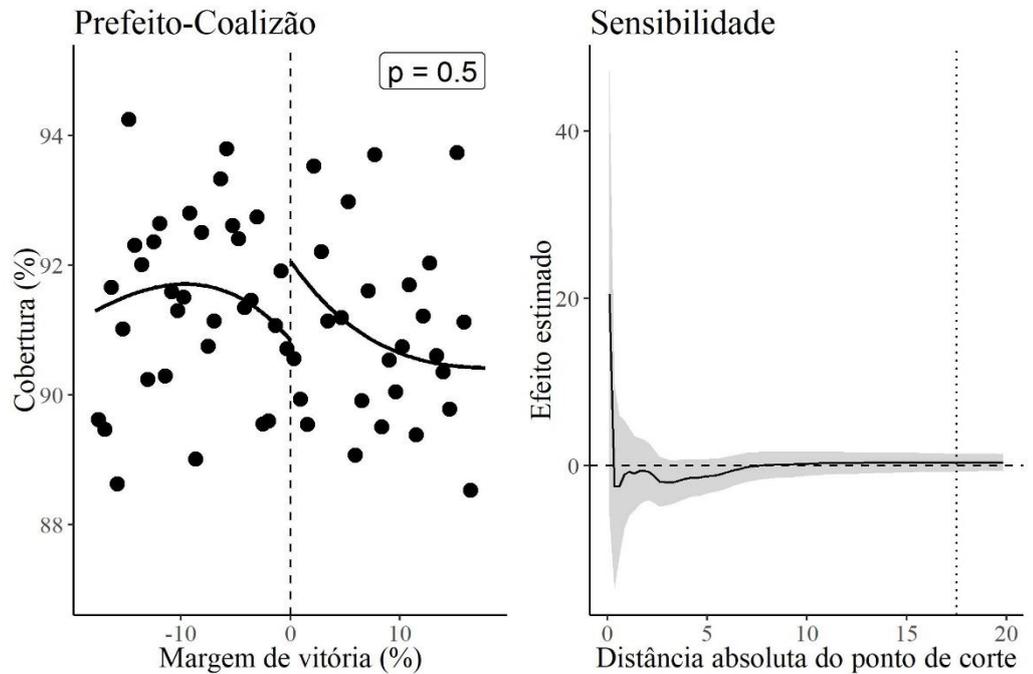
Os resultados dos desenhos de regressão descontínua estão nas figuras 25 a 28. Para a variável cobertura da atenção básica, estar alinhado ao presidente aumentou a cobertura nos municípios em, aproximadamente, 3% (figura 25). Este efeito foi estatisticamente significativo. O resultado é muito semelhante ao encontrado em artigo publicado anteriormente (LIRA, 2023). Já para o alinhamento à coalizão (figura 26), houve um aumento positivo de 0,37 no percentual de cobertura, porém sem significância estatística.

Figura 25 - Alinhamento prefeito-presidente para variável cobertura da atenção básica



Fonte: elaboração do autor.

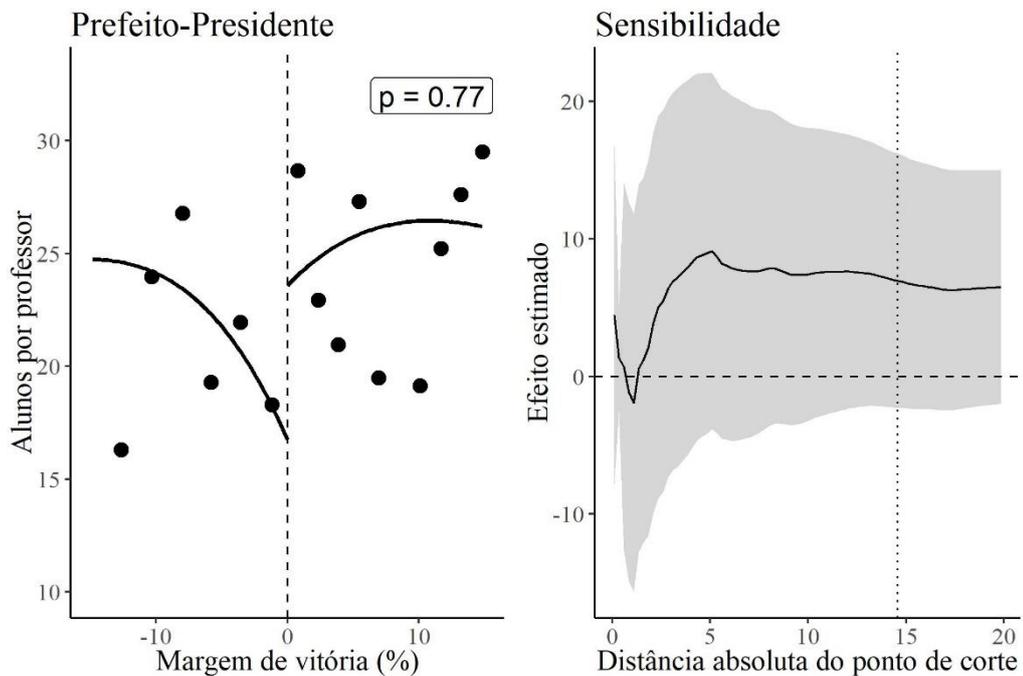
Figura 26 - Alinhamento prefeito-coalizão para variável cobertura da atenção básica



Fonte: elaboração do autor.

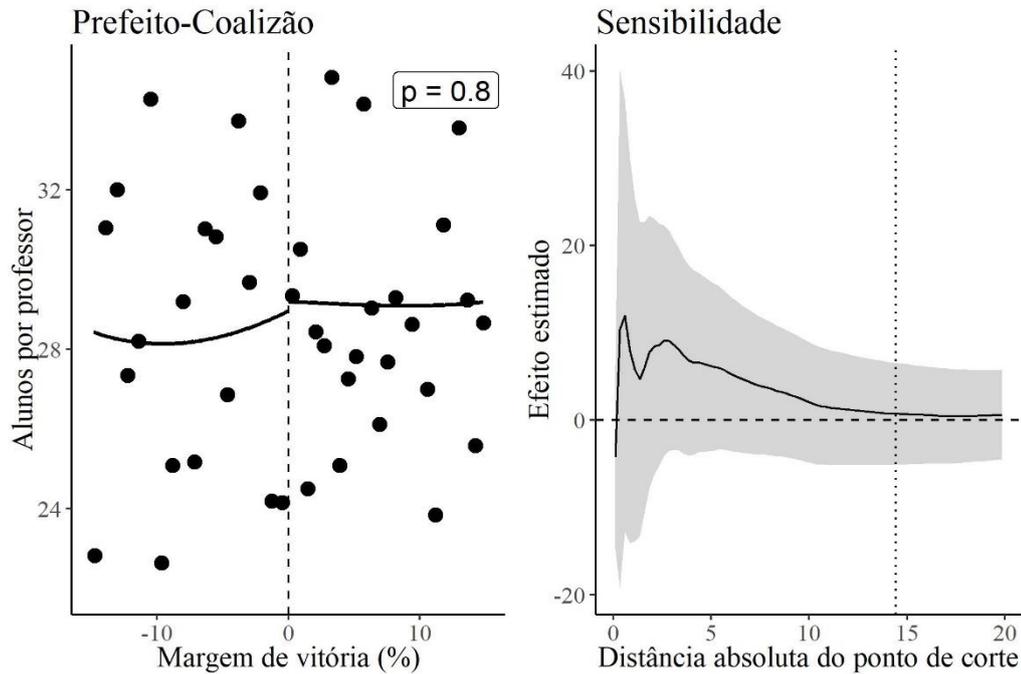
Com relação a variável alunos por professor, os resultados já são um pouco mais contraintuitivos. Os efeitos tanto para o alinhamento prefeito-presidente (figura 27), quanto prefeito-coalizão (figura 28) são positivos, com um aumento de 6,96 e 0,73, respectivamente. Na prática, isso significaria mais estudantes sob responsabilidade de cada professor. No entanto, a interpretação destes coeficientes é relativamente complexa, pois os resultados variam do ponto de vista substantivo. Mais alunos por professor significaria menos atenção para cada estudante. Por outro lado, um número muito baixo de alunos por professor também poderia significar uma quantidade baixa de matrículas na rede de ensino. Em ambos os alinhamentos, porém, não há coeficientes tendendo a zero. Ao mesmo tempo, os dois não têm significância estatística.

Figura 27 - Alinhamento prefeito-presidente para variável alunos por professor



Fonte: elaboração do autor.

Figura 28 - Alinhamento prefeito-coalizão para variável alunos por professor

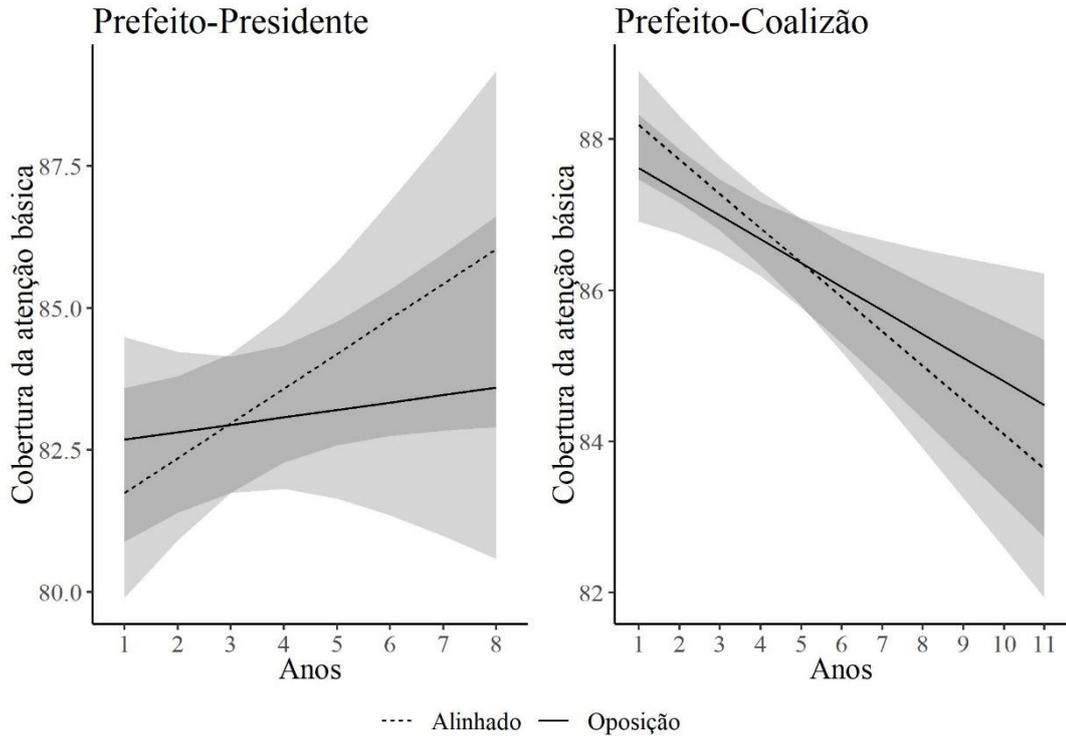


Fonte: elaboração do autor.

Em relação ao efeito heterogêneo do alinhamento, os resultados apresentam mais algumas nuances. No caso da atenção básica (figura 29), não há diferença estatisticamente significativa entre municípios alinhados e de oposição para ambos os alinhamentos. Para as cidades alinhadas ao presidente, há um aumento da cobertura ao longo do tempo, com inclinação de reta maior para os alinhados. No entanto, os intervalos de confiança de ambos os grupos se tocam. Já para os municípios alinhados à coalizão, o efeito é o contrário: há uma redução gradativa da cobertura ao longo do tempo, mas para cidades com prefeitos aliados e de oposição.

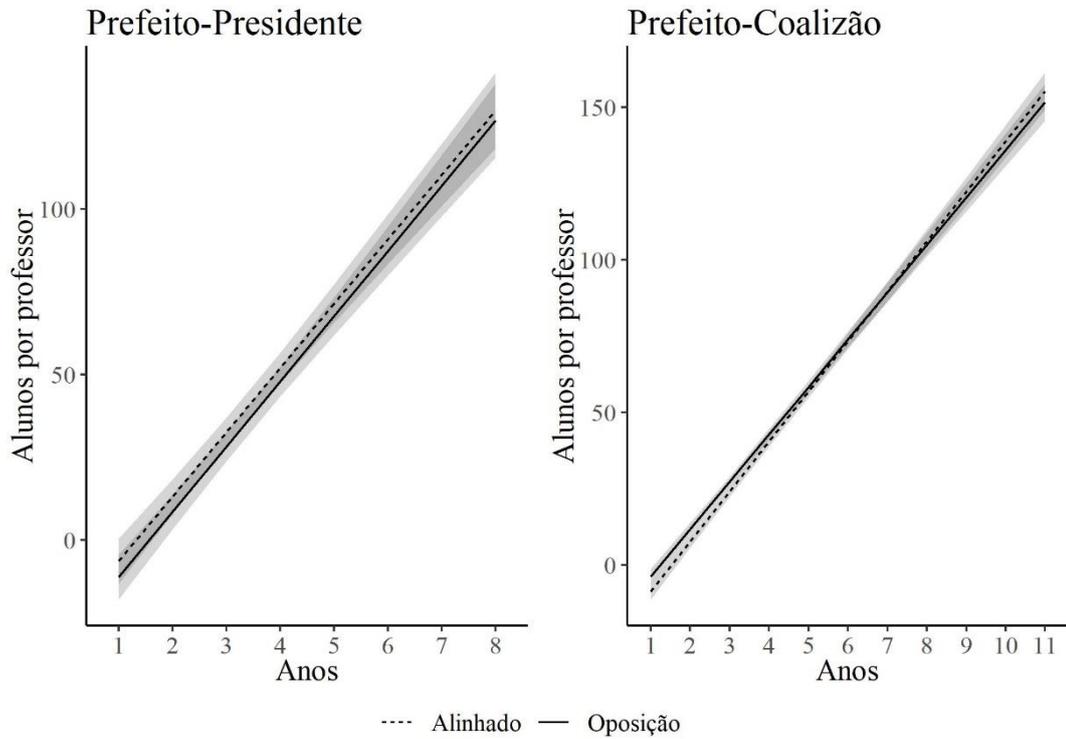
Para os dados relativos à variável alunos por professor (figura 30), o comportamento é semelhante. Municípios alinhados ao presidente e à coalizão aumentam consistentemente a média de alunos por turma ao longo dos anos. Isso pode significar que há uma expansão da oferta de matrículas na rede municipal de ensino, como mencionado na seção anterior, mas sem necessariamente aumentar o corpo de educadores em proporções semelhantes.

Figura 29 - Efeito heterogêneo do alinhamento para cobertura da atenção básica



Fonte: elaboração do autor.

Figura 30 - Efeito heterogêneo do alinhamento para alunos por professor



Fonte: elaboração do autor.

6 IMPACTO DE POLÍTICAS SOCIAIS

Recuperando a definição apresentada no capítulo 3, políticas sociais objetivam aumentar o bem-estar da população através de programas em áreas como saúde e educação. A sua finalidade, portanto, é realizar mudanças em determinados aspectos da vida dos usuários, como por exemplo reduzir a mortalidade infantil, aumentar nível de emprego ou melhorar a frequência escolar (OBINGER, 2021). Na literatura, nem sempre a nomenclatura “impacto” é utilizada, mas também *policy outcomes*. Esses *outcomes* são, por definição, um aspecto do público-alvo que se deseja modificar. Por isso, é comum que os termos sejam utilizados de forma intercambiável (ROSSI; LIPSEY; FREEMAN, 2004).

Parte considerável dos estudos que utilizam alguma medida de impacto analisam indicadores como desigualdade de renda e índices de pobreza (HUBER; STEPHENS, 2001). Essa decisão pode estar atrelada a definições mais estreitas da função de um Estado de bem-estar social, de políticas sociais, mas também pode ser função da disponibilidade de dados comparados. Nos últimos anos, tem se observado mais análises com medidas voltadas a políticas de saúde e educação (GAMM; KOUSSER, 2021; GARAY; SIMISON, 2022; OBINGER, 2021).

6.1 Taxa de mortalidade infantil

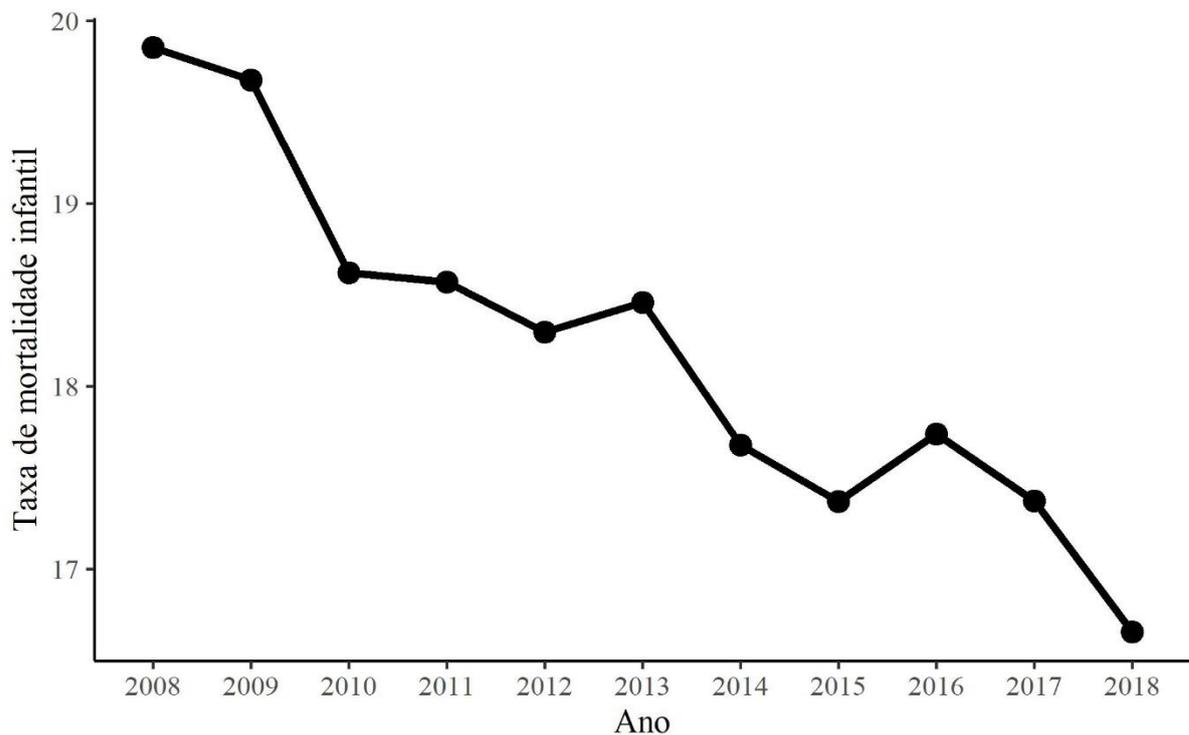
Esta é uma das medidas de qualidade de vida, bem-estar e/ou desenvolvimento humano de forma geral mais comuns na literatura empírica (CONLEY; SPRINGER, 2001; GARAY; SIMISON, 2022; MACINKO; GUANAIS; MARINHO DE SOUZA, 2006; SINGH, 2015; TOUCHTON; SUGIYAMA; WAMPLER, 2017; TOUCHTON; WAMPLER, 2014). A mortalidade infantil é um indicador relevante pela sua própria natureza: sobreviver para além do primeiro ano de vida é uma condição necessária para que, futuramente, o indivíduo possa ter a possibilidade de tomar as decisões que considere importantes na sua vida (TOUCHTON; SUGIYAMA; WAMPLER, 2017). Enquanto um indicador de desenvolvimento social, a taxa de mortalidade infantil é função, também, de intervenções políticas (TOUCHTON; SUGIYAMA; WAMPLER, 2017). O cálculo para obter a taxa é o seguinte:

$$\frac{\text{Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de vida}}{\text{Número de nascidos vivos}} * 1000$$

Na figura 31, apresento a evolução da média de mortalidade infantil entre 2008 e 2018. O gráfico indica uma tendência de queda na mortalidade, saindo de, aproximadamente, 20

óbitos em 2008 para quase 17 em 2018. Em dois anos, 2013 e 2016, foram registrados aumento da taxa. Comportamento semelhante está registrado em boletim epidemiológico do Ministério da Saúde⁷. Já na figura 32, os mapas apontam que, de maneira geral, os municípios de todos os estados melhoraram seus indicadores. Infelizmente, os dados sobre mortalidade infantil são os que mais têm ocorrência de *missings*, ou seja, faltam dados para diversos municípios em todos os anos (é possível observar esse fenômeno pelas partes em branco nos mapas).

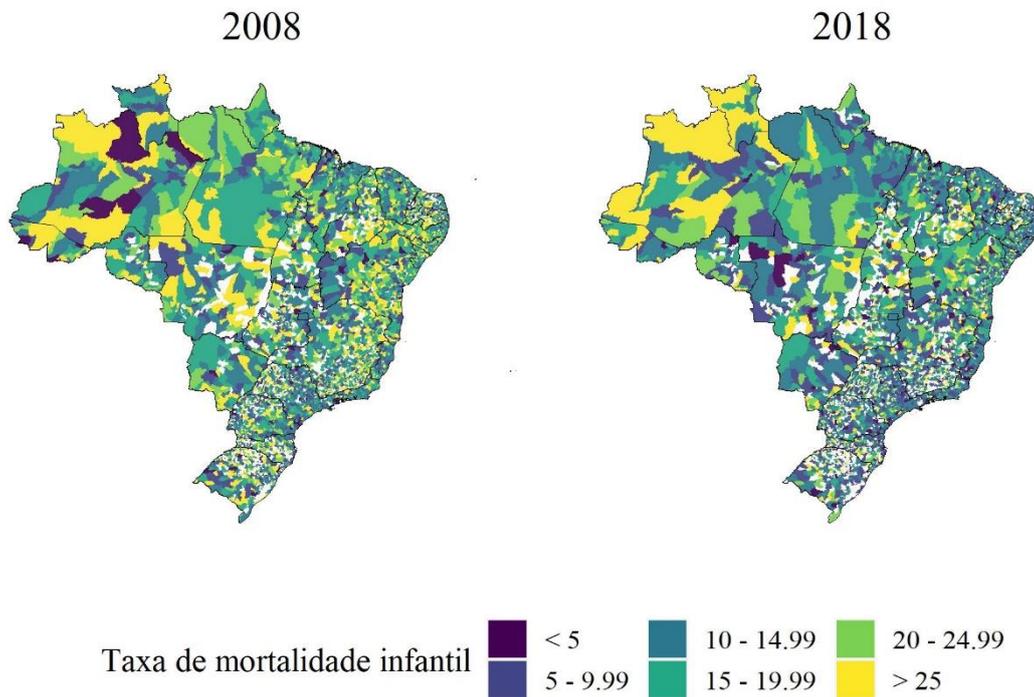
Figura 31 - Evolução da taxa de mortalidade infantil



Fonte: elaboração do autor.

⁷ Para mais detalhes, ver boletim em <https://shorturl.at/jmqC6>. Último acesso em 18 de dezembro de 2023.

Figura 32 - Mapas com distribuição geográfica da variável taxa de mortalidade infantil



Fonte: elaboração do autor.

6.2 Taxa de rendimento escolar

Apesar de a taxa de alfabetismo ser um dos indicadores mais utilizados na literatura (GAMM; KOUSSER, 2021; HUBER; STEPHENS, 2001, 2012), este é um dado com periodicidade e granularidade muito baixos. Ou seja, disponíveis para poucos anos e, geralmente, apenas no nível do país e não informações no nível local. Com isso, sua utilização se torna inviável para esta tese.

Dessa maneira, a variável que escolhi para operacionalizar o impacto na educação foi a taxa de rendimento escolar. Para o INEP, rendimento escolar é um guarda-chuva de três indicadores: aprovação, reprovação e abandono⁸. Aqui, utilizo apenas a aprovação, portanto a taxa de rendimento escolar equivale ao percentual de alunos aprovados ao fim do ano letivo no ensino fundamental da rede municipal.

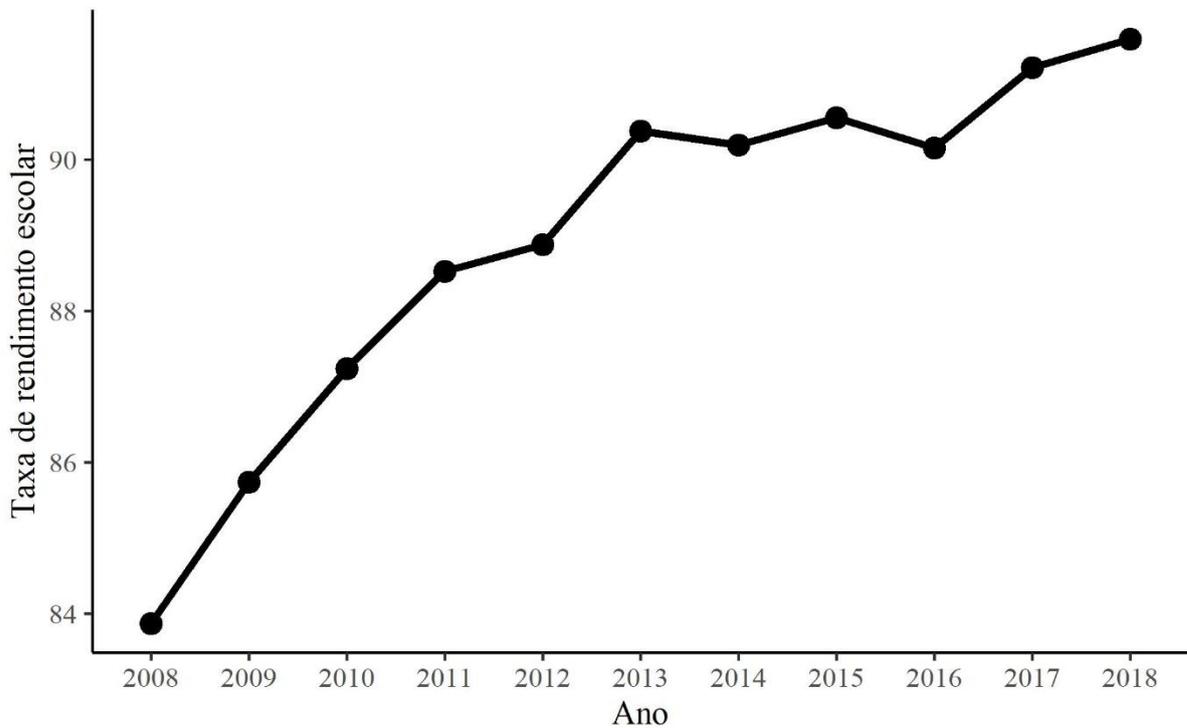
A aprovação dos alunos ao fim de cada ano é um indicativo que o estudante atingiu os requisitos mínimos de aprendizagem para a sua série. Enquanto o índice de alfabetismo iria refletir apenas uma área do conhecimento, utilizar a aprovação permite ter um diagnóstico mais

⁸ Para mais detalhes, ver: <https://shorturl.at/jKOT4>. Último acesso em 19 de dezembro de 2023.

amplo sobre o aprendizado em disciplinas de maneira geral. Este indicador também é utilizado como parte do cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), portanto é uma dimensão importante do nível de educação dos alunos.

A figura 33 apresenta o rendimento médio nos municípios ao longo dos anos. Há uma tendência de crescimento na série temporal. Em 2008, em média 84% dos alunos do ensino fundamental foram aprovados ao fim do ano letivo. Esse número cresceu consistentemente até 2013, quando passou por uma fase de relativa estagnação até 2016, voltando a crescer em 2017 e atingindo quase 92% de aprovação em 2018.

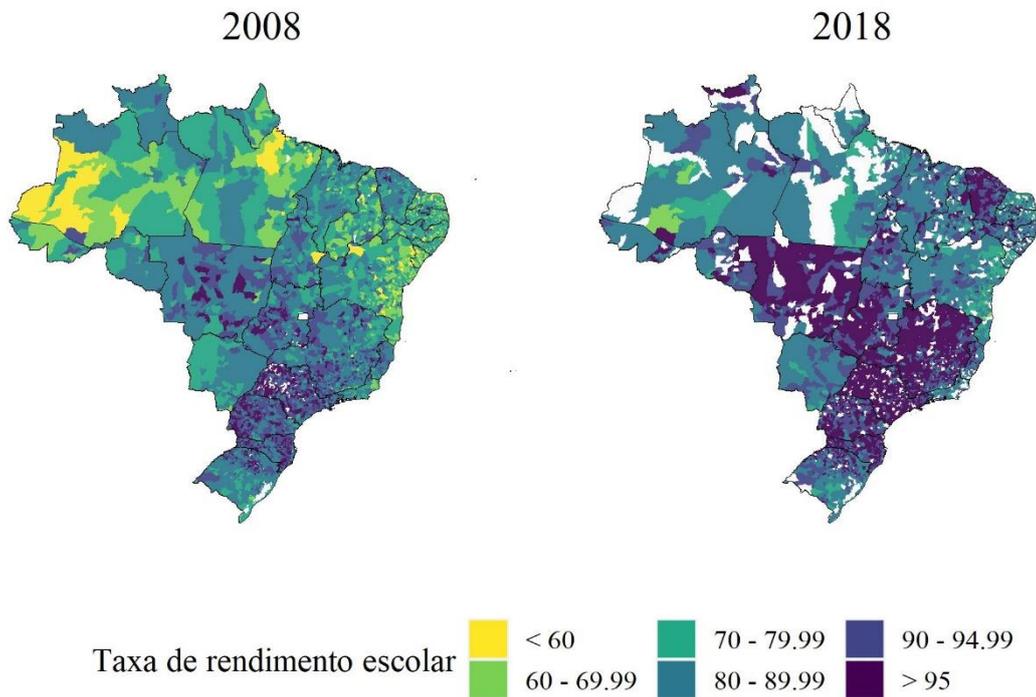
Figura 33 - Evolução da taxa de rendimento escolar



Fonte: elaboração do autor.

Na figura 34, o mapa à esquerda apresenta os dados para o ano de 2008. À direita, de 2018. De maneira geral, os municípios melhoraram seus percentuais, com destaque para as cidades dos estados do Ceará, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina. Ao mesmo tempo, há uma quantidade considerável de municípios sem dados disponíveis no INEP (partes em branco nos mapas). Ainda assim, fica evidente a trajetória positiva no rendimento dos alunos.

Figura 34 - Mapas com distribuição geográfica da variável taxa de rendimento escolar



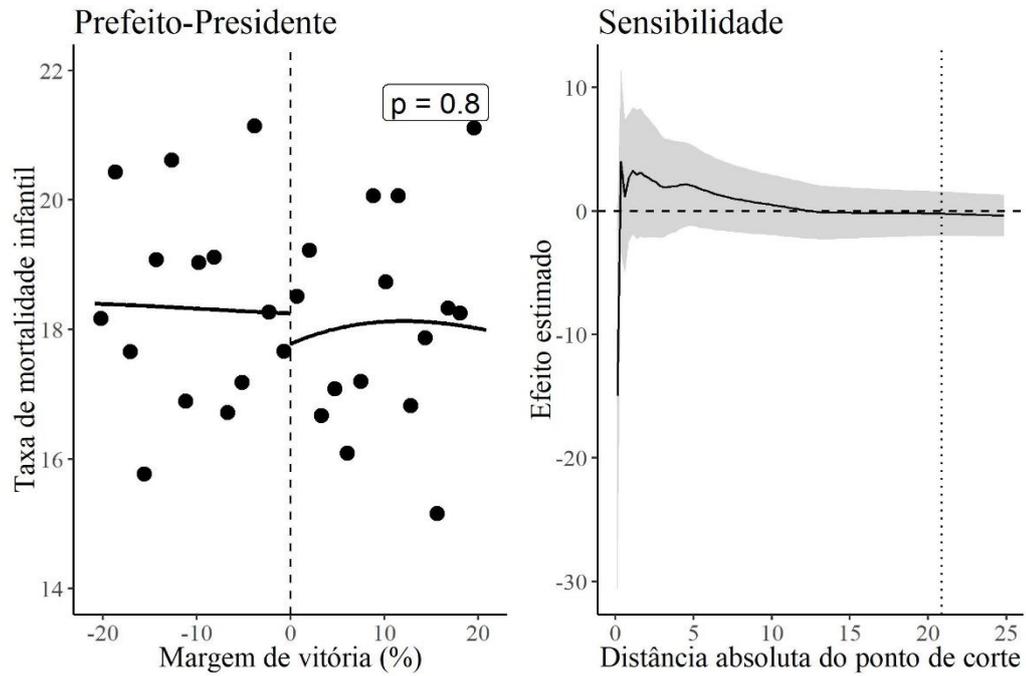
Fonte: elaboração do autor.

6.3 Resultados

Os resultados dos desenhos de regressão descontínua indicam que não há efeito estatisticamente significativo para a variável taxa de mortalidade infantil. Para o alinhamento prefeito-presidente (figura 35), o coeficiente é de -0,23. Para o alinhamento prefeito-coalizão (figura 36), -0,90. Em ambos os casos, o resultado segue a direção esperada, uma redução na mortalidade infantil. No entanto, não há diferença significativa entre municípios alinhados e de oposição.

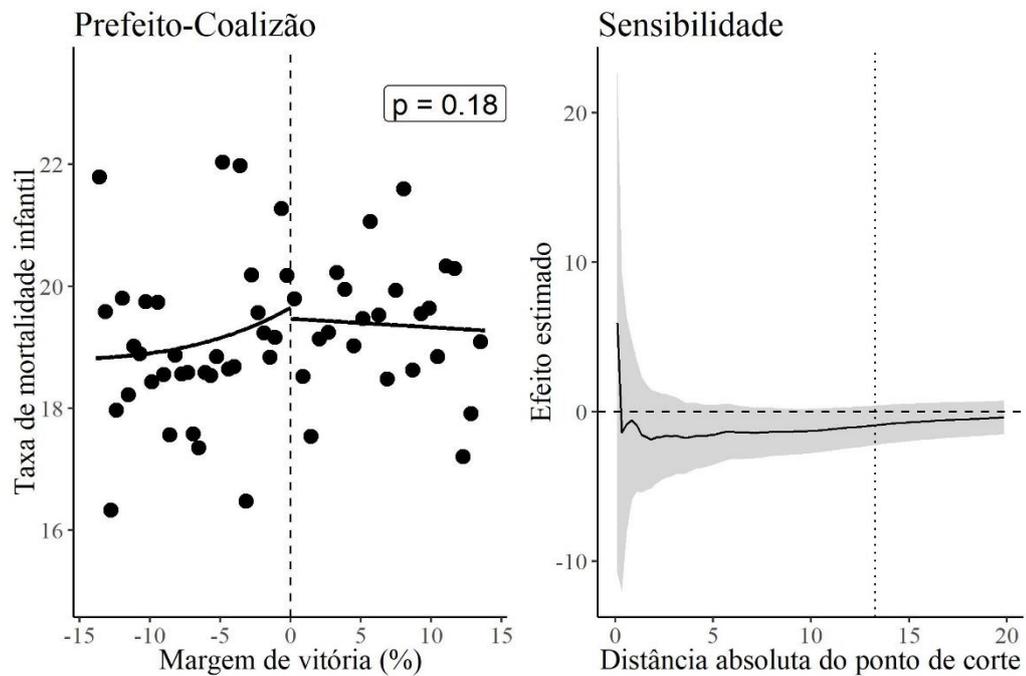
Para a taxa de rendimento escolar, os resultados divergem. Estar alinhado ao presidente (figura 37) produz um efeito positivo de 0,91, ou seja, um aumento no rendimento escolar. Este resultado, porém, não tem significância estatística. Já municípios alinhados à coalizão (figura 38) apresentam efeito estatisticamente significativo, porém contrário à hipótese. Pertencer a um partido da coalizão reduz o rendimento escolar: municípios alinhados têm taxa de aprovação menor que de oposição, com uma diferença de -0,94.

Figura 35 - Alinhamento prefeito-presidente para variável taxa de mortalidade infantil



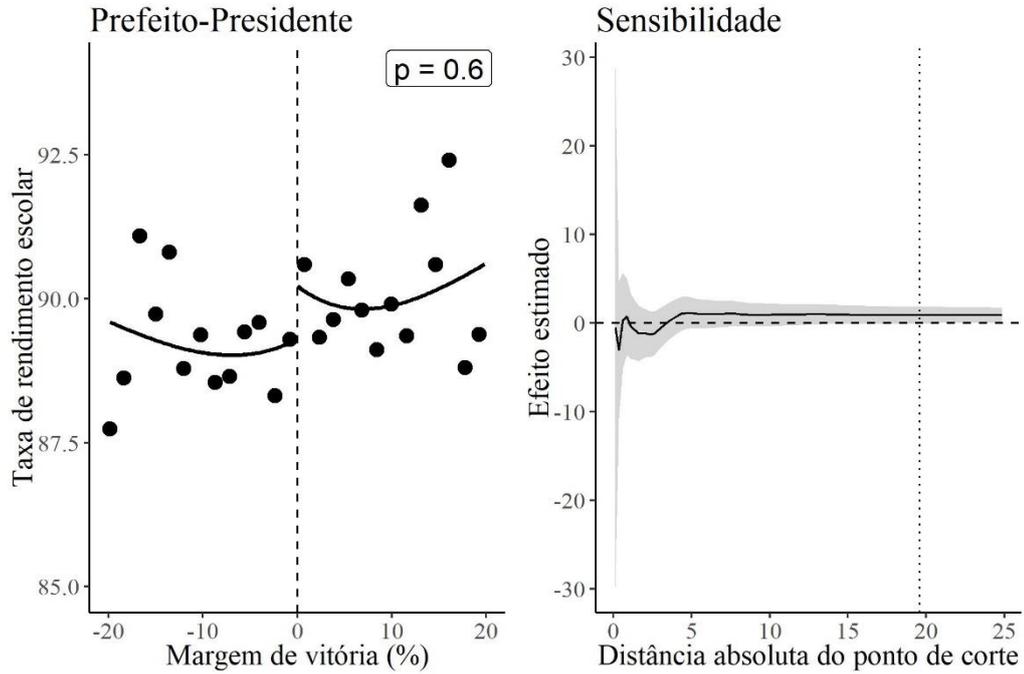
Fonte: elaboração do autor.

Figura 36 - Alinhamento prefeito-coalizão para variável taxa de mortalidade infantil



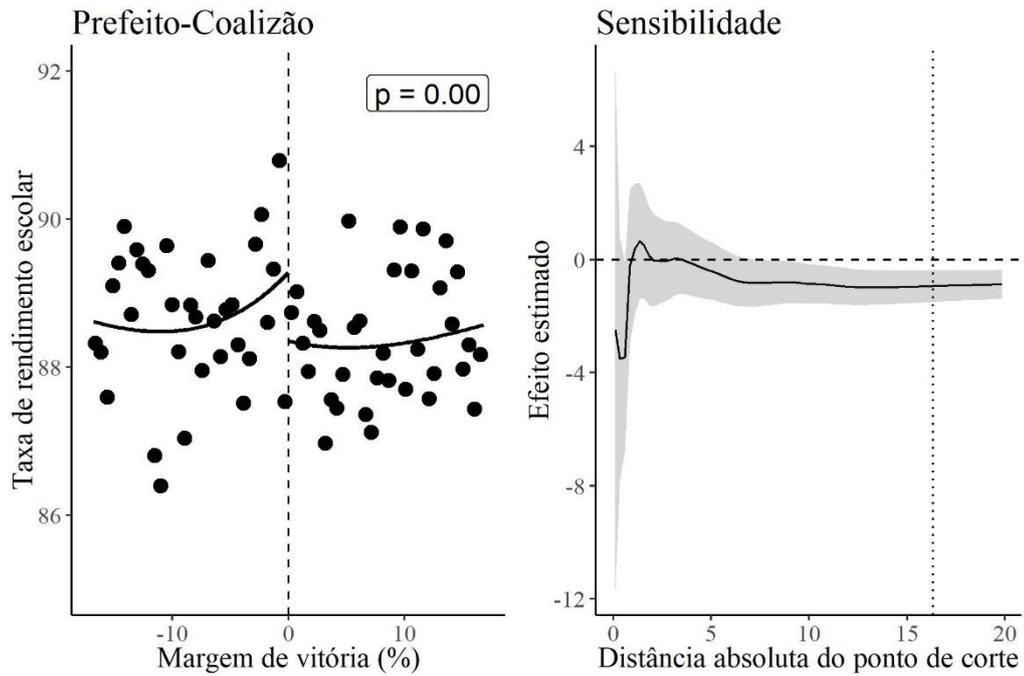
Fonte: elaboração do autor.

Figura 37 - Alinhamento prefeito-presidente para variável taxa de rendimento escolar



Fonte: elaboração do autor.

Figura 38 - Alinhamento prefeito-coalizão para variável taxa de rendimento escolar

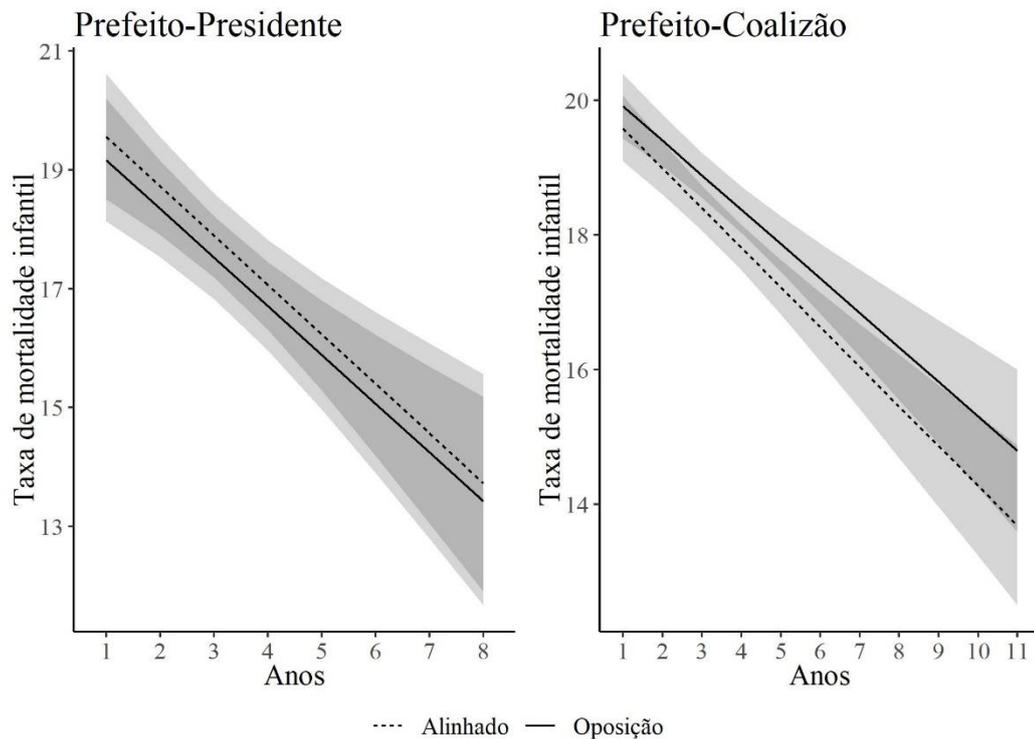


Fonte: elaboração do autor.

Com relação aos efeitos heterogêneos para a taxa de mortalidade infantil (figura 39), cada ano acumulado no *status* de alinhamento não produz efeitos significantes para partidos alinhados ao presidente ou à coalizão. No primeiro caso, as retas estão praticamente paralelas e os intervalos de confiança se sobrepõem todo o tempo. Ou seja, com o passar dos anos, a taxa de mortalidade infantil reduziu, mas o alinhamento partidário não teve o efeito esperado.

No segundo caso, as retas vão se distanciando gradativamente, com o efeito predito dos municípios alinhados ficando cada vez maior, o que poderia indicar um resultado esperado. Entretanto, os intervalos de confiança também se tocam todo o tempo. A diferença entre os dois alinhamentos é que, no caso prefeito-presidente, municípios alinhados teriam resultado pior em comparação aos de oposição. No caso dos municípios integrantes da coalizão, os alinhados teriam um resultado melhor em comparação aos de oposição, porém a diferença entre os grupos não é estatisticamente significativa.

Figura 39 - Efeito heterogêneo do alinhamento para taxa de mortalidade infantil

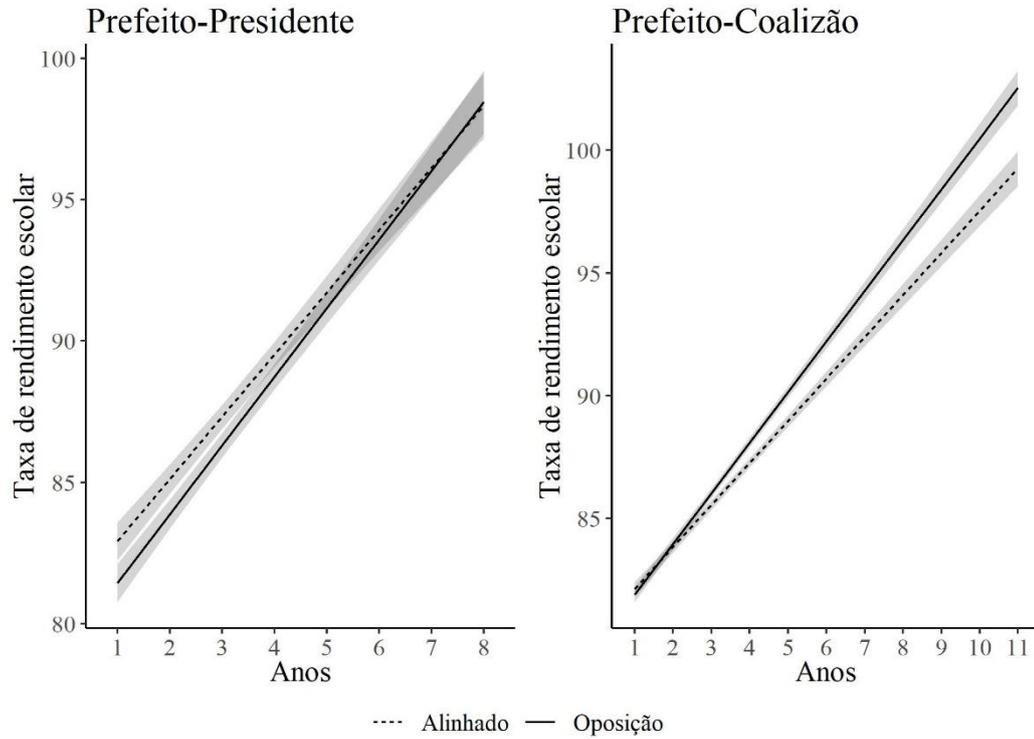


Fonte: elaboração do autor.

Para a taxa de rendimento escolar (figura 40), os resultados são mais complexos. Municípios alinhados ao presidente apresentam melhor rendimento no curto prazo. Do quarto ao oitavo ano, a diferença perde significância estatística e vai sendo reduzida até praticamente 0. No caso da coalizão, acontece o inverso. Até o terceiro ano consecutivo, não há diferença

significante entre alinhados e de oposição. A partir do quarto ano, ambos os grupos melhoram seus indicadores, porém a inclinação da reta sugere que há um aumento mais expressivo para municípios de oposição.

Figura 40 - Efeito heterogêneo do alinhamento para taxa de rendimento escolar



Fonte: elaboração do autor.

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De maneira geral, tomando como base todos os testes realizados, os coeficientes sugerem que o alinhamento partidário gera o efeito esperado apenas em alguns resultados de políticas sociais, sendo estes na área da saúde. Estar alinhado tanto ao presidente quanto à coalizão aumenta o montante de transferências discricionárias de forma mais imediata e no curto prazo. A cobertura da atenção básica também aumenta, porém apenas quando o município está alinhado ao presidente. No caso da educação, os únicos efeitos estatisticamente significantes são para o alinhamento prefeito-coalizão no investimento municipal e na taxa de rendimento escolar, com ambos os resultados contrários às expectativas: municípios alinhados à coalizão apresentando piores indicadores.

Com isso, são observados efeito positivos, porém restritos, para o alinhamento prefeito-presidente, ao passo que estar alinhado à coalizão leva a resultados mistos. De acordo com evidências anteriores, parece haver indicativos de que mecanismos de articulação intrapartidária para promoção de coordenação intergovernamental sejam acionados via Presidência da República, o que explicaria, em partes, a diferença nos resultados obtidos entre alinhamento ao presidente e à coalizão (MEIRELES, 2019b).

Entre os trabalhos que analisam empiricamente o efeito do alinhamento partidário, a única convergência aparente é que distritos alinhados recebem mais recursos discricionários (ARULAMPALAM et al., 2009; BRACCO et al., 2015; BROLLO; NANNICINI, 2012; BUENO, 2017; BUGARIN; MARCINIUK, 2017; FOURNAIES; MUTLU-EREN, 2015; GOLDEN; MIN, 2013; HENRIQUE; BATISTA, 2020; MEIRELES, 2019a; SOARES; DE MELO, 2016; SOLÉ-OLLÉ; SORRIBAS-NAVARRO, 2008; TIMMONS; BROID, 2013). Os resultados que obtive, no entanto, apontam algum nível de favoritismo partidário apenas nas transferências de saúde. Comparando a outros achados, transferências em saúde têm efeito causal maior do que transferências em educação. Na educação, a depender da técnica mobilizada, o alinhamento partidário não exerce efeito sobre o montante de transferências (MEIRELES, 2019a).

Em relação aos efeitos heterogêneos, à medida que o tempo passa, os resultados perdem significância. Segundo achados anteriores, os efeitos maiores sobre transferências (levando em consideração apenas o recorte 2008-2018) são nos governos Lula II, reduzindo em Dilma I e chegando a efeitos nulos ou até mesmo negativos no período Dilma II/Temer (MEIRELES, 2019a). Ou seja, além da redução nas transferências de maneira global, o alinhamento não

exerce efeito ou até mesmo diminui o montante se comparado com municípios de oposição. Sendo assim, faz sentido que os resultados aqui apresentados se comportem dessa maneira, uma gradativa redução do efeito causal do alinhamento.

Quando analisados outros indicadores de políticas públicas, mais nuances são observadas. Em trabalho que analisa o efeito do alinhamento partidário sobre a taxa de mortalidade infantil, os resultados indicam que distritos alinhados têm maior mortalidade infantil, ou seja, piores indicadores de bem-estar (GARAY; SIMISON, 2022). De maneira semelhante, quando analisada a provisão de serviços de saúde, o alinhamento está negativamente associado ao número de consultas médicas realizadas (GARAY; MAROTO, 2019). Para a minha base teórica, estes resultados são contraintuitivos, porém as autoras argumentam que há uma lógica por trás disso. Quando os distritos estão na oposição e, portanto, têm menos apoio e recursos discricionários, os prefeitos tendem a priorizar e melhorar a entrega de serviços públicos com o objetivo de conseguir suporte eleitoral e continuar no cargo (GARAY; MAROTO, 2019; GARAY; SIMISON, 2022). Ou seja, existiria uma “corrida” dos não alinhados para utilizar seus recursos próprios de modo a produzir melhores resultados e tentar compensar a falta de apoio de autoridades em níveis superiores de governo (GARAY; MAROTO, 2019; GARAY; SIMISON, 2022).

No contexto brasileiro, mais especificamente, evidências indicam que quando municípios são comandados por partidos de oposição, a prefeitura recebe menos recursos discricionários, porém Organizações Não Governamentais nestas mesmas localidades recebem mais transferências. Ou seja, há um aumento do bem-estar agregado provido de outras formas que não necessariamente via gestão governamental (BUENO, 2017). Neste cenário, indicadores como a taxa de mortalidade infantil podem ser reduzidos através do acesso à saúde em outras instituições, fazendo com que municípios alinhados e de oposição observem reduções semelhantes porém advindas de ofertas diferentes.

Outras evidências sugerem que mais recursos direcionados a distritos alinhados podem vir associados a custos. Um estudo mostra que o alinhamento partidário aumenta a oferta de políticas de saúde, mensurada através da quantidade de médicos disponíveis, porém não aumenta a sua qualidade, operacionalizada como o tempo disponível dos profissionais para atendimentos (CALLEN; GULZAR; REZAEI, 2020). Para os autores, parece haver uma ação programática, mas de formas pouco produtiva e pouco eficiente, o que pode sugerir que não há uma relação simples e positiva entre alinhamento e bem-estar da população (CALLEN; GULZAR; REZAEI, 2020).

O efeito do alinhamento, no entanto, pode ser importante apenas em contextos em que a atribuição de responsabilidade, ou a percepção sobre quem é responsável pela política pública, é clara. Quando a população assume que uma política é fruto de ações do governo nacional, partidos de oposição tenderiam a dificultar sua implementação. Em casos em que a responsabilidade pelo serviço não é tão evidente, o efeito do alinhamento seria insignificante (NIEDZWIECKI, 2015, 2018).

No geral, as evidências sugerem que as estimativas podem variar em função do tipo de resultado observado e de que forma são operacionalizados. O efeito positivo e significativo do alinhamento partidário sobre transferências discricionárias, apontado por basicamente toda a literatura, parece acontecer majoritariamente quando os dados são analisados de maneira agregada. Quando políticas sociais são testadas de forma individual, o efeito esperado já se torna menos claro. Ao mesmo tempo, outros indicadores de políticas sociais, como os aqui analisados, não seguem uma direção única em termos de evidências apontadas pela literatura. Ou seja, existem razões para suspeitar que políticas sociais tenham algum tipo de resistência a interferências partidárias. É possível que programas de transferência de renda sejam mais sensíveis à ingerência dos partidos políticos, porém não parece ser o caso da saúde e educação.

Para tentar explicar o porquê dos resultados observados, sugiro a combinação de três fatores, que não necessariamente têm pesos semelhantes: (1) a institucionalização das relações intergovernamentais, possibilitada por todas as suas regulamentações legais; (2) as mudanças de prioridades dos políticos locais, incentivadas pelo maior volume de transferências discricionárias em outras áreas; e, por fim, (3) os baixos retornos eleitorais de políticas de saúde e educação.

7.1 Institucionalização das relações intergovernamentais

Mesmo com a divisão de responsabilidades nas duas políticas setoriais, a Constituição Federal de 1988 não estabeleceu ferramentas de coordenação e relações entre os níveis de governo. As inovações foram criadas nas décadas de 1990 e 2000 a partir de emendas constitucionais e leis (PALOTTI; MACHADO, 2014). Por serem instrumentos legais com efeito para todos os governos subnacionais, a institucionalização está associada à redução de desigualdades entre os entes subnacionais na provisão das políticas (ARRETICHE, 2010).

O Ministério da Saúde impulsionou a adesão dos municípios ao SUS através de, principalmente, portarias editadas com as Normas Operacionais Básicas (NOBs). A partir delas,

os governos locais passaram a se habilitar ao SUS, o que permitiu que recebessem repasses sistemáticos de recursos. As portarias buscavam definir com mais clareza os custos e benefícios advindos do cumprimento ou não de critérios dos repasses (ABRUCIO, 2005). Além disso, estabeleceram regras universais para as transferências, reduzindo as suas incertezas e partidarização (ARRETCHE, 2002b).

O financiamento da atenção básica, mais especificamente, a partir de recursos federais é feito essencialmente através do Piso de Atenção Básica (PAB), composto pelo PAB Fixo e o PAB Variável. O primeiro corresponde a recursos *per capita* repassados anualmente aos fundos municipais de saúde. É a partir dele que as ações na atenção primária são financiadas, como manutenção de unidades básicas de saúde, consultas com médicos, vacinação e ações básicas de vigilância sanitária. O PAB Variável é composto com base na adesão de estratégias da Política Nacional de Saúde, como a Estratégia Saúde da Família (ESF), agentes comunitários de saúde e Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PAIVA; GONZALEZ; BENEVIDES, 2020). Entre os anos de 2008 e 2017, houve uma considerável estabilidade nos recursos do PAB Variável destinados à ESF (PAIVA; GONZALEZ; BENEVIDES, 2020).

No caso da educação, a mudança mais expressiva no sentido de tentar uniformizar a provisão de serviços e garantir recursos aos governos locais foi a instituição do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), em 1996. A partir desta emenda, 60% dos recursos municipais destinados à educação deveriam ser aplicados no ensino fundamental, vinculando e equalizando os gastos nos municípios (ABRUCIO, 2005). Além disso, o cálculo dos valores a serem recebidos pelos municípios passou a ser feito com base no número de matrículas no ensino fundamental, o que também equalizou o nível de transferências entre os entes subnacionais (ABRUCIO, 2005).

A partir da aprovação de emenda constitucional em 2006, o FUNDEF foi substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O desenho do FUNDEB foi baseado no seu antecessor, mantendo o financiamento com base no número de matrículas, mas com uma diferença essencial: ele abarca toda a educação básica. Isso fez com que o ensino infantil, por exemplo, passasse a ter mais influência e recursos disponíveis (ABRAMO; LICIO, 2020).

Esse modelo indutivo, que transfere verbas segundo metas ou políticas determinadas nacionalmente, procura uniformizar a provisão de políticas (ABRUCIO, 2005). As políticas

setoriais passaram a operar através de mecanismos de transferências previsíveis atrelados à vinculação de gastos, o que reduziu ao longo das décadas a desigualdade de entrega dos serviços públicos (ARRETCHE, 2010).

Além de instrumentos financeiros, foram criadas comissões dos gestores das políticas, reunindo representantes do governo federal e dos governos subnacionais para deliberação de aspectos operacionais da implementação de ações e programas, no caso da saúde; e definição de pesos financeiros para alocação de recursos do FUNDEB e programas específicos na área, no caso da educação (MACHADO; PALOTTI, 2015; PALOTTI; MACHADO, 2014). A maioria dessas comissões foram formalizadas nos governos do PSDB e PT (VALE, 2022).

Na área da saúde, a Comissão Intergestores Tripartite é uma instituição em que ocorre o planejamento, negociação e implementação das políticas. Tem representação paritária entre Ministério da Saúde, Conselho Nacional dos Secretários de Saúde e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (PALOTTI; MACHADO, 2014). Nela acontecem reuniões mensais, com tomada de decisão consensual no âmbito dos serviços de atenção básica e especializada, assistência farmacêutica, entre outros (PALOTTI; MACHADO, 2014).

Na educação, a Comissão Intergovernamental do FUNDEB tem representantes do Ministério da Educação, Conselho Nacional de Secretários de Educação e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. As decisões também são tomadas de forma consensual, com resoluções da comissão publicadas através de portaria ministerial (PALOTTI; MACHADO, 2014).

A criação e fortalecimento dessas comissões foi tornando as relações intergovernamentais mais institucionalizadas, com o fortalecimento do papel de tecnocratas e o estabelecimento de relações mais e técnicas entre os níveis de governo (VALE, 2022). É possível que o papel de políticos nessas estruturas tenha se tornado mais limitado, já que a institucionalização das instâncias promove oportunidades para maior influência dos burocratas (VALE, 2022). Sendo assim, acredito que a institucionalização das relações intergovernamentais, por meio de instrumentos financeiros e operacionais, tenha fortalecido de maneira mais ou menos uniforme a capacidade dos municípios para entregar políticas, reduzindo a influência que os partidos poderiam ter sobre a implementação dos serviços de saúde e educação.

7.2 Mudanças de prioridades dos políticos locais

Apesar dos resultados apontarem um efeito mais restrito alinhamento partidário sobre a distribuição de recursos discricionários nas áreas de saúde e educação, muitas evidências na literatura apontam a existência de influência de direcionamento partidário na alocação de recursos (ARULAMPALAM et al., 2009; BRACCO et al., 2015; BROLLO; NANNICINI, 2012; BUENO, 2017; BUGARIN; MARCINIUK, 2017; FOURNAIES; MUTLU-EREN, 2015; GOLDEN; MIN, 2013; HENRIQUE; BATISTA, 2020; MEIRELES, 2019a; SOARES; DE MELO, 2016; SOLÉ-OLLÉ; SORRIBAS-NAVARRO, 2008; TIMMONS; BROID, 2013).

Neste cenário, é possível que o efeito positivo e significativo do alinhamento partidário encontrado nestes trabalhos seja fortemente carregado por transferências de outros ministérios, em outras áreas de políticas públicas. Evidências apontam que, no Brasil, os ministérios que mais distribuem recursos para municípios alinhados são os Ministério das Cidades e Ministério da Integração Nacional (MEIRELES, 2019a).

São essencialmente dessas pastas que saem verbas utilizadas em projetos de infraestrutura, como a construção de prédios, pontes, pavimentação de rodovias etc. Dado que a execução desses recursos normalmente se dá por meio de obras e construções, são transferências altamente visíveis para os eleitores, de fácil identificação e, conseqüentemente, atraem mais atenção dos eleitores para aos incumbentes (BROLLO; NANNICINI, 2012).

Os dois ministérios citados não só distribuem mais recursos, como também têm os maiores orçamentos de investimento no Poder Executivo. O orçamento de investimento é a parte discricionária do total de dinheiro que a pasta possui. É deste montante que se originam as transferências discricionárias. Os dados apontam que os ministérios com maior quantidade destas verbas são o Ministério dos Transportes, em primeiro lugar; e Cidades, em segundo (BATISTA, 2018).

Uma vez os municípios recebem mais transferências voluntárias de outros ministérios, voltadas para outras áreas, é possível que haja uma mudança de prioridades na agenda de políticas públicas dos prefeitos. Tomando como exemplo a lógica apresentada na seção anterior, os governos locais recebem regularmente recursos necessários para implementar programas na saúde e educação. Além disso, as verbas são executadas a partir de regras bem definidas. Somando estes dois fatores aos resultados aqui apresentados, faz sentido afirmar que as políticas

nas duas áreas serão entregues de forma relativamente estável, independentemente de qual partido esteja ocupando a presidência, a coalizão ou a prefeitura.

Uma vez que o município passa a ser alinhado ao governo federal, há um incentivo para solicitar mais convênios (MEIRELES, 2019b). Estes provavelmente serão aprovados e empenhados na forma de projetos de infraestrutura (BROLLO; NANNICINI, 2012; MEIRELES, 2019a). Ou seja, assumindo que há estabilidade na provisão de saúde e educação, a atenção dos prefeitos se volta para outras áreas, que têm menos regulação e menos investimento fixo. Dessa maneira, a cesta de políticas públicas e o bem-estar global ofertado pelos governos locais alinhados passa a ser maior, de qualquer forma, que os municípios de oposição. Para os aliados políticos há a oferta de saúde e educação somada aos serviços adicionais providos via transferências discricionárias. Para os prefeitos de oposição, a provisão de saúde e educação é semelhante, porém com menos verbas para outros programas.

7.3 Baixos retornos eleitorais de políticas de saúde e educação

Políticas sociais têm efeitos mistos sobre resultados eleitorais, com programas que aumentam, não afetam ou até mesmo reduzem os votos recebidos pelos incumbentes (BUENO; ZUCCO; NUNES, 2023). As duas políticas públicas aqui analisadas são, por natureza, complexas e com poucas evidências na literatura sobre seus retornos eleitorais. É possível, no entanto, que o alinhamento partidário tenha efeito mais restrito sobre as duas áreas em razão de baixas expectativas por parte da classe política em receber votos ao prover estes serviços.

Em relação à educação, um estudo mostra que melhores resultados educacionais estão associados a menor apoio eleitoral ao incumbente (BOAS; HIDALGO; TORAL, 2021). Os autores argumentam que as inferências que os eleitores fazem sobre os incumbentes passam pelo alinhamento entre as preferências dos políticos e dos próprios eleitores (BOAS; HIDALGO; TORAL, 2021). Assumindo que os serviços de educação pública no nível fundamental são utilizados por camadas mais pobres da população e que essa parcela poderia preferir outras políticas públicas, como transferência de renda, investir em educação passaria um sinal de desalinhamento entre as preferências de eleitores e políticos (BOAS; HIDALGO; TORAL, 2021; BURSZTYN, 2016).

Ao desagregar o resultado, no entanto, os autores encontram que pais de crianças matriculadas em escolas públicas tendem a avaliar a performance do prefeito de maneira esperada. Ou seja, o efeito negativo está sendo conduzido pelos não-beneficiários: eleitores que

não têm filhos em escolas públicas municipais (BOAS; HIDALGO; TORAL, 2021). Esse achado traz ao debate que os impactos eleitorais de políticas sociais podem ser gerados mais entre não-beneficiários do que entre beneficiários, considerando que o primeiro grupo é consideravelmente maior, portanto eleitoralmente mais influente (BUENO; ZUCCO; NUNES, 2023).

Um ponto importante a ser destacado no caso da educação é que os usuários não necessariamente formam o grupo de eleitores. Especialmente quando se fala em educação básica, aqui especificamente o ensino fundamental, quem recebe a política pública são as crianças e não seus pais. Existe um caminho longo entre o que de fato é entregue aos filhos e qual é a avaliação dos responsáveis sobre a política pública, que não é necessariamente uma inferência baseada em experiência ou avaliação técnica.

No caso da saúde, é provável que existam baixas expectativas por parte dos usuários sobre os serviços de saúde (BRANDÃO; GIOVANELLA; CAMPOS, 2013). Isso acontece dada uma “naturalização” da baixa qualidade dos serviços, na visão dos usuários (COSTA et al., 2008). Dados apontam que os usuários avaliam que o tempo de espera e a disponibilidade de equipamentos na rede pública é consideravelmente pior que na rede privada (BRANDÃO; GIOVANELLA; CAMPOS, 2013; SZWARCOWALD et al., 2016).

Se há uma constante avaliação de que os serviços públicos de saúde não são tão bons quanto deveriam e não melhoram, os eleitores provavelmente não irão premiar ou punir os incumbentes com base nessa política pois a avaliação dela não varia, mas sim permanece estática no tempo. Ou seja, resultados eleitorais não são sensíveis a programas que frequentemente são considerados ruins e sem perspectivas de melhora.

Combinando estes cenários, não haveria incentivo para a classe política investir mais recursos burocráticos e informacionais para aumentar a provisão e a qualidade de políticas que não demonstram claros retornos eleitorais. Não parece haver um efeito heterogêneo entre beneficiários e não-beneficiários (BOAS; HIDALGO; TORAL, 2021; BUENO; ZUCCO; NUNES, 2023), mas uma avaliação largamente negativa. Além disso, baixos retornos eleitorais podem gerar poucos incentivos no sentido de interferir partidariamente nas políticas, uma vez que o esforço que seria empreendido não geraria necessariamente os retornos esperados. Em resumo, incumbentes têm mais incentivos a aumentar a provisão de serviços com maior visibilidade frente ao eleitorado, e que sejam mais fáceis de reclamar crédito para si, o que pode não ser o caso da saúde e da educação.

8 CONCLUSÃO

Nesta tese, analisei a relação entre alinhamento partidário e resultados de políticas sociais, argumentando que os partidos políticos têm incentivos para aumentar a provisão de serviços de saúde e educação em localidades estratégicas; dessa forma, reduziriam a competição partidária e protegeriam suas posições de privilégio no sistema político e institucional. Os resultados indicaram que há um efeito mais restrito do alinhamento, se concentrando em indicadores de financiamento e oferta apenas na saúde.

Do ponto de vista teórico, o efeito causal esperado associado ao mecanismo causal proposto, o aumento de capacidades estatais através da provisão de informação, podem fazer mais sentido em contextos institucionais que há poucos ou nenhum instrumento de coordenação intergovernamental. Ou seja, é possível que o efeito do alinhamento seja mais expressivo e mais difuso sobre diferentes áreas em países com instituições pouco desenvolvidas e baixa capacidade de entrega de políticas.

Empiricamente, algumas limitações merecem ser destacadas. Em primeiro lugar, desenhos de regressão descontínua para eleições acirradas, como o próprio nome sugere, são úteis em situações específicas. Isso gera um problema de validade externa, pois não é possível inferir qual seria o resultado observado em contextos de baixa competição eleitoral. Apesar de não incluir nesta pesquisa, por razões de parcimônia, clareza e organização, testei o efeito do alinhamento partidário através de modelos de regressão *OLS*, painel com efeitos fixos e aleatórios, incluindo termos interativos entre alinhamento partidário e nível de competição eleitoral em todos eles. Não houve resultado estatisticamente significativo para praticamente todos os modelos, seja para as variáveis de alinhamento, competição, ou o termo interativo. Ou seja, não parece que os resultados são fruto das técnicas escolhidas, mas sim da própria natureza da relação proposta e das políticas analisadas.

Um segundo problema é a qualidade de parte dos modelos de regressão descontínua. Como mostro nos apêndices de cada capítulo, os desenhos voltados ao alinhamento prefeito-coalição não se adequam perfeitamente ao pressuposto de continuidade ao redor do ponto de corte para as covariáveis, o que causa problemas em afirmar que os resultados são fruto exclusivamente do tratamento aplicado. Ainda assim, as estimativas parecem se comportar sem o padrão que a análise deste pressuposto poderia sugerir.

Em terceiro lugar, dados coletados no nível municipal sempre estão acompanhados de limitações na sua qualidade. São 19 variáveis utilizadas, entre independentes, dependentes e covariáveis. Algumas têm informações mais sistematizadas e organizadas, como as transferências discricionárias, mas as que são geradas pelos governos locais têm problemas de disponibilidade. As variáveis de matrículas no ensino fundamental, por exemplo, não existem no Censo Escolar de 2010. Não apenas do fundamental, na verdade, mas todos os dados referentes a matrículas. Os óbitos infantis, usado para calcular a taxa de mortalidade, também apresentam diversos *missing cases*. Isso tem o potencial de gerar vieses nas análises, uma vez que provavelmente os municípios com menos informações disponíveis sejam aqueles com baixa capacidade estatal.

Os modelos de dose-resposta têm menos problemas do ponto de vista de adequação do modelo, mas sofrem com a falta de informações das variáveis dependentes e com o baixo número de casos das variáveis independentes à medida que aumenta a quantidade de anos estando alinhado ou na oposição. Em outras palavras, é relativamente simples encontrar um município alinhado à coalizão por um, dois anos, ou até mesmo durante todo um mandato. No entanto, poucas cidades permanecem alinhadas por onze anos, o que reduz a amostra, dificulta que unidades possíveis de pareamento sejam encontradas e aumenta a imprecisão das estimativas.

Apesar das limitações, o grande volume de dados que foram mobilizados contribui para diagnosticar até que ponto a política partidária tem ingerência sobre a provisão de políticas públicas. Além disso, mesmo o alinhamento partidário sendo uma variável explicativa largamente utilizada em diversos trabalhos científicos, a abrangência de objetos de pesquisa e de variáveis dependentes são consideravelmente menores. Com esta tese, adiciono à literatura mais nuances no sentido de entender os efeitos potenciais do alinhamento e quais as suas limitações, ou seja, em quais áreas de políticas ou em quais contextos o alinhamento é uma variável explicativa mais relevante.

Mesmo com os resultados contrários às expectativas teóricas em alguns indicadores de oferta e impacto, estes achados implicam que as instituições democráticas brasileiras estão entregando serviços públicos sem necessariamente condicioná-los a favoritismos partidários. Do ponto de vista social, isso é um bom indicativo para a população, que irá receber políticas públicas de forma mais ou menos estável. Do ponto de vista teórico, a democracia estaria gradativamente produzindo melhores resultados de maneira mais universalista e igualitária, objetivo das reformas nas políticas sociais observadas nas décadas de 1990 e 2000.

A questão e as relações aqui levantadas e analisadas permanecem em aberto. É possível que o alinhamento partidário seja relevante apenas em contextos de baixa capacidade institucional? Operacionalizar o alinhamento desta maneira é, de fato, a forma mais adequada de entender a proximidade entre níveis de governo? Será que o alinhamento baseado em ideologia partidária poderia produzir os efeitos esperados? Indicadores de outras políticas públicas mais visíveis, como transferência de renda, apresentariam resultados semelhantes? A saúde e educação são, de fato, pouco valoradas eleitoralmente por políticos e cidadãos? Essas são algumas questões que precisam ser melhor debatidas teoricamente e que demandam testes empíricos de qualidade para somar à literatura existente e ofertar respostas mais sólidas ao tema.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, M. W.; LICIO, E. C. Papel da União na Coordenação Federativa da Política de Educação Básica. Em: JACCOUD, L. (Ed.). **Coordenação e relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2020. p. 81–112.
- ABRUCIO, F. L. A coordenação federativa no Brasil: a experiência do período FHC e os desafios do governo Lula. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 41–67, 2005.
- AJA, E.; COLINO, C. Multilevel structures, coordination and partisan politics in Spanish intergovernmental relations. **Comparative European Politics**, v. 12, p. 1–24, 2014.
- ALBERTI, C.; DÍAZ–RIOSECO, D.; VISCONTI, G. Can political alignment reduce crime? Evidence from Chile. **Political Science Research and Methods**, v. 11, n. 2, p. 223–236, 12 abr. 2023.
- ALMEIDA, M. H. T. DE. Recentralizando a federação? **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 29–40, 2005.
- ALT, J. E. Political Parties, World Demand, and Unemployment: Domestic and International Sources of Economic Activity. **American Political Science Review**, v. 79, n. 4, p. 1016–1040, 1 dez. 1985.
- AMORIM NETO, O.; SIMONASSI, A. G. Bases políticas das transferências intergovernamentais no Brasil (1985-2004). **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 4, p. 704–725, dez. 2013.
- ARRETCHE, M. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil: a reforma de programas sociais. **Dados**, v. 45, n. 3, p. 431–458, 2002a.
- ARRETCHE, M. Relações federativas nas políticas sociais. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 25–48, 2002b.
- ARRETCHE, M. Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 17–26, 2004.
- ARRETCHE, M. Quem taxa e quem gasta: a barganha federativa na federação brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, p. 69–85, 2005.
- ARRETCHE, M. Continuidades e discontinuidades da Federação Brasileira: de como 1988 facilitou 1995. **Dados**, v. 52, n. 2, p. 377–423, jun. 2009.

ARRETCHE, M. Federalismo e igualdade territorial: Uma contradição em termos? **Dados**, v. 53, n. 3, p. 587–620, 2010.

ARRETCHE, M.; MARQUES, E. Municipalização da saúde no Brasil: diferenças regionais, poder do voto e estratégias de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 455–479, 2002.

ARULAMPALAM, W. et al. Electoral goals and center-state transfers: A theoretical model and empirical evidence from India. **Journal of Development Economics**, v. 88, n. 1, p. 103–119, 2009.

AUSTIN, P. C. Balance diagnostics for comparing the distribution of baseline covariates between treatment groups in propensity-score matched samples. **Statistics in Medicine**, v. 28, n. 25, p. 3083–3107, 10 nov. 2009.

AUSTIN, P. C. Optimal caliper widths for propensity-score matching when estimating differences in means and differences in proportions in observational studies. **Pharmaceutical Statistics**, v. 10, n. 2, p. 150–161, 29 mar. 2011.

AVELINO, G.; BIDERMAN, C.; BARONE, L. S. Articulações intrapartidárias e desempenho eleitoral no Brasil. **Dados**, v. 55, n. 4, p. 987–1013, dez. 2012.

AVELINO, G.; BROWN, D. S.; HUNTER, W. The Effects of Capital Mobility, Trade Openness, and Democracy on Social Spending in Latin America, 1980-1999. **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 3, p. 625, jul. 2005.

BAIÃO, A. L.; CUNHA, A. S. M. DA; SOUZA, F. S. R. N. DE. Papel das transferências intergovernamentais na equalização fiscal dos municípios brasileiros. **Revista do Serviço Público**, v. 68, n. 3, p. 583–610, 29 set. 2017.

BANERJEE, A. V.; DUFLO, E. **Poor Economics: a radical rethinking of the way to fight global poverty**. 2. ed. [s.l.] PublicAffairs, 2011.

BARR, N. **The Economics of the Welfare State**. 3. ed. Stanford: Stanford University Press, 1998.

BARTOLINI, S. Collusion, Competition and Democracy. **Journal of Theoretical Politics**, v. 11, n. 4, p. 435–470, 29 out. 1999.

BATISTA, M. Who Gets What and How Does It Matter? Importance-Weighted Portfolio Allocation and Coalition Support in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, v. 10, n. 3, p. 99–134, 2018.

BECHTEL, M. M.; HAINMUELLER, J. How Lasting Is Voter Gratitude? An Analysis of the Short- and Long-Term Electoral Returns to Beneficial Policy. **American Journal of Political Science**, v. 55, n. 4, p. 852–868, 2011.

BERGH, A. On the Counterfactual Problem of Welfare State Research: How Can We Measure Redistribution? **European Sociological Review**, v. 21, n. 4, p. 345–357, 1 set. 2005.

BLYTH, M.; KATZ, R. From Catch-all Politics to Cartelisation: The Political Economy of the Cartel Party. **West European Politics**, v. 28, n. 1, p. 33–60, jan. 2005.

BOAS, T. C.; HIDALGO, F. D.; TORAL, G. Competence versus Priorities: Negative Electoral Responses to Education Quality in Brazil. **The Journal of Politics**, v. 83, n. 4, p. 1417–1431, 1 out. 2021.

BOLLEYER, N. The Influence of Political Parties on Policy Coordination. **Governance**, v. 24, n. 3, p. 469–494, 2011.

BRACCO, E. et al. Intergovernmental grants as signals and the alignment effect: Theory and evidence. **Journal of Public Economics**, v. 123, p. 78–91, 2015.

BRADY, D.; BOSTIC, A. Paradoxes of Social Policy. **American Sociological Review**, v. 80, n. 2, p. 268–298, 11 abr. 2015.

BRANDÃO, A. L. DA R. B. DA S.; GIOVANELLA, L.; CAMPOS, C. E. A. Avaliação da atenção básica pela perspectiva dos usuários: adaptação do instrumento EUROPEP para grandes centros urbanos brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 1, p. 103–114, jan. 2013.

BROLLO, F.; NANNICINI, T. Tying your enemy's hands in close races: The politics of federal transfers in Brazil. **American Political Science Review**, v. 106, n. 4, p. 742–761, 2012.

BUDGE, I.; LAVER, M. Office Seeking and Policy Pursuit in Coalition Theory. **Legislative Studies Quarterly**, v. 11, n. 4, p. 485, 1986.

BUENO, N. S. Bypassing the Enemy: Distributive Politics, Credit Claiming, and Nonstate Organizations in Brazil. **Comparative Political Studies**, v. 51, n. 3, p. 304–340, 2017.

BUENO, N. S.; TUÑÓN, G. Graphical Presentation of Regression Discontinuity Results. **SSRN Electronic Journal**, 2015.

BUENO, N. S.; ZUCCO, C.; NUNES, F. What You See and What You Get: Direct and Indirect Political Dividends of Public Policies. **British Journal of Political Science**, v. 53, n. 4, p. 1273–1292, 20 out. 2023.

BUGARIN, M.; MARCINIUK, F. Strategic partisan transfers in a fiscal federation: evidence from a new Brazilian database. **Journal of Applied Economics**, v. 20, n. 2, p. 211–239, 2017.

BURSZTYN, L. Poverty and the political economy of public education spending: evidence from Brazil. **Journal of the European Economic Association**, v. 14, n. 5, p. 1101–1128, out. 2016.

CALIENDO, M.; KOPEINIG, S. Some practical guidance for the implementation of Propensity Score Matching. **Journal of Economic Surveys**, v. 22, n. 1, p. 31–72, 31 fev. 2008.

CALLEN, M.; GULZAR, S.; REZAEI, A. Can Political Alignment Be Costly? **The Journal of Politics**, v. 82, n. 2, p. 612–626, abr. 2020.

CALONICO, S.; CATTANEO, M. D.; TITIUNIK, R. Robust Nonparametric Confidence Intervals for Regression-Discontinuity Designs. **Econometrica**, v. 82, n. 6, p. 2295–2326, nov. 2014.

CAMERON, D. R. The Expansion of the Public Economy: A Comparative Analysis. **American Political Science Review**, v. 72, n. 4, p. 1243–1261, 1 dez. 1978.

CATTANEO, M. D.; IDROBO, N.; TITIUNIK, R. **A Practical Introduction to Regression Discontinuity Designs**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

CATTANEO, M. D.; TITIUNIK, R. Regression Discontinuity Designs. **Annual Review of Economics**, v. 14, n. 1, p. 821–851, 12 ago. 2022.

CHARBIT, C. Governance of Public Policies in Decentralised Contexts: The Multi-Level Approach. **OECD Regional Development Working Papers**, v. 2011, n. 04, p. 1–23, 2011.

CONLEY, D.; SPRINGER, K. W. Welfare State and Infant Mortality. **American Journal of Sociology**, v. 107, n. 3, p. 768–807, nov. 2001.

COSTA, G. D. DA et al. Avaliação em saúde: reflexões inscritas no paradigma sanitário contemporâneo. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 705–726, 2008.

COX, R. H. The consequences of welfare reform: How conceptions of social rights are changing. **Journal of Social Policy**, v. 27, n. 1, p. 1–16, 1998.

DAWSON, R. E.; ROBINSON, J. A. Inter-Party Competition, Economic Variables, and Welfare Policies in the American States. **The Journal of Politics**, v. 25, n. 2, p. 265–289, maio 1963.

DE LA CUESTA, B.; IMAI, K. Misunderstandings About the Regression Discontinuity Design in the Study of Close Elections. **Annual Review of Political Science**, v. 19, n. 1, p. 375–396, 11 maio 2016.

DE LA O, A. L. Do Conditional Cash Transfers Affect Electoral Behavior? Evidence from a Randomized Experiment in Mexico. **American Journal of Political Science**, v. 57, n. 1, p. 1–14, jan. 2013.

DESCHOUWER, K. Political Parties in Multi-Layered Systems. **European Urban and Regional Studies**, v. 10, n. 3, p. 213–226, 25 jul. 2003.

DETTERBECK, K. Cartel parties in Western Europe? **Party Politics**, v. 11, n. 2, p. 173–191, 2005.

DETTERBECK, K. Party Careers in Federal Systems. Vertical Linkages within Austrian, German, Canadian and Australian Parties. **Regional & Federal Studies**, v. 21, n. 2, p. 245–270, 2011.

DICK, A. R. When Are Cartels Stable Contracts? **The Journal of Law and Economics**, v. 39, n. 1, p. 241–283, abr. 1996.

DOWNS, A. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

DUNNING, T. **Natural Experiments in the Social Sciences**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

EATON, K.; DICKOVICK, J. T. The politics of re-centralization in Argentina and Brazil. **Latin American Research Review**, v. 39, n. 1, p. 90–122, 2004.

EGGERS, A. C. et al. On the Validity of the Regression Discontinuity Design for Estimating Electoral Effects: New Evidence from Over 40,000 Close Races. **American Journal of Political Science**, v. 59, n. 1, p. 259–274, jan. 2015.

- FABRE, E.; SWENDEN, W. Territorial Politics and the Statewide Party. **Regional Studies**, v. 47, n. 3, p. 342–355, 2013.
- FALLETI, T. G. **Decentralization and subnational politics in Latin America**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- FEARON, J. D. Electoral Accountability and the Control of Politicians: Selecting Good Types versus Sanctioning Poor Performance. Em: PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. (Eds.). **Democracy, Accountability, and Representation**. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 55–97.
- FEINSTEIN, J. S.; BLOCK, M. K.; NOLD, F. C. Asymmetric Information and Collusive Behavior in Auction Markets. **American Economic Review**, v. 75, n. 3, p. 441–460, 1985.
- FLECK, R. K. Inter-Party Competition, Intra-Party Competition, and Distributive Policy: A Model and Test Using New Deal Data. **Public Choice**, v. 108, n. 1/2, p. 77–100, 2001.
- FLORA, P.; HEIDENHEIMER, A. J. The Historical Core and Changing Boundaries of the Welfare State. Em: FLORA, P.; HEIDENHEIMER, A. J. (Eds.). **The Development of welfare states in Europe and America**. 1. ed. London: Routledge, 1981. p. 417.
- FOSTER, E. M. Propensity score matching: an illustrative analysis of dose response. **Medical Care**, v. 41, n. 10, p. 1183–1192, out. 2003.
- FOURNAIES, A.; MUTLU-EREN, H. English Bacon: Copartisan Bias in Intergovernmental Grant Allocation in England. **The Journal of Politics**, v. 77, n. 3, p. 805–817, 2015.
- GAMM, G.; KOUSSER, T. Life, Literacy, and the Pursuit of Prosperity: Party Competition and Policy Outcomes in 50 States. **American Political Science Review**, v. 115, n. 4, p. 1442–1463, 2 nov. 2021.
- GARAY, C.; MAROTO, M. M. Local Health Care Provision as a Territorial Power-Building Strategy: Non-Aligned Mayors in Argentina. **Comparative Politics**, v. 52, n. 1, p. 105–134, 1 out. 2019.
- GARAY, C.; SIMISON, E. When Mayors Deliver: Political Alignment and Well-being. **Studies in Comparative International Development**, v. 57, n. 3, p. 303–336, 24 set. 2022.
- GERTLER, P. J. et al. **Avaliação de Impacto na Prática**. 1. ed. Washington: Banco Mundial, 2018.

GIRAUDY, A.; PRIBBLE, J. Rethinking measures of democracy and welfare state universalism: Lessons from subnational research. **Regional & Federal Studies**, v. 29, n. 2, p. 135–163, 2019.

GOERTZ, G.; MAHONEY, J. **A Tale of Two Cultures: Qualitative and Quantitative Research in the Social Sciences**. 1. ed. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2012.

GOLDEN, M.; MIN, B. Distributive politics around the world. **Annual Review of Political Science**, v. 16, p. 73–99, 2013.

GOMES, C. B. E S.; GUTIÉRREZ, A. C.; SORANZ, D. Política Nacional de Atenção Básica de 2017: análise da composição das equipes e cobertura nacional da Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 4, p. 1327–1338, abr. 2020.

GREEN-PEDERSEN, C. **The Politics of Justification: Party Competition and Welfare-State Retrenchment in Denmark and the Netherlands from 1982 to 1998**. 1. ed. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2002.

GREEN-PEDERSEN, C. The Dependent Variable Problem within the Study of Welfare State Retrenchment: Defining the Problem and Looking for Solutions. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v. 6, n. 1, p. 3–14, 2004.

HARGUINDÉGUY, J. B.; RIVERA, C. F.; SÁNCHEZ, A. S. So close yet so far: intergovernmental tensions in Spain. **Regional Studies**, v. 55, n. 5, p. 894–906, 2020.

HARMEL, R.; JANDA, K. An Integrated Theory of Party Goals and Party Change. **Journal of Theoretical Politics**, v. 6, n. 3, p. 259–287, 1994.

HÄUSERMANN, S.; PICOT, G.; GEERING, D. Review article: Rethinking party politics and the welfare state-recent advances in the literature. **British Journal of Political Science**, v. 43, n. 1, p. 221–240, 2013.

HENRIQUE, A.; BATISTA, M. A politização dos desastres naturais: alinhamento partidário, declarações de emergência e a alocação de recursos federais para os municípios no Brasil. **Opinião Pública**, v. 26, n. 3, p. 522–555, 2020.

HIBBS, D. A. Political Parties and Macroeconomic Policy. **American Political Science Review**, v. 71, n. 4, p. 1467–1487, 1977.

- HIBBS, D. A. Partisan theory after fifteen years. **European Journal of Political Economy**, v. 8, n. 3, p. 361–373, 1992.
- HICKS, A. **Social Democracy and Welfare Capitalism: A Century of Income Security Politics**. 1. ed. Ithaca: Cornell University Press, 1999.
- HICKS, A. M.; SWANK, D. H. Politics, Institutions, and Welfare Spending in Industrialized Democracies, 1960–82. **American Political Science Review**, v. 86, n. 3, p. 658–674, 2 set. 1992.
- HILL, M. **The Public Policy Process**. 4. ed. Essex: Pearson , 2005.
- HJERN, B.; HULL, C. Implementation Research as Empirical Constitutionalism. **European Journal of Political Research**, v. 10, p. 105–115, 1982.
- HOLMBERG, S.; ROTHSTEIN, B. Introduction: political science and the importance of good government. Em: HOLMBERG, S.; ROTHSTEIN, B. (Eds.). **Good Government: The Relevance of Political Science**. 1. ed. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2012. p. 1–368.
- HOWLETT, M. Managing the “hollow state”: Procedural policy instruments and modern governance. **Canadian Public Administration**, v. 43, n. 4, p. 412–431, 2000.
- HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Studying Public Policy: principles and processes**. 4. ed. Ontario: Oxford University Press, 2020.
- HUBER, E.; MUSTILLO, T.; STEPHENS, J. D. Politics and Social Spending in Latin America. **The Journal of Politics**, v. 70, n. 2, p. 420–436, abr. 2008.
- HUBER, E.; STEPHENS, J. D. **Development and Crisis of the Welfare State: Parties and Policies in Global Markets**. 1. ed. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2001.
- HUBER, E.; STEPHENS, J. D. **Democracy and the Left: Social Policy and Inequality in Latin America**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 2012.
- HUNTER, W.; POWER, T. J. Rewarding Lula: Executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006. **Latin American Politics and Society**, v. 49, n. 1, p. 1–30, 2007.
- IMBEAU, L. M.; PÉTRY, F.; LAMARI, M. Left-right party ideology and government policies: A meta-analysis. **European Journal of Political Research**, v. 40, n. 1, p. 1–29, 2001.

IVERSEN, T.; CUSACK, T. R. The Causes of Welfare State Expansion: Deindustrialization or Globalization? **World Politics**, v. 52, n. 3, p. 313–349, 13 abr. 2000.

IVERSEN, T.; SOSKICE, D. Electoral Institutions and the Politics of Coalitions: Why Some Democracies Redistribute More Than Others. **American Political Science Review**, v. 100, n. 2, p. 165–181, 19 maio 2006.

JENSEN, C. Less Bad than its Reputation: Social Spending as a Proxy for Welfare Effort in Cross-national Studies. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v. 13, n. 3, p. 327–340, jun. 2011.

KATZ, R. S.; MAIR, P. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, v. 1, n. 1, p. 5–28, 1995.

KATZ, R. S.; MAIR, P. The Cartel Party Thesis: A Restatement. **Perspectives on Politics**, v. 7, n. 4, p. 753–766, 1 dez. 2009.

KATZ, R. S.; MAIR, P. **Democracy and the Cartelization of Political Parties**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2018.

KEMAN, H. Parties and government: features of governing in representative democracies. Em: KATZ, R. S.; CROTTY, W. (Eds.). **Handbook of Party Politics**. 1. ed. London: SAGE Publications, 2006. p. 550.

KITSCHOLT, H. **The Transformation in European Social Democracy**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

KLINGEMANN, H.-D.; HOFFERBERT, R. I.; BUDGE, I. **Parties, Policies, and Democracy**. 1. ed. Boulder: Westview Press, 1994.

KOC, N.; CELIK, B. The Impact of Number of Students per Teacher on Student Achievement. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, v. 177, p. 65–70, abr. 2015.

KORPI, W. **The Democratic Class Struggle**. 1. ed. London: Routledge, 1983.

KORPI, W. Power, Politics, and State Autonomy in the Development of Social Citizenship: Social Rights During Sickness in Eighteen OECD Countries Since 1930. **American Sociological Review**, v. 54, n. 3, p. 309, jun. 1989.

KRAMON, E.; POSNER, D. N. Who Benefits from Distributive Politics? How the Outcome One Studies Affects the Answer One Gets. **Perspectives on Politics**, v. 11, n. 2, p. 461–474, 2013.

LANE, J.-E. **The Public Sector: Concepts, Models and Approaches**. 3. ed. London: SAGE Publications, 2000.

LEVENSTEIN, M. C.; SUSLOW, V. Y. What Determines Cartel Success? **Journal of Economic Literature**, v. 44, n. 1, p. 43–95, 1 fev. 2006.

LIRA, E. Alinhamento partidário e oferta de políticas públicas no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 57, n. 1, fev. 2023.

LUNT, M. Selecting an Appropriate Caliper Can Be Essential for Achieving Good Balance With Propensity Score Matching. **American Journal of Epidemiology**, v. 179, n. 2, p. 226–235, 15 jan. 2014.

MACHADO, J. A.; PALOTTI, P. L. DE M. Entre cooperação e centralização: Federalismo e políticas sociais no Brasil Pós-1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, p. 61–82, 2 jun. 2015.

MACINKO, J.; GUANAIS, F. C.; MARINHO DE SOUZA, M. D. F. Evaluation of the impact of the Family Health Program on infant mortality in Brazil, 1990-2002. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v. 60, n. 1, p. 13–19, 2006.

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. Introduction. Em: PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. (Eds.). **Democracy, Accountability, and Representation**. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 1999a. p. 1–26.

MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. Elections and Representation. Em: PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C.; MANIN, B. (Eds.). **Democracy, Accountability, and Representation**. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 1999b. p. 29–54.

MARENCO, A.; CATE, L. TEN. Municípios são todos iguais? Decisões sobre gasto, orçamento e políticas públicas em governos locais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 29, n. 77, 2021.

MCCRARY, J. Manipulation of the running variable in the regression discontinuity design: A density test. **Journal of Econometrics**, v. 142, n. 2, p. 698–714, fev. 2008.

MEIRELES, F. **A política distributiva da coalizão**. Tese de doutorado—[s.l.] UFMG, 2019a.

MEIRELES, F. Alinhamento partidário e demanda por transferências federais no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 1, p. 173–194, 2019b.

MELO, M. A. O sucesso inesperado das reformas de segunda geração: federalismo, reformas constitucionais e política social. **Dados**, v. 48, n. 4, p. 845–889, dez. 2005.

NETO, O. A.; SIMONASSI, A. G. Bases políticas das transferências intergovernamentais no Brasil (1985-2004). **Revista de Economia Política**, v. 33, n. 4, p. 704–725, 2013.

NIEDZWIECKI, S. Social Policies, Attribution of Responsibility, and Political Alignments: A Subnational Analysis of Argentina and Brazil. **Comparative Political Studies**, v. 4, n. 6, p. 1–42, 2015.

NIEDZWIECKI, S. **Uneven Social Policies: The Politics of Subnational Variation in Latin America**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

OBINGER, H. Social Expenditure and Welfare State Financing. Em: BÉLAND, D. et al. (Eds.). **The Oxford Handbook of the Welfare State**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2021. p. 452–472.

OBINGER, H.; LEIBFRIED, S.; CASTLES G., F. **Federalism and the Welfare State: New World and European Experiences**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. v. 1

OLASKOAGA, J.; ALAEZ-ALLER, R.; DIAZ-DE-BASURTO-URAGA, P. Beyond Welfare Effort in the Measuring of Welfare States. **Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice**, v. 15, n. 3, p. 274–287, jun. 2013.

PAIVA, A. B. DE; GONZALEZ, R.; BENEVIDES, R. Instrumentos Financeiros de Coordenação no SUS. Em: JACCOUD, L. (Ed.). **Coordenação e relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2020. p. 149–182.

PALOTTI, P. L. DE M.; MACHADO, J. A. Coordenação federativa e a “armadilhada decisão conjunta”: as comissões de articulação intergovernamental das políticas sociais no Brasil. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 399–441, jun. 2014.

PAMPEL, F. C.; WILLIAMSON, J. B. Welfare Spending in Advanced Industrial Democracies, 1950-1980. **American Journal of Sociology**, v. 93, n. 6, p. 1424–1456, maio 1988.

PICOT, G. Party Competition and Reforms of Unemployment Benefits in Germany: How a Small Change in Electoral Demand Can Make a Big Difference. **German Politics**, v. 18, n. 2, p. 155–179, jun. 2009.

PICOT, G. **Politics os Segmentation: Party competition and social protection in Europe**. 1. ed. Abingdon: Routledge, 2012.

PIERSON, P. Fragmented Welfare States: Federal Institutions and the Development of Social Policy. **Governance**, v. 8, n. 4, p. 449–478, 1995.

PIERSON, P. The New Politics of the Welfare State. **World Politics**, v. 48, n. 2, p. 143–179, 1996.

POTRAFKE, N. Partisan politics: The empirical evidence from OECD panel studies. **Journal of Comparative Economics**, v. 45, n. 4, p. 712–750, dez. 2017.

PRASAD, N. **Policies for redistribution: The use of taxes and social transfers**. Geneva: [s.n.].

PRIBBLE, J. **Welfare and Parties Politics in America**. [s.l: s.n.].

RIBEIRO, P. F.; FABRE, E. Multilevel party organizations in a fragmented presidential system: The case of Brazil. **Regional and Federal Studies**, v. 30, n. 4, p. 525–555, 2019.

ROSSI, P. H.; LIPSEY, M. W.; FREEMAN, H. E. **Evaluation: A systematic approach**. 7. ed. London: SAGE Publications, 2004.

ROTHGANG, H. Health. Em: BÉLAND, D. et al. (Eds.). **The Oxford Handbook of the Welfare State**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2021. p. 505–523.

SAGLIE, J. Do party organizations integrate multi-level states? The case of the Norwegian Local Government Reform. **Regional and Federal Studies**, v. 30, n. 4, p. 579–597, 2019.

SARTORI, G. **Parties and Party Systems: A Framework for Analysis**. 1. ed. Colchester: ECPR Press, 2005. v. 1

SCHMIDT, M. G. When parties matter: A review of the possibilities and limits of partisan influence on public policy. **European Journal of Political Research**, v. 30, n. 2, p. 155–183, 1996.

SEGATTO, C. Policy diffusion in subnational governments: State–local relationships in the Brazilian education policy. **Regional and Federal Studies**, v. 28, n. 1, p. 79–100, 2017.

SEGURA-UBIERGO, A. **The Political Economy of the Welfare State in Latin America: Globalization, Democracy and Development**. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

SHEFTER, M. Party and Patronage: Germany, England, and Italy. **Politics & Society**, v. 7, n. 4, p. 403–451, 17 dez. 1977.

SINGH, P. Subnationalism and Social Development: A Comparative Analysis of Indian States. **World Politics**, v. 67, n. 3, p. 506–562, 5 jul. 2015.

SKOCPOL, T. **Protecting Soldiers and Mothers: The Political Origins of Social Policy in the United States**. 1. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

SOARES, M. M.; DE MELO, B. G. Condicionantes políticos e técnicos das transferências voluntárias da União aos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 4, p. 539–561, 2016.

SOLÉ-OLLÉ, A.; SORRIBAS-NAVARRO, P. The effects of partisan alignment on the allocation of intergovernmental transfers. Differences-in-differences estimates for Spain. **Journal of Public Economics**, v. 92, n. 12, p. 2302–2319, 2008.

SOUZA, R. R. DE. A regionalização no contexto atual das políticas de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 2, p. 451–455, 2001.

ŞTEFURIUC, I. Government Formation in Multi-Level Settings. **Party Politics**, v. 15, n. 1, p. 93–115, 1 jan. 2009.

STEPAN, A. C. Federalism and Democracy: Beyond the U.S. Model. **Journal of Democracy**, v. 10, n. 4, p. 19–34, 1999.

STIGLER, G. J. Economic competition and political competition. **Public Choice**, v. 13, n. 1, p. 91–106, set. 1972.

STOKES, S. C. Political Parties and Democracy. **Annual Review of Political Science**, v. 2, n. 1, p. 243–267, jun. 1999.

STROM, K. Inter-party Competition in Advanced Democracies. **Journal of Theoretical Politics**, v. 1, n. 3, p. 277–300, 29 jul. 1989.

STRØM, K. W. A Behavioral Theory of Competitive Political Parties. **American Journal of Political Science**, v. 34, n. 2, p. 565, 1990.

STRØM, K. W.; MÜLLER, W. C. Political Parties and Hard Choices. Em: MÜLLER, W. C.; STRØM, K. W. (Eds.). **Policy, Office, or Votes? How Political Parties in Western Europe Make Hard Decisions**. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 320.

SZWARCWALD, C. L. et al. Percepção da população brasileira sobre a assistência prestada pelo médico. Brasil, 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 2, p. 339–350, fev. 2016.

THOMAS, J. C. Policy Convergence among Political Parties and Societies in Developed Nations: A Synthesis and Partial Testing of Two Theories. **The Western Political Quarterly**, v. 33, n. 2, p. 233, jun. 1980.

THORLAKSON, L. Patterns of party integration, influence and autonomy in seven federations. **Party Politics**, v. 15, n. 2, p. 157–177, 2009.

THORLAKSON, L. Measuring vertical integration in parties with multi-level systems data. **Party Politics**, v. 19, n. 5, p. 713–734, 2011.

TIMMONS, J. F.; BROID, D. The Political Economy of Municipal Transfers: Evidence from Mexico. **Publius**, v. 43, n. 4, p. 551–579, 2013.

TOUCHTON, M.; SUGIYAMA, N. B.; WAMPLER, B. Democracy at Work: Moving beyond Elections to Improve Well-Being. **American Political Science Review**, v. 111, n. 1, p. 68–82, 2017.

TOUCHTON, M.; WAMPLER, B. Improving Social Well-Being Through New Democratic Institutions. **Comparative Political Studies**, v. 47, n. 10, p. 1442–1469, 27 set. 2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Convênios e outros repasses**. 6. ed. Brasília: Secretaria-Geral de Controle Externo, 2016.

VALE, H. F. DO. When Time Matters: Federal Changes, Temporality and Recentralization in Brazil. **Dados**, v. 65, n. 2, 2022.

VAN HOUTEN, P. Multi-level relations in political parties: A delegation approach. **Party Politics**, v. 15, n. 2, p. 137–156, 2009.

VAN METER, D. S.; VAN HORN, C. E. The Policy Implementation Process: A Conceptual Framework. **Administration & Society**, v. 6, n. 4, p. 445–488, 1975.

VAZQUEZ, D. A. Mecanismos Institucionais de Regulação Federal e seus Resultados nas Políticas de Educação e Saúde. **Dados**, v. 57, n. 4, p. 969–1005, 2014.

- VENTURA, T. Do mayors matter? Reverse coattails on congressional elections in Brazil. **Electoral Studies**, v. 69, p. 1–11, 2021.
- VIEIRA, F. S. et al. Gastos em Saúde e Educação no Brasil: impactos da unificação dos pisos constitucionais. **Ipea - Texto Para Discussão**, p. 1–68, 2020.
- WINTER, S. Implementation Perspectives: Status and Reconsideration. Em: PETERS, B. G.; PIERRE, J. (Eds.). **Handbook of Public Administration**. 1. ed. London: SAGE Publications, 2003. p. 212–222.
- WITTMAN, D. Candidate Motivation: A Synthesis of Alternative Theories. **American Political Science Review**, v. 77, n. 1, p. 142–157, 1 mar. 1983.
- WOLINETZ, S. B. Beyond the Catch-All Party: Approaches to the Study of Parties and Party Organization in Contemporary Democracies. Em: GUNTHER, R.; MONTERO, J. R.; LINZ, J. J. (Eds.). **Political Parties: Old Concepts and New Challenges**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 136–164.
- ZHANG, Z. et al. Balance diagnostics after propensity score matching. **Annals of Translational Medicine**, v. 7, n. 1, p. 16–16, jan. 2019.
- ZUCCO JR., C. When Payouts Pay Off: Conditional Cash Transfers and Voting Behavior in Brazil 2002-10. **American Journal of Political Science**, v. 57, n. 4, p. 810–822, 2013.
- ZUCCO JR., C. The Impacts of Conditional Cash Transfers in Four Presidential Elections (2002–2014). **Brazilian Political Science Review**, v. 9, n. 1, p. 135–149, 2015.

APÊNDICE A - MATERIAL SUPLEMENTAR DO CAPÍTULO 4

Neste apêndice, apresento informações adicionais de validação, balanceamento e detalhamento dos modelos empíricos empregados no capítulo 4. Os primeiros dados que apresento são as estatísticas descritivas de todas as variáveis (tabela 3). Para os desenhos de regressão descontínua, sigo as recomendações de Cattaneo e Titiunik (2022) e Cattaneo, Idrobo e Titiunik (2019). Quatro testes foram realizados (figuras 41 a 59): em primeiro lugar, mostro a distribuição das covariáveis ao redor do ponto de corte, junto ao p valor. Para que os grupos de tratamento e controle sejam considerados semelhantes próximo ao ponto de corte, o p valor precisa ser maior que 0,05.

Em seguida apresento o teste de McCrary (2008), composto pela análise gráfica de densidade da *running variable* (margem de vitória) e o p valor. Para que a distribuição entre os grupos seja considerada como se fosse aleatória, não deve haver diferença estatisticamente significativa próximo a *running variable*, portanto $p > 0,05$. Caso o p valor seja menor, há indício de manipulação da variável.

Em terceiro lugar, o teste de sensibilidade a observações (*Donut Hole*) investiga a sensibilidade dos resultados ao implementar sucessivas vezes a estimação da variável dependente, excluindo gradativamente observações próximas ao ponto de corte. O objetivo é entender a influência das observações mais próximas ao ponto de corte nos resultados obtidos. Caso haja distribuição sistemática das observações no entorno da *running variable*, é mais provável que aconteça próximo ao ponto de corte, portanto a exclusão desses casos pode modificar consideravelmente o efeito do tratamento. Nos gráficos, as informações no eixo X devem ser interpretadas como “maior ou igual a”. Por exemplo: a primeira estimativa retorna uma amostra com observações da variável de tratamento maior ou igual a 0 (em valores absolutos); a segunda, maior ou igual a 0,1; a terceira, maior ou igual a 0,2 e assim sucessivamente.

Por fim, o último teste de falsificação é o efeito placebo. A ideia é que mudar artificialmente o ponto de corte, ou seja, escolher arbitrariamente outras descontinuidades, não provocaria mudanças estatisticamente significantes no efeito observado, já que o valor real da descontinuidade é apenas o originalmente empregado. Assim, o ideal é observar efeitos sem significância estatística nos pontos de corte placebo.

Todos os testes foram executados no *software RStudio* (versão 2023.03.1 e R 4.1.2). Entre os quatro, executei um (densidade da *running variable* e teste de McCrary) através do pacote *rddtools*. As informações geradas foram transformadas em *data.frame* e, em seguida, dispostas graficamente através do pacote *ggplot2*. Os outros três foram executados através do pacote *rdrobust* e seguiram o mesmo processo: estimativas coletadas e transformadas em *data.frame*, posteriormente passadas para um gráfico através do *ggplot2*.

Com relação aos testes de balanceamento de cada *Propensity Score Matching* (PSM) mobilizado nos modelos de regressão linear, sigo as recomendações de Austin (2009) e Zhang et al. (2019). Três testes foram realizados (figuras 60 a 83): primeiro, a diferença de médias padronizada (*Absolute Standardized Mean Differences*). Considerado o mais comum dos testes de balanceamento, ele mostra a diferença de médias para todas as variáveis utilizadas no pareamento, além de uma medida de distância entre os grupos de tratamento e controle. Por ser uma medida padronizada, ela permite a comparação entre variáveis com diferentes mensurações. Com o objetivo de comparar a performance do *matching*, os gráficos mostram os resultados para cada amostra antes e após o pareamento. Estimativas entre -0,1 e 0,1 (as linhas tracejadas nos gráficos) são consideradas balanceadas.

O segundo teste é a razão de variância (*Variance Ratio*), que também indica a similaridade entre os grupos de tratamento e controle. Para que os grupos sejam considerados balanceados, uma *variance ratio* igual a 1 (nos gráficos, linha pontilhada) é considerada o ponto ideal. Estimativas até 2 (linha tracejada) são geralmente consideradas aceitáveis. Por fim, o terceiro teste é a função de distribuição cumulativa (*Empirical Cumulative Distribution Function*). Aqui, quanto mais próximo de 0 a estimativa for, mais balanceados são os grupos.

Para este conjunto de testes, também utilizei o *software RStudio* (versão 2023.03.1 e R 4.1.2). Os pareamentos foram feitos através do pacote *MatchIt*, que retorna um objeto de classe *matchit* contendo todas as três informações sobre balanceamento das covariáveis aqui dispostas graficamente.

Uma vez que os dois primeiros testes dos RDD dizem respeito apenas a amostra, incluo apenas um gráfico por cada (Prefeito-Presidente e Prefeito-Coalizão). Para todas as outras, que incluem estimativas das variáveis dependentes, apresento um gráfico para cada conjunto de amostra e variável dependente. Ao final, apresento tabelas com informações dos modelos de regressão *OLS* (tabelas 4 a 11).

A.1 Estatísticas descritivas

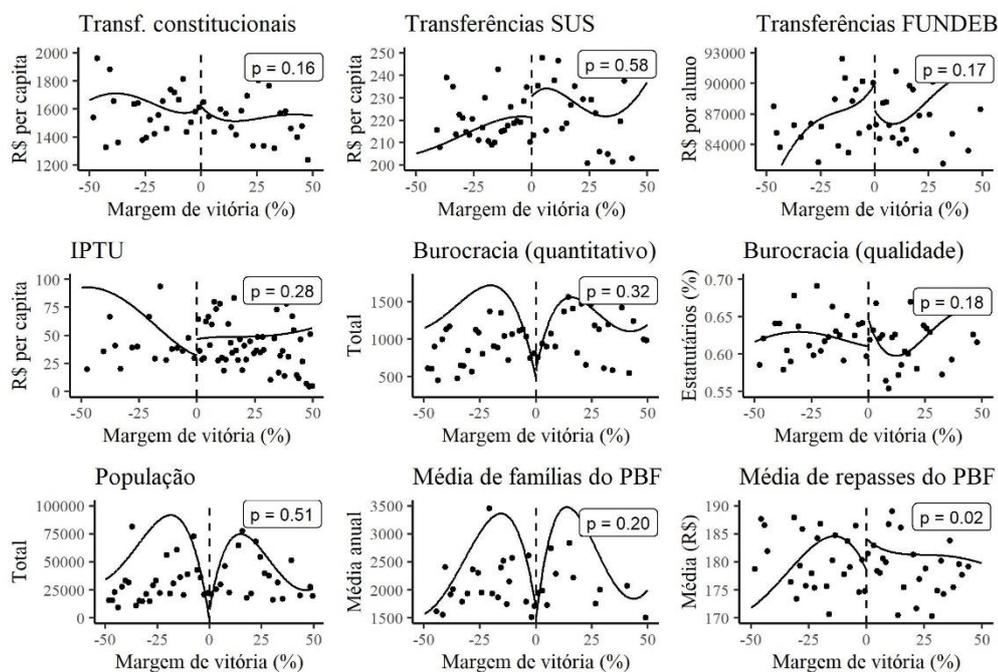
Tabela 3 – Estatísticas descritivas das variáveis

Variável	Mínimo	Média	Máximo	Desvio padrão
Margem de vitória	0	18,47	100	21,62
População	786	35.251,56	12.176.866	207.218,7
Transferências constitucionais	197,41	1.610,11	38.663,64	903,43
Transferências para o FUNDEB	668,53	83.086,24	681.477,4	37.027,78
Transferências para o SUS	20,7	217,92	1.987,44	110,94
IPTU	0	66,53	95.879,57	1.003,31
Burocracia (quantitativo)	0	1.033,01	145.483	2.946,65
Burocracia (qualidade)	0	0,62	1	0,25
Média de famílias do PBF	1	2.351,25	490.938,6	7.937,33
Média de repasses do PBF	58,42	178,16	449,8	39,81
Investimento em Saúde	0	711,95	5.932,15	345,76
Investimento em Educação	0	11.714,94	1.255.466	8.126,91
Transferências discricionárias (Saúde)	0	2,57	1.022,38	15,26
Transferências discricionárias (Educação)	0	10,20	1.159,31	38,39

Fonte: elaboração do autor.

A.2 Falsificação dos desenhos de regressão descontínua

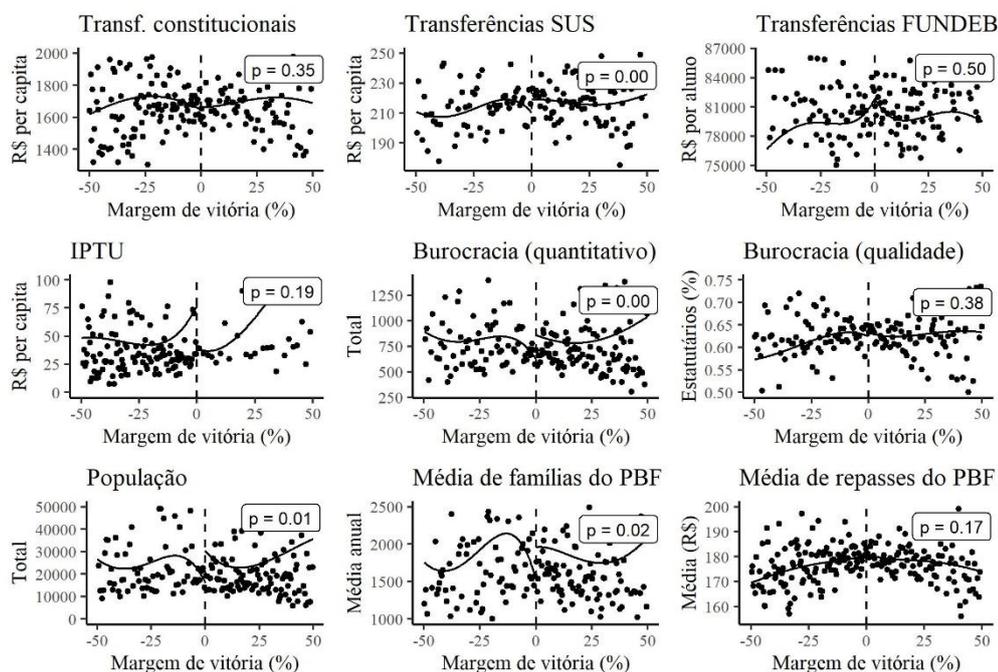
Figura 41 – Distribuição das covariáveis ao redor do ponto de corte para as amostras Prefeito-Presidente



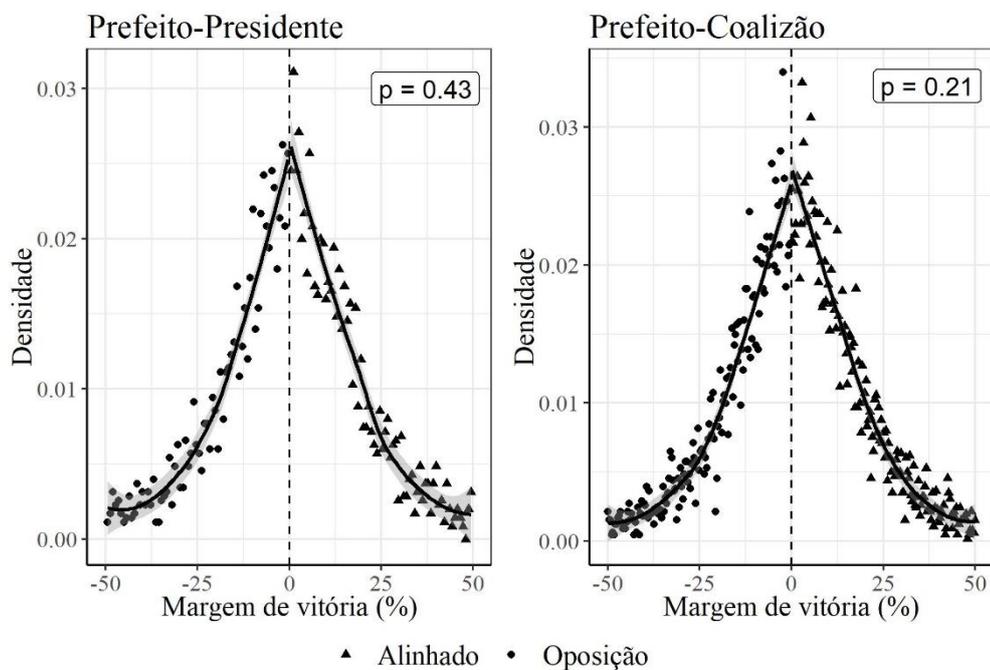
Fonte: elaboração do autor.

Figura 42 - Distribuição das covariáveis ao redor do ponto de corte para as amostras

Prefeito-Coalizão

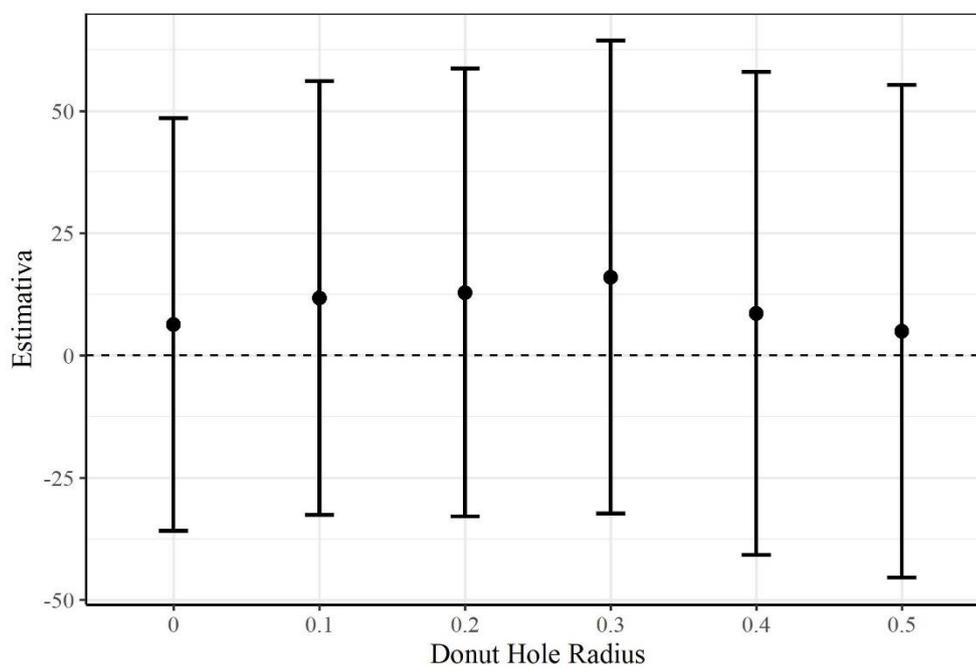


Fonte: elaboração do autor.

Figura 43 – Densidade da *running variable* e teste de McCrary

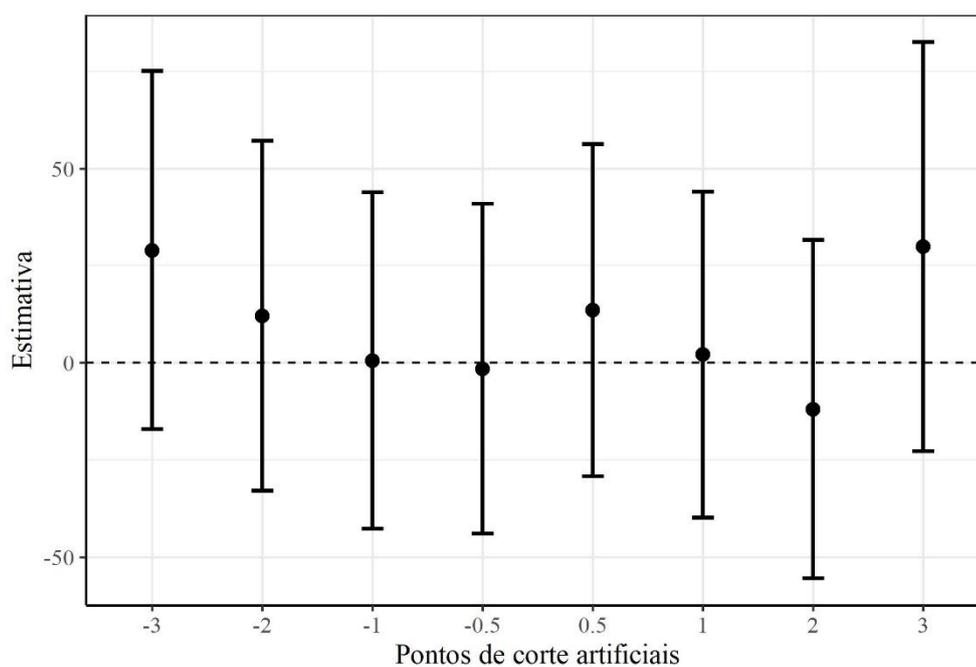
Fonte: elaboração do autor.

Figura 44 – Teste de sensibilidade a observações para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Investimento em Saúde



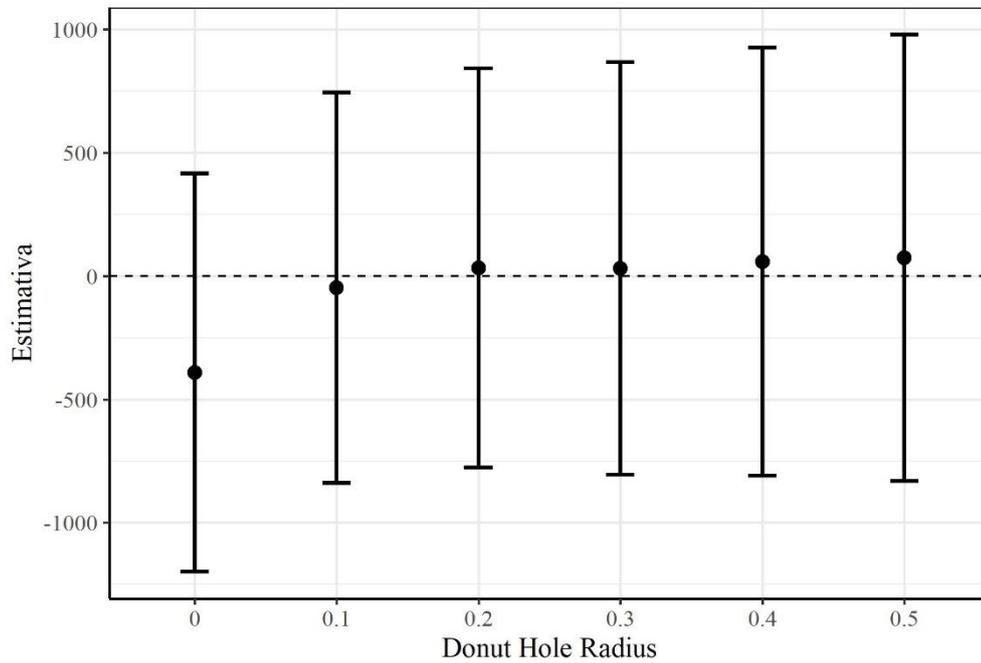
Fonte: elaboração do autor.

Figura 45 – Teste de efeito placebo para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Investimento em Saúde



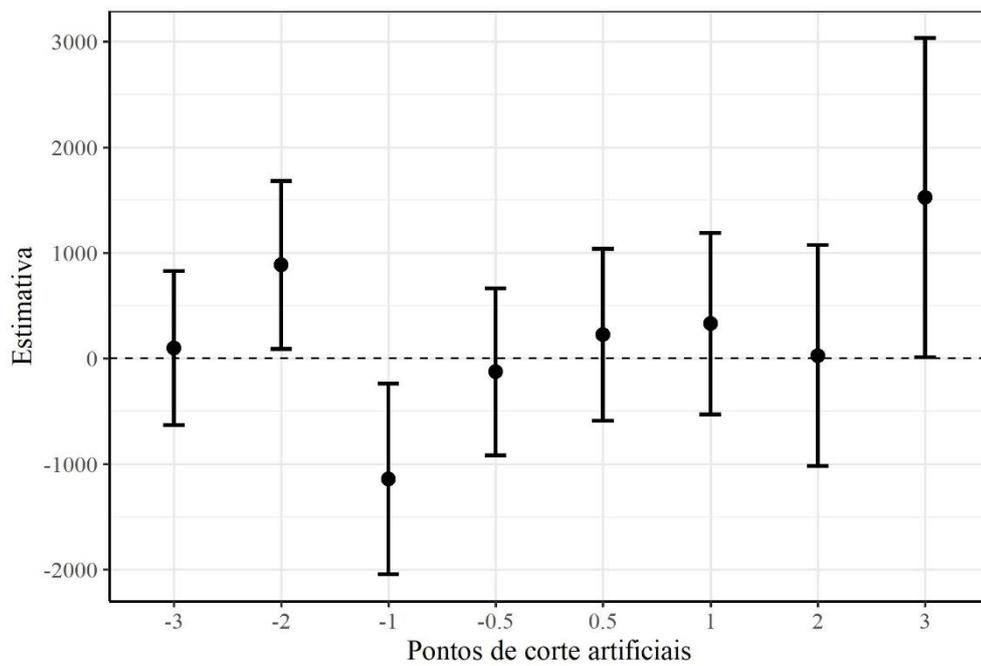
Fonte: elaboração do autor.

Figura 46 - Teste de sensibilidade a observações para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Investimento em Educação



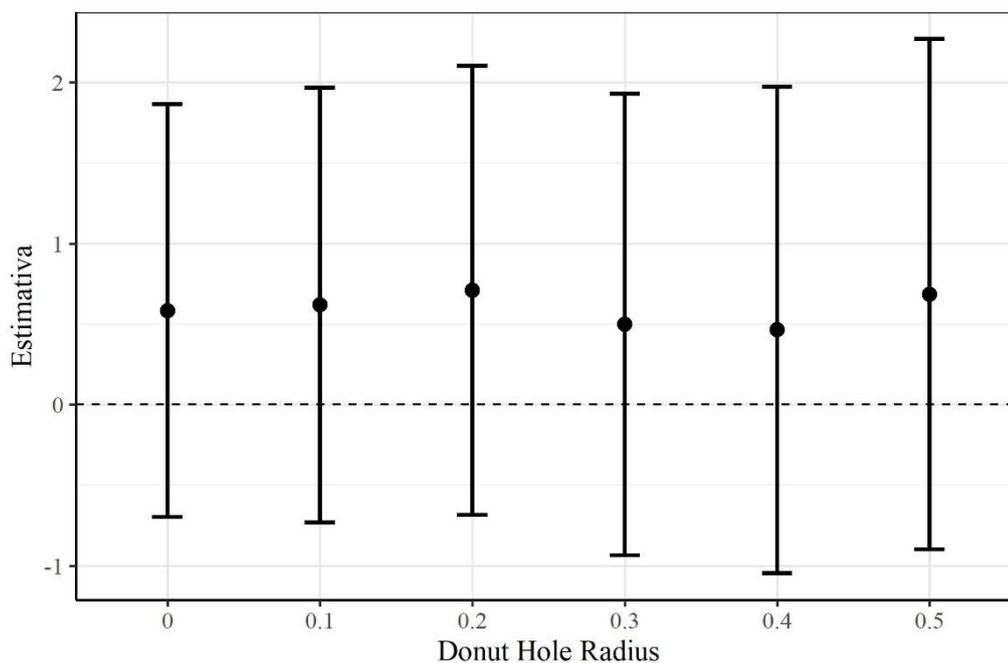
Fonte: elaboração do autor.

Figura 47 - Teste de efeito placebo para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Investimento em Educação



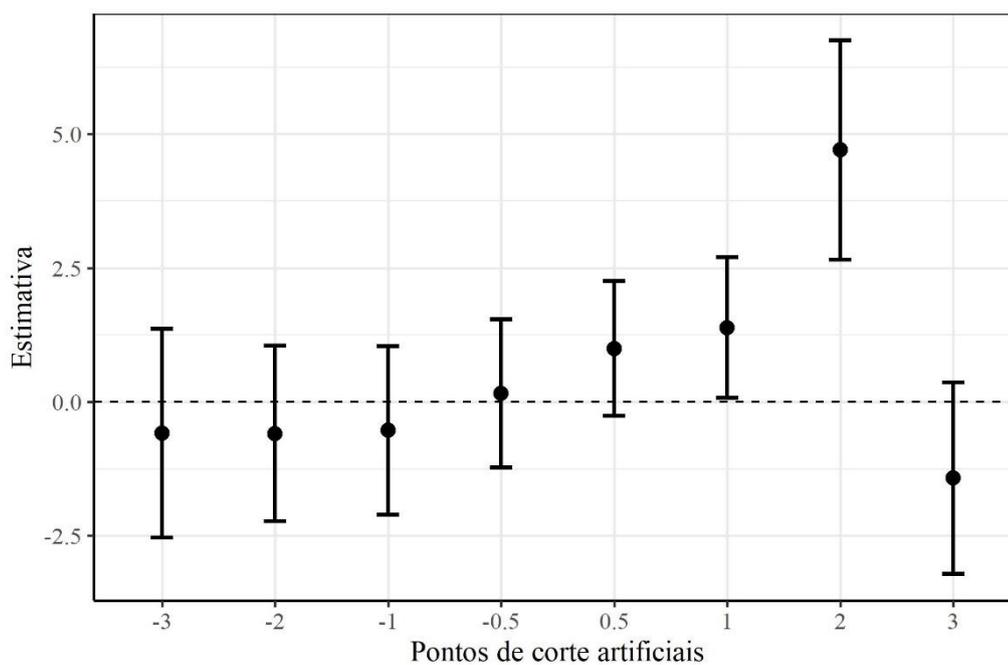
Fonte: elaboração do autor.

Figura 48 - Teste de sensibilidade a observações para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Transferências Discricionárias (Saúde)



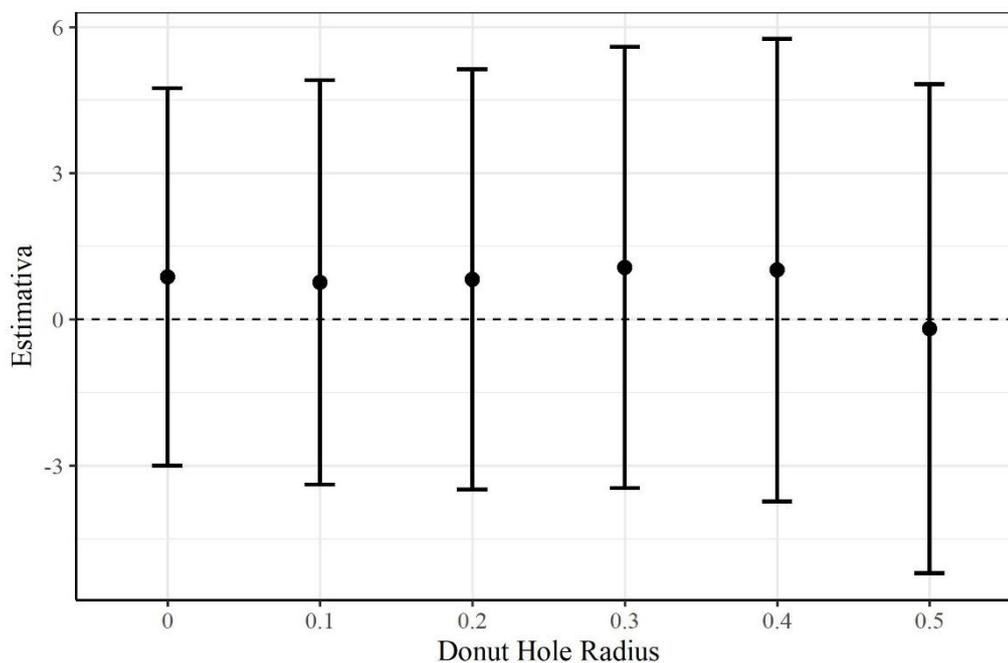
Fonte: elaboração do autor.

Figura 49 - Teste de efeito placebo para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Transferências Discricionárias (Saúde)



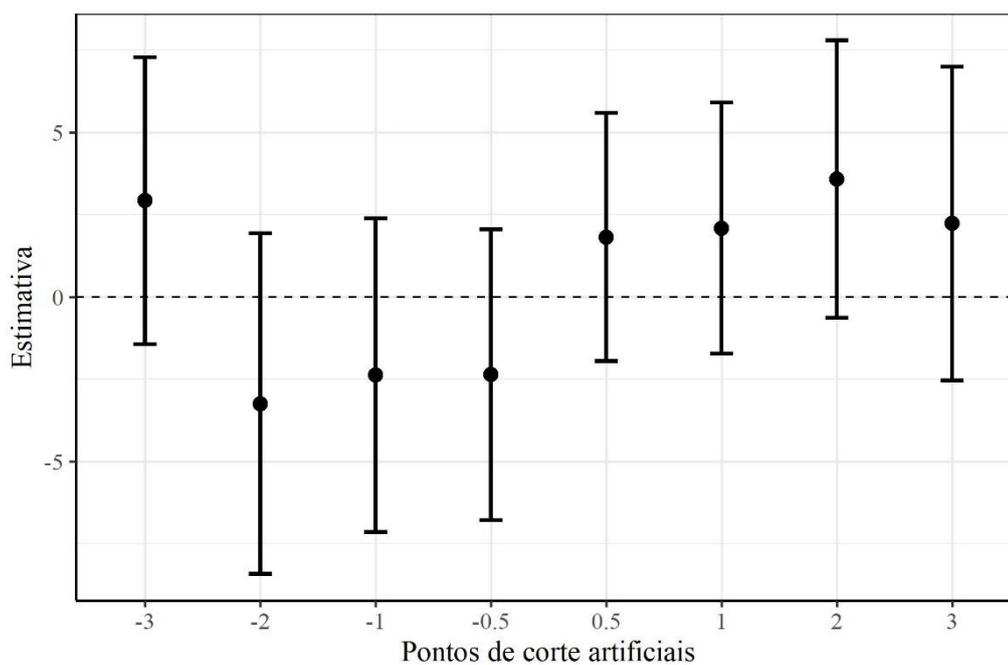
Fonte: elaboração do autor.

Figura 50 - Teste de sensibilidade a observações para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Transferências Discricionárias (Educação)



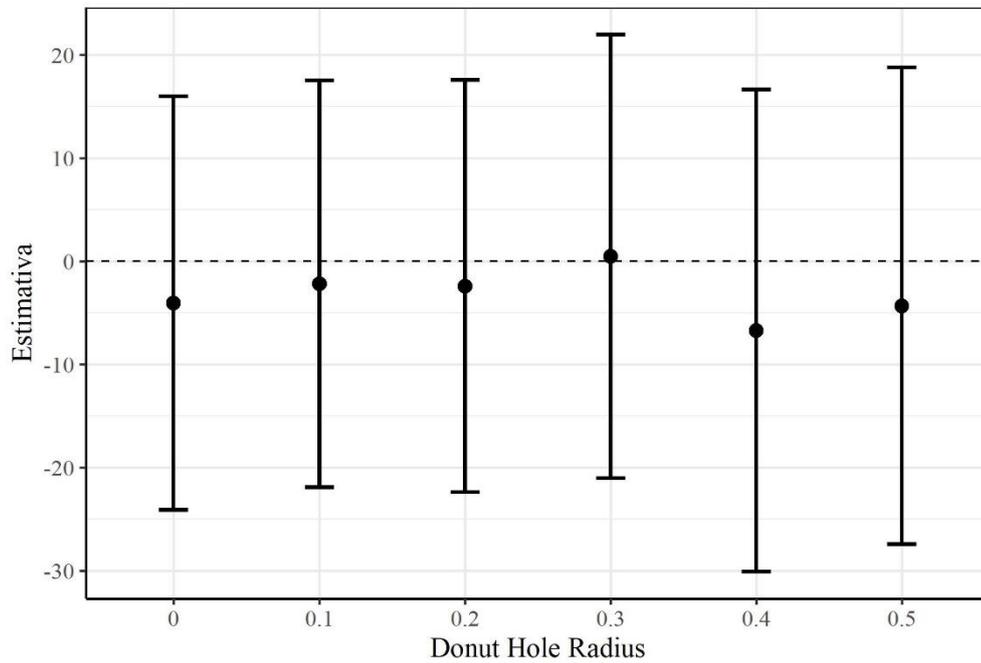
Fonte: elaboração do autor.

Figura 51 - Teste de efeito placebo para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Transferências Discricionárias (Educação)



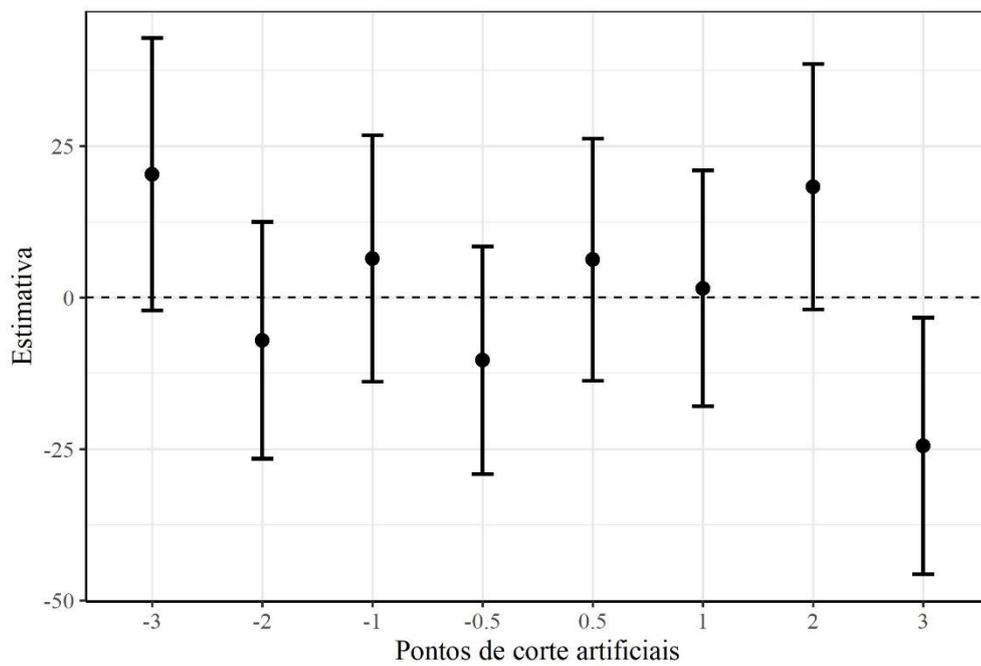
Fonte: elaboração do autor.

Figura 52 - Teste de sensibilidade a observações para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Investimento em Saúde



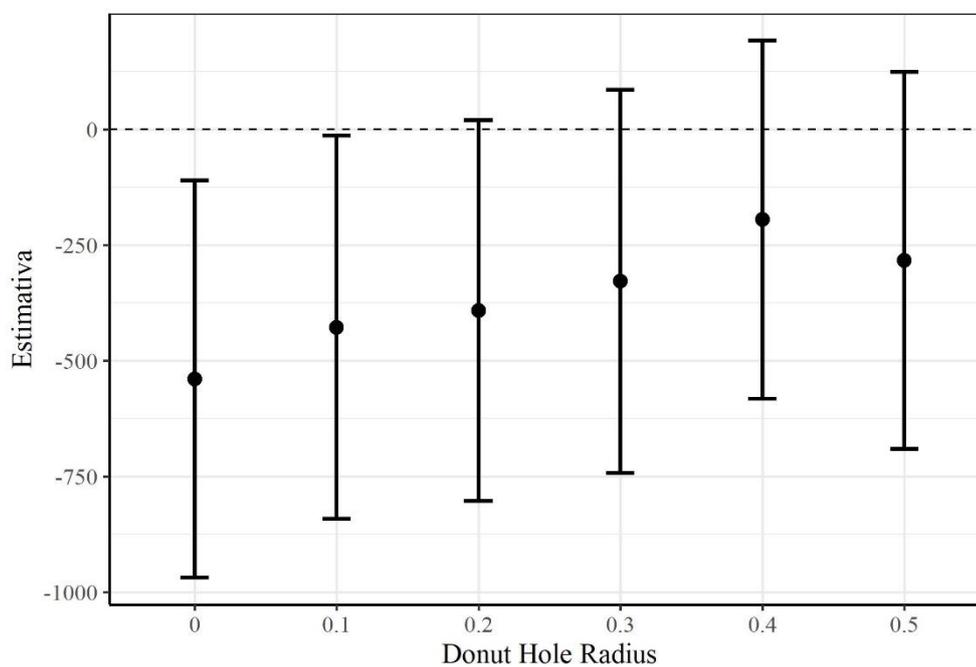
Fonte: elaboração do autor.

Figura 53 - Teste de efeito placebo para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Investimento em Saúde



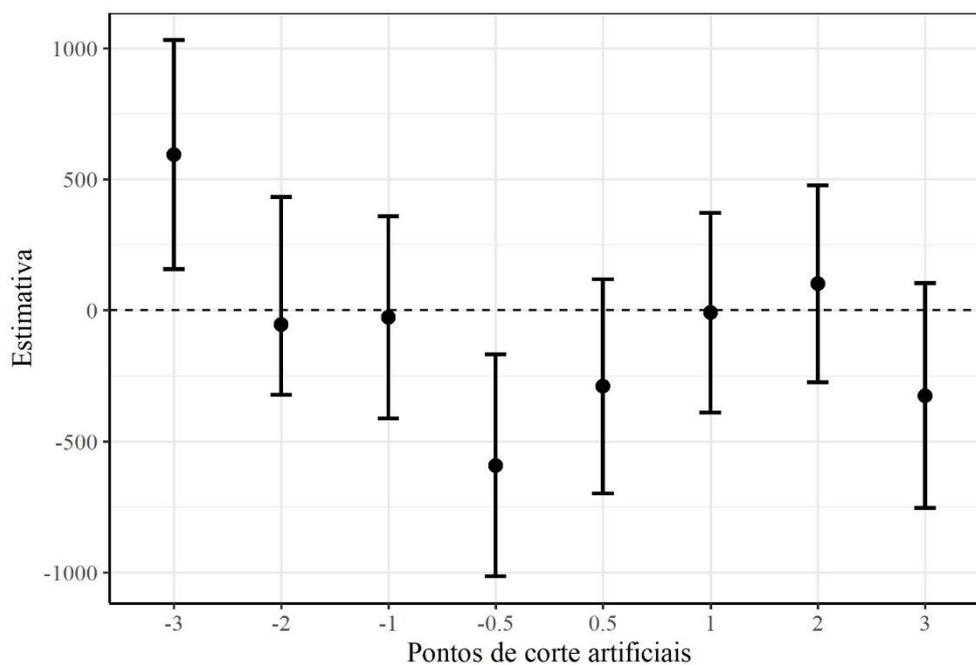
Fonte: elaboração do autor.

Figura 54 - Teste de sensibilidade a observações para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Investimento em Educação



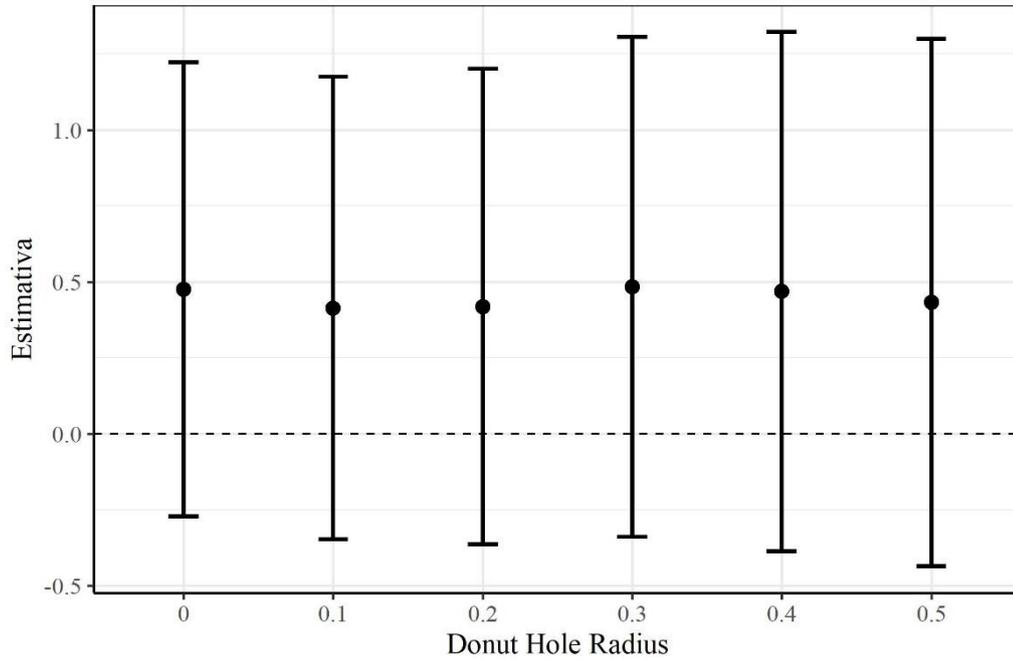
Fonte: elaboração do autor.

Figura 55 - Teste de efeito placebo para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Investimento em Educação



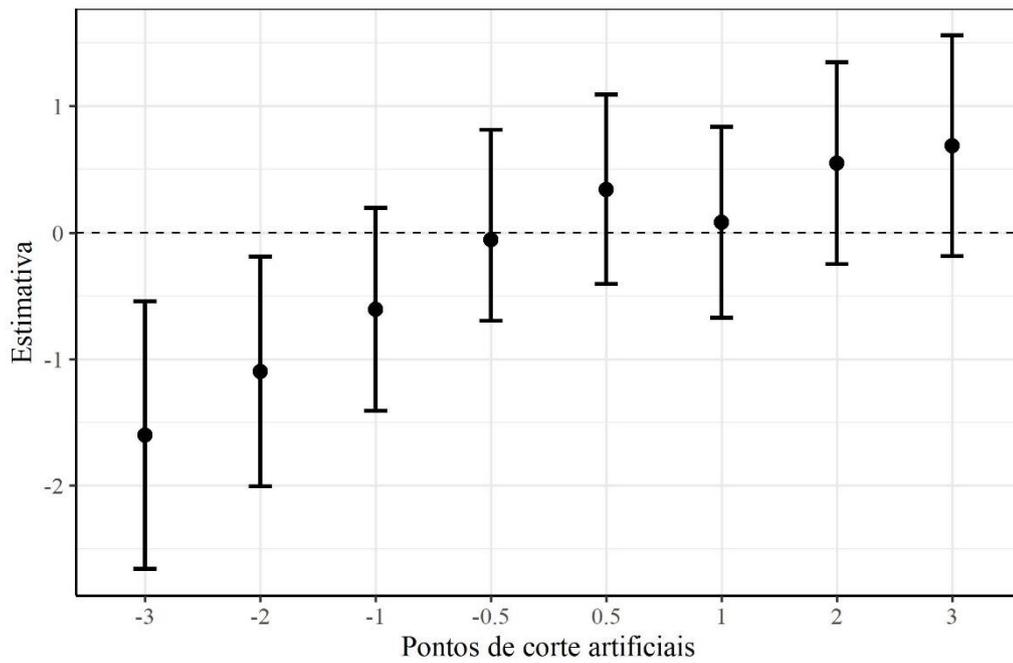
Fonte: elaboração do autor.

Figura 56 - Teste de sensibilidade a observações para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Transferências Discricionárias (Saúde)



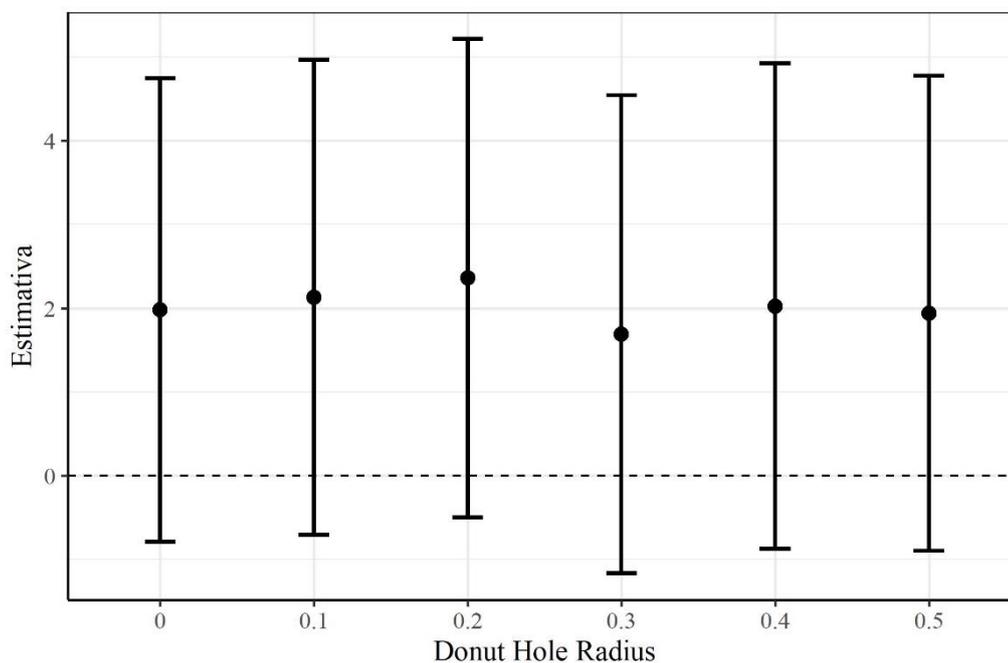
Fonte: elaboração do autor.

Figura 57 - Teste de efeito placebo para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Transferências Discricionárias (Saúde)



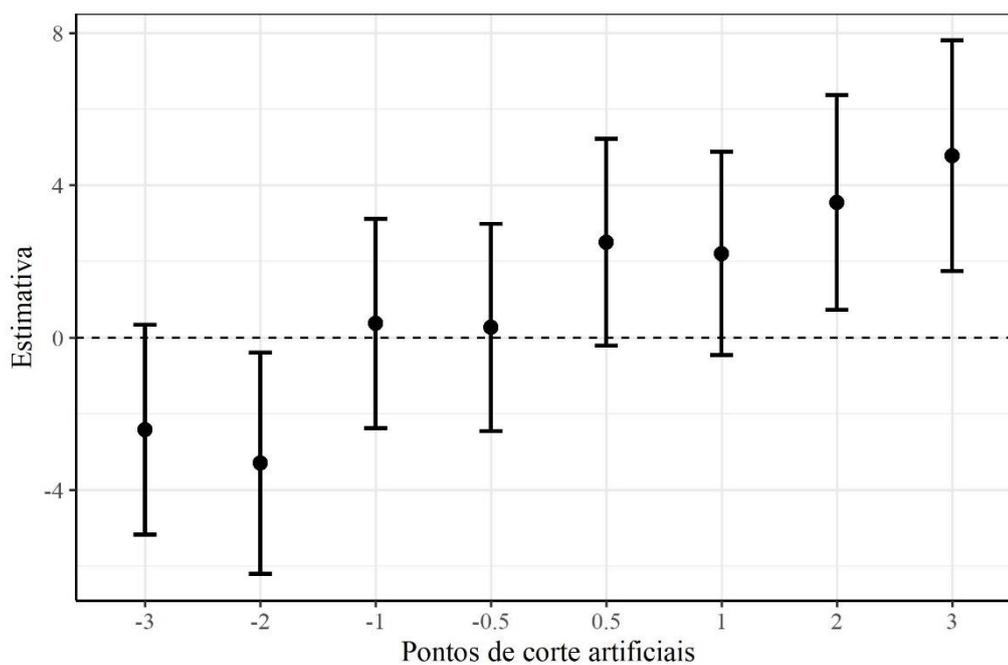
Fonte: elaboração do autor.

Figura 58 - Teste de sensibilidade a observações para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Transferências Discricionárias (Educação)



Fonte: elaboração do autor.

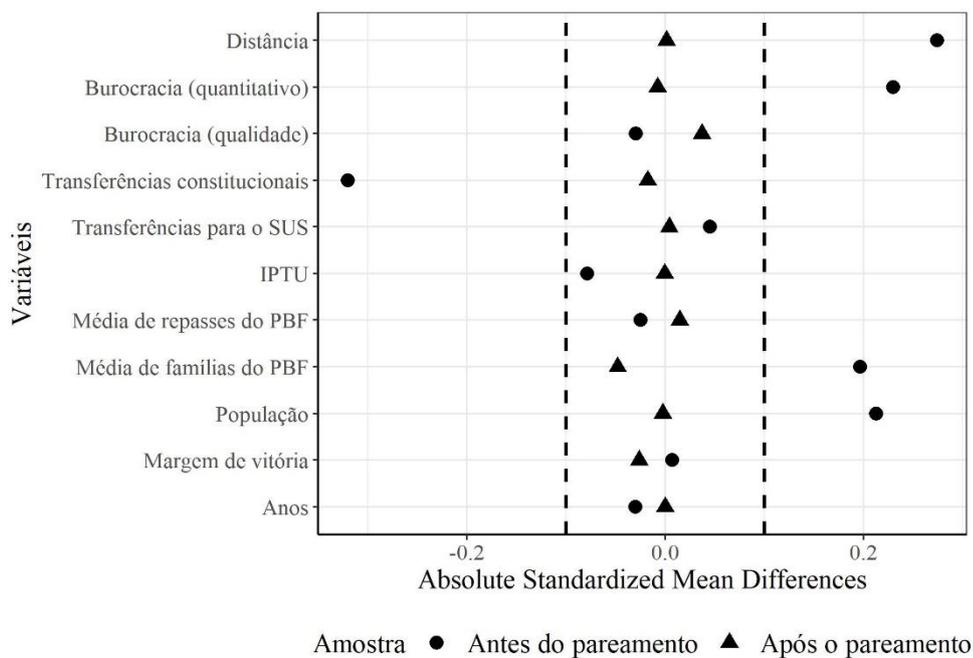
Figura 59 - Teste de efeito placebo para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Transferências Discricionárias (Educação)



Fonte: elaboração do autor.

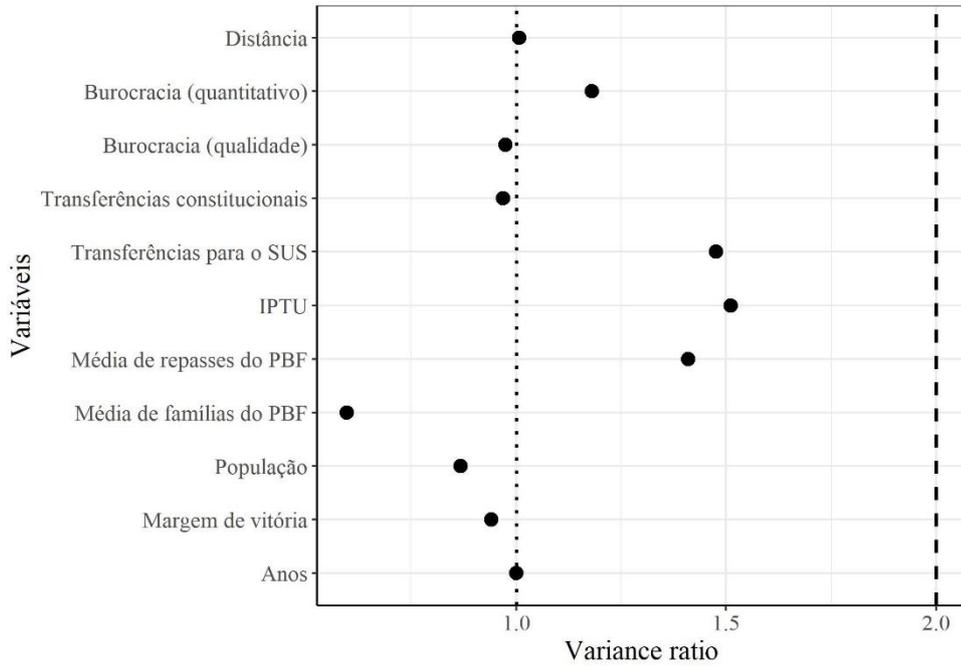
A.3 Balanceamento das covariáveis utilizadas no PSM

Figura 60 – Diferença de médias padronizada para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Investimento em Saúde



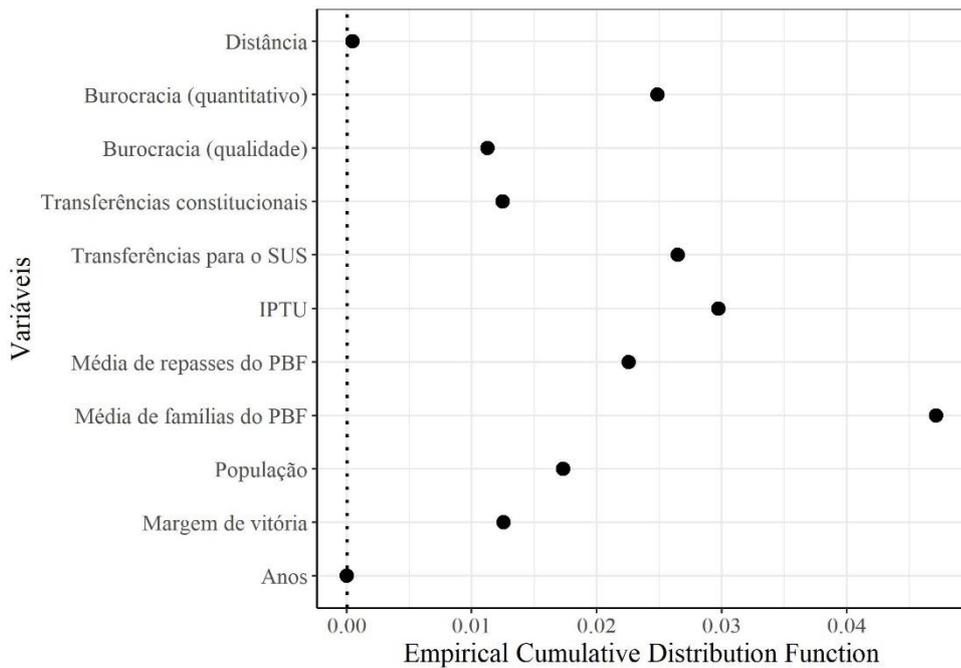
Fonte: elaboração do autor.

Figura 61 – Razão de variância para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Investimento em Saúde



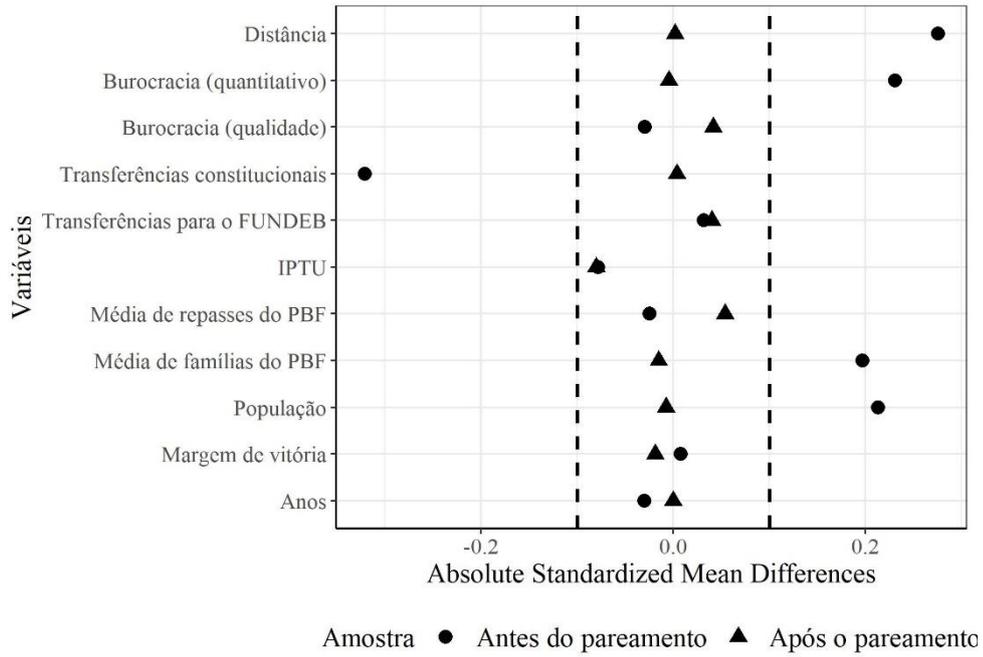
Fonte: elaboração do autor.

Figura 62 – Função de distribuição cumulativa para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Investimento em Saúde



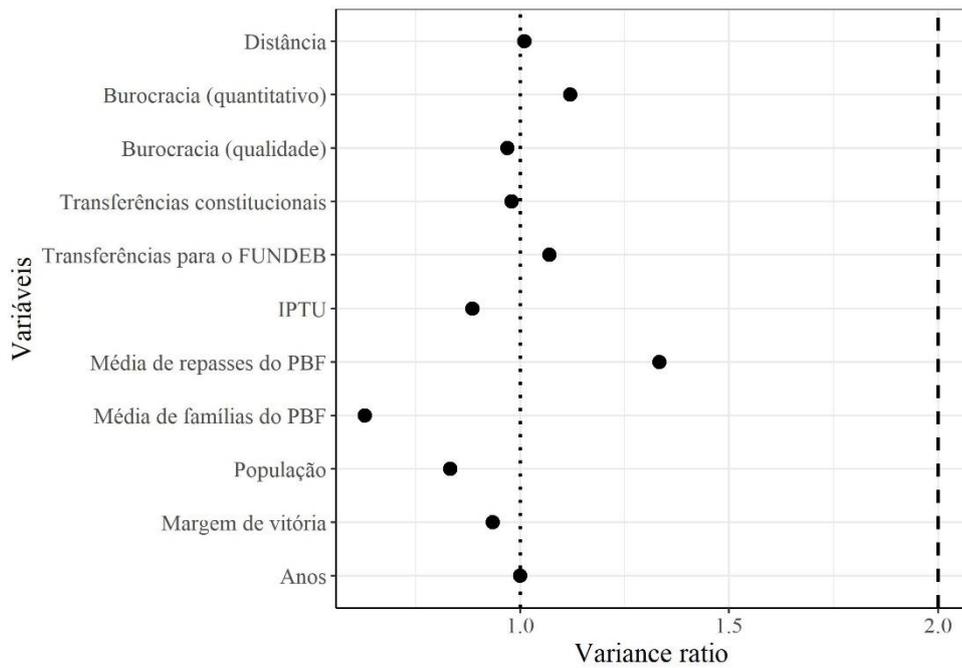
Fonte: elaboração do autor.

Figura 63 – Diferença de médias padronizada para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Investimento em Educação



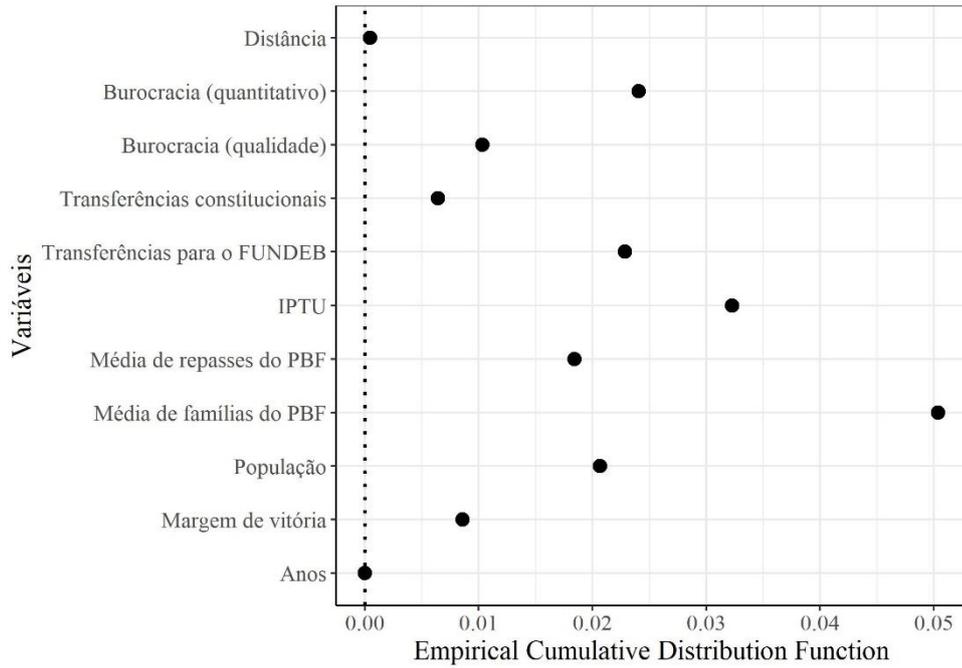
Fonte: elaboração do autor.

Figura 64 – Razão de variância para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Investimento em Educação



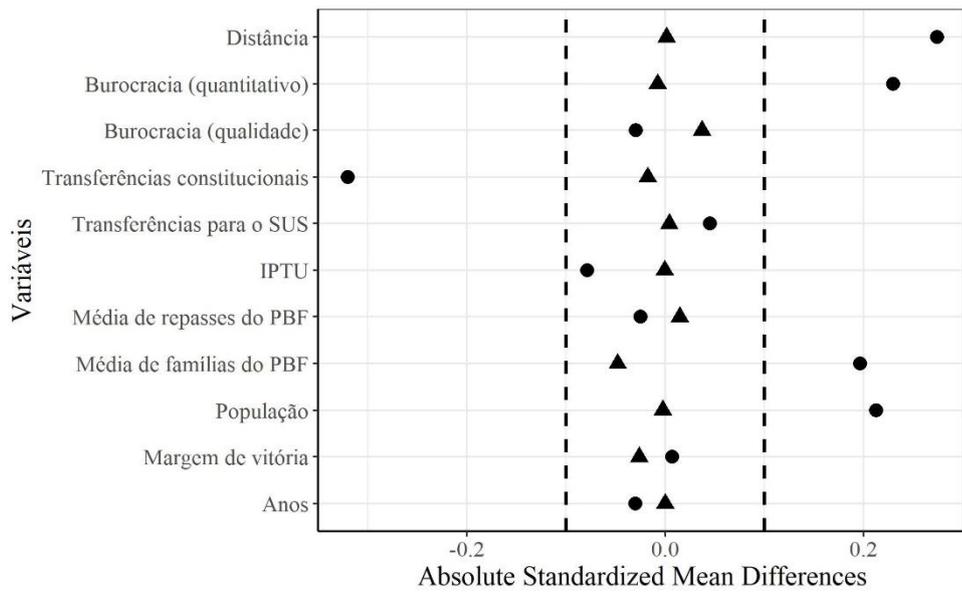
Fonte: elaboração do autor.

Figura 65 – Função de distribuição cumulativa para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Investimento em Educação



Fonte: elaboração do autor.

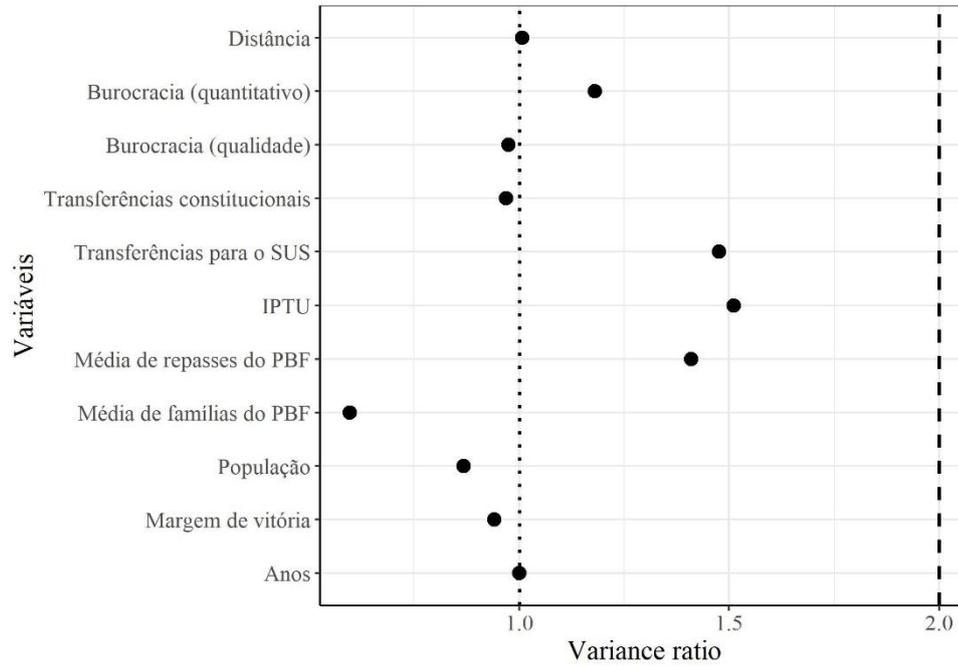
Figura 66 – Diferença de médias padronizada para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Transferência Discricionárias (Saúde)



Amostra ● Antes do pareamento ▲ Após o pareamento

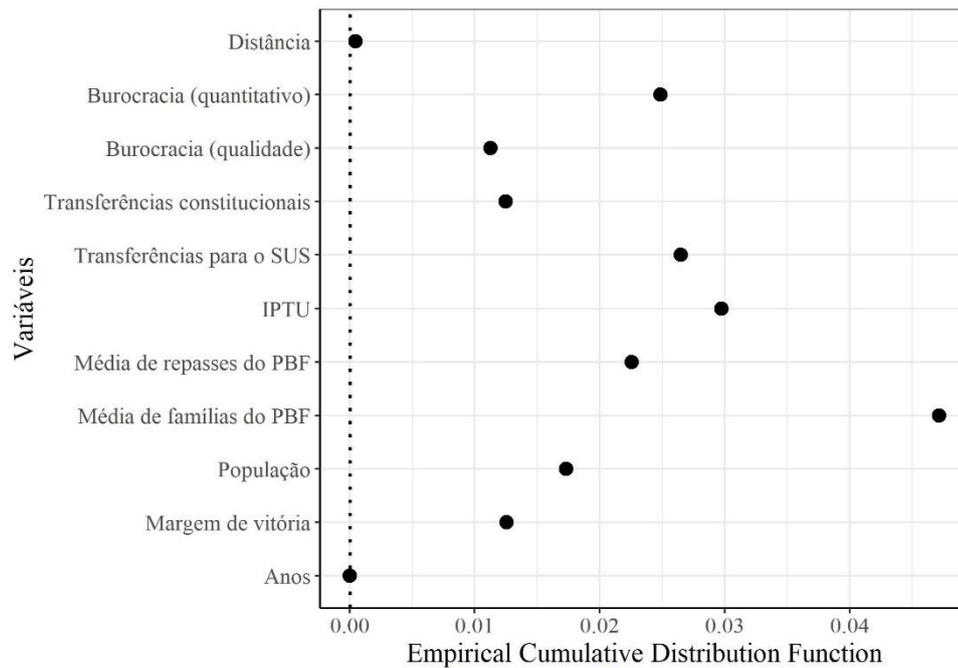
Fonte: elaboração do autor.

Figura 67 – Razão de variância para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Transferências Discricionárias (Saúde)



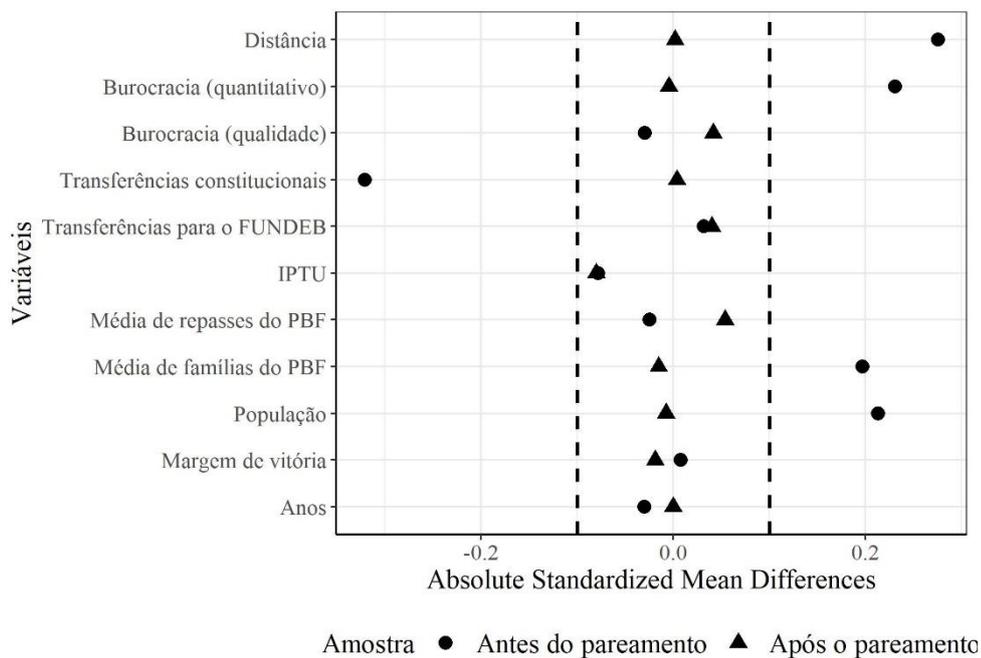
Fonte: elaboração do autor.

Figura 68 – Função de distribuição cumulativa para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Transferências Discricionárias (Saúde)



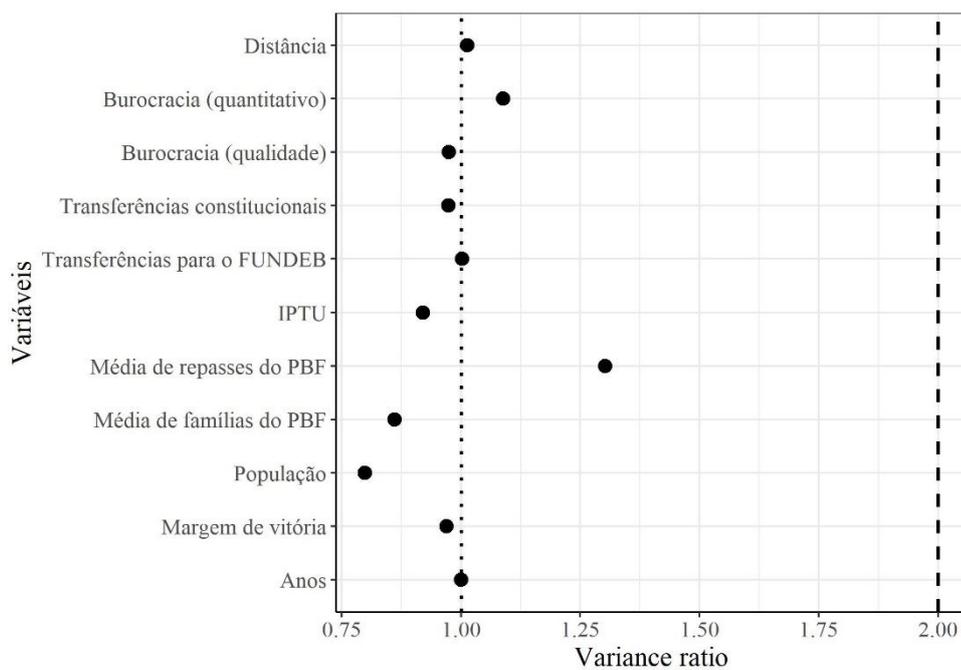
Fonte: elaboração do autor.

Figura 69 – Diferença de médias padronizada para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Transferência Discricionárias (Educação)



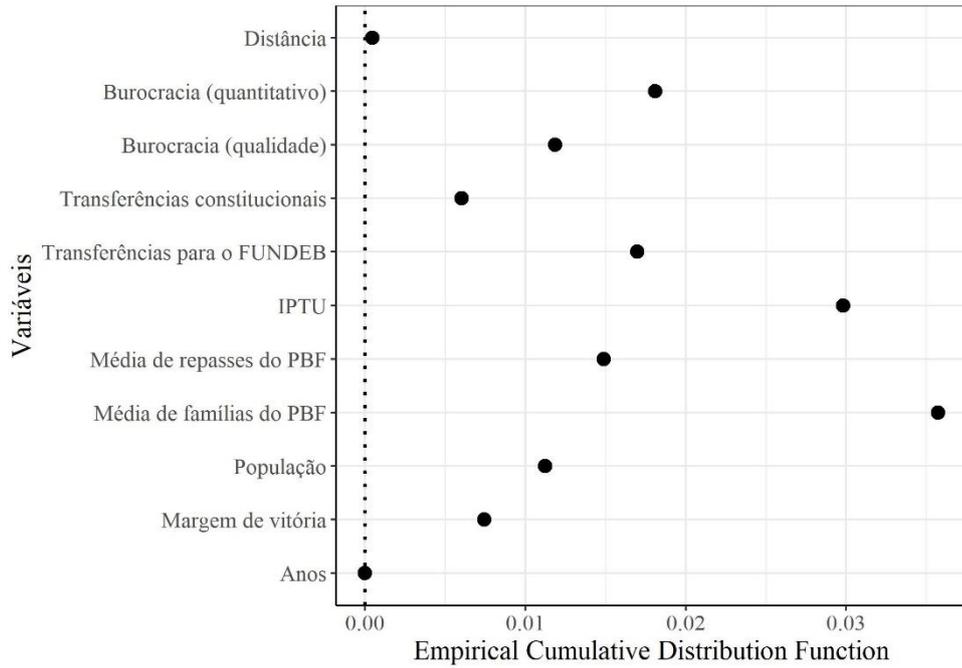
Fonte: elaboração do autor.

Figura 70 – Razão de variância para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Transferências Discricionárias (Educação)



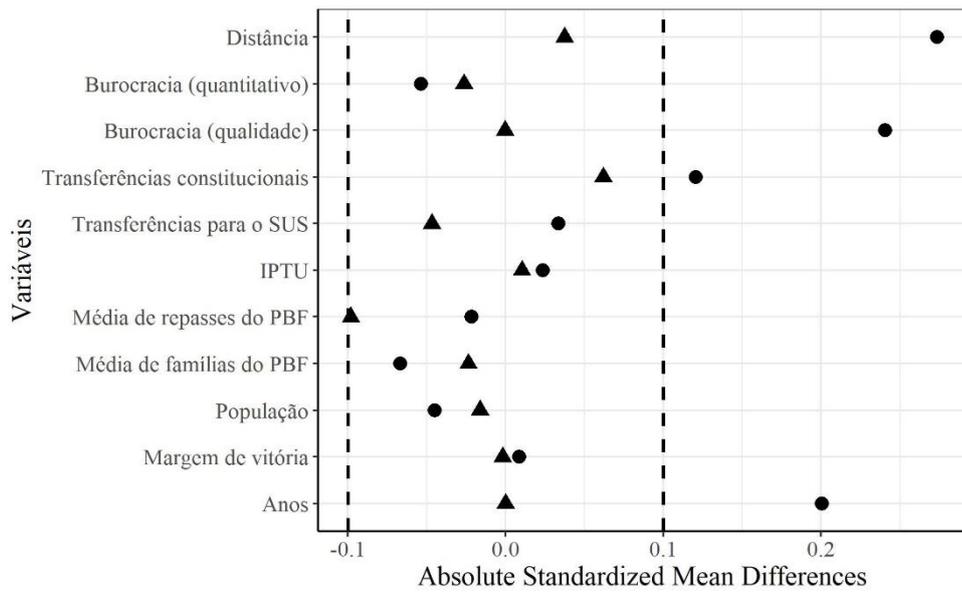
Fonte: elaboração do autor.

Figura 71 – Função de distribuição cumulativa para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Transferências Discricionárias (Educação)



Fonte: elaboração do autor.

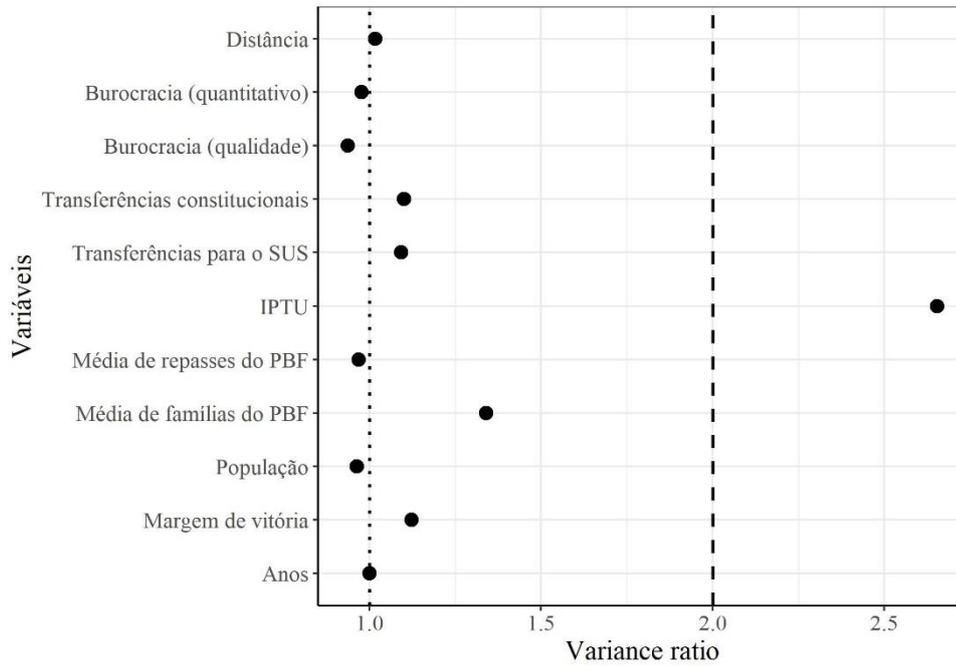
Figura 72 – Diferença de médias padronizada para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Investimento em Saúde



Amostra ● Antes do pareamento ▲ Após o pareamento

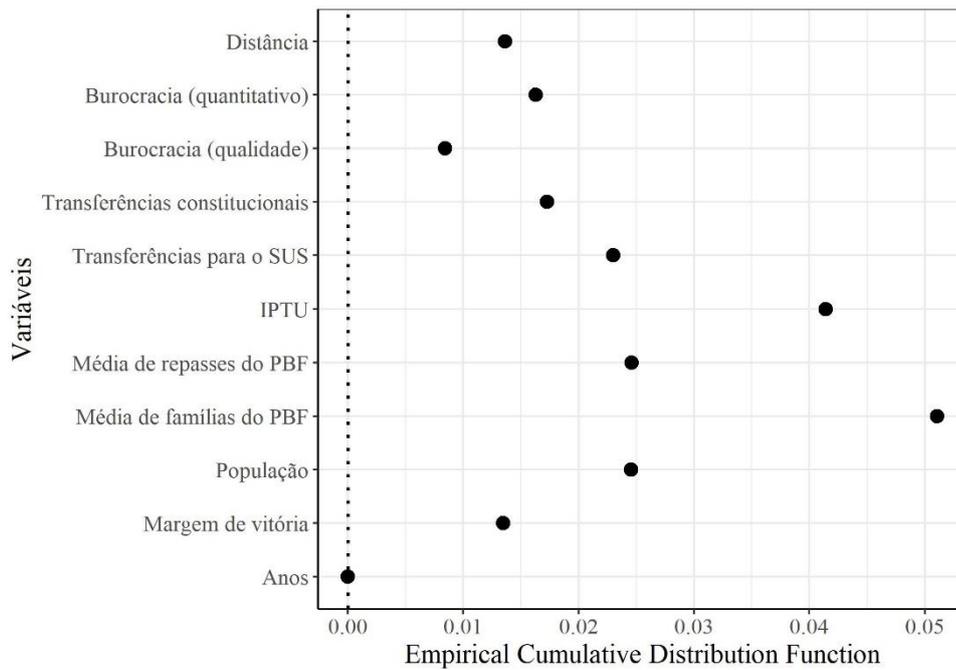
Fonte: elaboração do autor.

Figura 73 – Razão de variância para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Investimento em Saúde



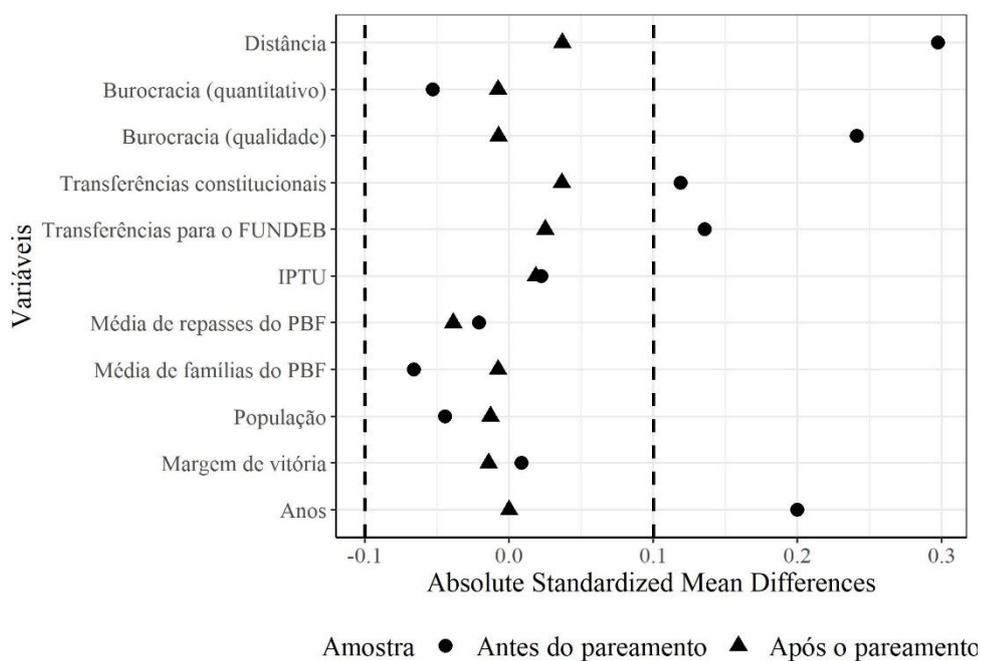
Fonte: elaboração do autor.

Figura 74 – Função de distribuição cumulativa para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Investimento em Saúde



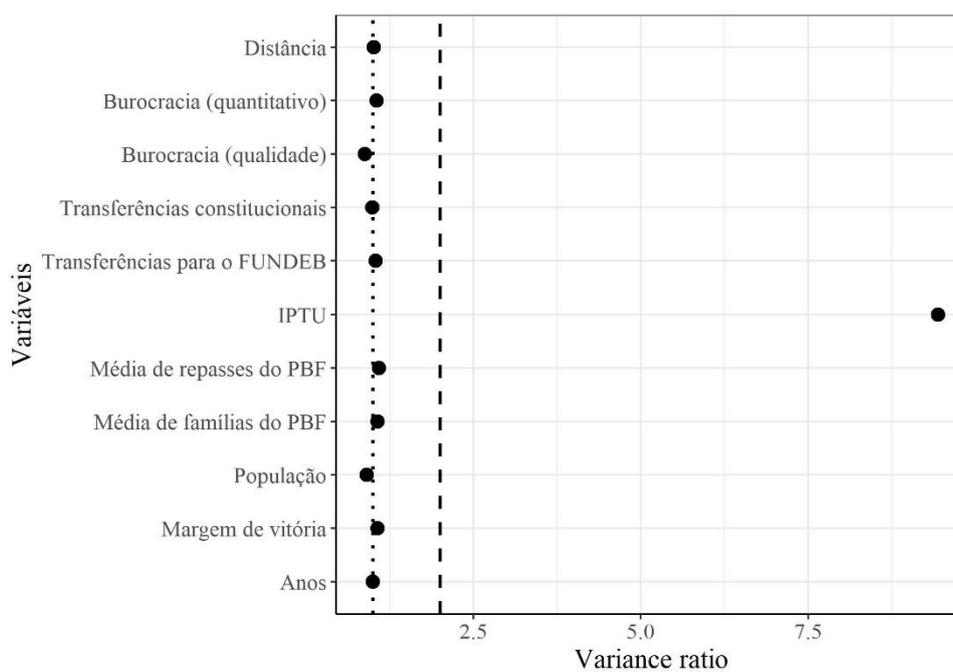
Fonte: elaboração do autor.

Figura 75 – Diferença de médias padronizada para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Investimento em Educação



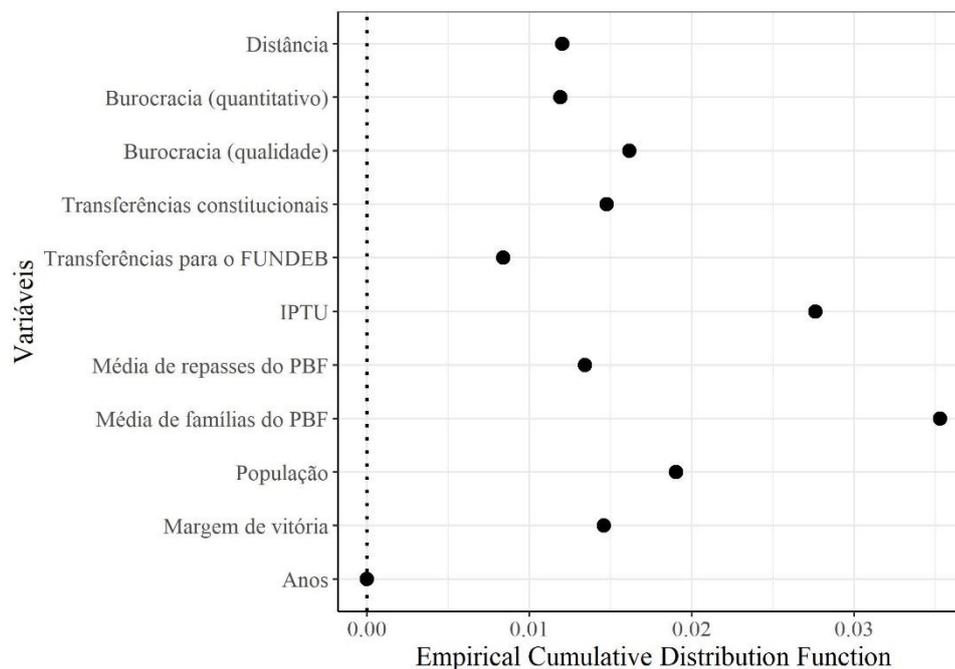
Fonte: elaboração do autor.

Figura 76 – Razão de variância para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Investimento em Educação



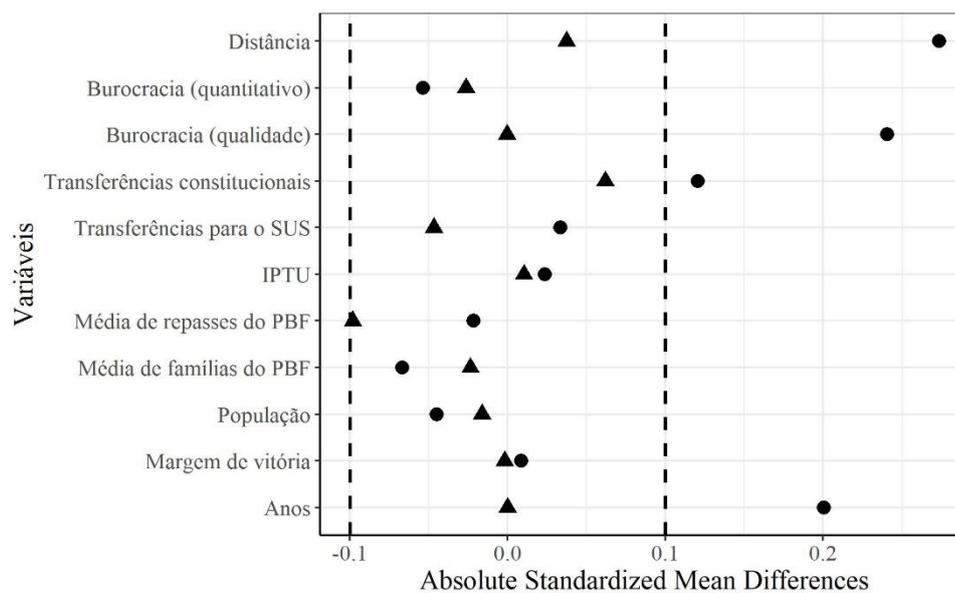
Fonte: elaboração do autor.

Figura 77 – Função de distribuição cumulativa para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Investimento em Educação



Fonte: elaboração do autor.

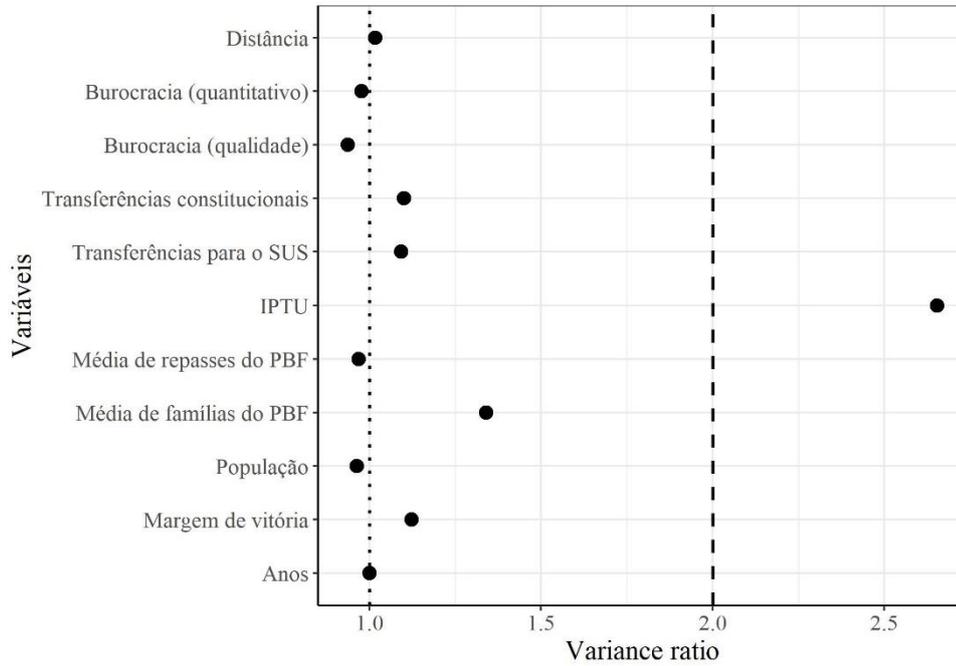
Figura 78 – Diferença de médias padronizada para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Transferências Discricionárias (Saúde)



Amostra ● Antes do pareamento ▲ Após o pareamento

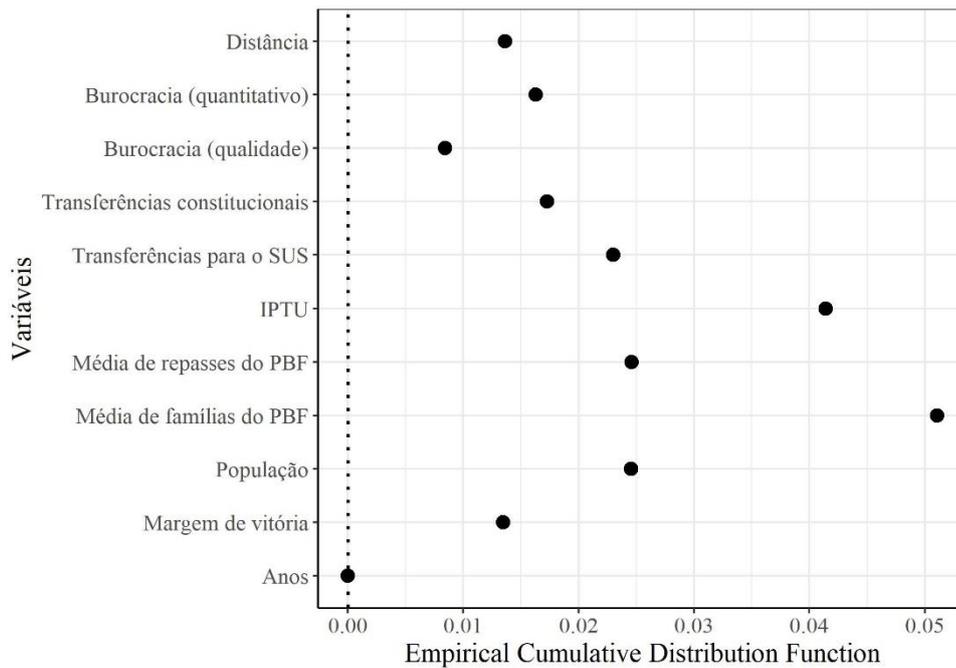
Fonte: elaboração do autor.

Figura 79 – Razão de variância para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Transferências Discricionárias (Saúde)



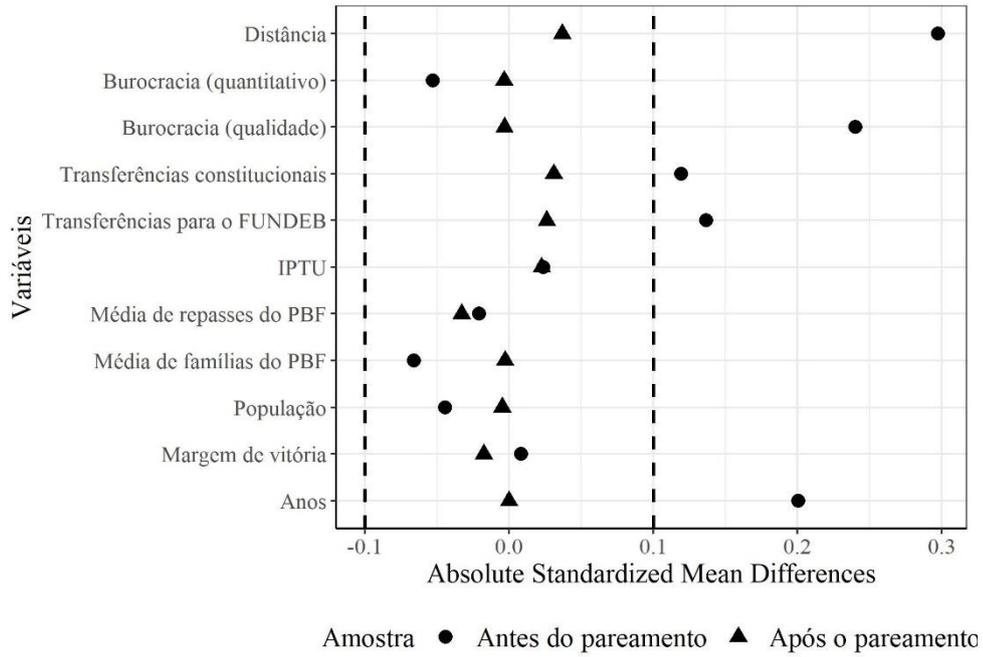
Fonte: elaboração do autor.

Figura 80 – Função de distribuição cumulativa para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Transferências Discricionárias (Saúde)



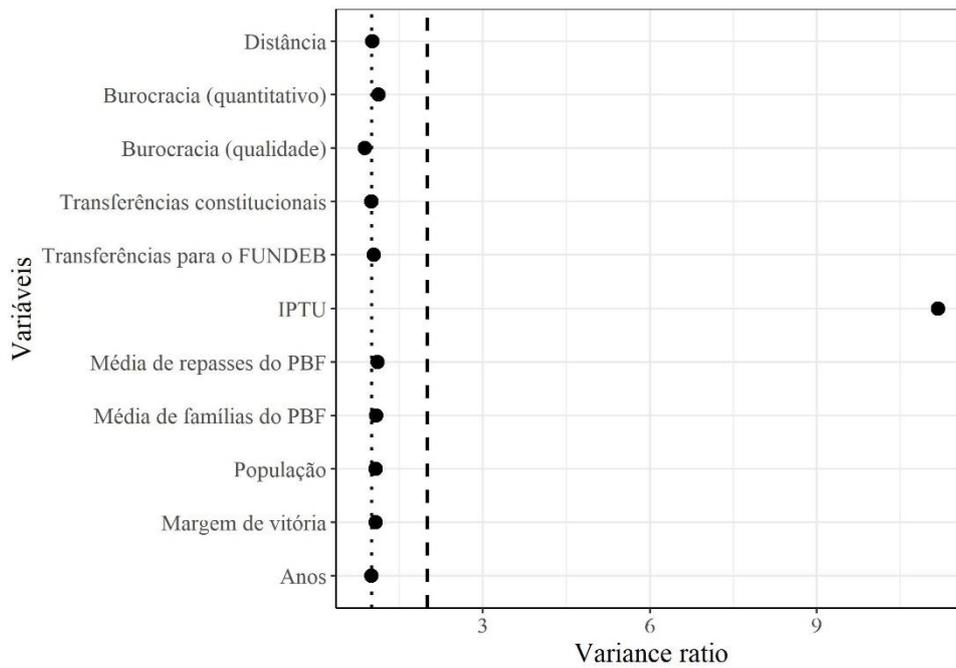
Fonte: elaboração do autor.

Figura 81 – Diferença de médias padronizada para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Transferências Discricionárias (Educação)



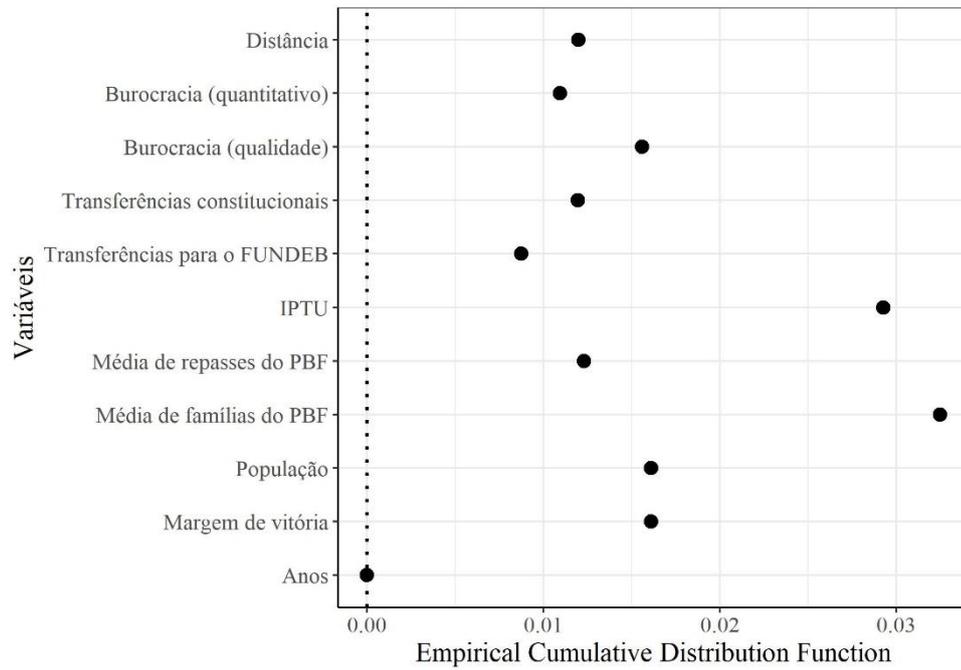
Fonte: elaboração do autor.

Figura 82 – Razão de variância para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Transferências Discricionárias (Educação)



Fonte: elaboração do autor.

Figura 83 – Função de distribuição cumulativa para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Transferências Discricionárias (Educação)



Fonte: elaboração do autor.

A.4 Modelos de regressão *OLS*

Tabela 4 – Regressão *OLS* para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente
Investimento em Saúde

Regressão <i>OLS</i>	
Alinhamento Prefeito-Presidente	
Variável dependente: Investimento em Saúde	
Variável	Coefficiente (erro padrão)
Intercepto	355,37*** (18,18)
Alinhamento Prefeito-Presidente*Anos	-2,60 (0,31)
Alinhamento Prefeito-Presidente	14,53 (10)
Anos	42,76*** (12,10)
Margem de vitória	0,34*** (0,12)
População	0,00*** (0,00)
Transferências constitucionais	0,25*** (0,00)
Transferências para o SUS	0,80*** (0,02)
IPTU	0,21*** (0,02)
Burocracia (quantitativo)	0,01*** (0,00)
Burocracia (qualidade)	-18,87** (9,33)
Média de famílias do PBF	-0,01*** (0,00)
Média de repasses do PBF	-2,43*** (0,11)

N: 2880

Significância: *** = 0,01 / ** = 0,05 / * = 0,1

R²: 0,673

R² ajustado: 0,672

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 5 – Regressão *OLS* para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente
Investimento em Educação

Regressão <i>OLS</i>	
Alinhamento Prefeito-Presidente	
Variável dependente: Investimento em Educação	
Variável	Coefficiente (erro padrão)
Intercepto	12.019,91*** (611,22)
Alinhamento Prefeito-Presidente*Anos	-56,02 (87,71)
Alinhamento Prefeito-Presidente	812,72** (340,19)
Anos	1.259,37*** (76,95)
Margem de vitória	4,73 (4,12)
População	0,031*** (0,00)
Transferências constitucionais	2,25*** (0,14)
Transferências para o FUNDEB	0,03*** (0,00)
IPTU	4,89*** (0,71)
Burocracia (quantitativo)	0,36*** (0,11)
Burocracia (qualidade)	-1.526,51*** (317,36)
Média de famílias do PBF	-0,38*** (0,03)
Média de repasses do PBF	-61,40*** (3,80)

N: 2868

Significância: *** = 0,01 / ** = 0,05 / * = 0,1

R²: 0,358

R² ajustado: 0,356

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 6 – Regressão *OLS* para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente
Transferências Discricionárias (Saúde)

Regressão <i>OLS</i>	
Alinhamento Prefeito-Presidente	
Variável dependente: Transferências Discricionárias (Saúde)	
Variável	Coefficiente (erro padrão)
Intercepto	1,23 (2,81)
Alinhamento Prefeito-Presidente*Anos	-1,27*** (0,40)
Alinhamento Prefeito-Presidente	6,09*** (1,54)
Anos	-1,43*** (0,32)
Margem de vitória	-0,01 (0,02)
População	0,00 (0,00)
Transferências constitucionais	0,01*** (0,00)
Transferências para o SUS	0,01*** (0,00)
IPTU	-0,00 (0,01)
Burocracia (quantitativo)	-0,00 (0,00)
Burocracia (qualidade)	-1,09 (1,44)
Média de famílias do PBF	-0,00 (0,00)
Média de repasses do PBF	0,02 (0,02)

N: 2880

Significância: *** = 0,01 / ** = 0,05 / * = 0,1

R²: 0,046

R² ajustado: 0,042

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 7 – Regressão *OLS* para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente
Transferências Discricionárias (Educação)

Regressão <i>OLS</i>	
Alinhamento Prefeito-Presidente	
Variável dependente: Transferências Discricionárias (Educação)	
Variável	Coefficiente (erro padrão)
Intercepto	9,57 (6,05)
Alinhamento Prefeito-Presidente*Anos	-0,30 (0,88)
Alinhamento Prefeito-Presidente	5,37 (3,41)
Anos	-0,39 (0,78)
Margem de vitória	0,01 (0,04)
População	0,00 (0,00)
Transferências constitucionais	0,01 (0,00)
Transferências para o FUNDEB	-0,00*** (0,00)
IPTU	-0,00 (0,00)
Burocracia (quantitativo)	-0,00* (0,00)
Burocracia (qualidade)	2,97 (3,20)
Média de famílias do PBF	-0,00 (0,04)
Média de repasses do PBF	-0,30 (-0,88)

N: 2874

Significância: *** = 0,01 / ** = 0,05 / * = 0,1

R²: 0,062

R² ajustado: 0,058

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 8 – Regressão *OLS* para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Investimento em Saúde

Regressão <i>OLS</i>	
Alinhamento Prefeito-Coalizão	
Variável dependente: Investimento em Saúde	
Variável	Coefficiente (erro padrão)
Intercepto	310,36*** (9,91)
Alinhamento Prefeito-Coalizão*Anos	-1,53 (1,28)
Alinhamento Prefeito-Coalizão	10,97** (5,34)
Anos	37,87*** (1,06)
Margem de vitória	0,41*** (0,07)
População	0,00** (0,00)
Transferências constitucionais	0,26*** (0,00)
Transferências para o SUS	0,76*** (0,02)
IPTU	0,05*** (0,00)
Burocracia (quantitativo)	0,02*** (0,00)
Burocracia (qualidade)	-18,65*** (5,77)
Média de famílias do PBF	-0,02*** (0,06)
Média de repasses do PBF	-2,02*** (0,06)

N: 16204

Significância: *** = 0,01 / ** = 0,05 / * = 0,1

R²: 0,660

R² ajustado: 0,660

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 9 – Regressão *OLS* para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Investimento em Educação

Regressão <i>OLS</i>	
Alinhamento Prefeito-Coalizão	
Variável dependente: Investimento em Educação	
Variável	Coefficiente (erro padrão)
Intercepto	11.101,07*** (606,88)
Alinhamento Prefeito-Coalizão*Anos	-51,96 (78,23)
Alinhamento Prefeito-Coalizão	389,71 (0,24)
Anos	935,84*** (69,21)
Margem de vitória	10,67*** (4,07)
População	0,04*** (0,00)
Transferências constitucionais	2,44*** (0,11)
Transferências para o FUNDEB	0,05*** (0,00)
IPTU	0,21 (0,19)
Burocracia (quantitativo)	-0,62*** (0,15)
Burocracia (qualidade)	-1.658,85*** (350,41)
Média de famílias do PBF	-0,48*** (0,04)
Média de repasses do PBF	-55,55*** (3,68)

N: 16054

Significância: *** = 0,01 / ** = 0,05 / * = 0,1

R²: 0,112

R² ajustado: 0,112

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 10 – Regressão *OLS* para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente
Transferências Discricionárias (Saúde)

Regressão <i>OLS</i>	
Alinhamento Prefeito-Coalizão	
Variável dependente: Transferências Discricionárias (Saúde)	
Variável	Coefficiente (erro padrão)
Intercepto	2,60*** (0,98)
Alinhamento Prefeito-Coalizão*Anos	-0,41*** (0,13)
Alinhamento Prefeito-Coalizão	2,42*** (0,53)
Anos	-1,45*** (0,10)
Margem de vitória	0,02*** (0,01)
População	0,00 (0,00)
Transferências constitucionais	0,00*** (0,00)
Transferências para o SUS	0,01*** (0,00)
IPTU	0,00*** (0,00)
Burocracia (quantitativo)	-0,00** (0,00)
Burocracia (qualidade)	0,79 (0,57)
Média de famílias do PBF	0,01** (0,00)
Média de repasses do PBF	-0,41*** (0,13)

N: 16204

Significância: *** = 0,01 / ** = 0,05 / * = 0,1

R²: 0,041

R² ajustado: 0,040

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 11 – Regressão *OLS* para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente
Transferências Discricionárias (Educação)

Regressão <i>OLS</i>	
Alinhamento Prefeito-Coalizão	
Variável dependente: Transferências Discricionárias (Educação)	
Variável	Coefficiente (erro padrão)
Intercepto	22,23*** (2,67)
Alinhamento Prefeito-Coalizão*Anos	-0,02 (0,35)
Alinhamento Prefeito-Coalizão	1,86 (1,46)
Anos	-0,53* (0,31)
Margem de vitória	0,00 (0,02)
População	0,00*** (0,00)
Transferências constitucionais	0,01*** (0,00)
Transferências para o FUNDEB	-0,00*** (0,00)
IPTU	-0,00 (0,00)
Burocracia (quantitativo)	-0,00*** (0,00)
Burocracia (qualidade)	1,07 (1,55)
Média de famílias do PBF	-0,00 (0,00)
Média de repasses do PBF	-0,04*** (0,02)

N: 16142

Significância: *** = 0,01 / ** = 0,05 / * = 0,1

R²: 0,046

R² ajustado: 0,045

Fonte: elaboração do autor.

APÊNDICE B - MATERIAL SUPLEMENTAR DO CAPÍTULO 5

Aqui, sigo os mesmos procedimentos apresentados no Apêndice A, porém relacionados aos modelos empregados no capítulo 5 desta tese. A disposição dos testes segue a mesma ordem que a seção anterior. A tabela 12 apresenta estatísticas descritivas. As figuras 84 a 94 dizem respeito às regressões descontínuas, enquanto as figuras 95 a 106, ao *Propensity Score Matching*. As tabelas 13 a 16 são informações dos modelos de regressão *OLS*. Detalhes metodológicos podem ser encontrados no início do Apêndice A.

B.1 Estatísticas descritivas

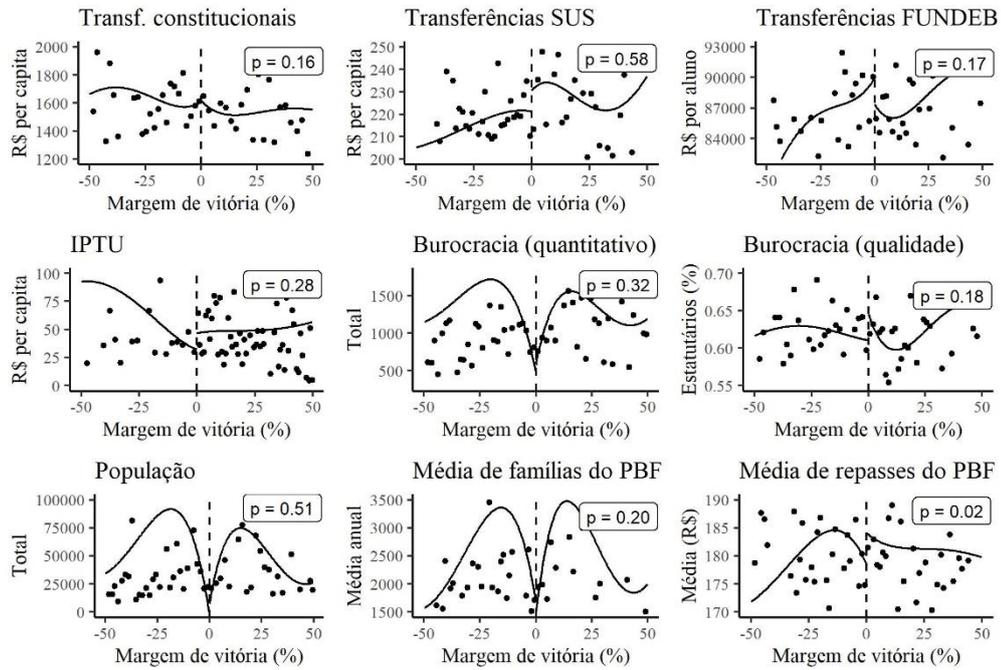
Tabela 12 – Estatísticas descritivas das variáveis

Variável	Mínimo	Média	Máximo	Desvio padrão
Margem de vitória	0	18,47	100	21,62
População	786	35.251,56	12.176.866	207.218,7
Transferências constitucionais	197,41	1.610,11	38.663,64	903,43
Transferências para o FUNDEB	668,53	83.086,24	681.477,4	37.027,78
Transferências para o SUS	20,7	217,92	1.987,44	110,94
IPTU	0	66,53	95.879,57	1.003,31
Burocracia (quantitativo)	0	1.033,01	145.483	2.946,65
Burocracia (qualidade)	0	0,62	1	0,25
Média de famílias do PBF	1	2.351,25	490.938,6	7.937,33
Média de repasses do PBF	58,42	178,16	449,8	39,81
Cobertura da atenção básica	0	88,52	100	20,27
Alunos por professor	0,33	27,25	2218	73,31

Fonte: elaboração do autor.

B.2 Falsificação dos desenhos de regressão descontínua

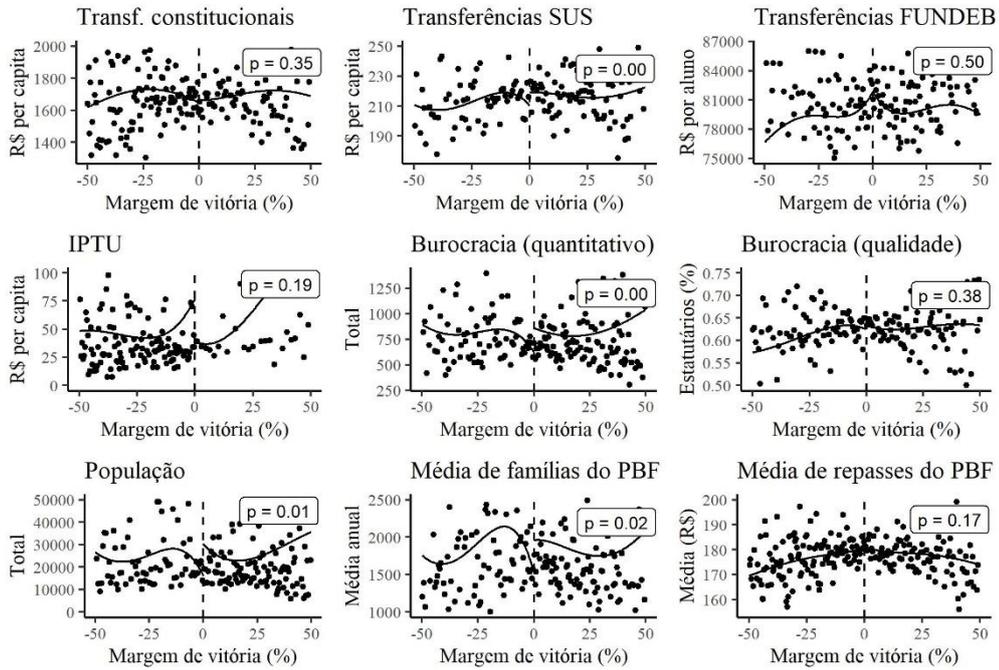
Figura 84 – Distribuição das covariáveis ao redor do ponto de corte para as amostras Prefeito-Presidente



Fonte: elaboração do autor.

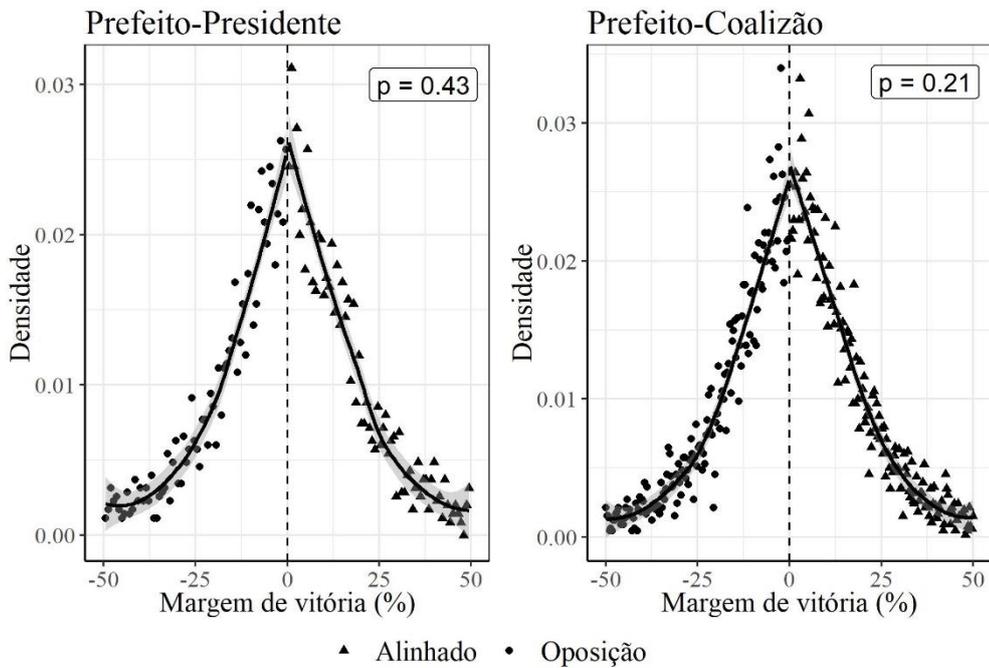
Figura 85 - Distribuição das covariáveis ao redor do ponto de corte para as amostras

Prefeito-Coalizão



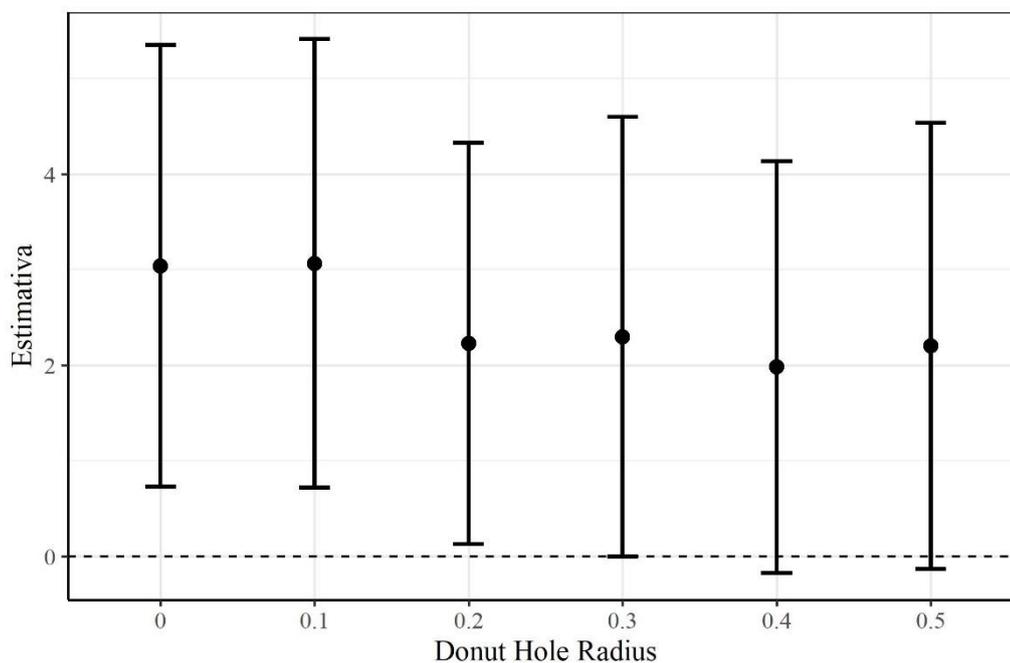
Fonte: elaboração do autor.

Figura 86 – Densidade da *running variable* e teste de McCrary



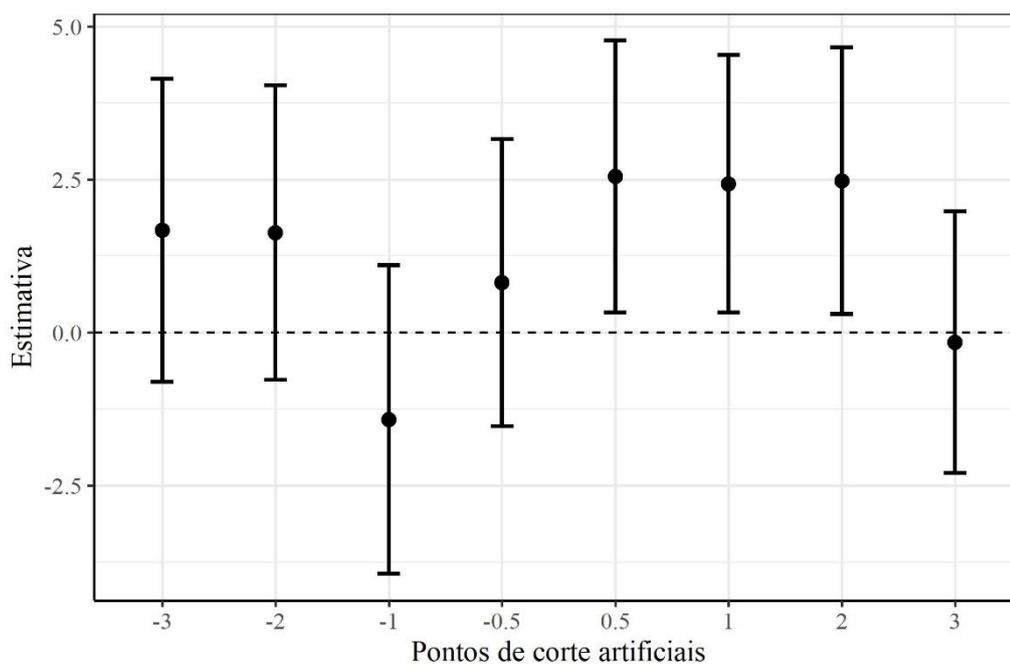
Fonte: elaboração do autor.

Figura 87 – Teste de sensibilidade a observações para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Cobertura da Atenção Básica



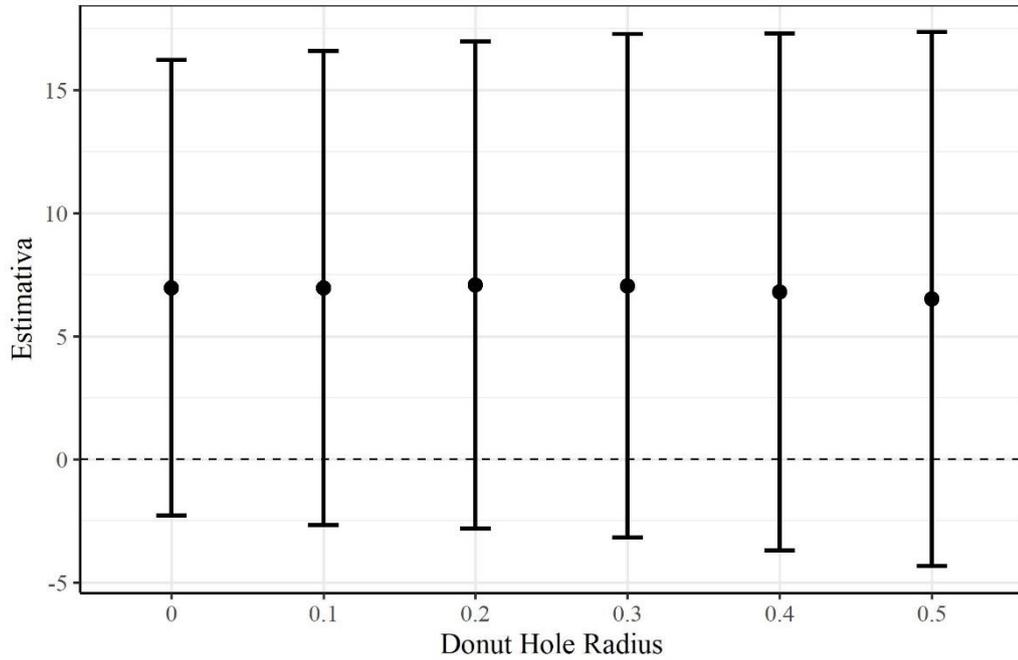
Fonte: elaboração do autor.

Figura 88 - Teste de efeito placebo para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Cobertura da Atenção Básica



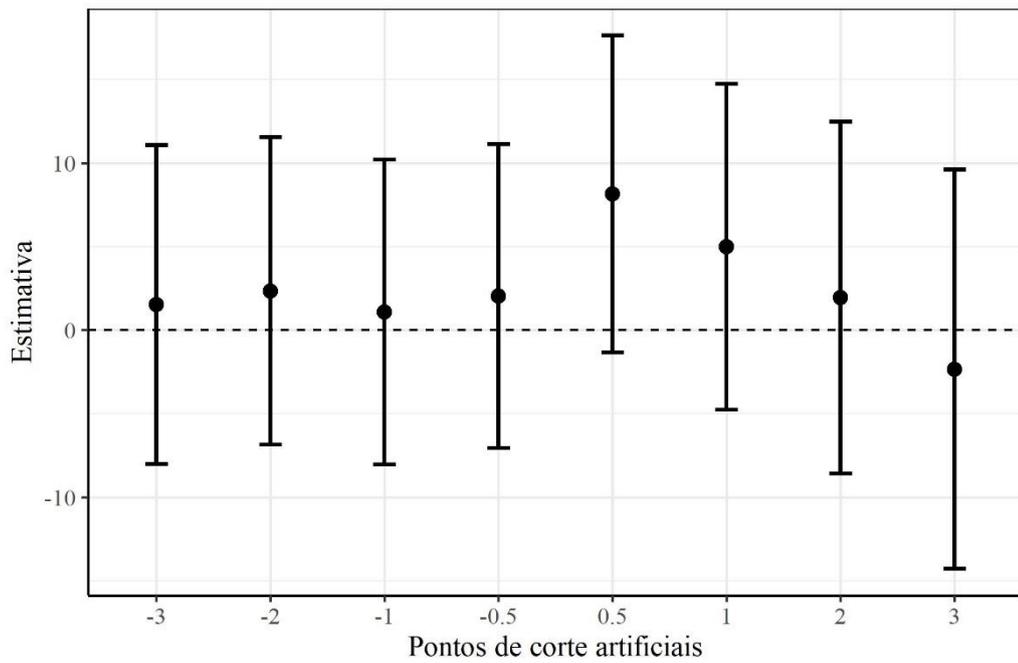
Fonte: elaboração do autor.

Figura 89 – Teste de sensibilidade a observações para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Alunos por Professor



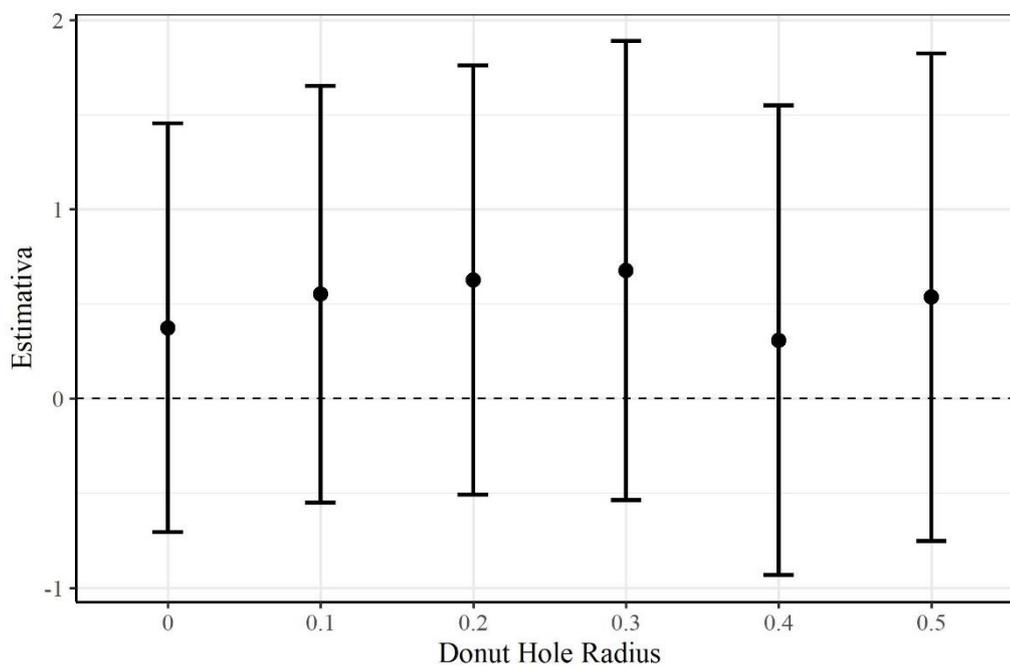
Fonte: elaboração do autor.

Figura 90 - Teste de efeito placebo para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Alunos por Professor



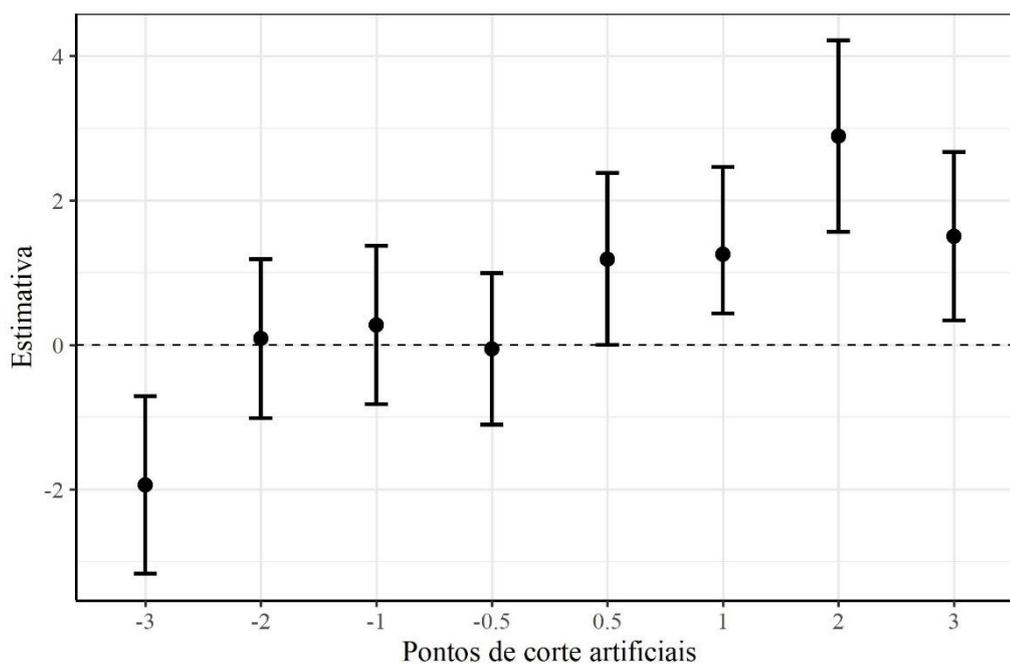
Fonte: elaboração do autor.

Figura 91 – Teste de sensibilidade a observações para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Cobertura da Atenção Básica



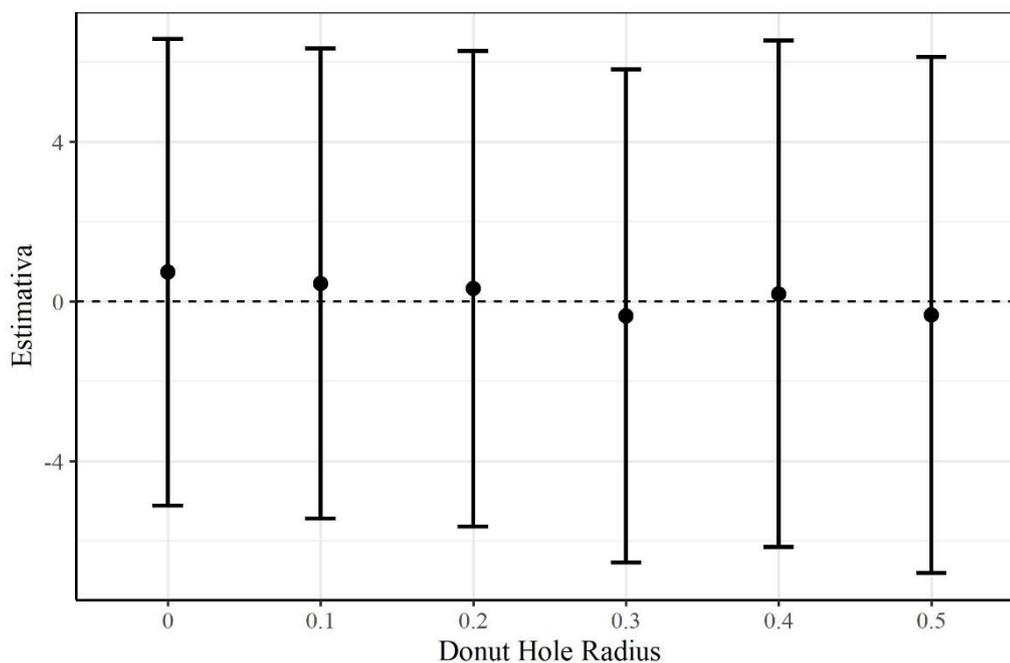
Fonte: elaboração do autor.

Figura 92 - Teste de efeito placebo para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Cobertura da Atenção Básica



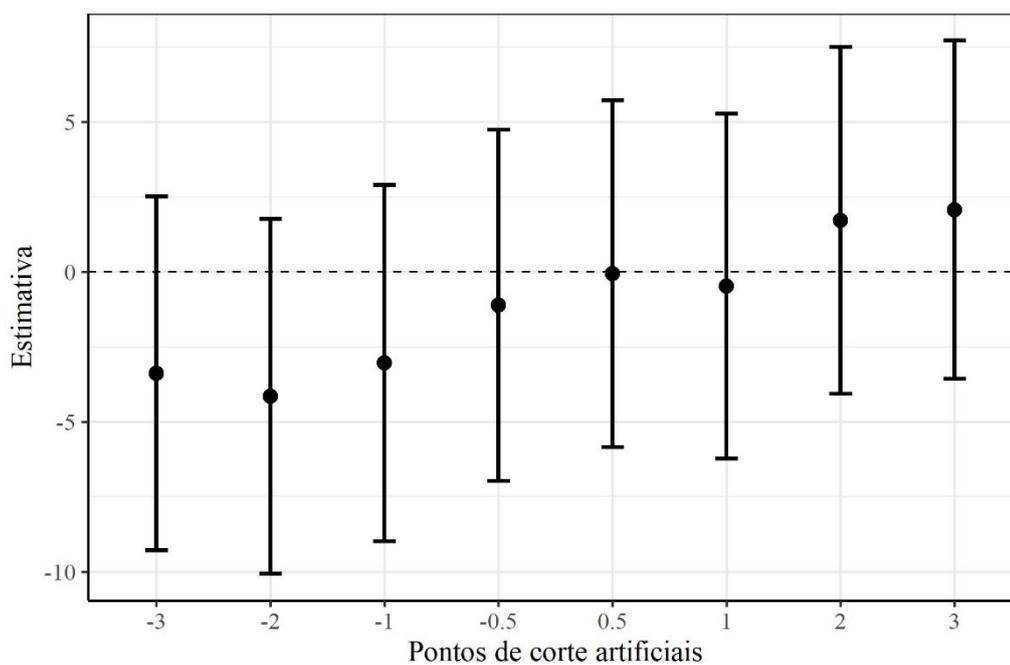
Fonte: elaboração do autor.

Figura 93 – Teste de sensibilidade a observações para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Alunos por Professor



Fonte: elaboração do autor.

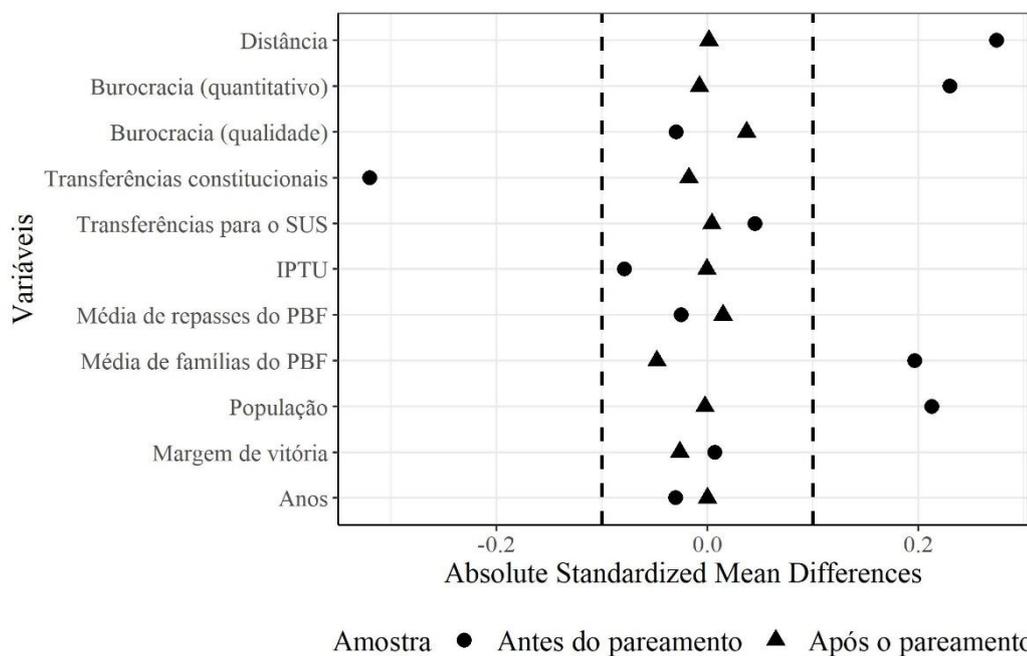
Figura 94 - Teste de efeito placebo para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Alunos por Professor



Fonte: elaboração do autor.

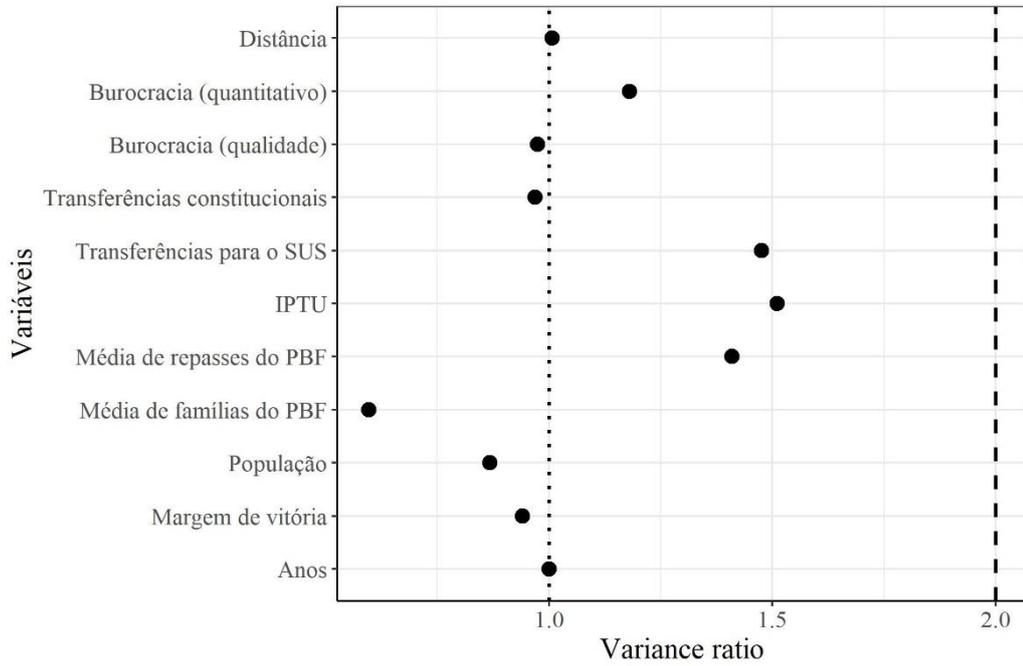
B.3 Balanceamento das covariáveis utilizadas no PSM

Figura 95 – Diferença de médias padronizada para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Cobertura da Atenção Básica



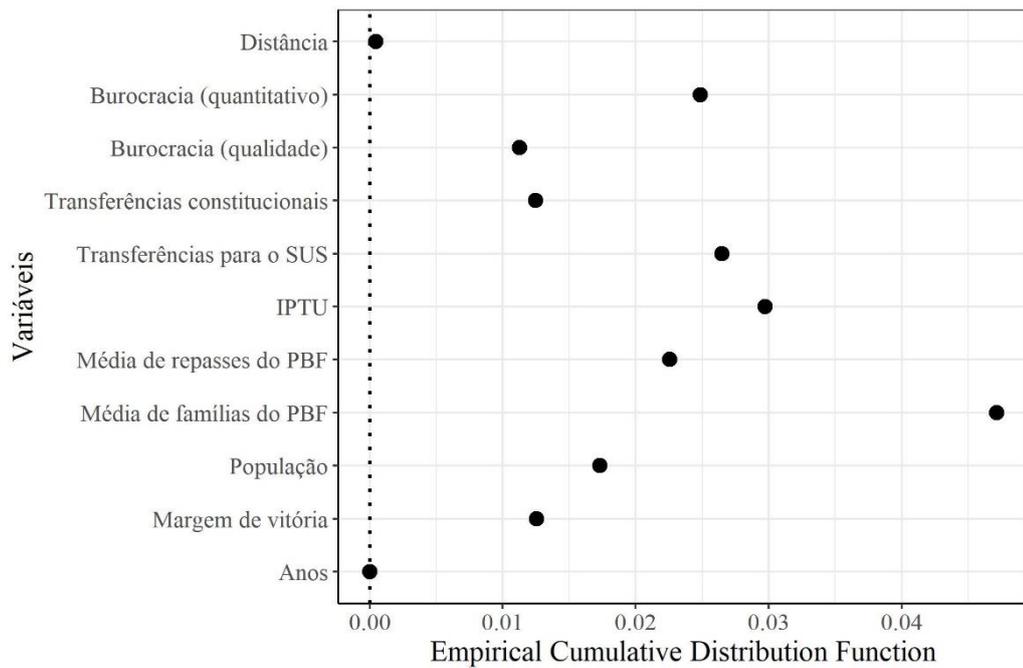
Fonte: elaboração do autor.

Figura 96 – Razão de variância para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Cobertura da Atenção Básica



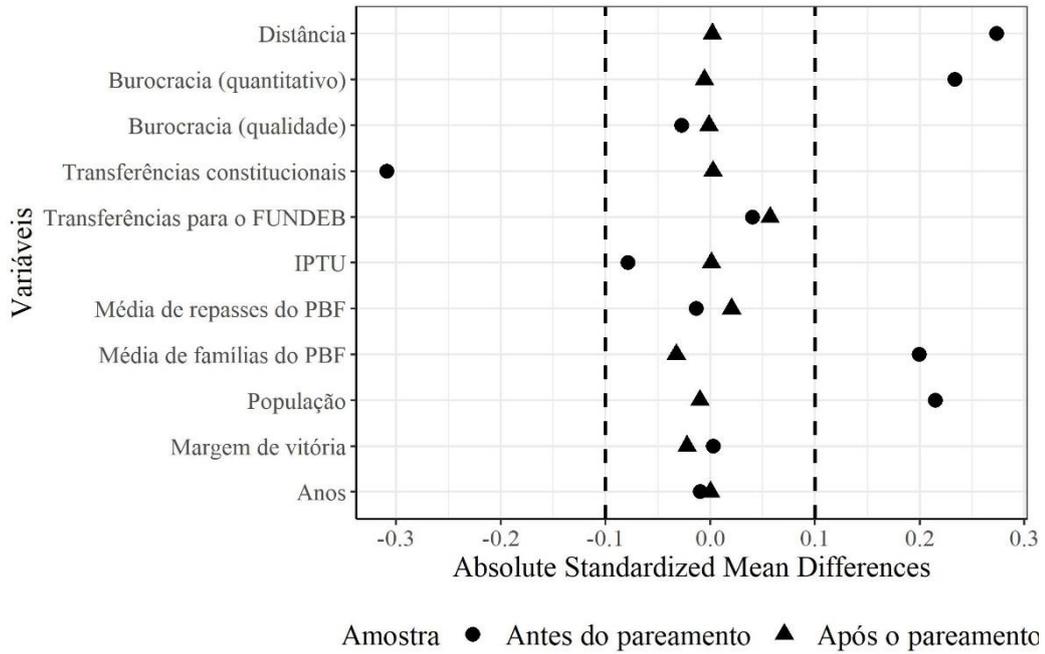
Fonte: elaboração do autor.

Figura 97 – Função de distribuição cumulativa para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Cobertura da Atenção Básica



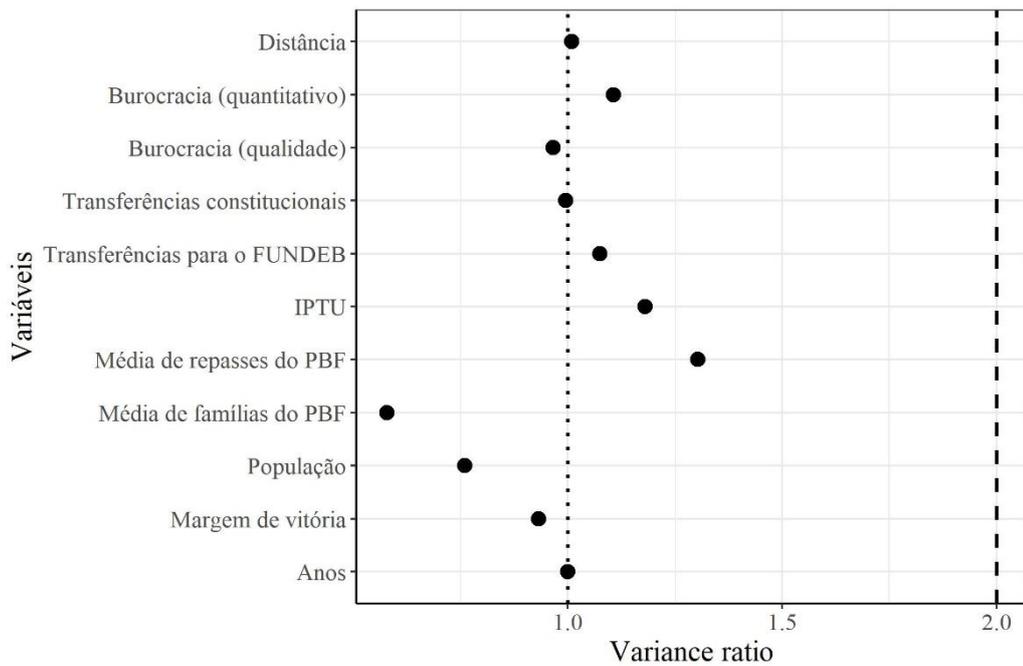
Fonte: elaboração do autor.

Figura 98 – Diferença de médias padronizada para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Alunos por Professor



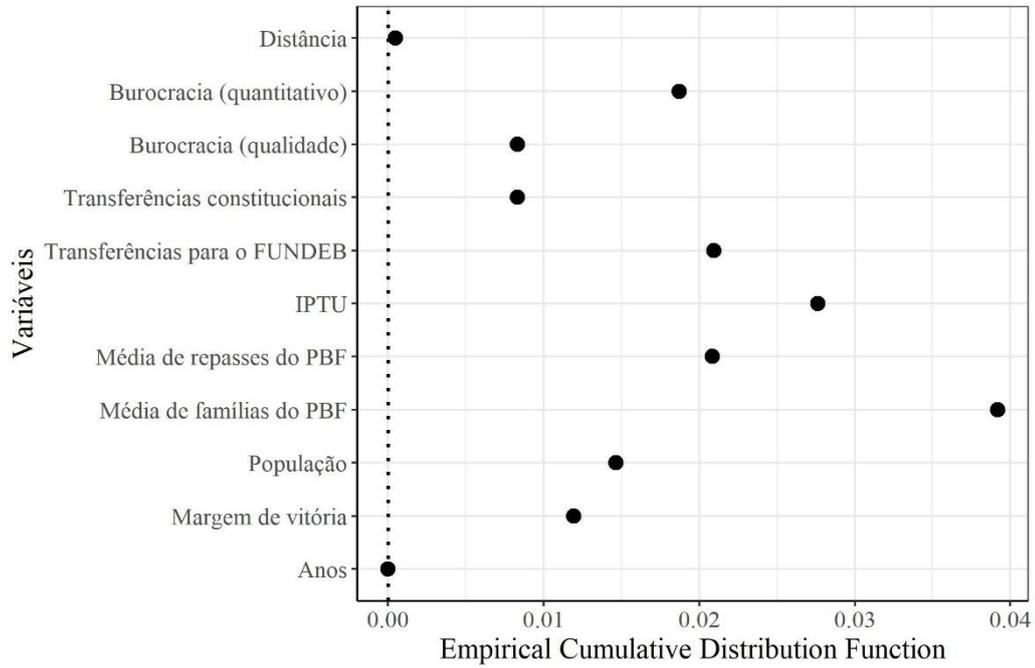
Fonte: elaboração do autor.

Figura 99 – Razão de variância para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Alunos por Professor



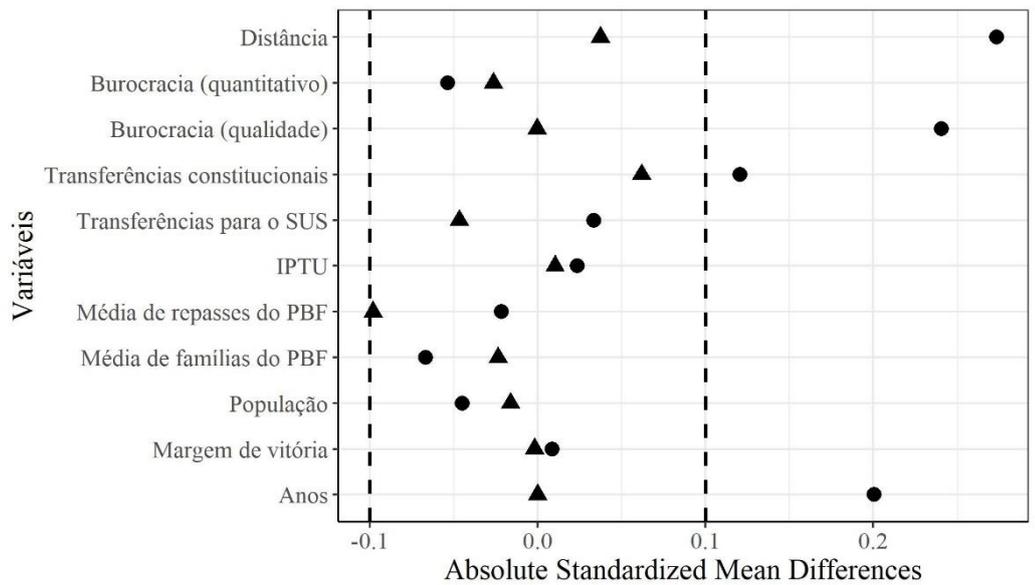
Fonte: elaboração do autor.

Figura 100 – Função de distribuição cumulativa para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Alunos por Professor



Fonte: elaboração do autor.

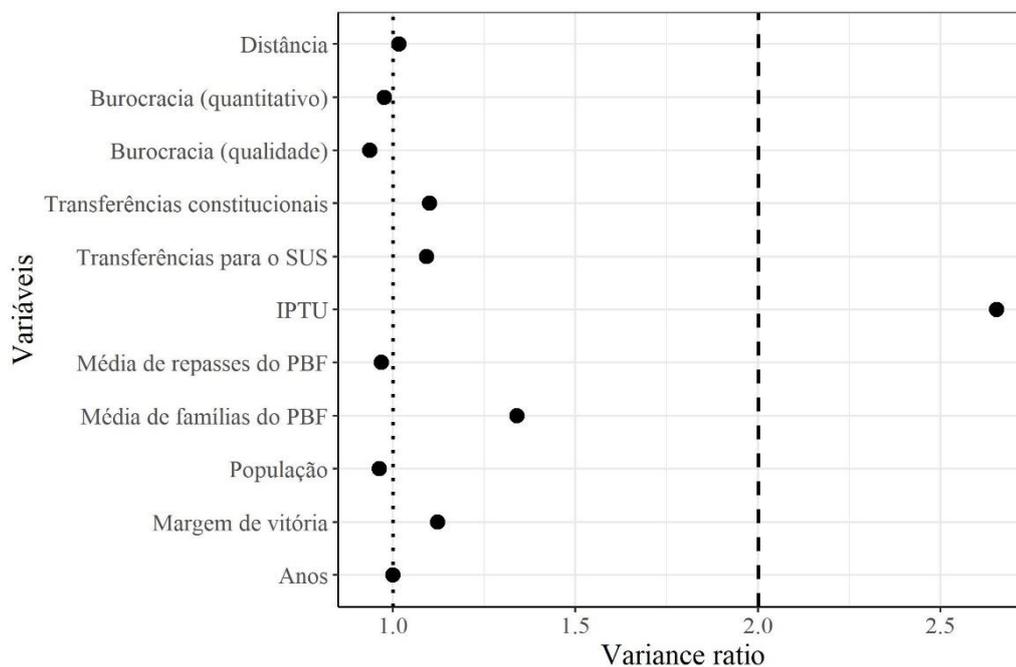
Figura 101 – Diferença de médias padronizada para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Cobertura da Atenção Básica



Amostra ● Antes do pareamento ▲ Após o pareamento

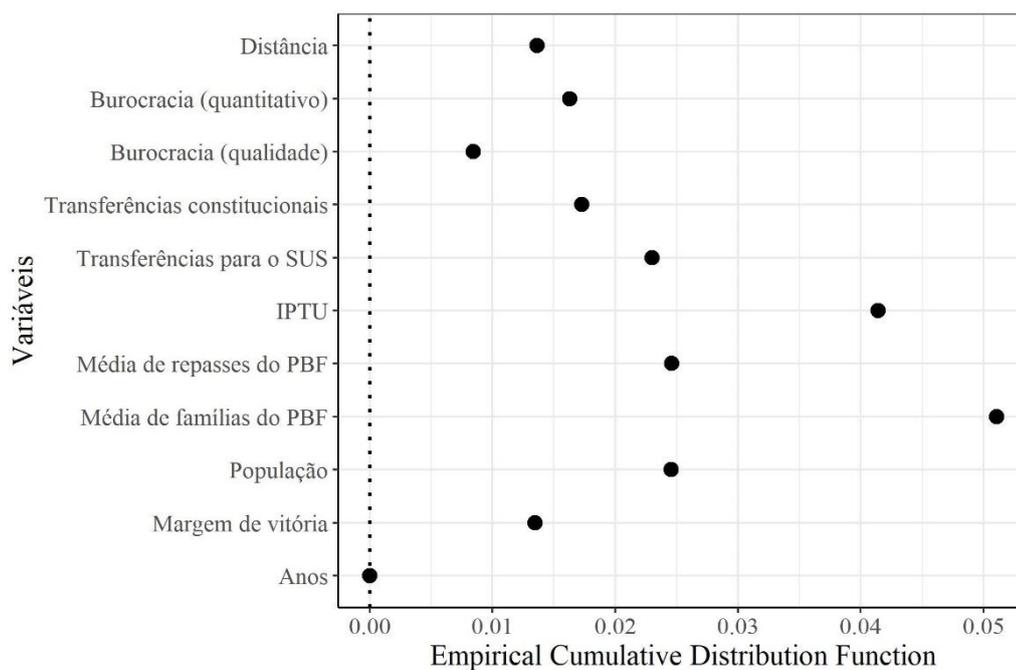
Fonte: elaboração do autor.

Figura 102 – Razão de variância para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Cobertura da Atenção Básica



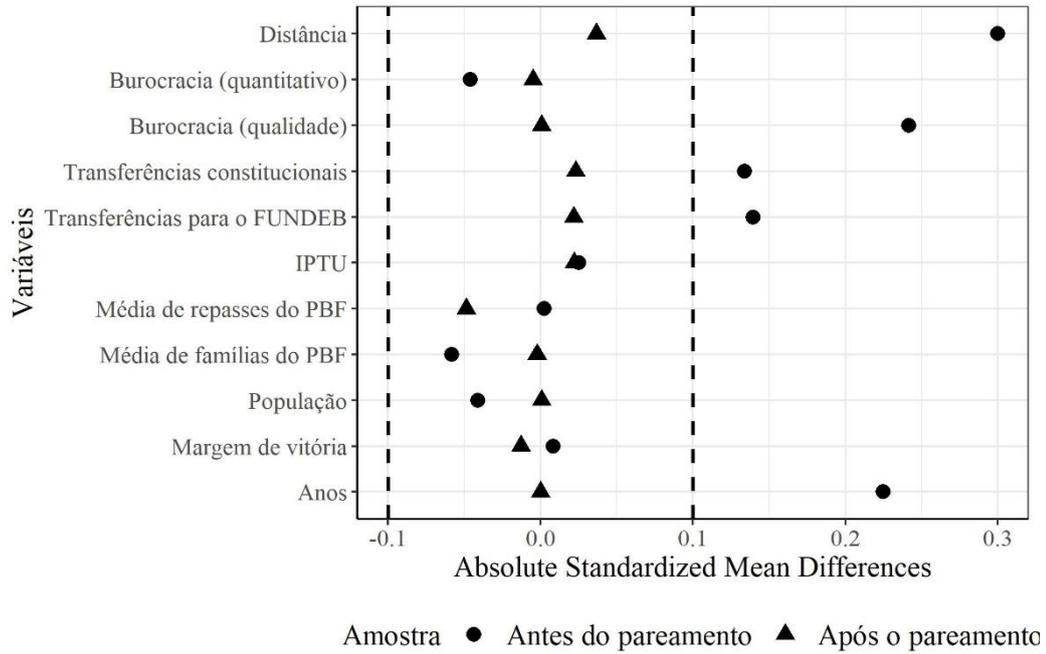
Fonte: elaboração do autor.

Figura 103 – Função de distribuição cumulativa para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Cobertura da Atenção Básica



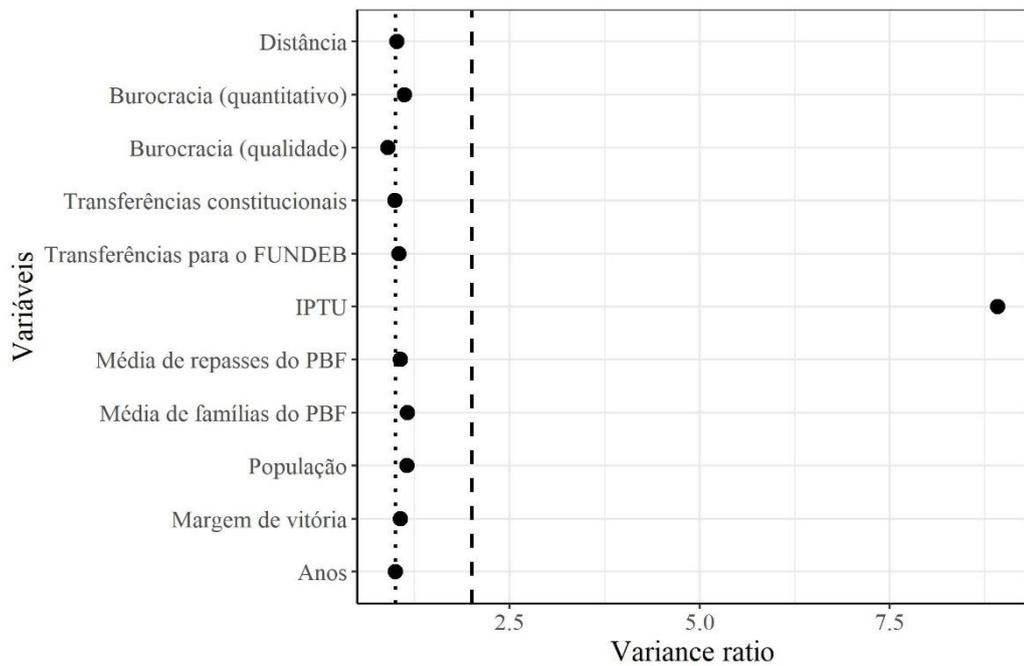
Fonte: elaboração do autor.

Figura 104 – Diferença de médias padronizada para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Alunos por Professor



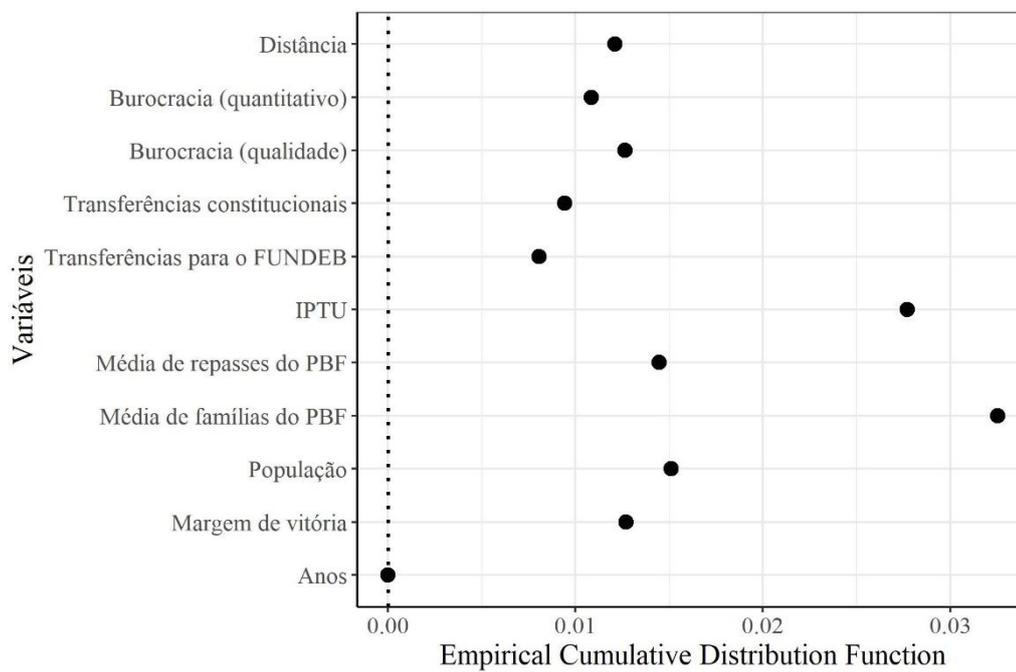
Fonte: elaboração do autor.

Figura 105 – Razão de variância para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Alunos por Professor



Fonte: elaboração do autor.

Figura 106 – Função de distribuição cumulativa para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Alunos por Professor



Fonte: elaboração do autor.

B.4 Modelos de regressão *OLS*

Tabela 13 – Regressão *OLS* para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Cobertura da Atenção Básica

Regressão <i>OLS</i>	
Alinhamento Prefeito-Presidente	
Variável dependente: Cobertura da Atenção Básica	
Variável	Coefficiente (erro padrão)
Intercepto	62,50*** (2,60)
Alinhamento Prefeito-Presidente*Anos	0,48 (0,37)
Alinhamento Prefeito-Presidente	-1,42 (1,43)
Anos	0,13 (0,30)
Margem de vitória	-0,05*** (0,02)
População	-0,00** (0,00)
Transferências constitucionais	0,00*** (0,00)
Transferências para o SUS	0,07*** (0,00)
IPTU	-0,01* (0,00)
Burocracia (quantitativo)	-0,00*** (0,00)
Burocracia (qualidade)	8,39*** (1,33)
Média de famílias do PBF	0,00** (0,00)
Média de repasses do PBF	0,01 (0,01)

N: 2880

Significância: *** = 0,01 / ** = 0,05 / * = 0,1

R²: 0,296

R² ajustado: 0,293

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 14 – Regressão *OLS* para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Alunos por Professor

Regressão <i>OLS</i>	
Alinhamento Prefeito-Presidente	
Variável dependente: Alunos por Professor	
Variável	Coefficiente (erro padrão)
Intercepto	152,07*** (8,96)
Alinhamento Prefeito-Presidente*Anos	-0,25 (1,28)
Alinhamento Prefeito-Presidente	5,06 (5,03)
Anos	19,69*** (1,13)
Margem de vitória	0,08 (0,06)
População	0,00*** (0,00)
Transferências constitucionais	-0,00 (0,00)
Transferências para o FUNDEB	-0,00*** (0,00)
IPTU	0,03** (0,01)
Burocracia (quantitativo)	-0,00*** (0,00)
Burocracia (qualidade)	-12,82*** (4,68)
Média de famílias do PBF	-0,00** (0,00)
Média de repasses do PBF	-0,19*** (0,05)

N: 2738

Significância: *** = 0,01 / ** = 0,05 / * = 0,1

R²: 0,46

R² ajustado: 0,457

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 15 – Regressão *OLS* para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Cobertura da Atenção Básica

Regressão <i>OLS</i>	
Alinhamento Prefeito-Coalizão	
Variável dependente: Cobertura da Atenção Básica	
Variável	Coefficiente (erro padrão)
Intercepto	64,11*** (1,05)
Alinhamento Prefeito-Coalizão*Anos	-0,14 (0,13)
Alinhamento Prefeito-Coalizão	0,71 (0,56)
Anos	-0,31*** (0,11)
Margem de vitória	-0,01 (0,01)
População	-0,00 (0,01)
Transferências constitucionais	0,00*** (0,00)
Transferências para o SUS	0,09*** (0,00)
IPTU	-0,00** (0,00)
Burocracia (quantitativo)	-0,00*** (0,00)
Burocracia (qualidade)	4,53*** (0,61)
Média de famílias do PBF	-0,00 (0,09)
Média de repasses do PBF	-0,01** (0,01)

N: 16204

Significância: *** = 0,01 / ** = 0,05 / * = 0,1

R²: 0,226

R² ajustado: 0,226

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 16 – Regressão *OLS* para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Alunos por Professor

Regressão <i>OLS</i>	
Alinhamento Prefeito-Coalizão	
Variável dependente: Alunos por Professor	
Variável	Coefficiente (erro padrão)
Intercepto	148,41*** (3,51)
Alinhamento Prefeito-Coalizão*Anos	0,86* (0,45)
Alinhamento Prefeito-Coalizão	-5,80*** (1,91)
Anos	15,54*** (0,40)
Margem de vitória	0,10*** (0,02)
População	0,00*** (0,00)
Transferências constitucionais	-0,00*** (0,00)
Transferências para o FUNDEB	-0,00*** (0,00)
IPTU	0,00** (0,00)
Burocracia (quantitativo)	-0,00*** (0,00)
Burocracia (qualidade)	-14,28*** (2,03)
Média de famílias do PBF	-0,00*** (0,00)
Média de repasses do PBF	-0,14*** (0,02)

N: 15314

Significância: *** = 0,01 / ** = 0,05 / * = 0,1

R²: 0,433

R² ajustado: 0,432

Fonte: elaboração do autor.

APÊNDICE C - MATERIAL SUPLEMENTAR DO CAPÍTULO 6

Nesta seção, sigo os mesmos procedimentos apresentados nos apêndices A e B, porém relacionados aos modelos empregados no capítulo 6 desta tese. A disposição dos testes segue a mesma ordem que as seções anteriores. A tabela 17 apresenta estatísticas descritivas. As figuras 107 a 117 dizem respeito às regressões descontínuas, enquanto as figuras 118 a 129, ao *Propensity Score Matching*. As tabelas 18 a 21 são informações dos modelos de regressão *OLS*. Detalhes metodológicos podem ser encontrados no início do Apêndice A.

C.1 Estatísticas descritivas

Tabela 17 – Estatísticas descritivas das variáveis

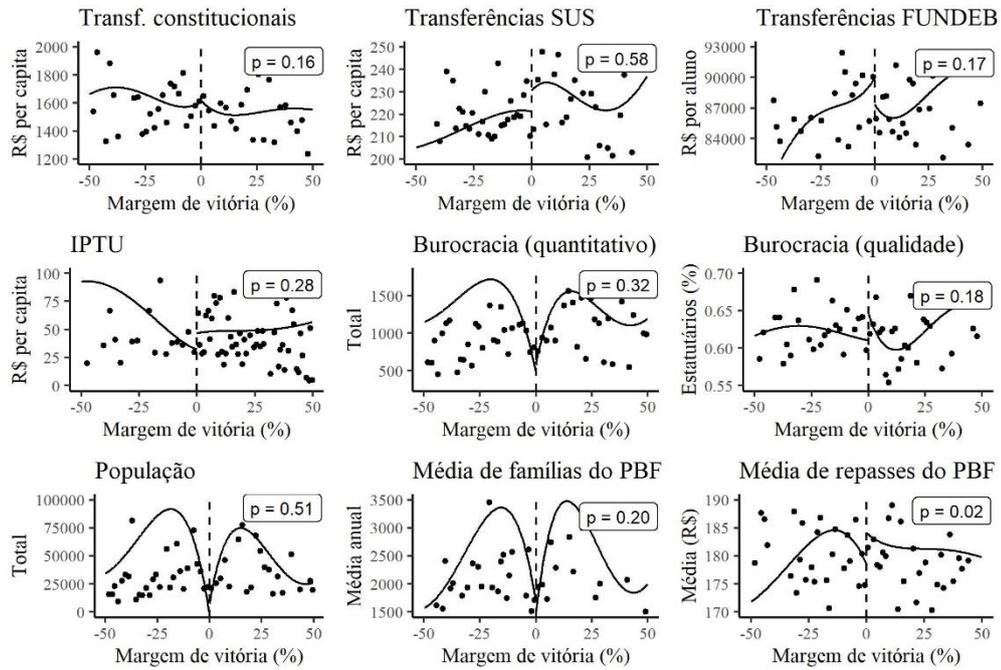
Variável	Mínimo	Média	Máximo	Desvio padrão
Margem de vitória	0	18,47	100	21,62
População	786	35.251,56	12.176.866	207.218,7
Transferências constitucionais	197,41	1.610,11	38.663,64	903,43
Transferências para o FUNDEB	668,53	83.086,24	681.477,4	37.027,78
Transferências para o SUS	20,7	217,92	1.987,44	110,94
IPTU	0	66,53	95.879,57	1.003,31
Burocracia (quantitativo)	0	1.033,01	145.483	2.946,65
Burocracia (qualidade)	0	0,62	1	0,25
Média de famílias do PBF	1	2.351,25	490.938,6	7.937,33
Média de repasses do PBF	58,42	178,16	449,8	39,81
Taxa de mortalidade infantil	1,28	18,22	333,33	18,76
Taxa de rendimento escolar	39,1	88,91	100	8,38

Fonte: elaboração do autor.

C.2 Falsificação dos desenhos de regressão descontínua

Figura 107 – Distribuição das covariáveis ao redor do ponto de corte para as amostras

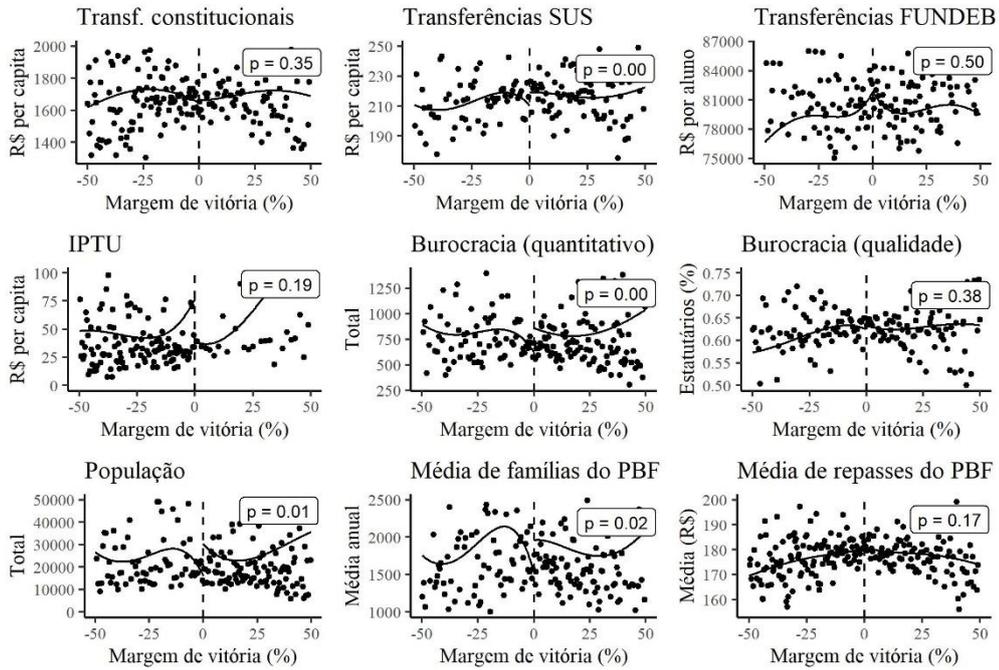
Prefeito-Presidente



Fonte: elaboração do autor.

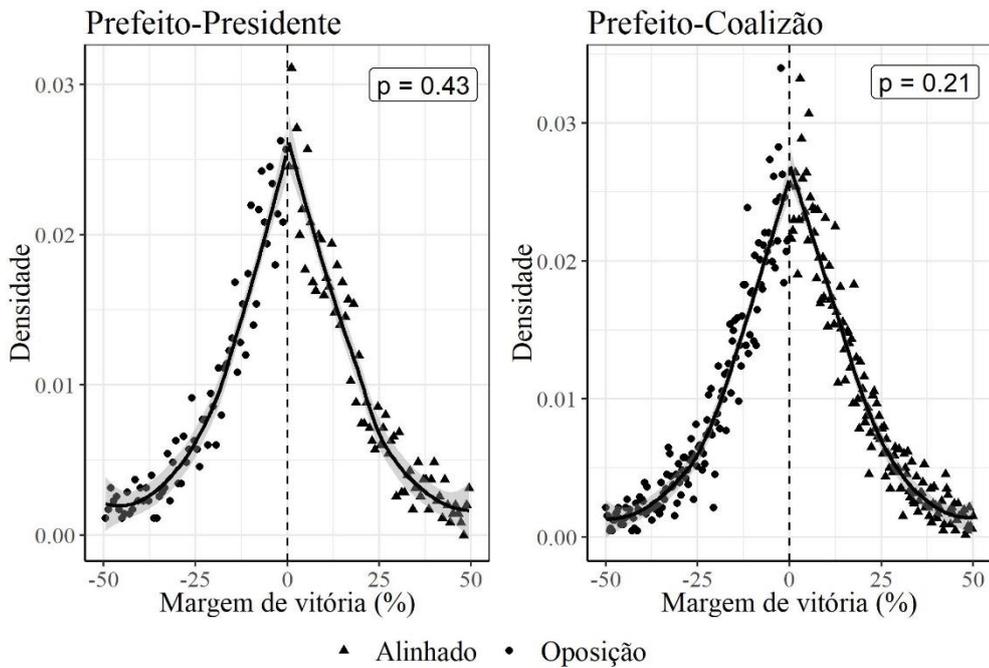
Figura 108 - Distribuição das covariáveis ao redor do ponto de corte para as amostras

Prefeito-Coalizão



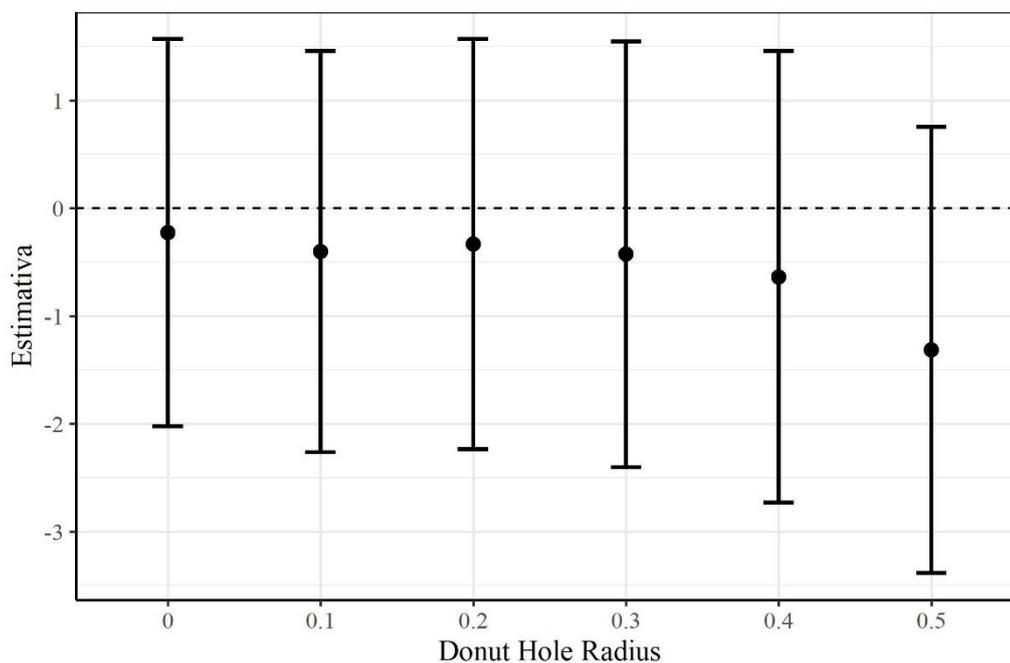
Fonte: elaboração do autor.

Figura 109 – Densidade da *running variable* e teste de McCrary



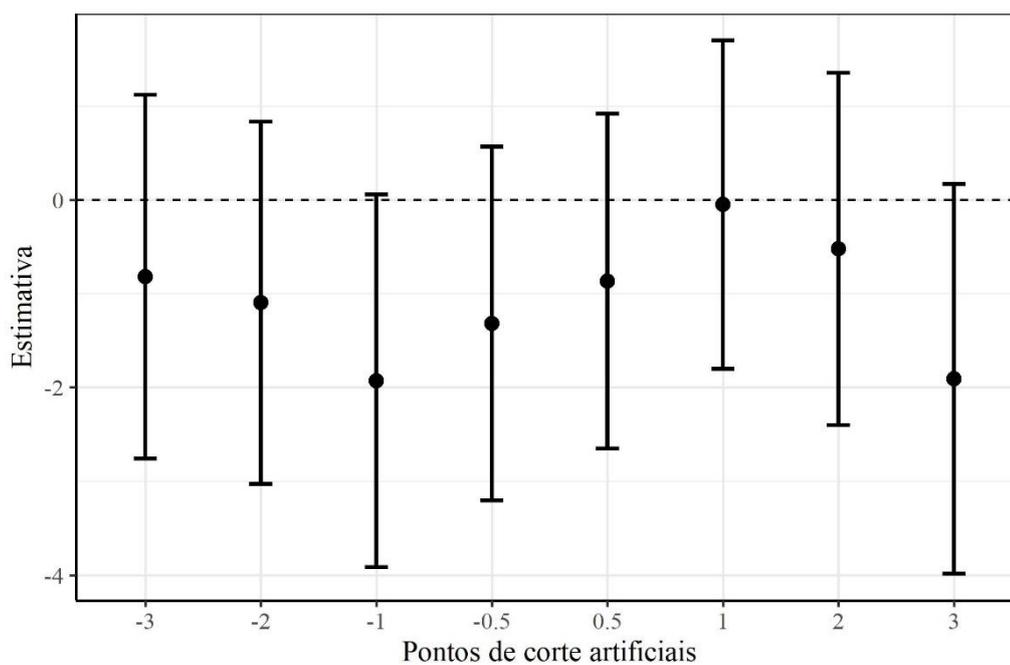
Fonte: elaboração do autor.

Figura 110 – Teste de sensibilidade a observações para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Taxa de Mortalidade Infantil



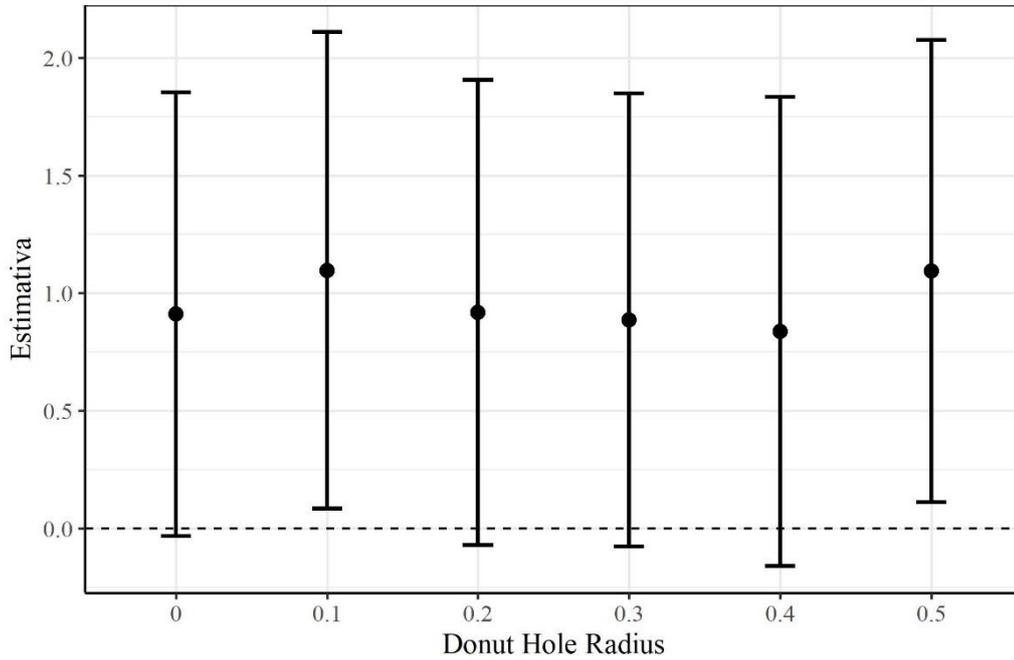
Fonte: elaboração do autor.

Figura 111 - Teste de efeito placebo para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Taxa de Mortalidade Infantil



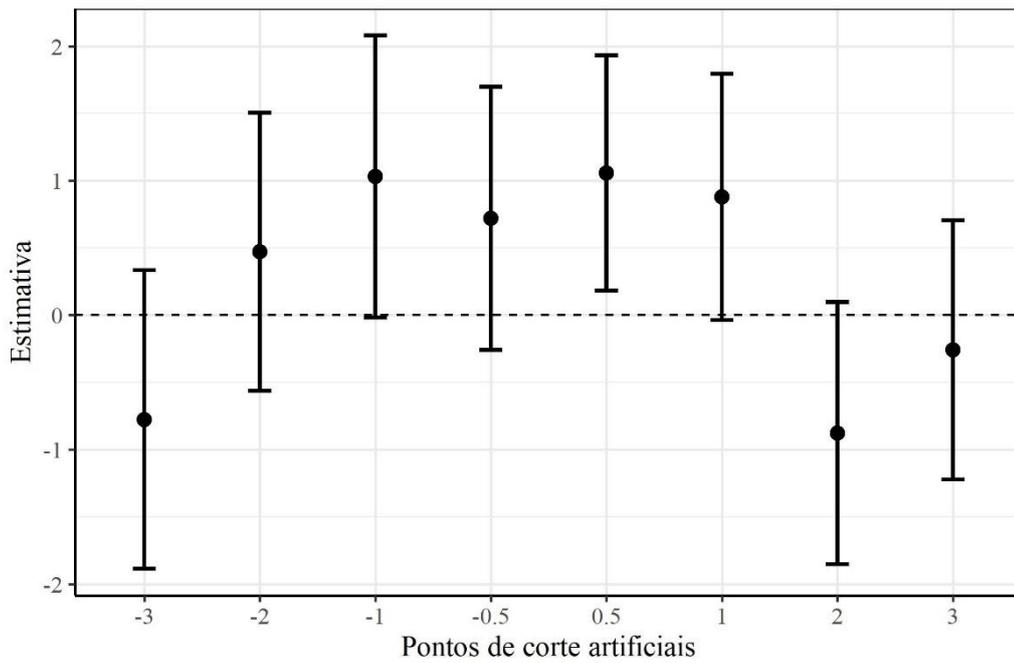
Fonte: elaboração do autor.

Figura 112 – Teste de sensibilidade a observações para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Taxa de Rendimento Escolar



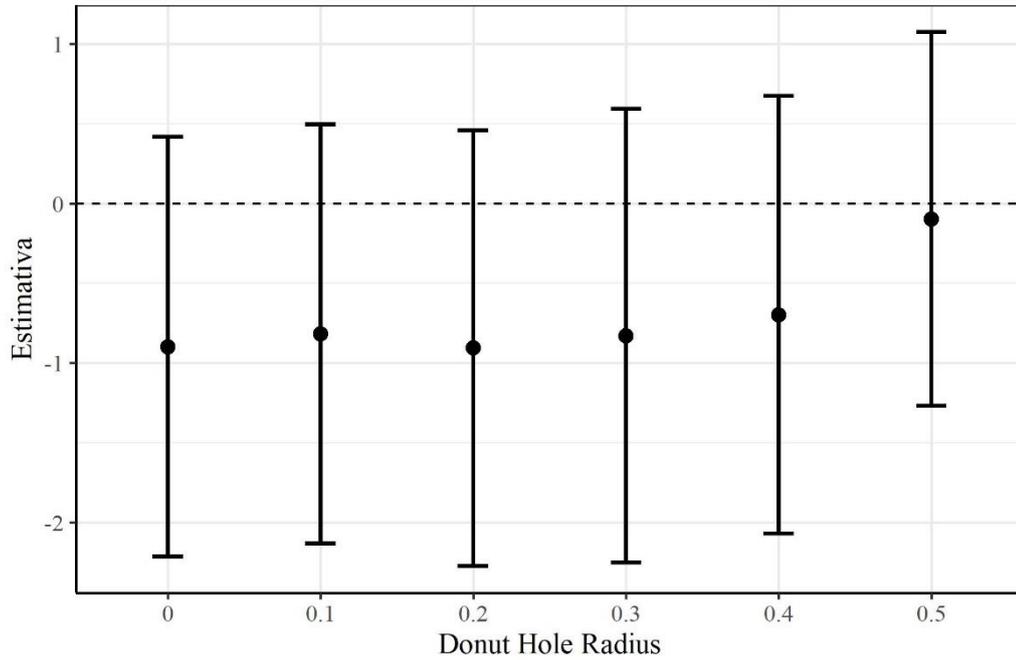
Fonte: elaboração do autor.

Figura 113 - Teste de efeito placebo para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Taxa de Rendimento Escolar



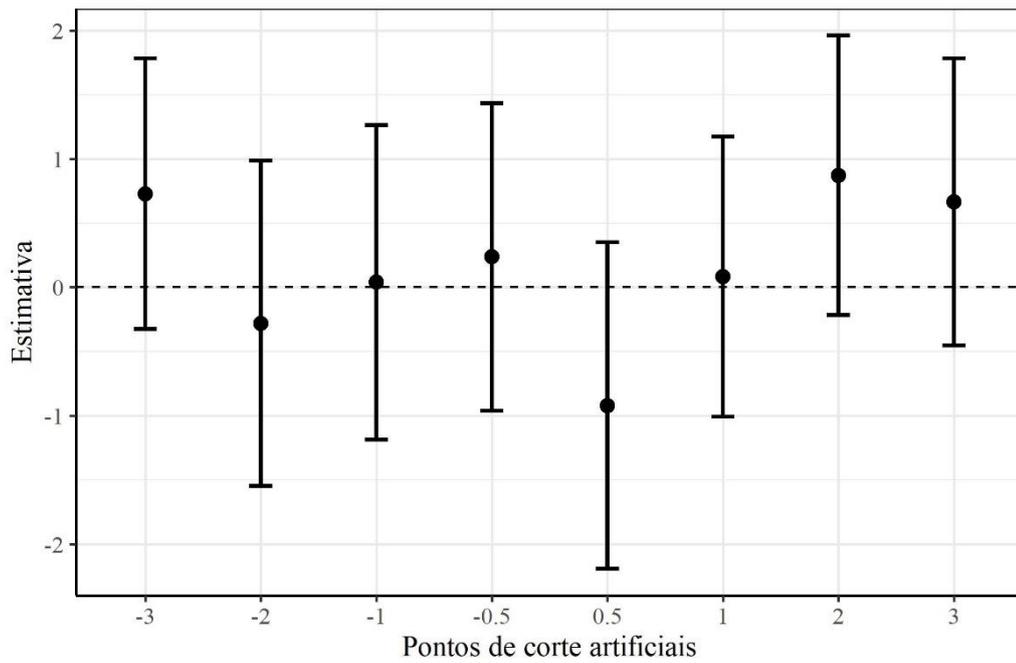
Fonte: elaboração do autor.

Figura 114 – Teste de sensibilidade a observações para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Taxa de Mortalidade Infantil



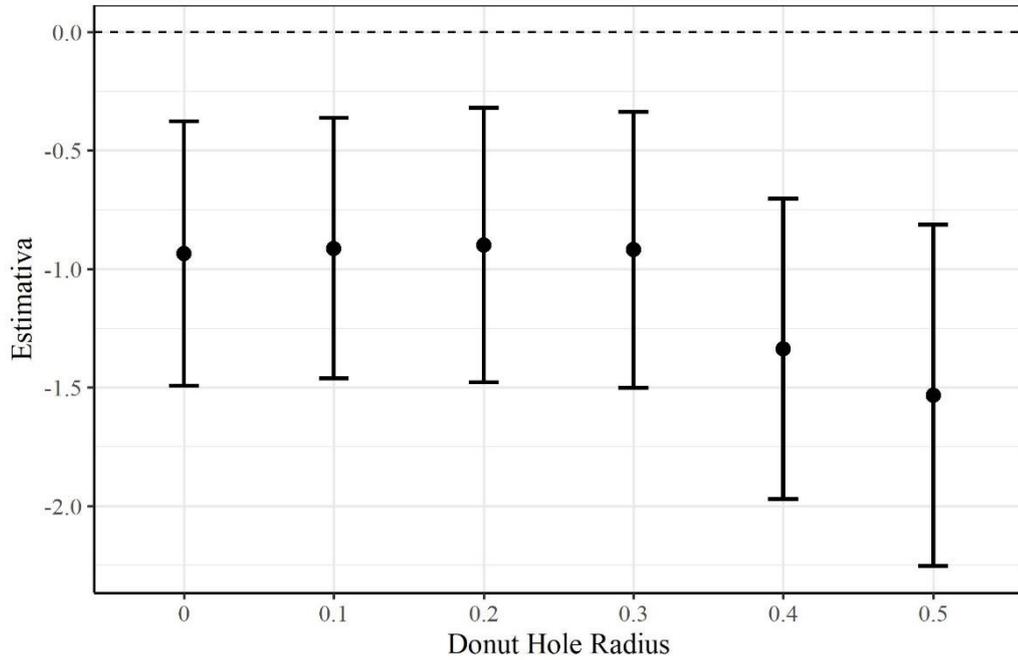
Fonte: elaboração do autor.

Figura 115 - Teste de efeito placebo para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Taxa de Mortalidade Infantil



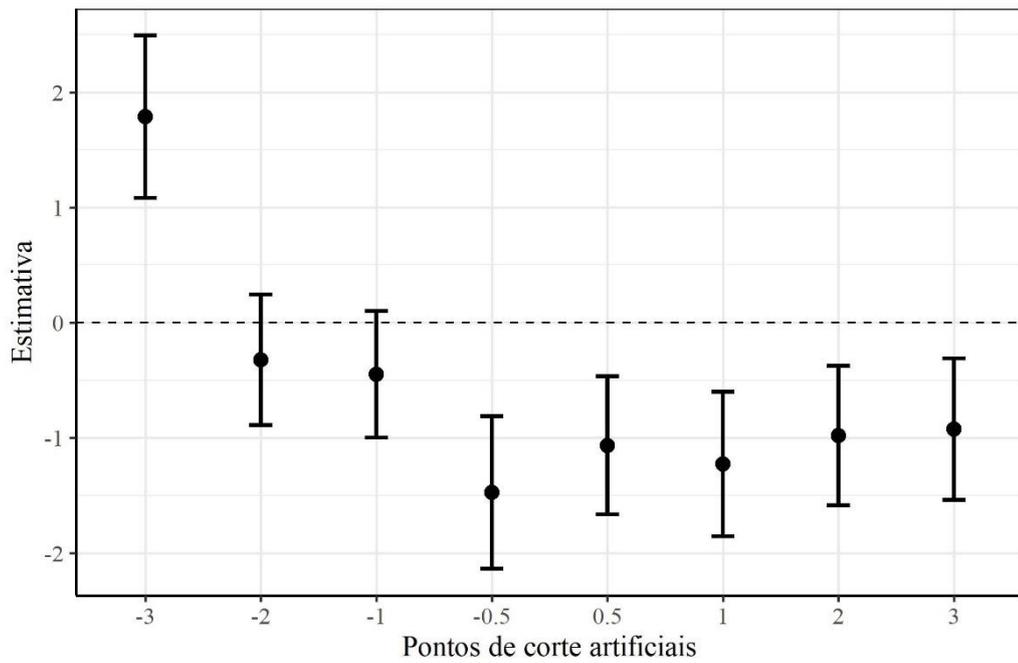
Fonte: elaboração do autor.

Figura 116 – Teste de sensibilidade a observações para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Taxa de Rendimento Escolar



Fonte: elaboração do autor.

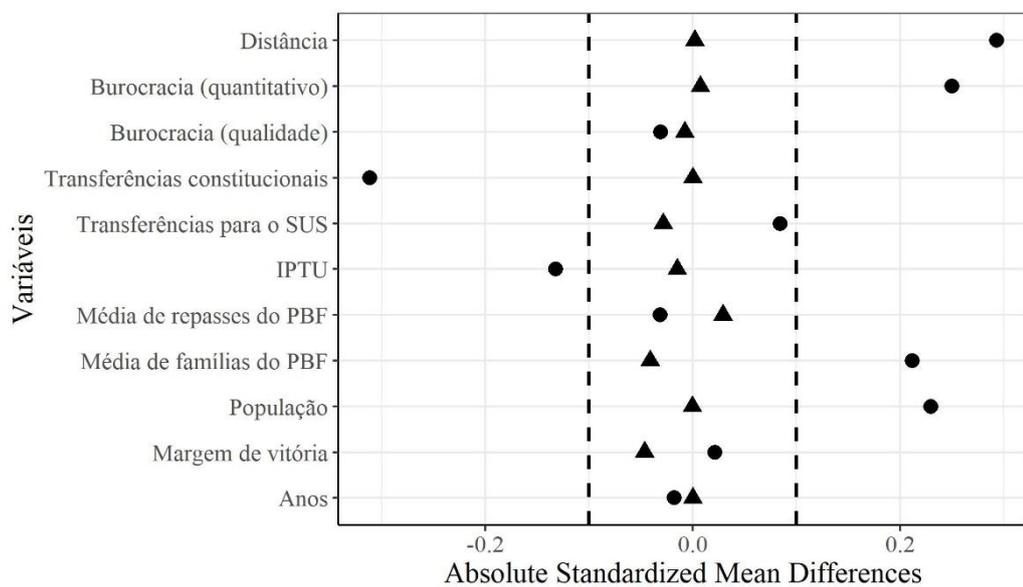
Figura 117 - Teste de efeito placebo para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Taxa de Rendimento Escolar



Fonte: elaboração do autor.

C.3 Balanceamento das covariáveis utilizadas no PSM

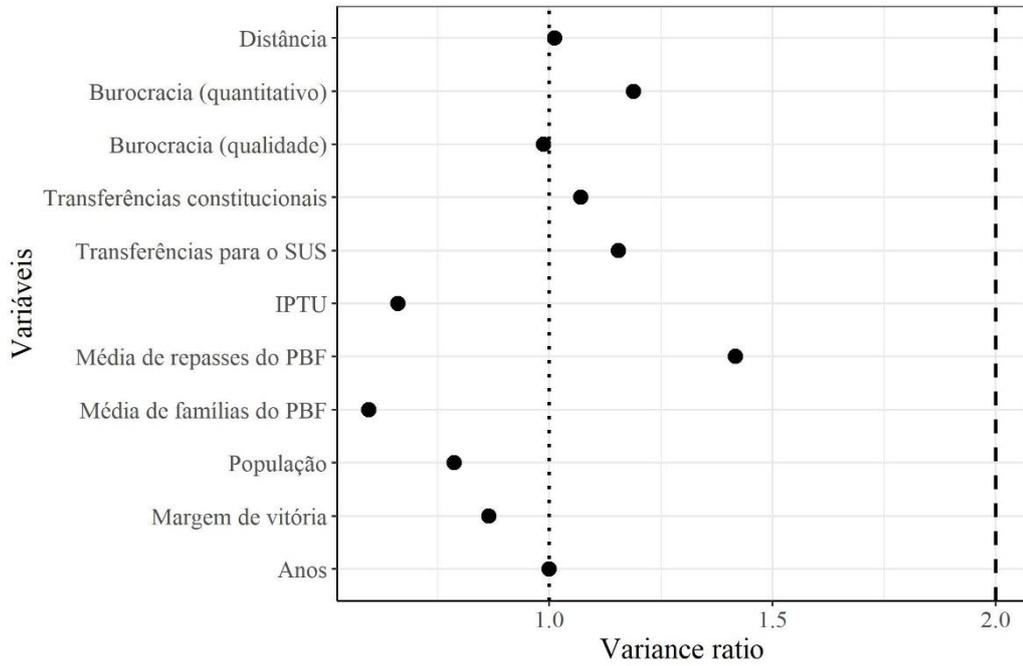
Figura 118 – Diferença de médias padronizada para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Taxa de Mortalidade Infantil



Amostra ● Antes do pareamento ▲ Após o pareamento

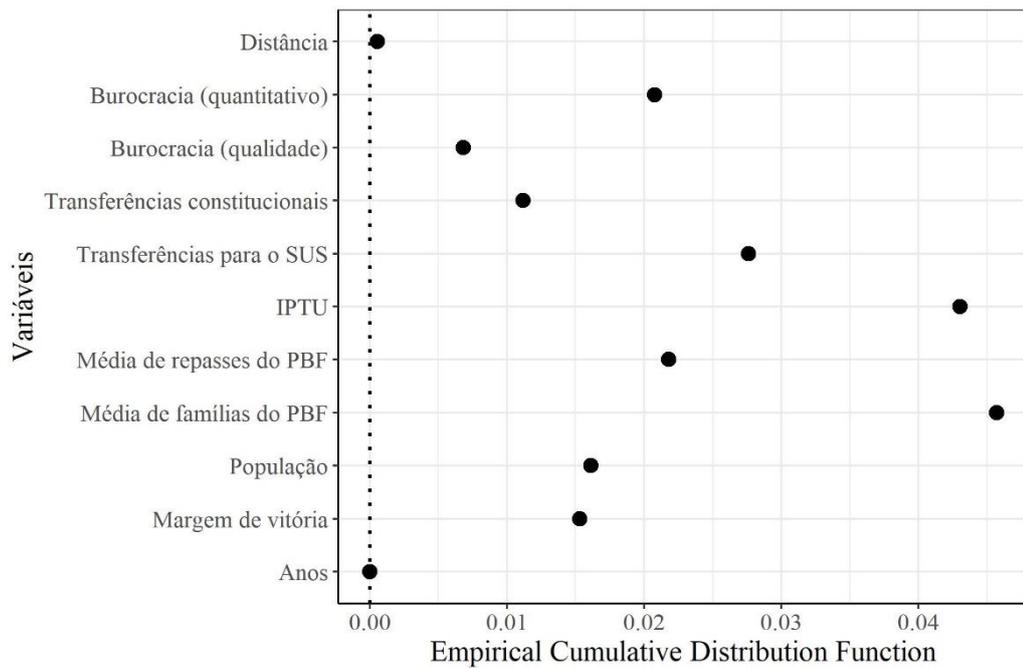
Fonte: elaboração do autor.

Figura 119 – Razão de variância para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Taxa de Mortalidade Infantil



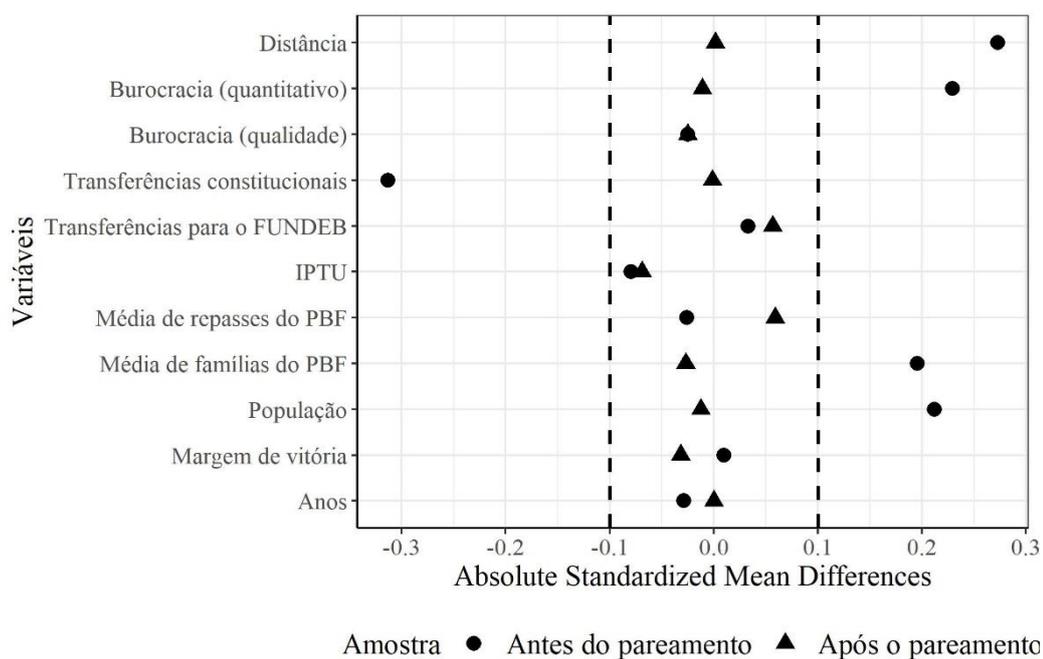
Fonte: elaboração do autor.

Figura 120 – Função de distribuição cumulativa para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Taxa de Mortalidade Infantil



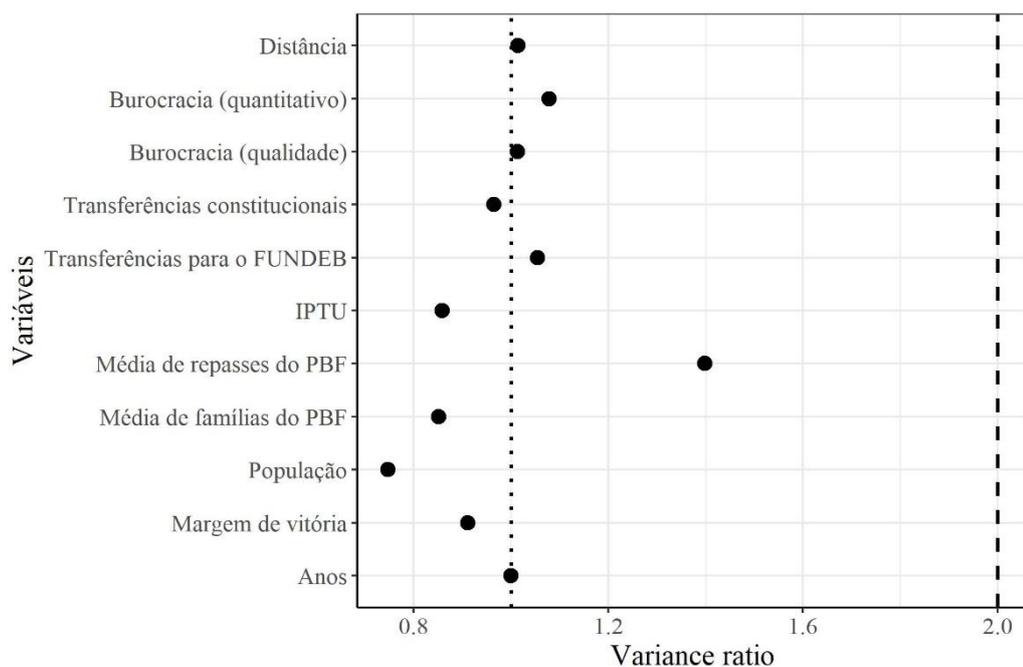
Fonte: elaboração do autor.

Figura 121 – Diferença de médias padronizada para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Taxa de Rendimento Escolar



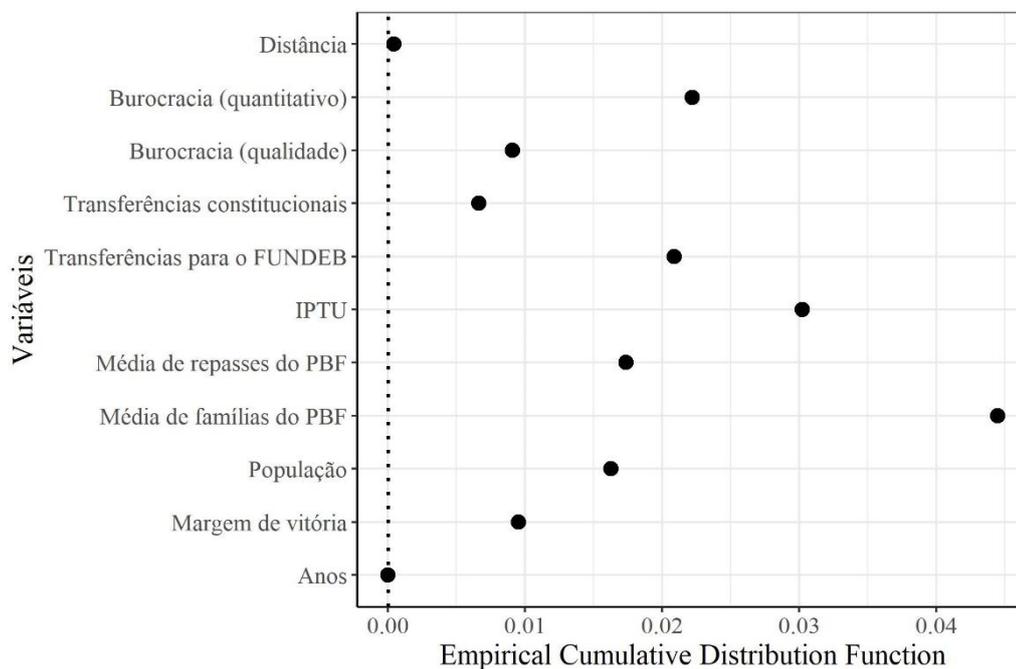
Fonte: elaboração do autor.

Figura 122 – Razão de variância para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Taxa de Rendimento Escolar



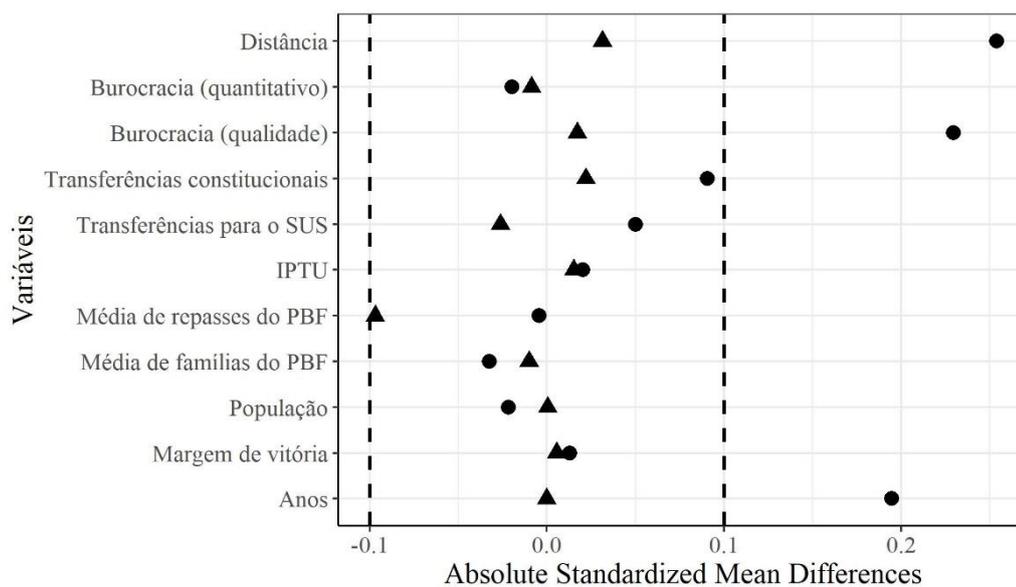
Fonte: elaboração do autor.

Figura 123 – Função de distribuição cumulativa para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Taxa de Rendimento Escolar



Fonte: elaboração do autor.

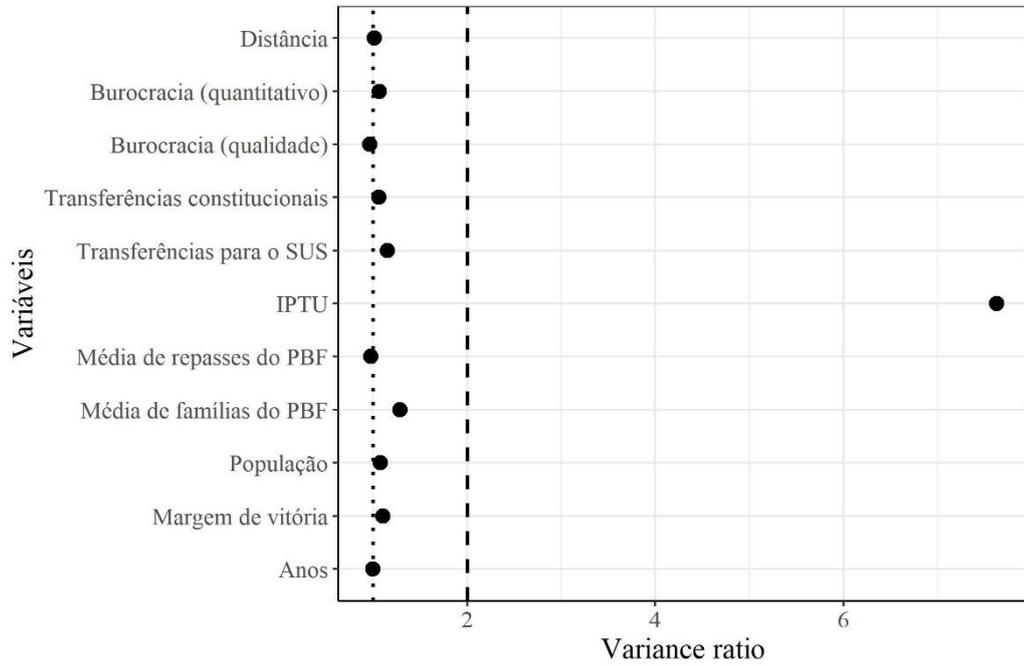
Figura 124 – Diferença de médias padronizada para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Taxa de Mortalidade Infantil



Amostra ● Antes do pareamento ▲ Após o pareamento

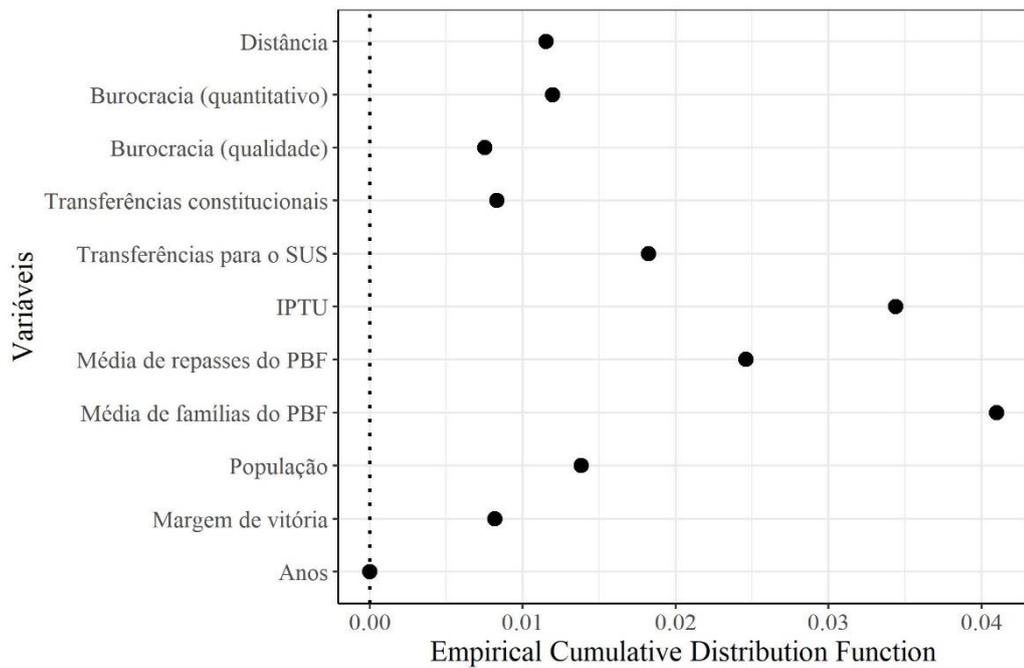
Fonte: elaboração do autor.

Figura 125 – Razão de variância para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Taxa de Mortalidade Infantil



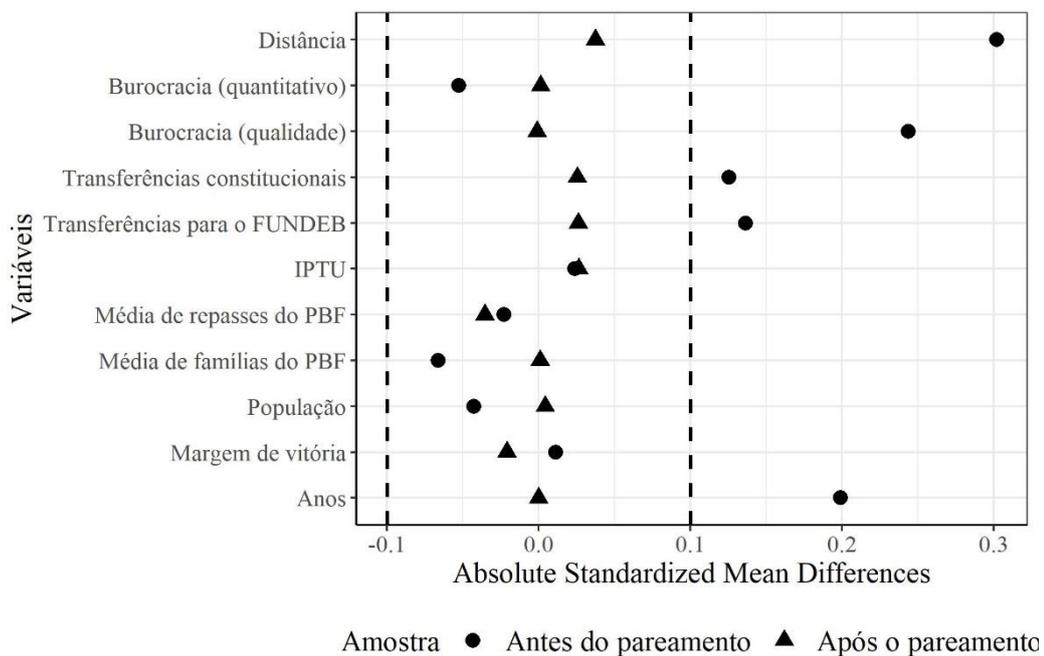
Fonte: elaboração do autor.

Figura 126 – Função de distribuição cumulativa para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Taxa de Mortalidade Infantil



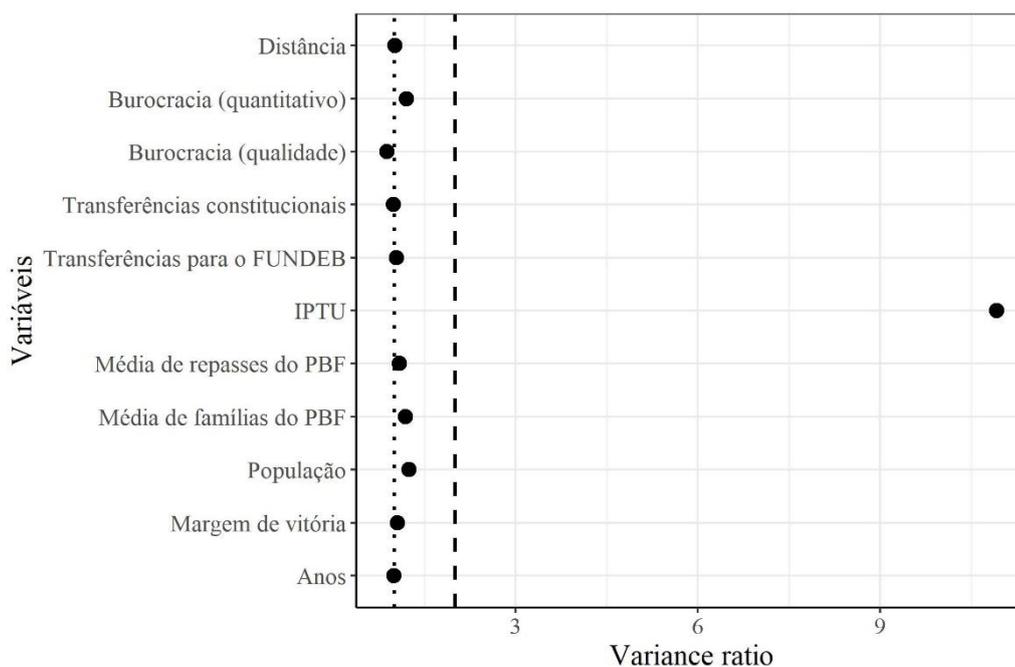
Fonte: elaboração do autor.

Figura 127 – Diferença de médias padronizada para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Taxa de Rendimento Escolar



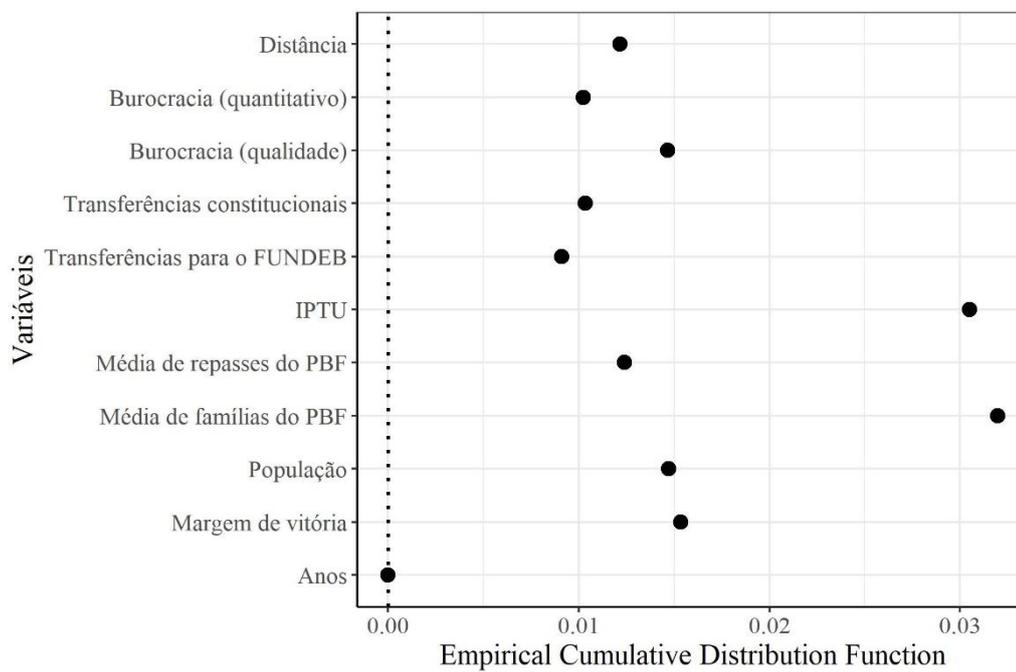
Fonte: elaboração do autor.

Figura 128 – Razão de variância para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Taxa de Rendimento Escolar



Fonte: elaboração do autor.

Figura 129 – Função de distribuição cumulativa para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Taxa de Rendimento Escolar



Fonte: elaboração do autor.

C.4 Modelos de regressão OLS

Tabela 18 – Regressão OLS para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Taxa de Mortalidade Infantil

Regressão OLS	
Alinhamento Prefeito-Presidente	
Variável dependente: Taxa de Mortalidade Infantil	
Variável	Coefficiente (erro padrão)
Intercepto	7,77*** (1,50)
Alinhamento Prefeito-Presidente*Anos	-0,01 (0,21)
Alinhamento Prefeito-Presidente	0,41 (0,81)
Anos	-0,82*** (0,17)
Margem de vitória	0,01 (0,01)
População	0,00** (0,00)
Transferências constitucionais	0,01*** (0,00)
Transferências para o SUS	0,00** (0,00)
IPTU	-0,00 (0,00)
Burocracia (quantitativo)	-0,00*** (0,00)
Burocracia (qualidade)	-0,42 (0,77)
Média de famílias do PBF	0,00*** (0,00)
Média de repasses do PBF	0,00 (0,01)

N: 2348

Significância: *** = 0,01 / ** = 0,05 / * = 0,1

R²: 0,223

R² ajustado: 0,220

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 19 – Regressão *OLS* para amostra Prefeito-Presidente e variável dependente Taxa de Rendimento Escolar

Regressão <i>OLS</i>	
Alinhamento Prefeito-Presidente	
Variável dependente: Taxa de Rendimento Escolar	
Variável	Coefficiente (erro padrão)
Intercepto	99,42*** (0,91)
Alinhamento Prefeito-Presidente*Anos	-0,23* (0,13)
Alinhamento Prefeito-Presidente	1,69*** (0,50)
Anos	2,43*** (0,11)
Margem de vitória	0,02*** (0,01)
População	0,00*** (0,00)
Transferências constitucionais	0,00*** (0,00)
Transferências para o FUNDEB	0,00*** (0,00)
IPTU	0,00*** (0,00)
Burocracia (quantitativo)	-0,00*** (0,00)
Burocracia (qualidade)	-1,70*** (0,48)
Média de famílias do PBF	-0,00*** (0,00)
Média de repasses do PBF	-0,12*** (0,01)

N: 2852

Significância: *** = 0,01 / ** = 0,05 / * = 0,1

R²: 0,291

R² ajustado: 0,288

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 20 – Regressão *OLS* para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Taxa de Mortalidade Infantil

Regressão <i>OLS</i>	
Alinhamento Prefeito-Coalizão	
Variável dependente: Taxa de Mortalidade Infantil	
Variável	Coefficiente (erro padrão)
Intercepto	8,89*** (0,72)
Alinhamento Prefeito-Coalizão*Anos	-0,08 (0,09)
Alinhamento Prefeito-Coalizão	-0,25 (0,38)
Anos	-0,51*** (0,08)
Margem de vitória	-0,01 (0,00)
População	0,00*** (0,00)
Transferências constitucionais	0,01*** (0,00)
Transferências para o SUS	0,00* (0,00)
IPTU	-0,00 (0,00)
Burocracia (quantitativo)	-0,00*** (0,00)
Burocracia (qualidade)	1,44*** (0,42)
Média de famílias do PBF	0,00** (0,00)
Média de repasses do PBF	-0,01** (0,00)

N: 12330

Significância: *** = 0,01 / ** = 0,05 / * = 0,1

R²: 0,21

R² ajustado: 0,21

Fonte: elaboração do autor.

Tabela 21 – Regressão *OLS* para amostra Prefeito-Coalizão e variável dependente Taxa de Rendimento Escolar

Regressão <i>OLS</i>	
Alinhamento Prefeito-Coalizão	
Variável dependente: Taxa de Rendimento Escolar	
Variável	Coefficiente (erro padrão)
Intercepto	97,07*** (0,40)
Alinhamento Prefeito-Coalizão*Anos	-0,35*** (0,05)
Alinhamento Prefeito-Coalizão	0,57** (0,22)
Anos	2,07*** (0,05)
Margem de vitória	0,02*** (0,00)
População	0,00*** (0,00)
Transferências constitucionais	0,00*** (0,00)
Transferências para o FUNDEB	0,00*** (0,00)
IPTU	-0,00 (0,00)
Burocracia (quantitativo)	-0,00*** (0,00)
Burocracia (qualidade)	-0,98*** (0,24)
Média de famílias do PBF	-0,00*** (0,00)
Média de repasses do PBF	-0,10*** (0,00)

N: 15968

Significância: *** = 0,01 / ** = 0,05 / * = 0,1

R²: 0,265

R² ajustado: 0,265

Fonte: elaboração do autor.